



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
Rua Barão de Geremoabo, nº 147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador – BA
Tel.: (71) 3283-6256 – Site: <http://www.ppglinc.lettras.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

ELISÂNGELA DOS PASSOS MENDES

A FLEXÃO DE CASO PRONOMINAL
NO *CONTINUUM* DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

Salvador
2016

ELISÂNGELA DOS PASSOS MENDES

**A FLEXÃO DE CASO PRONOMINAL
NO *CONTINUUM* DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi

Salvador
2016

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Mendes, Elisângela dos Passos.

A flexão de caso pronominal no *continuum* do português popular da Bahia / Elisângela dos Passos Mendes. - 2016.
270 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Dante Lucchesi.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2016.

1. Língua portuguesa - Pronomes - Bahia. 2. Língua portuguesa - Vícios de linguagem - Bahia.
3. Sociolinguística. I. Lucchesi, Dante. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras.
III. Título.

CDD - 469.5
CDU - 811.134'36

ELISÂNGELA DOS PASSOS MENDES

**A FLEXÃO DE CASO PRONOMINAL
NO *CONTINUUM* DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Dante Lucchesi (Orientador)
Universidade Federal da Bahia

Professora Dra. Jacyra Andrade Mota
Universidade Federal da Bahia

Professor Dra. Suzana Cardoso
Universidade Federal da Bahia

Professora Dra. Norma da Silva Lopes
Universidade do Estado da Bahia

Professora Dra. Silvana Silva de Farias Araújo
Universidade Estadual de Feira de Santana

Aprovado em 08 /03/2016

DEDICATÓRIA

*Aos meus pais, Edvaldo e Solange,
pelo sonho e realização de uma filha Doutora.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, de quem tenho imenso orgulho, pela fibra com que lutou dia a dia para que um livro não me faltasse e para que os meus estudos estivessem sempre em primeiro lugar; por cada lágrima, por cada preocupação, para que a vida me fosse mais do que leve e para que eu pudesse ter “um futuro melhor”. Obrigada, meu pai! O céu não foi (e nunca será) o limite para quem lhe tem como pai.

À minha mãe, a minha fonte de sabedoria, paz e fé. Agradeço-lhe, primeiramente, pela construção da minha moral e dos meus princípios, fundamentais para que eu pudesse realizar uma trajetória profissional com transparência e dignidade. Obrigada, mãe, por apreciar o meu sonho, renovando, diariamente, as minhas forças, ao dizer, com tanta certeza, que eu iria viver a realização de cada sonho delineado. A sua mão e o seu afago – tantas vezes em silêncio – foram imprescindíveis para que eu construísse a minha história da maneira mais suave e linda que poderia ser!

Ao meu irmão, a minha outra metade. Obrigada por estimular a minha confiança e o meu equilíbrio, indispensáveis para que eu pudesse conquistar cada vitória. Você prometeu – e tem cumprido – estar ao meu lado em cada conquista para poder gritar “com orgulho”: é minha irmã! Obrigada também por Alice, a minha flor, que tem sido, tantas vezes, o meu refúgio e o meu aconchego.

Ao meu esposo, por ter redobrado o carinho e os cuidados durante o curso de Doutorado e também pela força e apoio incondicionais para que eu pudesse conduzir o meu trabalho com tranquilidade. Agradeço-lhe por vivenciar o meu sonho como se fosse o seu e pela vibração a cada capítulo findando. A você, meu amor, a minha eterna gratidão!

À minha cunhada Katiana, pela preciosa amizade. Obrigada pelo carinho e cuidado dispensados, constantemente, a mim e a minha família, especialmente durante o percurso do Doutorado. Obrigada também pelo abraço forte e aconchegante de sempre!

À minha tia Vilma, por poder sempre mais do que está ao seu alcance, e a todos os meus familiares por tornarem a minha existência ainda mais feliz.

A Ari Sacramento, pela doçura e leveza com que me estimulou a cada conquista.

A Marcos Bispo, pelas inquietações sobre o ensino de Língua Portuguesa – e também sobre a vida.

A Lanuza Lima, um dos maiores presentes que a vida me deu. Agradeço-lhe pelos momentos inenarráveis que vivemos juntas na UFBA, na época de bolsistas e docentes substitutas, e também pela parceria na vida. Estaremos juntas em todas as *Vertentes*!

A Vívian Antonino, pela coragem de ter sido a pioneira das *vertentianas* nos estudos da Pós-Graduação, sendo o nosso orgulho e incentivo.

A Gilce Almeida, pela disponibilidade constante durante o curso de Doutorado e pelo acolhimento na reta final deste trabalho, quando as forças pareciam me faltar.

A Luanda, por toda a atenção, carinho e paciência na uniformização dos gráficos e momentos finais da tese. Agradeço-lhe também por ter sido tão cuidadosa com a impressão final do trabalho.

A Camila Melo, Manuele Bandeira, Shirley Freitas e Telma Souza, porque compartilhamos os melhores momentos da história do Vertentes.

Aos meus Mestres do ILUFBA, pelo empenho e seriedade com que “fazem ciência”!

A Ricardo, pelo carinho e gentileza, sempre em que estive no Colegiado da Pós-Graduação.

Aos meus alunos do curso de Letras e do Bacharelado Interdisciplinar da UFBA, pela confiança em mim depositada quando estava iniciando a minha experiência como docente.

Aos meus alunos do IFBA, a parte mais doce e leve da vida! Agradeço-lhes pelo carinho de todos os dias e pela torcida para findar o curso de Doutorado.

Por fim, ao meu orientador, Dante Lucchesi, por incentivar a minha paixão pelas Letras em todas as suas *Vertentes*!

RESUMO

Este estudo analisou a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia, com o objetivo de observar a distribuição do fenômeno – na estrutura linguística e social – no *continuum* de urbanização do português brasileiro, que se estende das variedades rurais mais isoladas às variedades urbanas cultas. Os dados da análise foram recolhidos em amostras de fala de quatro *corpora* do português popular da Bahia: a) o do português afro-brasileiro (28 entrevistas); b) o do português popular de cidades do interior de pequeno porte (48 entrevistas) – Santo Antônio de Jesus (24) e Poções (24); c) o do português popular de cidade do interior de médio porte (24 entrevistas) – Feira de Santana; d) e o do português popular urbano da capital baiana (60 entrevistas) – Salvador. O estudo foi desenvolvido com base nos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e, para a observação do fenômeno em foco, foram definidas duas variantes linguísticas: o pronome flexionado e o pronome não flexionado. A análise descritiva demonstrou que, no português popular da Bahia, somente os paradigmas de primeira e segunda pessoa mantêm a alternância entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes. Os dados submetidos à análise quantitativa, correspondentes a esses paradigmas, demonstraram que a primeira pessoa do singular, exibe maior percentual de flexão de caso do que a segunda pessoa do singular. Particularizando a análise, submetemos apenas o paradigma de primeira pessoa do singular à análise estatística. Os resultados evidenciaram, de um modo geral, que, no *continuum* de urbanização do português popular da Bahia, as variedades dos grandes e médios centros urbanos (Salvador e Feira), têm demonstrado resistência ao uso dos pronomes não flexionados de primeira pessoa do singular nas posições de complementos verbais e adjuntos adverbiais, diferentemente das variedades do interior de comunidades de pequeno porte (Santo Antônio e Poções) e das comunidades rurais isoladas afro-brasileiras. Dentre as variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa *Goldvarb* para a flexão de caso da primeira pessoa do singular, no *continuum* do português popular da Bahia, destacam-se: *função sintática do pronome, regência da preposição, tipo de discurso (laico ou religioso), sexo, comunidade e localidade (sede e rural)*.

Palavras-Chave: Flexão de caso dos pronomes. Sociolinguística. Português Popular.

ABSTRACT

This study analyzed the inflection case of personal pronouns in popular Bahia Portuguese, in order to observe the phenomenon distribution - in language and social structure - in the Brazilian Portuguese urbanization *continuum*, stretching from the most isolated rural varieties to the educated urban varieties. Data analysis were collected in speech samples of four *corpora* of the popular Bahia Portuguese: a) the African-Brazilian Portuguese (28 interviews); b) the popular Portuguese of small countryside cities (48 interviews) - Santo Antonio de Jesus (24) and Poções (24); c) the popular Portuguese of medium-sized countryside cities (24 interviews) - Feira de Santana; d) and the urban popular Portuguese of Salvador, the capital (60 interviews). The study was developed based on the theoretical and methodological assumptions of the Variationist Sociolinguistics and for the observation of the focused phenomenon two linguistic variants were defined: the inflected pronoun and the uninflected pronoun. The descriptive analysis showed that in the popular Bahia Portuguese, only the paradigms of first and second person keep switching between the inflected and uninflected forms of the pronouns. The data submitted to quantitative analysis corresponding to these paradigms have demonstrated that the first person singular shows greater percentage of inflection case than the second person singular. Particularizing the analysis, we submit only the paradigm of the first person singular to statistical analysis. The results showed, in general, that in the *continuum* of urbanization of the popular Bahia Portuguese, the varieties of large and medium-sized urban centers (Salvador and Feira) have shown resistance to the use of not inflected pronouns in the first person singular in the positions of verbal complements and adverbial adjuncts, unlike the varieties of small countryside communities (Santo Antônio e Poções) and African-Brazilian isolated rural communities. Among the linguistic and social variables selected as statistically relevant by the Goldvarb program for the inflection case of the first person singular, in the *continuum* of the popular Bahia Portuguese, are: *syntactic function of the pronoun, preposition regency, type of discourse (secular or religious), gender, community and location (headquarters and rural)*.

Keywords: Inflection case of pronouns. Sociolinguistics. Popular Portuguese.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

FIGURAS

Figura 01 –	Distribuição geográfica das comunidades afro-brasileiras	50
Figura 02 –	Localização do município de Santo Antônio de Jesus	55
Figura 03 –	Localização do município de Poções no sudoeste baiano	58
Figura 04 –	Localização do município de Feira de Santana	62
Figura 05 –	Mapa da cidade de Salvador – macrorregiões de Salvador	64
Figura 06 –	Fábrica de Tecidos São Brás no bairro de Plataforma	66
Figura 07–	A Rótula da Feirinha no bairro de Cajazeiras	71
Figura 08 –	O grupo de samba de roda “As Ganhadeiras de Itapuã”	75
Figura 09 –	A “Senzala do Barro Preto”: a sede do bloco afro Ylê Ayê	79
Figura 10 –	O litoral do município de Lauro de Freitas: a praia de Buraquinho ...	83
Figura 11 –	Configuração diatópica das variantes <i>tu</i> e <i>você</i> nas capitais brasileiras a partir de dados do Projeto ALiB – Carta M02	171
Figura 12 –	As funções sintáticas favoráveis e não favoráveis à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular	226
Figura 13 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia por comunidade considerando o fator <i>urbanização</i>	236

QUADROS

Quadro 01 –	<i>Corpus</i> base da amostra do português afro-brasileiro para o sexo feminino	101
Quadro 02 –	<i>Corpus</i> bases da amostra do português afro-brasileiro para o sexo masculino	101
Quadro 03 –	<i>Corpus</i> base do português afro-brasileiro: faixa etária IV	102
Quadro 04 –	Composição da amostra do português popular do município de Santo Antônio	103
Quadro 05 –	Composição da amostra do português popular do município de Poções	103
Quadro 06 –	Critérios para seleção dos informantes do <i>corpus</i> de Feira de Santana	105

Quadro 07 –	Composição da amostra de fala da norma popular de Feira de Santana (feirenses de filhos de feirenses)	105
Quadro 08 –	Perfil dos moradores dos bairros da pesquisa	110
Quadro 09 –	Composição da amostra do português popular de Salvador	111
Quadro 10 –	Distribuição da variável dependente	115
Quadro 11 –	A flexão de caso dos nomes em latim vulgar	138
Quadro 12 –	A flexão de caso dos pronomes em latim clássico	138
Quadro 13 –	A flexão de caso dos pronomes em latim vulgar	139
Quadro 14 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais na língua portuguesa sob a perspectiva da abordagem tradicional	148
Quadro 15 –	O quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro por Carvalho (2008)	148
Quadro 16 –	O quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro por Castilho (2010)	149
Quadro 17 –	Os pronomes pessoais no crioulo jamaicano	152
Quadro 18 –	Os pronomes pessoais no crioulo de Palenquero	152
Quadro 19 –	Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano	153
Quadro 20 –	Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano da Ilha de Santiago	154
Quadro 21 –	Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano da ilha de Santiago	155
Quadro 22 –	Os pronomes pessoais no crioulo da Guiné-Bissau	156
Quadro 23 –	Os pronomes pessoais no crioulo de São Tomé	156
Quadro 24 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular nas variedades urbanas cultas e populares do PB	161
Quadro 25 –	A flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas cultas	168
Quadro 26 –	A flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas não cultas	170
Quadro 27 –	Estratégias de realização do complemento verbal em cartas escritas no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro	176
Quadro 28 –	A flexão de caso dos pronomes de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas do PB	181

Quadro 29 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do plural nas variedades urbanas	182
Quadro 30 –	A flexão casual dos pronomes de terceira pessoa nas variedades urbanas cultas	187
Quadro 31 –	A flexão casual dos pronomes de terceira pessoa nas variedades urbanas cultas	187
Quadro 32 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades urbanas do português brasileiro sob a perspectiva da polarização sociolinguística – uma proposta	191
Quadro 33 –	A flexão casual dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia	201
Quadro 34 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais para o paradigma de primeira pessoa do plural no português popular da Bahia	207
Quadro 35 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular no português popular da Bahia	211
Quadro 36 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do plural no português popular da Bahia	211
Quadro 37 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de terceira pessoa do singular e plural no português popular da Bahia	212
Quadro 38 –	Distribuição das preposições por função sintática no português popular da Bahia	229
Quadro 39 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia	253
Quadro 40 –	Variáveis selecionadas para a aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia	254

GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Distribuição das variantes <i>nós e a gente</i> no português culto (NURC) e popular (PEPP) de Salvador.....	164
Gráfico 02 –	A distribuição da variante <i>a gente</i> entre falantes cultos e não cultos do Rio de Janeiro	165

Gráfico 03 –	Distribuição das variantes <i>conosco, com nós e com a gente</i> segundo a variável <i>escolaridade</i>	170
Gráfico 04 –	Distribuição das variantes <i>tu e você</i> na capital do Rio de Janeiro de acordo com a variável <i>escolaridade</i>	175
Gráfico 05 –	Distribuição dos pronomes flexionados de primeira e segunda pessoa no português popular da Bahia	215
Gráfico 06 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia.	217
Gráfico 07 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>função sintática</i>	227
Gráfico 08 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>regência da preposição</i>	233
Gráfico 09 –	A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>comunidade</i>	237

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Distribuição demográfica da população colonial	28
Tabela 02 –	Estimativa do número de africanos introduzidos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII (1551-1870)	28
Tabela 03 –	População e taxa de urbanização do Brasil entre 1940 e 2010.....	37
Tabela 04 –	Taxa de urbanização de SAJ entre os anos de 1970 e 2010	56
Tabela 05 –	Taxa de urbanização de Poções entre os anos de 1970 e 2010.....	59
Tabela 06 –	População e taxa de urbanização em Feira de Santana entre 1970 e 2010.....	63
Tabela 07 –	Distribuição da forma <i>a gente</i> em nível oracional e sub-oracional	167
Tabela 08 –	Distribuição da forma <i>a gente</i> no nível oracional em funções sintáticas não subjetivas	167
Tabela 09 –	Distribuição da forma <i>a gente</i> em funções de complemento (nomes e verbos) de acordo com a variável <i>escolaridade</i>	168
Tabela 10 –	Distribuição das variantes <i>tu</i> e <i>você</i> no português de Salvador	174
Tabela 11 –	Distribuição das variantes <i>tu</i> e <i>você</i> em Santos de acordo com o nível de escolaridade	175
Tabela 12 –	Estratégias de realização do objeto direto de segunda pessoa nas variedades cultas urbanas	179
Tabela 13 –	Distribuição das variantes <i>tu</i> e <i>você</i> na cidade de Santos em funções subjetivas e objetivas	179
Tabela 14 –	Estratégias de realização do objeto de segunda pessoa do singular em três capitais da região Sul	180
Tabela 15 –	Estratégias de realização do objeto de segunda pessoa na capital Salvador	181
Tabela 16 –	Estratégias de realização do objeto direto anafórico de terceira pessoa de acordo com a variável <i>registro</i>	185

Tabela 17 – Estratégias de realização do objeto direto de terceira pessoa na variedade urbana de Salvador de acordo com a variável <i>escolaridade</i>	186
Tabela 18 – O uso do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da <i>Turma da Mônica</i> entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo	201
Tabela 19 – A distribuição das formas nós e a gente no português afro-brasileiro de acordo com a variável <i>faixa etária</i>	204
Tabela 20 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de acordo com a variável <i>função sintática</i>	225
Tabela 21 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>regência da preposição</i>	232
Tabela 22 – Distribuição das variantes <i>mais/com</i> segundo a <i>faixa etária</i>	234
Tabela 23 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>discurso laico/religioso</i>	235
Tabela 24 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>comunidade</i>	237
Tabela 25 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>sexo</i>	240
Tabela 26 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>localidade</i>	241
Tabela 27 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com o cruzamento das variáveis <i>localidade</i> e <i>comunidade</i>	242
Tabela 28 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>tipo de oração</i>	246
Tabela 29 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>faixa etária</i>	247

Tabela 30 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular de acordo com o cruzamento com as variáveis <i>faixa etária</i> e <i>comunidade</i>	248
Tabela 31– A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>escolaridade</i>	250
Tabela 32 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com o cruzamento das variáveis <i>escolaridade e comunidade</i>	251
Tabela 33 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>estada na comunidade</i>	252
Tabela 34 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>exposição à mídia</i>	252
Tabela 35 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>rede de relações</i>	253
Tabela 36 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável <i>bairros</i>	254

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1 – A POLARIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	26
1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	26
1.2 A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASILEIRO	34
1.2.1 As duas grandes vertentes do português brasileiro e a oposição rural versus urbano	34
1.2.2 Da dicotomia rural-urbano ao <i>continuum de urbanização</i>	38
1.2.2.1 O papel das redes sociais na difusão e entrecruzamento das normas linguísticas brasileiras	43
1.2.2.2 O papel da escolarização e da norma padrão no nivelamento das normas linguísticas brasileiras	45
1.3 O CONTINUUM DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE FALA	49
1.3.1 As comunidades de fala rurais isoladas: as afro-brasileiras	49
1.3.2 As comunidades de fala do interior de municípios de pequeno porte	53
1.3.2.1 A comunidade de Santo Antônio de Jesus	53
1.3.2.2 A comunidade de Poções	57
1.3.3 A comunidade de fala do interior de cidade de médio porte: Feira de Santana	60
1.3.4 As comunidades de fala urbanas: Salvador e Região Metropolitana	64
1.3.4.1 O bairro de Plataforma	65
1.3.4.2 O bairro de Cajazeiras	68
1.3.4.3 O bairro de Itapuã	73
1.3.4.4 O bairro da Liberdade	76
1.3.4.5 O município de Lauro de Freitas: o representante da Região Metropolitana de Salvador	81
1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	84

	CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	88
2.1	O MODELO TEÓRICO SOCIOLINGUÍSTICO: A CONCEPÇÃO DE UM SISTEMA LINGUÍSTICO HETEROGÊNEO E ORDENADO.....	89
2.1.1	Sobre o conceito de variação linguística	91
2.1.2	Sobre a mudança linguística	93
2.2	A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA: DO PORTUGUÊS DO INTERIOR AO PORTUGUÊS URBANO	98
2.3	OS <i>CORPORA</i> DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA	100
2.3.1	O <i>corpus</i> do português afro-brasileiro	100
2.3.2	O <i>corpus</i> do português popular do interior de cidades de pequeno porte: Santo Antônio de Jesus e Poções	102
2.3.3	O <i>corpus</i> do português popular do interior de cidades de médio porte da Bahia: Feira de Santana	104
2.3.4	O <i>corpus</i> do português popular urbano da Bahia: Salvador	105
2.3.4.1	De como se deu a delimitação dos bairros da pesquisa	106
2.3.4.2	De como se deu a busca pelos informantes	109
2.4	A ENTREVISTA SOCIOLINGUÍSTICA: um bate-papo com os nossos informantes	112
2.4.1	O tratamento dado às entrevistas sociolinguísticas: a digitalização, a transcrição e a revisão	113
2.5	LEVANTAMENTO E CODIFICAÇÃO DOS DADOS	114
2.5.1	A variável dependente: a flexão de caso dos pronomes pessoais	114
2.5.2	O encaixamento na estrutura linguística e na estrutura social	117
2.5.2.1	Os fatores linguísticos condicionantes: caracterização e hipóteses	118
2.5.2.1.1	<i>Pessoa gramatical</i>	118
2.5.2.1.2	<i>Função sintática dos pronomes</i>	118
2.5.2.1.3	<i>Tipo de oração</i>	119
2.5.2.1.4	<i>Regência da preposição</i>	120
2.5.2.1.5	<i>Presença da partícula “mesmo”</i>	121
2.5.2.1.6	<i>Discurso laico ou religioso</i>	121
2.5.2.2	Os fatores sociais condicionantes: caracterização e hipóteses	122
2.5.2.2.1	<i>Sexo</i>	122

2.5.2.2.2	<i>Escolaridade</i>	125
2.5.2.2.3	<i>Faixa etária</i>	127
2.5.2.2.4	<i>Estada na comunidade</i>	128
2.5.2.2.5	<i>Localidade</i>	129
2.5.2.2.6	<i>Rede de relações</i>	130
2.5.2.2.7	<i>Exposição à mídia</i>	130
2.5.2.2.8	<i>Bairro</i>	131
2.5.2.2.9	<i>Comunidade</i>	131
2.6	O SUPORTE ESTATÍSTICO PARA A ANÁLISE DOS DADOS	132
2.7	SÍNTESE DO CAPÍTULO	134

CAPÍTULO 3 – A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS: DO LATIM ÀS VARIEDADES DO PORTUGUÊS DO BRASIL 135

3.1	A FLEXÃO DE CASO EM LATIM	135
3.2	A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA: DA PRESCRIÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	142
3.2.1	Sobre a noção de “pessoa”	143
3.2.2	Sobre a noção “de caso”	145
3.2.3	Sobre o quadro pronominal do português: da norma padrão às variedades do português do Brasil	147
3.3	A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NOS CRIoulos DE BASE LEXICAL PORTUGUESA	151
3.4	A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NAS VARIEDADES URBANAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DAS NORMAS CULTAS ÀS NORMAS POPULARES	158
3.4.1	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular	158
3.4.2	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do plural	161
3.4.3	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do singular	170
3.4.4	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do plural	181

3.4.5	A flexão de caso dos pronomes pessoais para o paradigma de terceira pessoa do singular e plural	182
3.5	SÍNTESE DO CAPÍTULO	187
	CAPÍTULO 4 – A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: DADOS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS	194
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA DA FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA	194
4.1.1	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular	195
4.1.2	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do plural	201
4.1.3	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do singular e plural	208
4.1.4	A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de terceira pessoa do singular e plural	212
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA DA FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA ...	213
4.3	A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PARADIGMA DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA	215
4.3.1	As variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa <i>Goldvarb</i>	217
4.3.1.1	Função sintática do pronome	217
4.3.1.2	Regência da preposição	226
4.3.1.3	Discurso laico/religioso	233
4.3.1.4	Comunidade	234
4.3.1.5	Sexo	237
4.3.1.6	Localidade	239
4.3.2	As variáveis não selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa <i>Goldvarb</i>	242
4.3.2.1	Tipo de oração	243

4.3.2.2	Faixa etária	245
4.3.2.3	Escolaridade	247
4.3.2.4	Estada na comunidade	249
4.3.2.5	Exposição à mídia	250
4.3.2.6	Rede de relações	250
4.3.2.7	Bairros	251
4.4	SÍNTESE DOS RESULTADOS	252
CONSIDERAÇÕES FINAIS		255
REFERÊNCIAS		259

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a *flexão de caso dos pronomes pessoais* é definida pela modificação formal dos pronomes pessoais em cada função sintática. Sob essa perspectiva – de herança latina –, as formas pronominais nominativas (*eu, tu, ele, nós, vós, eles*) apresentam formas oblíquas correspondentes (*me/mim/comigo; te/ti/contigo; nos/conosco; vos/convosco; o(s)/a(s)/lhe(s)*) para representar as funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. No português brasileiro (PB), no entanto, a propriedade da flexão casual dos pronomes pessoais apresenta uma simplificação, caracterizada pelo uso variável dos pronomes flexionados e não flexionados em funções de complementos verbais (*João te viu ~ João viu você*) e adjuntos adverbiais (*João saiu contigo ~ João saiu com você*).

Essa redução na morfologia de caso pronominal é um dos fenômenos morfossintáticos que, além de diferenciar o português brasileiro da variedade europeia, evidencia a polarização da realidade linguística brasileira (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), devido ao comportamento diferenciado do fenômeno nas variedades cultas e populares. Enquanto, no português culto, apenas as formas de natureza nominal – *você, a gente e ele* – alternam-se com as formas flexionadas dos pronomes pessoais – *te/lhe, nos/conosco, o/a* – nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais, no português popular, essa variação estende-se também às formas essencialmente pronominais – *eu, tu e nós* –, processando-se, portanto, de modo mais radical.

Nesta tese, adotamos a flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares como objeto de investigação. A análise aqui proposta está fundamentada nos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), que busca sistematizar os processos de variação e mudança, observando o seu encaixamento na estrutura linguística e social. Nesse sentido, definimos como nosso objetivo geral delinear o perfil sociolinguístico da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular, delimitando como universo de observação as variedades populares da Bahia, distribuídas ao longo de um *continuum* de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005; 2011) – das variedades populares rurais isoladas às variedades populares urbanas.

Para tanto, foi observada a realização das variantes linguísticas – o pronome flexionado (*João me viu*) e o pronome não flexionado (*João viu eu*) – em um conjunto de 160 entrevistas

sociolinguísticas, que comportam amostras de fala correspondentes ao português afro-brasileiro (PAF) – Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé –, ao português popular do interior (PPI) – Santo Antônio de Jesus e Poções –, ao português popular de Feira de Santana (PPF) e de Salvador (PPS).

Com base no modelo da polarização sociolinguística (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), definimos a hipótese geral de que a simplificação da morfologia da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular é resultante dos contatos linguísticos processados, sobretudo do português com as línguas africanas, nas regiões rurais do país durante a constituição sócio-histórica do PB. Isso porque, em situações de contato entre línguas mutuamente ininteligíveis, ocorre sempre, ainda que em níveis diferenciados, perda de morfologia flexional – de nomes verbos e pronomes –, como é possível verificar nas línguas crioulas, resultantes de condições sócio-históricas semelhantes às das variedades populares do Brasil. Nessa linha de raciocínio, o comportamento diferenciado do fenômeno nas variedades cultas estaria também associado ao seu passado colonial, visto que teriam se originado nas zonas urbanas, habitadas por uma pequena elite que cuidava de manter os padrões linguísticos europeus.

Uma integração entre as zonas rurais e as zonas urbanas tornou-se, no entanto, inevitável diante do quadro de mudanças desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização, no século XX, sobretudo a passagem da variação linguística do PB de um plano diatópico para um diastrático. Considerando esse aspecto, Bortoni-Ricardo (2005) apresenta a proposta do *continuum* de urbanização para o estudo do PB – em que também se apoia a discussão estabelecida nesta tese. Essa concepção aponta para uma integração constante entre as zonas rurais e urbanas, procurando demonstrar que estas se interseccionam e podem, ao mesmo tempo, manter as suas particularidades. Nesse sentido, o rural e o urbano não constituem sistemas em oposição, mas em gradação, em que a existência de pontos comuns e contínuos não significa, necessariamente, a eliminação das especificidades de cada um.

Ajustando o nosso tema de estudo à proposta do *continuum* do português popular da Bahia, definimos também a hipótese de que os faltantes das comunidades rurais mais isoladas – as afro-brasileiras – comportam em seu repertório linguístico uma maior frequência de variantes não padrão – o pronome não flexionado – e à medida que se dá o avanço no *continuum* em

direção às variedades populares da capital, os falantes aumentem gradativamente a frequência de uso da variante padrão – o pronome flexionado.

Diante da necessidade de correlação entre os aspectos da história interna e externa da língua portuguesa no Brasil para a compreensão do fenômeno em estudo, trazemos à tona, no primeiro capítulo, intitulado *A polarização sociolinguística do português brasileiro*, a participação dos atores e línguas que constituíram o cenário que propiciou a formação o português brasileiro e a constituição da sua realidade linguística plural e polarizada. Nesse capítulo, apresentamos, inicialmente, uma caracterização do contexto sócio-histórico colonial brasileiro, considerando a composição multiétnica, a distribuição demográfica e a dinâmica dos povos – índios, portugueses, africanos e imigrantes europeus e asiáticos – que o configuraram, com o objetivo de demonstrar como, em meio a um contexto de multilinguismo generalizado, a língua portuguesa tornou-se hegemônica e foi se diferenciando da variedade europeia.

Posteriormente, ainda no primeiro capítulo, a discussão é direcionada ao modelo da polarização sociolinguística, definido por Lucchesi (2001;2002), inicialmente, a partir da oposição rural *versus* urbano, e reestruturado (LUCCHESI, 2015), a partir do diálogo com a proposta do *continuum* de urbanização, definida por Bortoni-Ricardo (2005). Ademais, é discutido o papel das redes sociais na difusão e entrecruzamento das normas linguísticas e a atuação da norma padrão no nivelamento das duas grandes vertentes do PB. Em seguida, apresentamos o universo de observação delimitado para este estudo, caracterizando as comunidades de fala distribuídas ao longo do *continuum* do português popular da Bahia.

No segundo capítulo, *Fundamentos teórico-metodológicos*, apresentamos os princípios que nortearam a realização do nosso estudo. A abordagem inicial é estruturada em torno da concepção de língua e dos principais conceitos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008). Apresentamos, ainda, a descrição do método através do qual a pesquisa foi desenvolvida, abordando a composição dos *corpora*, o modelo de entrevista, as etapas pós-entrevista e a definição do envelope da variação, com a indicação dos possíveis contextos linguísticos e sociais condicionadores do fenômeno variável em estudo – a flexão de caso dos pronomes pessoais. Finalizando o capítulo, apresentamos uma caracterização do pacote de programas de análise estatística Goldvarb, utilizado para o tratamento quantitativo dos dados.

A flexão de caso dos pronomes pessoais: do latim às variedades do português do Brasil constitui o tema de abordagem do terceiro capítulo. A discussão sistematizada no capítulo, inicialmente, volta-se à flexão de caso de nomes e pronomes na estrutura da gramática da língua latina, para, adiante, apresentar-se uma descrição do sistema pronominal da língua portuguesa na perspectiva tradicional em confronto com as discussões propostas por estudos linguísticos. Ademais, é estabelecida uma pausa para a observação da flexão de caso dos pronomes nas línguas crioulas de base lexical portuguesa – com o objetivo de reunir elementos que nos permitam compreender a realização do fenômeno nas variedades populares do PB. Posterior a essa discussão, é apresentada uma exposição sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais no português brasileiro, considerando a sua realização nas vertentes cultas e populares.

No quarto capítulo, *A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia: dados descritivos e quantitativos*, apresentamos os resultados obtidos no estudo. Nesse capítulo, antecede à análise quantitativa uma descrição do comportamento da flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares da Bahia, considerando o paradigma de todas as pessoas do discurso. A análise quantitativa/qualitativa é estruturada a partir da discussão das variáveis linguísticas e sociais selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb – e também as não selecionadas –, para o que relembramos as hipóteses delineadas no decorrer do estudo.

Nas *Considerações Finais*, apresentamos uma síntese da discussão estabelecida ao longo da tese e dos principais resultados obtidos.

Na literatura, há muitos trabalhos acerca do sistema pronominal brasileiro. O nosso destaca-se por abordar a propriedade da flexão casual – que ainda carece de estudos sociolinguísticos – nas variedades do português popular da Bahia – campo de pesquisa ainda pouco explorado. Este é, portanto, um estudo que visa ampliar o conhecimento acerca da língua portuguesa falada no Brasil, reunindo dados para a compreensão da realidade sociolinguística brasileira, sobretudo da sua vertente popular. Para isso, buscamos trazer para o plano da língua os aspectos da sócio-história e – ao mesmo tempo – provocar o anseio pelo conhecimento da participação do povo brasileiro na construção da sua língua através da sua sócio-história..

CAPÍTULO 1 – A POLARIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Na década de 50, Serafim da Silva Neto, em sua proposta de periodização linguística, afirma que, do início da colonização até 1808 e desse período em diante, era possível perceber cada vez mais “a dualidade linguística entre a nata social, viveiro de brancos e mestiços que ascenderam, e a plebe, descendente dos índios, negros e mestiços da colônia” (SILVA NETO, 1951, p.88). A ideia de uma realidade linguística bipartida/dual será, posteriormente, desenvolvida e defendida por Lucchesi (2001; 2002) para subsidiar estudos desenvolvidos sobre o português falado no Brasil. O modelo da polarização sociolinguística do PB, apoiando-se no conceito de norma linguística como o comportamento linguístico habitual (agregado de valores sociais) de um determinado grupo, centra-se na ideia de que a realidade linguística brasileira é constituída “[...] por dois subsistemas distintos: a norma culta e a norma popular” (LUCCHESI, 2002, p. 87).

Essa proposta fundamenta o estudo desenvolvido nesta tese e constitui o tema de abordagem deste capítulo, que se encontra organizado em torno de quatro seções. Na seção 1.1, abordamos a composição pluriétnica e plurilíngue do cenário sócio-histórico colonial, que forneceu as bases para a modelagem do português brasileiro (PB). Na seção 1.2, discutimos a proposta da polarização sociolinguística do PB (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), o seu diálogo com a proposta do *continuum* de urbanização do PB (BORTONI-RICARDO, 2005, 2011) e o entrecruzamento entre as normas linguísticas brasileiras, apontando o papel das redes sociais, da escolarização e da norma padrão nesse processo.

A caracterização das comunidades de fala, definidas para o estudo da flexão de caso pronominal no português popular da Bahia, constitui a abordagem da seção 1.3. Na seção 1.4, apresentamos uma síntese, com a definição de hipóteses para o estudo do tema, a partir dos principais tópicos abordados no decorrer do capítulo.

1.1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A formação do povo e do português brasileiro ocorreu em um contexto multiétnico e multilíngue, no qual estiveram em contato as culturas e, sobretudo, as línguas dos portugueses, indígenas, africanos e imigrantes. A participação das diversas matrizes étnicas e

de suas línguas no período colonial brasileiro constitui o objeto da abordagem estabelecida nesta seção. No percurso de sistematização desse cenário sócio-histórico, pretendemos demonstrar como, em meio à diversidade, a língua portuguesa se tornou hegemônica no território brasileiro e, ao mesmo tempo, pontuar que o hibridismo linguístico e cultural existente no Brasil – propiciou a formação de uma variedade do português distante da matriz europeia, definida como *português brasileiro*.

Nos primeiros contatos com as terras brasileiras, os europeus se depararam com a diversidade cultural e linguística dos povos autóctones. Rodrigues (1996) aponta uma estimativa de 1.500.000 de índios e de 1.273 línguas indígenas distribuídas ao longo do território brasileiro no início da colonização. A partir de dados recentes, o autor aponta a existência (ou resistência) de 350.000 índios e 180 línguas indígenas, concentradas, especialmente, na região amazônica. Diante desses dados, conforme assinalam Franchetto e Leite (2006), torna-se evidente o processo de extermínio da população indígena e, conseqüentemente, de suas línguas.

A diversidade linguística e cultural indígena, apontada por Rodrigues (1993), dificultava o processo colonizador e a propagação do cristianismo nas terras recém-descobertas. Uma política colonial homogeneizadora – cultural e linguística – tornou-se, então, o principal mecanismo para consolidar a dominação da população autóctone e para promover a sua cristianização. A política unificadora da metrópole foi processada, sobretudo, durante as ações missionárias dos jesuítas e desenvolvida no sistema de aldeamento indígena, no qual era comum o agrupamento de índios de diversas etnias e línguas, para, de maneira forçada, aprender a religião cristã e a *língua geral*, essencialmente de base tupi, utilizada no contato entre os europeus/catequizadores e os índios. Sobre essa política homogeneizadora étnica e linguística da população autóctone, Borges (2003, p. 121) comenta:

[...] instituíram-se vários instrumentos, a que se pode chamar genericamente de aparelhos do Estado Colonial, para estabelecer a tupinização da diversidade étnica da colônia, formando uma população homogênea do ponto de vista supra-étnico, para que se tornasse apta a integrar-se ao sistema de produção/reprodução mercantil-evangelizadora. Com isso, estabeleciam-se os meios para a efetiva consecução de uma unidade étnica e linguística condizente com as necessidades e interesses da administração colonial. [...].

Embora seja comum a referência à *língua geral* no singular, Rodrigues (1996, 2000) afirma que, durante o período colonial, ocorreu a formação de duas *línguas gerais*, constituídas por línguas e em regiões distintas: *a língua geral paulista e a língua geral amazônica*. A primeira originou-se ao Sul, por volta de 1532, na capitania de São Vicente, expandindo-se por Minas Gerais e Mato Grosso com as expedições dos bandeirantes. A segunda era de base tupinambá e desenvolveu-se, no século XVII, ao norte do país, na Região Amazônica – Maranhão, Pará, vale do rio Amazonas, parte da Colômbia e Venezuela.

A política de implementação do uso da *língua geral* encontra espaço favorável no contexto da miscigenação étnica e linguística. Nas palavras de Borges (2003, p. 117), havia “um complexo de relações étnicas e linguísticas (miscigenação, inclusive) entre índios e soldados e entre homens e mulheres, causando um impacto sociolinguístico”, o que “criava um espaço favorável à implementação da política da língua geral[...]”. Nesse contexto, também se deu a nativização e, conseqüentemente, a expansão da *língua geral*, visto que os mamelucos, filhos das mulheres indígenas com os portugueses, a adquiriram como língua materna. Esse processo foi descrito pelo Padre Antônio Vieira do seguinte modo: “É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza vão os meninos aprender à escola.” (Obras Várias, I, Lisboa 1856, p. 249 apud HOLANDA, 1976, p. 88).

A língua geral foi, durante três séculos, a principal forma de comunicação entre índios, negros e afrodescendentes e brancos. No entanto, um conjunto de fatores atuou para o declínio do uso das línguas gerais. Dentre eles, são apontados, comumente, o extermínio da população indígena e o processo civilizatório, iniciado no século XVII. A drástica redução da população indígena que passou de 50%, no século XVI, a 2%, no século XIX, conforme os dados da Tabela 01, é relacionada ao confronto com os europeus, às epidemias de doenças europeias e à não resistência ao trabalho escravo. O processo civilizatório, por sua vez, estava associado à eliminação dos hábitos prejudiciais à progressão da colônia, sendo oficializado pelo Marquês de Pombal, em 1757, o decreto que proibia o uso das línguas gerais e institucionalizava o português como língua oficial da colônia.

Tabela 01 – Distribuição demográfica da população colonial

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branços brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p.163)

De acordo com Mattos e Silva (2004), em virtude do processo “etnocida” da população indígena, os índios integrados brasileiros não tiveram chances de ser os principais difusores do português no Brasil. Esse papel, segundo a autora, foi desempenhando pelos africanos e afrodescendentes, que também participaram do cenário sócio-histórico colonial brasileiro.

No século XIV, por volta de 1550, com a oficialização do tráfico negreiro, são introduzidos, no território brasileiro, os povos e as línguas africanas. O número de africanos importados pelo tráfico negreiro, entre 1550 e 1850, é estimado em torno de 4.000.000, distribuídos em quatro grandes ciclos de importação: (i) o ciclo da Guiné, no século XVI, com escravos sudaneses, oriundos da África situada ao norte do Equador; (ii) o ciclo do Congo e de Angola, no século XVII, com os negros bantos; (iii) o ciclo da costa de Mina, no século XVIII, com mais escravos sudaneses; (iv) e a chegada de escravos oriundos de todas as regiões, predominantemente de Angola e Moçambique, no século XIX (MATTOSO, 1982; PETTER, 2006). Na Tabela 02, apresentamos as estimativas em torno do número de africanos desembarcados no Brasil entre os séculos XVI e XIX:

Tabela 02 – Estimativa do número de africanos introduzidos no Brasil entre os séculos XVI e XVIII (1551-1870)

	Período	Número de africanos desembarcados no Brasil
Séc. XVI	1551-1600	50.000
Séc. XVII	1601-1650	200.000
	1651-1700	360.000
Séc. XVIII	1701-1740	605.100
	1741-1800	1.095.200
Séc. XIX	1801-1830	1.000.400
	1831-1850	712.700
	1851-1870	6.400
	Total geral	4.029.800

Fonte: Adaptado de Alencastro (2000).

Segundo Petter (2006), foram envolvidas pelo tráfico de escravos, cerca de 200 a 300 línguas africanas, provenientes de duas grandes áreas, a África ocidental (oeste-africana) e a África banto (da linha do equador até o cone sul-africano), pertencentes à família linguística Niger-Congo. No território brasileiro, oriundas da região oeste-africana, destacaram-se as línguas *kwa*, em especial o *iorubá* e as do grupo *ewe-fon*; e da África banto, tiveram maior destaque o *quicongo*, o *quimbundo* e *umbundo* (PESSOA DE CASTRO, 2006; PETTER, 2006). Em relação à participação dessas línguas no contexto brasileiro, Pessoa de Castro (2006, p. 108) chama a atenção para o seguinte aspecto:

O que não se pode contestar é a afirmação de que, por parte das línguas africanas, as línguas bantos foram as mais importantes no processo de configuração do perfil do português brasileiro, devido à antiguidade e superioridade numérica de seus falantes e a grandeza da dimensão, no tempo e no espaço, alcançada pela sua distribuição humana no Brasil colonial.

A política colonialista de tráfico de escravos promovia uma seleção negativa dos escravos africanos aqui desembarcados. Desse modo, era evitada a convivência entre os negros africanos pertencentes à mesma etnia, à mesma família e falantes da mesma língua, na tentativa de evitar rebeliões. Nesse sentido, de acordo com Mattos e Silva (2004, p. 97), os africanos trazidos para o Brasil tiveram de aprender “uma outra língua, na oralidade, sem normatização escolar, a língua dominante da colonização, a portuguesa”. Aos senhores, contudo, não interessava uma proficiência em língua portuguesa por parte dos africanos, quando deles se serviam apenas para lidar com a terra e como instrumentos de exploração. Assim, “[...] um conhecimento precário da língua, que permitisse a compreensão das ordens, era considerado suficiente na maioria dos casos.” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 98).

A língua portuguesa adquirida “[...] na oralidade do cotidiano diversificado e multifacetado, sem o controle normativizador explícito da escolarização [...]”, será difundida pelo território brasileiro pelos africanos e afrodescendentes (MATTOS E SILVA, 2004, p. 93). A relevância dessa população na passagem de um contexto de multilinguismo generalizado ao de unilinguismo generalizado e/ou multilinguismo localizado estaria associada, por um lado, à presença maciça dos africanos e afrodescendentes no território brasileiro, que, conforme os dados apreciados na Tabela 01, configuravam a maioria da população: cerca de 60%, nos séculos XVII e XVIII, e 50%, no século XIX. De acordo com Mattos e Silva (2004, p. 102), “diante desses dados demográficos, pode-se admitir que o forte candidato para a difusão do

que tenho designado de português geral brasileiro, variante sociolinguística mais generalizada no Brasil, seriam os africanos e afrodescendentes [...]”.

Por outro lado, a mobilidade geográfica e os diversos papéis sociais desempenhados por africanos e afrodescendentes também merecem destaque na difusão da língua portuguesa pelo território brasileiro, conforme assinala Mattos e Silva (2004). A população africana e os seus descendentes estavam sempre migrando para as regiões econômicas mais promissoras do país. Dessa forma, estiveram presentes, nos séculos XVI e XVII, nas lavouras de cana-de-açúcar, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro; no século XVIII, nas regiões de mineração de ouro e diamantes, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás; e no século XIX, dirigiram-se para as lavouras de café. Para além da mobilidade geográfica, havia a multiplicidade de papéis assumidos pelos africanos e afrodescendentes na vida urbana da colônia, como os de artesãos, carregadores, pintores, marinheiros e escravos domésticos. Segundo Mattos e Silva (2004, p. 102), os papéis assumidos por eles, apesar de sempre subalternos, eram “constantes e necessários à sociedade que se constituiu em nosso território”.

Ademais, Mattos e Silva (2004, p.106) pontua a situação dos negros nos espaços ilegítimos da escravidão, os quilombos, como um fator também relevante para a difusão da língua portuguesa no Brasil:

Nesses espaços, ilegítimos em que se agrupavam negros, índios, fugitivos de qualquer etnia, inclusive portugueses e luso-descendentes, circulariam, sem dúvida, configurações linguísticas diversas, a depender da composição de cada um deles e de sua localização no espaço territorial brasileiro. Contudo, ali também não poderia deixar de estar presente o que venho designando de português geral brasileiro, já que para sua sobrevivência, esses quilombos se articulavam de algum modo com a sociedade ‘legítima’ por razões de sobrevivência.

Em suma, seja pela presença maciça nas regiões do interior do país, seja pela participação na vida urbana, os africanos e afrodescendentes foram os agentes responsáveis pela difusão do português diferenciado, em muitos aspectos, daquele falado pelos europeus quando aqui chegaram. Essa variedade do português é designada por Mattos e Silva (2004) de “português geral brasileiro”, o antecedente histórico do nosso português popular.

No panorama sócio-histórico e linguístico colonial brasileiro, estiveram também presentes imigrantes europeus e asiáticos, entre os quais havia uma grande heterogeneidade, tanto de

etnias diferentes quanto da mesma etnia. No cenário brasileiro, destacaram-se, no entanto, os imigrantes que constituíram núcleos homogêneos, como os alemães, poloneses, italianos e japoneses, na tentativa de preservar os hábitos, costumes e tradição dos seus países de origem. A entrada de imigrantes no Brasil, no século XIX, foi estimulada pelo governo brasileiro que, por um lado, pretendia a ocupação do espaço geográfico, sobretudo na região sul, e, por outro, buscava estimular o “branqueamento” do país, pois a miscigenação era percebida pelos portugueses como um empecilho ao desenvolvimento econômico e social do Brasil (KREUTZ, 2000).

A imigração começa a se expandir, no Brasil, por volta de 1850, com a extinção do tráfico de escravos. No entanto, a partir de 1888, com a abolição da escravatura, em que houve a necessidade de superar a carência de mão-de-obra nas lavouras de café, basicamente composta por africanos e afrodescendentes, o processo de imigração é intensificado e aproximadamente mais de três milhões de imigrantes, segundo Lucchesi (2002), passam a integrar o cenário brasileiro. Os imigrantes chegados ao Brasil ocupam, inicialmente, os estratos mais baixos da hierarquia social, com o trabalho assalariado nas plantações de café. Entretanto, em virtude da sua bagagem cultural, ascendem rapidamente na escala social (LUCCHESI, 2002).

As línguas dos imigrantes não ameaçaram a hegemonia da língua portuguesa no Brasil. Ainda que as escolas étnicas e os agrupamentos homogêneos contribuíssem para conservar os valores linguísticos desses grupos, o governo brasileiro procurou inibi-los, com a homologação de inúmeros decretos, os quais tinham, por finalidade, garantir o ensino da língua portuguesa no país (KREUTZ, 2000). Desse modo, as línguas dos imigrantes permaneceram restritas às suas pequenas colônias ou grupos, como podemos observar, atualmente, em algumas regiões do território brasileiro. A participação dos imigrantes no contexto brasileiro contribuirá para a diversidade regional, sobretudo nas regiões sudeste e sul do país, onde estiveram concentrados, maioritariamente, mas também assumirá papel relevante no processo de nivelamento das duas grandes vertentes do português brasileiro, segundo Lucchesi (2002).

Diante do exposto nesta seção, conforme sintetiza Mattos e Silva (2004, p. 140), compreendemos que:

[...] O português brasileiro descende do europeu e, no Brasil, tomou a sua forma na complexa interação entre a língua do colonizador e, portanto, do poder e do prestígio; as numerosas línguas indígenas brasileiras; as também numerosas línguas africanas chegadas pelo tráfico negreiro[...]; as línguas que emigraram para o Brasil da Europa e da Ásia [...]. Dessa potencial Babel linguística, foi se definindo [...] o formato brasileiro contemporâneo da língua portuguesa.

A reconstrução dessa “Babel linguística” não se apresenta como uma tarefa simples e perpassa por diferentes modos de compreensão e interpretação dos contatos linguísticos processados no cenário sócio-histórico de formação do que hoje designamos de *português brasileiro*. Dentre as leituras possíveis para a formação do português brasileiro, sobretudo da sua variedade popular, destacam-se três hipóteses: (i) a da crioulização, proposta por Gregory Guy (2005); (ii) a da deriva, defendida por Naro e Scherre (2007); (iii) a da polarização do português brasileiro, decorrente do processo de transmissão linguística irregular, sistematizada por Lucchesi (2001).

A hipótese da crioulização, defendida de Gregory Guy (2005), apoia-se no argumento de que as características observadas no português popular brasileiro são resultantes de um processo de crioulização, desencadeado pelo contato do português com as línguas africanas, seguido de uma posterior descrioulização. Nessa linha de raciocínio, os morfemas flexionais perdidos, em virtude da crioulização, estariam sendo readquiridos, pois o português brasileiro estaria caminhando em direção à língua alvo, o português europeu, concretizando-se, dessa maneira, um processo de descrioulização.

A hipótese de Guy (2005) é contestada por Fernando Tarallo (1996), de acordo com o qual, o português brasileiro estaria se afastando do português europeu, e não se aproximando, como proposto por Guy. A proposta de Tarallo (1996) fundamenta-se na análise de aspectos morfossintáticos do português que distanciam a variedade brasileira da variedade europeia, como as estruturas relativas e o preenchimento do sujeito e do objeto. De acordo com Tarallo (1996, p. 60), para que a hipótese de Guy fosse viável, “o português brasileiro teria que se virar pelo avesso e de ponta-cabeça. Sujeitos teriam que começar a ser nulos outra vez, enquanto objetos teriam que começar a receber pronomes clíticos outra vez”.

A segunda hipótese, a da deriva, defendida por Naro e Scherre (2007), parte da ideia de que as mudanças ocorridas no PB já estavam prefiguradas no sistema da língua portuguesa, e que “se

as sementes trazidas de lá germinaram mais rápidas e cresceram mais fortes, é que as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma ‘confluência de motivos’” (NARO; SCHERRE, 2007, p. 48). Sob essa perspectiva, a redução dos mecanismos flexionais de nomes e verbos teriam sido resultantes de mudanças fonéticas, que já estavam em curso na língua de Portugal, a exemplo da supressão do *-s* e do *-m* em finais de palavra, e que, no Brasil, teriam apenas dado curso a uma deriva românica.

A hipótese da polarização sociolinguística do Brasil, defendida por Lucchesi (2001, 2002, 2015), assenta na visão de que a formação do português brasileiro, especialmente da sua variedade popular, está relacionada aos contatos linguísticos processados entre o português e as línguas indígenas e, sobretudo, as africanas nas regiões rurais do país. O nosso estudo está associado a essa última hipótese, considerando que a redução da morfologia flexional de nomes, verbos e pronomes, é típica dos processos de *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI; BAXTER, 2009). Nesse sentido, na seção 1.2, sistematizaremos o modelo da polarização linguística do português brasileiro e apontaremos a sua relação com a redução na morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais – o nosso objeto de estudo.

1.2 A POLARIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DO PORTUGUÊS DO BRASILEIRO

A discussão estabelecida nesta seção articula-se em torno de três subseções. Na subseção 1.2.1, abordamos o modelo da polarização sociolinguística do PB, definido a partir da oposição rural *versus* urbano (LUCCHESI, 2001, 2002). Na seção 1.2.2, discutimos a ampliação do modelo da polarização sociolinguística do PB a partir da proposta do *continuum* de urbanização, considerando que as transformações econômicas ocorridas no Brasil, no século XX, favorecem a integração entre as zonas rurais e urbanas, e o entrecruzamento das normas cultas e populares.

1.2.1 As duas grandes *vertentes* do português brasileiro e a oposição rural *versus* urbano

O modelo da polarização sociolinguística do português brasileiro, sistematizado por Lucchesi (2002), fundamenta-se no conceito de *norma linguística*. De acordo com o autor, para a compreensão do modelo da polarização, é interessante retomar os valores expressos pelos adjetivos *normal* e *normativo*, relacionados ao substantivo *norma*. O adjetivo *normal* remete ao que é de uso comum, habitual e tradicional em uma determinada comunidade; o *normativo*,

por sua vez, está relacionado a um conjunto de regras e valores impostos a uma comunidade. Considerando esse aspecto, foi proposta – ainda por Cunha (1985) – no âmbito dos estudos linguísticos, a distinção entre as *normas objetivas*, correspondentes ao uso concreto da língua, e as *normas subjetivas*, as quais constituem um sistema ideal de valores sobre os usos linguísticos. Para a sistematização do modelo da polarização do PB, Lucchesi (2002) toma como ponto de partida o conceito de norma objetiva, instituindo a distinção entre *norma popular* e *norma culta*, procurando apontar como estas têm se distanciado, cada vez mais, dos usos prescritos pela norma subjetiva – a *norma padrão*.

Ao considerar a realidade linguística brasileira como polarizada, fundamentada no processo sócio-histórico que caracterizou o cenário brasileiro no período colonial, Lucchesi (2001, 2002) considera a oposição entre as zonas rurais e os centros urbanos. O autor procura demonstrar a constituição das normas objetivas brasileiras em função da diferenciação étnica, demográfica, sociocultural e econômica dos espaços rurais e urbanos. Essa contextualização é de fundamental importância para compreender que os valores atribuídos às formas linguísticas da norma culta e da norma popular são frutos do processo sócio-histórico sob o qual cada uma dessas normas foram constituídas, pois, como afirma Faraco (2008, p. 43), “a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas, ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas”.

A maioria da população colonial brasileira esteve centrada, até o início do século XIX, nas regiões rurais, porque nesses espaços estavam concentradas as atividades econômicas que sustentavam a economia da época: as lavouras de cana-de-açúcar, as plantações de café, fumo e algodão, e as fontes de mineração de ouro e diamantes. A demografia da população rural era constituída, maioritariamente, por negros e mestiços, utilizados, no trabalho escravo, para suprir a carência de mão-de-obra. Nesse contexto, a língua portuguesa foi adquirida, como segunda língua, por índios, africanos e afrodescendentes, de modo precário, ou seja, através da oralidade, sem a ação de um mecanismo normatizador e sem acesso à escolarização. O português, adquirido sob tais condições, afastava-se cada vez mais da forma que era falado pelos europeus, tornando-se o modelo de língua materna para os descendentes dos escravos africanos e também dos mestiços. Essa variedade do português, decorrente desse processo de *transmissão linguística irregular* (LUCCHESI; BAXTER, 2009), teria fornecido as bases para as normas populares do português brasileiro.

Os processos de *transmissão linguística irregular* (TLI) desenvolvem-se em contextos sócio-históricos de prolongado e massivo contato entre línguas, radicalmente distintas e hierarquicamente diferenciadas, como o da colonização e o da escravidão. Nesses cenários, a população adulta do grupo dominado, em virtude de razões sociais e comerciais, é forçada a adquirir a língua dominante (a língua alvo) como uma segunda língua. Essa aquisição ocorre de forma precária e a variedade resultante passa a apresentar “[...] uma forte redução em sua estrutura gramatical, já que só os elementos essenciais, necessários ao preenchimento das funções comunicativas básicas são mantidos” (LUCCHESI; BAXTER 2009, p.102). Dentre os elementos gramaticais afetados, destacam-se, em sua maioria os morfemas flexionais:

[...] em todo e qualquer processo de transmissão linguística irregular desencadeado pelo contato entre línguas ocorre, em maior ou menor grau, perda de morfologia flexional e de regras de concordância nominal e verbal. Nas situações típicas de criouliização, essa perda tende a ser total. [...] Já nos casos de uma transmissão linguística irregular mais leve, não podemos pensar em um quadro de eliminação em níveis tão categóricos, mas na formação de um quadro de variação mais ou menos intenso, conforme cada caso[...] (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p.124).

Em função de um conjunto de fatores, os processos de transmissão linguística irregular podem ser mais intensos ou mais leves. A TLI mais intensa caracteriza-se por uma erosão radical dos elementos gramaticais da língua alvo, do que resultam línguas completamente distintas daquelas que estiveram em contato, denominadas de *pidgins* ou *crioulos*. Na transmissão linguística irregular do tipo mais leve, ocorre uma erosão da estrutura gramatical da língua alvo em menor grau, resultando não em eliminação, mas em variação no uso de morfemas de flexão e de elementos gramaticais. Desse modo, uma nova entidade linguística não se origina dos processos de TLI mais leve, mas uma variedade da língua alvo, o que, segundo Lucchesi, é “[...] uma situação que se aproxima bastante das que se observam no processo de constituição histórica das variedades populares da língua portuguesa no Brasil” (LUCCHESI, 2003, p. 227).

Diferentemente do que se processava nas regiões rurais do país, nos espaços urbanos, a elite colonial brasileira – minoria da população – cuidava em zelar pelos padrões culturais da metrópole, e tentavam, cada vez mais, manter a língua portuguesa mais próxima do modelo europeu. Dessa maneira, enquanto, nas zonas rurais, a língua portuguesa passava por profundas alterações devido à sua aquisição precária por negros, índios e mestiços, nas zonas

urbanas, “[...] a gente boa da colônia cultivava a língua e as maneiras importadas da Metrópole” (LUCCHESI, 2002, p.78), originando a norma culta do português brasileiro,

A oposição rural *versus* urbano é também apontada por outros autores, a exemplo de Bortoni-Ricardo (2005) e Mattos e Silva (2004), como responsável pela diferenciação do português brasileiro em normas cultas e populares. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), as zonas rurais foram espaços propícios para a formação do português popular, pois “[...] foi, possivelmente, mais acentuada a influência do adstrato indígena e do pidgin falado pelos negros entre si e nos seus contatos com a população branca e mestiça” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 32). Além disso, a autora acrescenta que a variedade da língua falada por essa parcela da população permaneceu, por muito tempo, isolada e restrita às regiões do interior do país. De modo diferente, “A língua trazida para o Brasil pelos portugueses conservou-se, nos grandes centros de colonização no litoral, onde havia constante intercâmbio comercial e cultural com a metrópole, bem semelhante à modalidade lusitana, distinguindo-se dela, porém, em alguns traços” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.31).

A autora Mattos e Silva (2004, p.75-76), ao tratar da polarização linguística do PB, afirma que, de um lado, havia o contingente de europeus e brancos, representantes de 30% da população ao longo desse período, que tentavam manter “o português mais próximo do português europeu”, sendo esse “o modelo a perseguir na elaboração do português culto brasileiro”; e do outro, as etnias não-brancas (africanos, afrodescendentes e índios aculturados), que aprendiam o português precariamente, constituindo “o português geral brasileiro”, que seria o antecessor do português popular.

Diante do exposto nesta seção, acreditamos que a redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais está associada ao processo sócio-histórico e diatópico (rural *versus* urbano) que deu origem a realidade polarizada do PB. Isso porque, na variedade popular do português, originada nas regiões rurais do país, a redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais atinge desde as formas de natureza nominal (*você, a gente e ele*) até as formas ditas mais pronominais (*eu, o tu e o nós*), diferentemente do que ocorre com as normas cultas, originadas nos espaços urbanos da colônia, em que só as formas nominais têm sido atingidas.

A diversidade linguística do português brasileiro, manifestada, inicialmente, no eixo horizontal (diatópico), visto que as diferenças entre as duas normas ascendem da segregação entre as zonas rurais e urbanas, passa a se manifestar no eixo vertical (diastrático), a partir do século XX, com as reconfigurações no quadro sócio-histórico do cenário brasileiro.

1.2.2 Da dicotomia rural-urbano ao *continuum* de urbanização

O Brasil, no século XIX, era um país de população predominantemente rural e o cerne da sua economia estava ligado às atividades desenvolvidas nas regiões rurais do país, traduzidas nos seus três importantes ciclos: o da cana-de-açúcar, o do café, e o do ouro. No início do século XX, no entanto, o cenário socioeconômico brasileiro passa por uma série de transformações, decorrentes, sobretudo, dos processos de urbanização e industrialização, desenvolvidos por volta de 1930. A partir disso, o Brasil muda a sua configuração, transformando-se em um país eminentemente urbano. Esse aspecto é evidenciado, conforme Tabela 03, no crescimento das taxas de urbanização no país e na sua intensificação nos anos de 1970, quando a urbanização se dá modo mais acelerado:

Tabela 03 – População e taxa de urbanização do Brasil entre 1940 e 2010

Ano	População			Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	%
1940	41.326.315	12.880.182	28.448.133	31,1
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506	36,1
1960	70.992.343	32.004.817	38.987.526	45,1
1970	94.508.583	52.904.744	41.603.839	56,0
1980	121.150.573	82.013.375	39.137.198	67,7
1990	146.917.459	110.875.826	36.041.633	75,5
2000	169.590.693	137.755.826	31.835.143	81,2
2010	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,4

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Na Tabela 03, os dados demonstram que, entre 1940 e 1960, a taxa de urbanização do país começa a crescer, apesar de a da população rural ser ainda muito superior à população urbana. Em 1970, a população urbana supera a população rural e taxa de urbanização atinge 56%. A partir disso, observamos que os números exibidos para a população rural e urbana caminham em sentidos inversos, visto que a primeira decresce e a e a segunda dispara em termos percentuais, exibindo taxas de urbanização de 67,7%, 75,5%, 81,2% e 84,4%, nas décadas de 80, 90, 2000 e 2010, respectivamente. De um modo geral, os dados expressos na Tabela 03

demonstram que duas décadas foram fundamentais para o processo de urbanização, a de 30, em que se deu a sua implementação, e a de 70, quando o país vivencia o crescimento acelerado da urbanização.

O crescimento da taxa de urbanização é comum, no cenário mundial, para os países da primeira e segunda Revolução Industrial que exibem taxas de urbanização em torno de 85% a 95%. O cenário brasileiro destaca-se, no entanto, por apresentar um desenvolvimento acelerado da urbanização, típico dos países de industrialização tardia. Esse processo de urbanização desenfreado provocou profundas alterações no cenário socioeconômico brasileiro, como a expansão da malha rodoviária e dos meios de comunicação de massa, a mecanização do campo, a democratização do ensino básico e intensos fluxos migratórios da população do campo em direção aos centros urbanos.

Dentre esses fatores, para o estudo sociolinguístico do português brasileiro, os constantes e intensos fluxos migratórios das zonas rurais para os espaços urbanos se destacam. Nessa dinâmica, a população egressa das zonas rurais busca na cidade melhores condições de vida, incluindo saúde, moradia e educação, e uma efetiva atuação nas atividades socioeconômicas do país. No entanto, ao se deslocar para os centros urbanos, os indivíduos egressos das zonas rurais não obtiveram, em sua grande maioria, uma efetiva integração nos espaços urbanos. Esse aspecto resultou em uma marginalização – econômica e social – dos migrantes rurais, que passaram a compor os estratos mais baixos da pirâmide social e a ocupar as zonas periféricas da cidade.

Durante a transição campo-cidade, os migrantes trouxeram consigo a sua bagagem sociocultural e linguística. Desse modo, as peculiaridades dos seus vernáculos, resultante dos contatos linguísticos estabelecidos nas regiões interioranas no país – e antes restritos às zonas rurais –, ingressam também nos espaços urbanos. Essas variedades rurais, pertencentes aos falantes que, nos centros urbanos, ocuparam a base da pirâmide social, serão desprestigiadas e, em certos casos, estigmatizadas por aqueles das camadas mais privilegiadas socioeconomicamente. O quadro da variação linguística do português brasileiro é, a partir disso, reorganizado, pois “a variação diatópica esbate-se em favor de uma variação de tipo diastrático, que opõe falantes de níveis socioculturais, com as classes baixas urbanas passando a ser integradas progressiva e majoritariamente pela população de origem rural e por seus descendentes” (LOBO, 2003, p.406).

Considerando a estratificação da variação linguística brasileira, a hipótese de polarização do português brasileiro, definida por Lucchesi (2002) a partir de critérios espaciais, ou seja, da dicotomia rural-urbano, passa a considerar também os ajustes no cenário socioeconômico do país, (re) definido a partir dos processos de urbanização e industrialização no século XX. Dessa forma, o autor, pautando-se também em critérios socioeconômicos, sistematiza a definição para as normas cultas do seguinte modo:

A norma culta seria, então constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma lingüística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A norma popular, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social (LUCCHESI, 2002, p. 87).

Os reflexos da reorganização do quadro da variação brasileira são evidenciados mais uma vez na proposta da polarização sociolinguística quando Lucchesi (2002) trata da mútua influência entre as normas. Esse aspecto, em primeiro lugar, demonstra que a sociedade brasileira (não estagnada) permite o diálogo constante entre os falantes de diferentes camadas sociais, de modo que a fala de um grupo pode influenciar a do outro. Em segundo, ao utilizar as expressões de “baixo para cima” e “de cima para baixo”, Lucchesi (2002, p. 80) procura apontar em que grupo social emergem e ao qual se direcionam os processos de variação e mudança no português brasileiro:

[...] enquanto, no português popular, verifica-se uma tendência de mudança "para cima", não em direção aos padrões normativos, mas em direção ao padrão urbano culto (ou semiculto); no português culto, assiste-se a uma tendência de mudança de afastamento do padrão normativo de matiz europeu, uma mudança que se pode definir como "para baixo". Se é clara a influência "de cima para baixo" sobre as camadas populares, pode-se postular também uma influência "de baixo para cima" sobre as camadas médias e altas.

A estratificação da realidade sociolinguística brasileira é compreendida por Bortoni-Ricardo (2005; 2011) não em uma perspectiva polarizada, mas na forma de um *continuum* de urbanização. Esse *continuum* seria constituído por dois polos extremos, as variedades rurais mais isoladas e as variedades urbanas cultas; as zonas intermediárias seriam ocupadas por

traços contínuos e gradativos mais ou menos próximos de um dos extremos, sendo possível situar um falante em qualquer posição do *continuum*. Nas palavras da autora,

Concebo a ecologia do português brasileiro como um *continuum* de urbanização, que se estende desde as variedades rurais geograficamente isoladas [...] até a variedade urbana culta [...] podendo-se situar um falante em qualquer posição ao longo do *continuum* (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 40).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005; 2011), ao longo do *continuum* do PB, estão distribuídas dois tipos de regras variáveis: as regras contínuas e descontínuas. As primeiras são regras graduais, que exibem continuidade ao longo do *continuum*, por estar presente “no repertório de praticamente todos os brasileiros, dependendo apenas do grau de formalidade que eles conferem à própria fala”. As últimas são regras situadas em determinados pontos *continuum* que, dificilmente, serão distribuídas gradativamente, por comportar aspectos de fala das “variedades regionais e sociais mais isoladas, recebendo maior grau de estigmatização na sociedade urbana hegemônica” (BORTONI-RICARDO, 2005, p.40).

A proposta do *continuum* rural-urbano, para o estudo do português brasileiro, foi acrescida de mais dois *continua*: o de oralidade-letramento e o de monitoração estilística. O primeiro seria constituído pelos extremos das “práticas sociais de oralidade” e “as práticas sociais de letramento”; o segundo, voltado para “o grau de atenção e de planejamento conferidos pelo falante à sua interação” pode ser definido pelos extremos de estilo [- monitorado] e [+ monitorado].

Esse modelo de análise dos três *continua*, sistematizada por Bortoni-Ricardo(2005), é apontada por Lucchesi (2015, p. 152) como complementar à perspectiva da polarização sociolinguística, pois, de acordo com o autor, a dinâmica decorrente dos processos de industrialização e urbanização “introduziu fluidez e permeabilidade em um conjunto de grandes constrastes”.

Para repensar a sua proposta, Lucchesi (2015) considera, inicialmente, os dados sobre os níveis de analfabetismo no Brasil entre os anos de 2001 e 2012, fornecidos pelo Instituto Paulo Montenegro. A partir disso, o autor esclarece que o quadro da polarização sociolinguística no Brasil é definido pelo contraste entre o comportamento linguístico de 27% da população analfabeta ou semianalfabeta e os 27% da população plenamente alfabetizada e

no topo da pirâmide social; os demais 46% representam a população que se abriga “num continuum que liga os dois extremos, em que se encontra ‘um gradiente de variedades [sócio]linguísticas’” (LUCCHESI, 2015, p. 152). Nesse sentido,

Transformando os percentuais em números absolutos, têm-se quase 65 milhões que estão em níveis sociolinguísticos intermediários – que exibem, em sua fala, as formas linguísticas socialmente valorizadas em níveis variáveis, consoante os fatores considerados em cada caso – e apenas cerca de 38 milhões de potenciais falantes de uma norma culta, o mesmo número de falantes da norma popular. (LUCCHESI, 2015, p. 150).

Posteriormente, Lucchesi (2015) propõe a correlação entre os *continua* de oralidade-letramento e monitoração e o modelo da polarização:

[...] aplicando o modelo dos três *continua* ao quadro de polarização, têm-se, no ponto extremo da norma popular, as comunidades rurais mais isoladas do interior do país, cujos falantes, imersos na oralidade, exibiriam um espectro de variação estilística bastante reduzido, já que é escasso também o seu contato com as demais variedades do português. No outro extremo da norma culta, estariam os falantes dos grandes centros urbanos, com alto grau de escolaridade, cujo extenso repertório linguístico amplia bastante o espectro de sua variação estilística. Entre um extremo e outro, vislumbra-se um *continuum* de níveis intermediários. À medida que se passa do pólo extremo da norma popular para a norma culta, cresce progressivamente o grau de urbanização e letramento, bem como o espectro da variação estilística. Assim, vão se descortinando sucessivos cenários sociolinguísticos que podem ser assim discriminados, considerando a escala *rural* > *rurbano* > *urbano*.

Assim, o modelo da polarização sociolinguística, constituída a partir da observação da dicotomia rural-urbano, é redefinido, considerando a noção de *continuum*, na tentativa comportar a reorganização da realidade sociolinguística brasileira, a partir dos impactos causados pelos processos de urbanização e industrialização no século XX. Neste estudo, o nosso tema – a flexão de caso dos pronomes pessoais – passa a ser discutido levando em consideração o novo enquadramento proposto para o modelo da polarização. Por isso, a observação do fenômeno linguístico em estudo será realizada a partir da distribuição das variedades do português popular da Bahia ao longo de um *continuum* de urbanização.

1.2.2.1 O papel das redes sociais na difusão e entrecruzamento das normas linguísticas

A introdução do estudo das redes de relações sociais nos estudos sociolinguísticos brasileiros é realizada por Bortoni-Ricardo, a partir dos aspectos sistematizados por Milroy (1980) sobre a implicação das redes sociais nos processos de variação/mudança no inglês falado em comunidades de Belfast. O estudo das redes de relações sociais é importante para a análise sociolinguística do português brasileiro na medida em que contribui para esclarecer os processos de difusão e entrecruzamento das normas linguísticas rurais e urbanas, que caracterizaram o cenário brasileiro a partir dos fluxos migratórios do campo para a cidade, decorrentes do processo de urbanização em meados do século XX.

A discussão acerca das redes de relações sociais é articulada em torno de dois fatores: *a densidade e a multiplexidade*. A densidade está relacionada à quantidade de pessoas se conhecem entre si no interior de um grupo. Um número grande de relações interpessoais dentro do grupo corresponde a uma *densidade alta*; em contrapartida, um baixo número de pessoas que se conhecem denota uma rede de relações de *baixa densidade*.

A *multiplexidade* está associada aos papéis desempenhados pelos indivíduos no grupo em que estão inseridos. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), as relações desempenhadas pelos indivíduos de um grupo podem assumir uma única direção ou direções múltiplas. A primeira é caracterizada como rede de relações *uniplex* e corresponde a uma atuação de papéis mais restrita por parte dos indivíduos, em que, dificilmente, ocorre o estabelecimento de mais de um tipo de vínculo com os demais membros do grupo (médico/paciente; patrão/empregado). A rede social é caracterizada como *multipléxica* quando os indivíduos interagem de modos e em contextos diversificados, desenvolvendo relações sociais múltiplas (em várias direções), simultaneamente no grupo, como parentes, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, etc.

As propriedades das redes sociais da *densidade* e da *multiplexidade* se correlacionam e se complementam. As comunidades com densidade alta são também *multipléxicas*, pois o fato de as pessoas se conhecerem entre si possibilita que se compartilhe mais de um tipo de relação social. Por outro lado, as comunidades com densidade baixa são também *unipléxicas*, porque o pouco contato estabelecido entre os membros do grupo dificulta o processo de interação. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p.84), “a alta densidade e a multiplexidade

[...] são geralmente características dos sistemas tradicionais, isolados. Sistemas urbanos, por outro lado, tendem a uma densidade baixa e à ‘uniplexidade’”.

A observação das redes de relações sociais para os estudos sociolinguísticos é importante para demonstrar como as propriedades da *densidade* e da *multiplexidade* podem funcionar como indicadores da pressão do sistema normativo. De acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 95), “em comunidades de alta densidade e multiplexidade e baixa complexidade de papéis, desenvolve-se um grande consenso normativo e, conseqüentemente, uma forte resistência à influência de valores exógenos.” Por outro lado, em comunidades de baixa densidade e uniplexidade, os membros do grupo não apresentam um alto grau de coesão interna, estão ligados por laços menos sólidos – ou rede menos densas –, o que gera maior probabilidade de sujeição às pressões normativas, linguísticas e sociais, de outros grupos.

Dessa maneira, as redes de densidade alta e multiplexicas seriam comuns às zonas rurais, em que os indivíduos se conhecem entre si, estabelecem contatos diários e frequentes (seja através de um bate papo na porta à noite, seja na missa, no mercadinho etc.) e desenvolvem papéis sociais em múltiplas direções (o vizinho pode ser, ao mesmo tempo, o colega de trabalho, o amigo, o parente, etc). Esse aspecto reforça a orientação para o grupo, seja em relação à cultura, seja em relação à língua, estreitando, dessa forma, o canal de abertura com os espaços externos. De modo contrário, as redes de baixa densidade e unipléxicas instituem-se nos espaços urbanos, cuja dinâmica de vida estabelece entre os indivíduos relações mais superficiais (muitas vezes, não se conhece ou não se dialoga com o vizinho que mora ao lado) e em direção única (o vizinho, geralmente, só exerce o papel do vizinho). Com relações menos íntimas, os laços se tornam frouxos, e o grupo se torna mais sensível às influências de outros grupos.

Em suma, “o pressuposto geral é que ambientes urbanos complexos e heterogêneos ensejam um número mais amplo de papéis culturalmente diferenciados do que uma comunidade tradicional e relativamente homogênea” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 134).

É preciso pontuar que a rede de relações de um indivíduo pode ser alterada à medida do seu avanço no *continuum* de urbanização. Dessa forma, o indivíduo tende a alternar de uma *rede isolada* para uma *rede integrada*. Essa dinâmica, segundo Bortoni-Ricardo (2011), está associada aos processos de focalização e difusão dialetal.

As redes isoladas (densidade alta e multiplexidade), típica das comunidades rurais, “tendem a favorecer a manutenção da cultura rural e, portanto, a focalização do vernáculo”. Além disso, no trânsito do campo para a cidade, as redes isoladas “representam um alto nível de continuidade rural-urbano”. No entanto, o acesso aos espaços urbanos possibilita aos migrantes rurais o ingresso nas redes integradas (baixa densidade e uniplexidade), que, por toda a complexidade que as envolve, possibilita a descontinuidade do rural-urbano, resultando na difusão do vernáculo rural:

À medida que falantes dos vernáculos rurais entram em contato direto ou indireto com a língua padrão, escrita ou oral, seu dialeto tende a tornar-se mais difuso. A ocorrência de itens lexicais rurais típicos vai diminuir e algumas regras não padrão de seu repertório, antes quase categóricas, tenderão a tornarem-se regras variáveis. A difusão não é vista necessariamente como uma assimilação do português padrão, mas sim como um distanciamento dos dialetos rurais estigmatizados (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 123).

De dialetos focalizados a dialetos difusos, os vernáculos rurais apresentarão uma alta incidência dos traços não padrão. No entanto, segundo Bortoni-Ricardo (2011), na disposição do continuum, as variedades dos migrantes “vão se aproximar mais das variedades padrão que dos vernáculos originais, rurais e isolados” (BORTONI-RICARDO, 2011, p. 125). A passagem de um dialeto focalizado a um dialeto difuso não se dá de modo abrupto e dependerá do grau de adaptação do falante aos espaços urbanos.

Em nosso estudo, que se debruça sobre a análise do português popular em um *continuum* do rural ao urbano, a análise das redes será de fundamental importância para esclarecer se, de fato, as zonas rurais – com redes isoladas – mantêm um maior grau de coesão interna e são menos influenciadas pelos aspectos externos, o que favorece a maior frequência das variantes não padrão. Por outro lado, observaremos como as zonas urbanas – com redes dispersas – têm se comportado como centro difusor dos padrões linguísticos urbanos cultos.

1.2.2.2 O papel da escolarização e da norma padrão no nivelamento das normas linguísticas brasileiras

A dinâmica sócio-histórica da sociedade brasileira no século XX, com acelerado processo de urbanização, crescentes e intensos fluxos migratórios e as redes de relações sociais estabelecidas nos centros urbanos, promoveu a influência e o entrecruzamento das normas

linguísticas do português brasileiro. No entanto, o nivelamento entre as normas cultas e populares, através da ação normatizadora da escola, não se processou de modo efetivo. Esse aspecto está diretamente correlacionado à escolarização tardia – e a precariedade do ensino no país – e a um ensino de português ainda calcado em uma norma padrão arcaizante.

Ao discutir sobre o acesso à cultura letrada no Brasil, Lucchesi (2015), traz à tona os índices sobre a população analfabeta entre 1920 e 2010. Os índices de analfabetismo no Brasil, em 1920, atingia mais da metade da população brasileiro, 64,9%. Nos anos posteriores, 1940 e 1950, a taxa cai para 55,9% e 50,5%, respectivamente, mas ainda assim exibe percentuais altíssimos. O sistema educacional brasileiro tem o seu cenário alterado somente na década de 60, quando o índice de analfabetismo atinge o percentual de 39,6%. Nos anos seguintes, entre 1970 e 2010, continua havendo redução da taxa de analfabetismo no Brasil, atingindo, no último ano, um percentual de 9,6%, “o que coloca o país entre os piores da América do Sul” (LUCCHESI, 2015, p. 149).

Ao comparar esses índices de analfabetismo com as taxas de urbanização, exibidas na Tabela 03 (cf. 1.2.1), Lucchesi (2015) afirma não haver um paralelismo, pois os índices da escolarização no país não acompanham o desenvolvimento dos processos de urbanização e industrialização. Ao estabelecer essa comparação, o autor chama a atenção para o fato de que

a grande diferença se encontra exatamente na fase inicial do processo de urbanização, entre 1920 e 1940, quando a proporção da população urbana cresceu 200%, e o crescimento da taxa de escolarização ficou em torno de 25%, ou seja, quase dez vezes menor que o avanço da urbanização. (Lucchesi, 2015, p. 149).

Desse modo, torna-se evidente que a escolarização se iniciou tardiamente no Brasil. De acordo com Faraco (2008), no final do século XIX, a França e a Inglaterra e outros países europeus buscaram universalizar a educação primária de quatro anos. Na década de 50 – quando ainda os índices de analfabetismo eram superiores a 50% – a demanda já estava em torno de 11 anos de escolaridade. Isso significa dizer que, em termos de escolarização, estamos 50 anos atrasados em relação aos países mais desenvolvidos socioeconomicamente, exibindo, no século XXI, um quadro ainda agravante: cerca de 14 milhões de analfabetos. Esses aspectos impactam, conseqüentemente, no acesso à cultura letrada, conforme sinaliza Lucchesi (2015, p.148):

[...] as variantes forjadas no contato entre línguas que o migrante trouxe em sua fala rural não são completamente substituídas pelas variantes do padrão culto como ocorreria normalmente em uma inserção efetiva no universo urbano. Assim, o nivelamento linguístico que normalmente ocorreria com a industrialização, através da difusão das formas socialmente valorizadas da norma culta, fica muito aquém do esperado, já que essas formas só chegam a expressivos segmentos da sociedade brasileira de forma muito limitada, ou quase nula.

Além de um início tardio, a escolarização, no Brasil, não se desenvolveu em bases sólidas. A democratização do ensino, de modo não planejado, ampliou a escolarização em termos quantitativos, mas não qualitativos. Em primeiro lugar, a demanda do alunado era bastante superior ao número de escolas e ao quadro docente. Para atender a essa demanda, foram criados novos espaços escolares sem uma devida organização prévia, o que resultou em escolas mal estruturadas e mal equipadas. Por outro lado, era preciso buscar e formar docentes para dar conta da crescente demanda de alunos. Esse processo também se deu de modo acelerado, através de cursos rápidos e sem grandes embasamentos teóricos, resultando em uma formação docente precária (GERALDI, 1991).

Dessa maneira, “[...] à política da quantidade, que ainda perdura, na multiplicação geométrica das salas de aula, não correspondeu, na mesma proporção, a uma política de qualidade do ensino e da qualificação dos professores [...]” (MATTOS E SILVA, 2006, p. 228). Esse aspecto, segundo Mattos e Silva (2006, p. 228), impacta também no ensino de língua portuguesa no país:

No caso específico da língua portuguesa, esse fator sócio-histórico teve como resultado inevitável a impossibilidade de as escolas, em geral, e seus professores, cada vez mais provenientes das chamadas classes sociais populares e com formação docente precária, por razões consabidas, não terem como transmitir o padrão normativo-prescritivo lusitanizante, idealizado para o ensino da matéria, desde a segunda metade do século XIX.

A norma padrão, idealizada para o ensino de português no país, foi codificada, no século XIX, quando o tom do discurso estava voltado para a construção de um projeto político para a nação brasileira, segundo Pagotto (1998). Nesse período, havia a necessidade, por parte da elite do país, de criar uma identidade nacional, que terminava por esbarrar em um paradoxo: de um lado, a vontade de romper política e culturalmente com a metrópole; e do outro, a busca pela assimilação padrões linguísticos europeus para se distanciar dos segmentos

populares da nação. Nesse último aspecto, estava embutido o desejo de a elite brasileira negar a multirraciedade do país e a sua diversidade, sobretudo, linguística (PAGOTTO, 1998).

Nesse processo de codificação da norma padrão brasileira, não é tomado como referência o comportamento linguístico das camadas cultas da sociedade, mas a modalidade escrita do português europeu. Essa norma padrão – “codificada à distância”, nas palavras de Pagotto (1998) – será transmitida através de um sistema educacional rigoroso, que, conforme demonstram os índices da escolarização aqui apontados, era privilégio de uma minoria da população. Dessa maneira, mantém-se a oposição entre a elite letrada do país e as camadas populares, fortalecendo-se o processo de exclusão social e linguística, que perdura até os dias atuais.

De acordo com Faraco (2008, p. 79) “[a] norma padrão, enquanto realidade léxico-gramatical, é um fenômeno relativamente abstrato[...]”, porque não consegue se aproximar, de modo efetivo, da realidade linguística brasileira, não somente (e principalmente) da norma popular, mas também da norma culta. Sendo assim, “a norma padrão se torna uma referência supra-regional e transtemporal” (FARACO, 2008, p.79).

Essa norma padrão, distante da realidade brasileira, ainda figura em nossas escolas. À medida que foi se confundindo com a noção de língua, passou a ser a única referência para o “bom uso” do português, o que tem, decisivamente, contribuído para a depreciação das normas populares, na tentativa de garantir a homogeneidade linguística do país. Entretanto, é preciso considerar que “[...] o padrão não conseguirá jamais suplantar integralmente a diversidade, porque, para isso, seria preciso o impossível (e o indesejável): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história” (FARACO, 2008, p. 80). Assim, se, no Brasil, há uma norma padrão, com efeito unificador, codificada à distância, é preciso enfatizar que há também uma pluralidade de normas que se constituíram ao longo da história.

No que se refere ao tema em estudo – a flexão de caso dos pronomes pessoais –, a norma padrão, como observaremos no capítulo 3, persiste na propagação de um quadro de pronomes pessoais que não comporta os processos de variação e mudança que afetaram o paradigma pronominal do PB, tanto em sua variedade culta quanto popular. A tradição normativa ainda mantém um quadro pronominal com uma flexão casual extremamente preservada, com a

manutenção de formas arcaizantes como “vos” e “convosco”, distante do que verificamos nas realizações das normas cultas e populares do português brasileiro (cf. 3.2.3).

1.3 O *CONTINUUM* DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE FALA

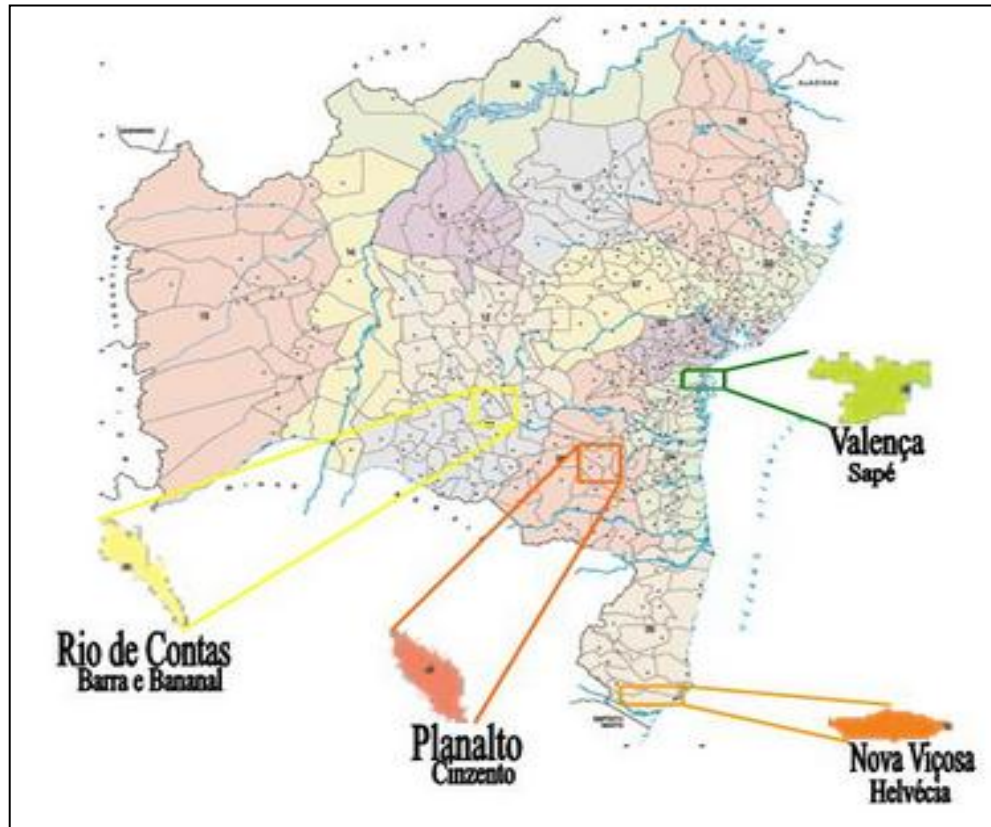
Este estudo, desenvolvido sob o modelo da polarização sociolinguística, destina-se à descrição e análise da flexão de caso dos pronomes pessoais no *continuum* do português popular da Bahia. As comunidades de fala delimitadas para compor esse *continuum* estão organizadas desde as variedades rurais mais isoladas até as variedades mais urbanizadas, o que corresponde à seguinte distribuição: (i) comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé); (ii) comunidades do interior de pequeno porte – Santo Antônio de Jesus e Poções; (iii) comunidades do interior de médio porte – Feira de Santana; (iv) comunidades do centro urbano Salvador. Nas subseções 1.3.1, 1.3.2, 1.3.4, 1.3.5, passamos a caracterizar, respectivamente, essas comunidades.

1.3.1 As comunidades rurais isoladas: as afro-brasileiras

As comunidades afro-brasileiras caracterizam-se pela presença significativa de descendentes de escravos africanos, os quais tinham acesso restrito aos modelos da língua alvo, adquirindo-a, portanto, em condições precárias no interior do país. A nativização desse modelo do português adquirido pelos escravos africanos “teria dado origem a uma variedade linguística do português muito diferente do português falado pelos colonos portugueses e seus descendentes ‘brasileiros’” (LUCCHESI et al., 2009, p. 75). O isolamento dessas comunidades, até meados do século XX, em relação aos modelos linguísticos dos centros urbanos, tornam as comunidades rurais afro-brasileiras um importante campo de observação para o estudo das marcas resultantes dos contatos entre línguas, que estiveram na base de formação do português brasileiro.

Em nosso estudo, as comunidades afro-brasileiras são representadas por quatro localidades: Helvécia, no município de Nova Viçosa; Cinzento, no município de Planalto; as comunidades geminadas de Barra e Bananal, no município de Rio de Contas; e a comunidade de Sapé. Na Figura 01, apresentamos a distribuição geográfica dessas comunidades quatro comunidades:

Figura 01 – Distribuição geográfica das comunidades afro-brasileiras



Fonte: <http://www.vertentes.ufba.br/1a-etapa/comunidades>

A comunidade de Helvécia originou-se na antiga Colônia Leopoldina, uma colônia habitada por suíços e alemães, em 1818. De acordo com Lucchesi et al., (2009), a antiga colônia, no início da década de 1850, era responsável por praticamente 90% da produção de café, para o que dependia da mão de obra-escrava. Com a decadência da produção cafeeira na região e a abolição da escravatura, “muitos dos ex-cativos permaneceram nas terras vizinhas às antigas plantações, praticando uma agricultura de subsistência; no que foram sucedidos pelos seus descendentes”, o que pode ser notado “na composição étnica da população local” (LUCCHESI et al., 2009, p. 85).

O interesse por Helvécia teria surgido em 1961, quando pesquisadoras do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (APFB), ao aplicar o questionário no último ponto do APFB, Ibiranhém, foram visitar uma comunidade próxima – e de difícil acesso – onde havia “uma gente com um fala ‘diferente’”. Lucchesi et al. (2009, p. 91), ao mencionar aspectos da fala “diferente” de Helvécia, trazem à tona as palavras Carlota Ferreira (1984, p. 22-23), uma das pesquisadoras que visitou a comunidade e que buscava informações com os moradores mais jovens da vila: “[...] diziam que naquela cidade havia muita gente que falava diferente, ‘engraçado’,

principalmente os mais velhos, e acrescentando ainda que muitas vezes era difícil, para eles mesmos, filhos da terra entenderem”. As pesquisadoras do APFB foram, portanto, as primeiras interessadas no registro de “um falar crioulo que deve ter sido geral, já que em 1961 dele subsistiam ainda vestígios”, nas palavras de Ferreira (1984, p. 28), citada por Lucchesi et al. (2009, p. 91).

Sobre as amostras de fala recolhidas em Helvécia, Lucchesi et al. (2009, p.93) pontuam:

[...] após 25 ou 30 anos, todos os antigos falantes do crioulo de Helvécia já haviam falecido, mas haviam deixado vestígios na fala dos que, com mais de 70 anos em 1994, tinham, no início da década de 1960, entre 35 e 55 anos. Esses indivíduos não falavam uma variedade crioula do português, mas exibiam processos de variação em sua fala, nos quais a forma padrão do português alterna com formas que teriam feito parte do repertório gramatical do antigo crioulo de Helvécia.

Diante da possibilidade de vestígios de crioulição, resultante do contato entre línguas, em comunidades remanescentes de antigos quilombos, como a de Helvécia, surge o interesse dos pesquisadores Baxter e Lucchesi pelo estudo das falas das comunidades afro-brasileiras. Isso porque “se o português brasileiro foi afetado em seu desenvolvimento histórico pelo contato entre línguas, os reflexos desse processo serão mais notáveis na fala de centenas de comunidades rurais afro-brasileiras que ainda subsistem no interior do país” (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 73). Iniciado com as amostras de fala de Helvécia, o *corpus* do português afro-brasileiro, pertencente ao Projeto Vertentes, contém amostras do vernáculo de mais três comunidades afro-brasileiras: Cinzento, Barra e Bananal e Sapé.

A história da comunidade de Cinzento, segundo Lucchesi et al. (2009), remonta ao século XIX, quando teriam chegado os primeiros negros de modo “currido” e “à meia-noite”, nas palavras de Dona Ana Isidora, matriarca da comunidade. Em depoimentos, os moradores associam a origem da comunidade à figura de Lourenço Pereira Nunes, que teria tomado posse das primeiras terras da região. O nome da comunidade, segundo Lucchesi et al. (2009, p. 96), sugere o estado de pobreza em que viviam os moradores da comunidade, pois “conta Ana Isidora [matriarca da comunidade] que o nome provém de um boi gordo, ‘de tão gordo, parecia cinza’, que apareceu milagrosamente para alimentar os fundadores da comunidade”.

Ainda sobre a origem da comunidade de Cinzento, são comuns os relatos que remetem a um passado de escravidão. Entre os moradores mais velhos, por exemplo, é possível ouvir que os seus pais tinham “a obrigação de se ajoelharem em frente ‘aos donos’”. Além disso, na fala de Dona Ana Isidora, ganha destaque o fato de apontar a sua bisavó como “caboca do mato” e a sua avó como “pegada no mato” (LUCCHESI et al., 2009). Sobre a população da comunidade de Cinzento, Lucchesi et al. (2009, p. 96) declaram:

A comunidade de Cinzento é considerada atualmente uma comunidade afro-brasileira. Os cinzentenses são negros de pele bem escura. Todos são muito parecidos, em decorrência da endogamia em segundo grau. Grazielle Ferreira (1999, p. 70) descreve os cinzentenses da seguinte maneira: “fisicamente, são de estatura mediana, chegando até 1,70 m fortes, truncudos, de narinas alargadas, dentes largos e brancos, cabelos crespos e pés consideravelmente grandes [...]”.

A comunidade de Sapé Grande (pelos mais velhos) ou Sapé Alto (pelos mais jovens)¹, distrito do município de Valença (Recôncavo Baiano), segundo moradores da região, originou-se após a abolição da escravatura. O nome Sapé remete à planta encontrada no local, “já que sapé é a designação de uma espécie de capim de folhas duras, muito conhecido por servir para cobrir choças e que é mal aceito pelo gado como forragem”. (LUCCHESI et al., 2009, p. 98).

De acordo com Lucchesi et al., (2009), a história de Sapé tem relação com os negros que ali permaneceram, após a abolição, recebendo, posteriormente, doações de pedaços de terras improdutivas, por parte de fazendeiros que queriam quitar suas dívidas com os ex-escravos. Uma vez instalados, os ex-escravos teriam lá permanecido, casando entre si e aumentando a população local, além de se manter em situação de isolamento. A origem população da comunidade é contada pelo Sr. João Barreto, fazendeiro da região e morador do distrito vizinho: “De acordo com o Sr. João Barreto, foram cinco negras de uma família de oito que deram origem à comunidade, entre elas, D. Isabel, mãe do Sr. Liordino, que diz ter espalhado pela região mais de 30 filhos” (LUCCHESI et al., 2009, p.99). Sobre o passado relacionado à escravidão, o Sr. João relata as falas de seu avô, que diz ter encontrado, ainda no século XIX, ao tomar posse da fazenda, uma senzala e troncos, nos quais se dava o castigo dos escravos;

¹ De acordo com Lucchesi et al.,(2009, p. 98), a denominação de Sapé apresenta controvérsias, pois “os mais antigos chamam-na *Sapé Grande*, enquanto os mais jovens de *Sapé Alto*, por influência do padre local, que não acha correto caracterizar sapé como *grande*, já que *sapé* é uma designação de uma espécie de capim de folhas, muito conhecido por cobrir choças e que é mal aceito pelo gado como forragem”. Dessa forma, permaneceu “a polêmica linguística que se instaurou com a chegada do novo padre”.

além disso, o Sr. João guarda, como se fossem relíquias, instrumentos dessa época, como algemas e correntes.

As comunidades de Barra e Bananal, também chamadas de Arraiais de Rio de Contas, podem ter a sua origem relacionada ao início do município de Rio de Contas. A origem teria se dado por volta do século XVII, quando foi fundando um pequeno povoado de nome *Creoulos – à margem do Rio de Contas* – com a finalidade de servir de ponto de “pouso” para a rota de viagem entre Goiás e o norte de Minas e Salvador. No Rio de Contas e nas regiões vizinhas, teriam sido descobertos veios e cascalhos auríferos, promovendo o aumento de fluxo de bandeirantes mineiros e paulistas para a região. Segundo Lucchesi et al. (2009, p. 98), “seus primeiros moradores foram possivelmente escravos foragidos que, em busca de um lugar seguro para sobreviver, seguiram o curso do Rio de Contas, estabelecendo-se nas cabeceiras do Rio Brumado[...]”.

É importante esclarecer sobre as comunidades de Cinzento, Rio de Contas e Sapé que “a escassez de informações disponíveis [...] não possibilita afirmações mais conclusivas acerca da formação linguística dessas comunidades”, sendo os depoimentos e as narrativas dos moradores mais velhos a maior fonte de investigação, segundo Lucchesi et al. (2009, p. 96).

1.3.2 As comunidades de fala do interior de municípios de pequeno porte

Em nosso estudo, as comunidades de fala do interior de cidades de pequeno porte do Estado da Bahia são representadas pelos municípios de Santo Antônio de Jesus e Poções. A caracterização dessas comunidades encontra-se sistematizada, respectivamente, nas subseções 1.3.2.1 e 1.3.2.2.

1.3.2.1 A comunidade de Santo Antônio de Jesus

O município de Santo Antônio de Jesus (SAJ) pertence ao Território de Identidade² do Recôncavo Baiano – que possui grande destaque no cenário baiano no período colonial e nos anos decorrentes da urbanização e industrialização no país – e encontra-se localizado a 187

² A partir de 2007, o Governo do Estado da Bahia, reconheceu a existência de 26 Territórios de Identidade, que são “agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, (BAHIA, 2014)

km da capital Salvador. De acordo com os dados do censo de 2010, o município possui uma população total de 90.985 habitantes, distribuídos no espaço de aproximadamente de 260 Km². Santo Antônio de Jesus estabelece fronteiras com sete municípios do Território de Identidade do Recôncavo Baiano: Aratuípe, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Laje, Muniz Ferreira, São Miguel das Matas e Varzedo.

Inserido na dinâmica colonial do Recôncavo Baiano, SAJ se desenvolveu a partir das atividades agrícolas, como as plantações de cana-de açúcar, do café e de produtos de subsistência, como o milho, feijão e a mandioca. Ademais, fez-se presente a criação de gados e de animais de carga como jumentos, burros e cavalos. Conforme sinaliza Santos (1999, p.73), “esses aspectos concorreram para que predominasse, nesse período, a função de fornecedora de alimentos para diversas regiões do Estado e, principalmente, a metrópole, no caso, Salvador”. Esses alimentos eram transportados para Salvador e as regiões vizinhas de SAJ mediante tropas de burro, meio de transporte de que dispunha o município.

A modificação desse cenário, em SAJ, começa a ocorrer no final do século XIX. É de importante destaque, nesse período, a construção da estrada de ferro – a *Tram Road* – que atravessa Santo Antônio de Jesus, com ponto de partida em Nazaré e destino ao sudoeste do Estado. A construção dessa via férrea permitiu maior integração de SAJ com outras regiões do Estado, inclusive com a metrópole Salvador, devido ao aumento do fluxo de pessoas e do trânsito de mercadorias.

Essa dinâmica, segundo Santos (1999), promoveu a intensificação das atividades agropecuárias e movimentação da vida política e cultural do município. Assim, entre o final do século XIX e o início do século XX, Santo Antônio atuava como fornecedor de alimentos como farinha, feijão de banana para o Recôncavo e outras regiões do Estado, “destacando-se a estrada de ferro na distribuição desses produtos” (SANTOS, 1999, p. 76). Por outro lado, no fim do século XIX, o município, segundo Santos (1999, p. 76), já possuía destaque no contexto político e cultural da região, “a ponto de, na década de 1880, [...] já residirem na região um grupo de pessoas com forte atuação política”.

Do mesmo modo, Souza e Souza (2012, p. 02) destacam a importância da construção da estrada de ferro para a expansão do cenário socioeconômico de Santo Antônio de Jesus:

A partir da inauguração da Tram-Road, o município de Santo Antônio de Jesus passou a integrar uma expressiva rede de comércio e de passageiros, fora da área de influência da Estrada de Ferro Central da Bahia, o que o tornava um importante centro de convergência e circulação de pessoas, com vistas a atender às mais diversas necessidades, além do escoamento de produtos. Durante os dez anos em que Santo Antônio de Jesus foi ponta de trilhos, a estrada trouxe prosperidade para o município, que em pouco tempo tornou-se um dos principais centros comerciais da redondeza.

A dinâmica de Santo Antônio de Jesus é reconfigurada também a partir da expansão da malha rodoviária no país e da abertura de rodovias por volta da década de 40. De acordo com Quadros (2009, p. 22), o município foi favorecido “pela sua localização geográfica e posição estratégica na malha rodoviária construída”, situando-se entre três importantes rodovias, as BR 101, BA 046 e BA 026, conforme ilustrado na Figura 02:

Figura 02 – Localização do município de Santo Antônio de Jesus



Fonte: <http://mateusmodesto.com.br/blog/wp-content/uploads/2009/11/mapa>

A intersecção da BR 101 com a BR 324 permitiu a Santo Antônio de Jesus uma relação mais constante com Feira de Santana, importante polo urbano, e com a metrópole Salvador. Conforme sinaliza Santos (1999), “a influência desse entroncamento rodoviário intensificou o dinamismo urbano”, provocando significativos impactos socioeconômicos no município. Além disso, através da articulação da BA 026 com o sistema *ferry boat*, o município de SAJ também conseguiu estabelecer mais um polo de ligação com a capital baiana.

Com a urbanização, SAJ também experimentou os mecanismos de modernização, associados, principalmente, à implantação da indústria petrolífera e da Companhia Hidrelétrica da São Francisco (CHESF) no município. A primeira desencadeou a ampliação do uso do automóvel e do sistema de transporte rodoviário. A segunda propiciou o desenvolvimento da rede de eletrificação da cidade, o que, segundo Quadros (2009, p.62), “aparece como um divisor de águas na trajetória do crescimento de Santo Antônio de Jesus”. Segundo a autora, a chegada da rede elétrica possibilitou o investimento do capital privado em pequenas indústrias e fortaleceu ainda mais o comércio da região e, além disso, “condicionou modificações decisivas de cenário, de práticas sociais e de hábitos santo-antonienses” (QUADROS, 2009, p.62).

O processo de urbanização e modernização possibilitou que Santo Antônio de Jesus se tornasse um importante polo de atração de atividades comerciais e de prestação de serviços. A consequência disso foi um significativo aumento da população da cidade de SAJ, com uma intensa presença de migrantes do campo de toda a microrregião. De acordo com Souza e Souza (2012, p. 07):

Essa nova cidade, cada dia mais atraente, passava a ter uma população cada vez maior. Portanto, a ampliação e a redefinição dos seus espaços tornaram-se imperativas. Data de 1960, um decreto que estabelecia alterações nos limites das zonas urbanas e suburbanas do município. Vale ressaltar que a população urbana havia aumentado de 11.839 na década de 1950, para 15.489, na década de 1960, por ter recebido um expressivo contingente populacional vindo da zona rural e principalmente de cidades vizinhas, sonhando em melhorar de vida e obter mais conforto na próspera Santo Antônio de Jesus.

Após a década de 1960, a migração do campo para a cidade em SAJ tende a se intensificar, como podemos observar com as taxas de urbanização exibidas na Tabela 04:

Tabela 04 – Taxa de urbanização de SAJ entre os anos de 1970 e 2010

Ano	População			Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	%
1970	39.726	21.702	18.024	54,6
1980	46.784	34.613	16.970	73,9
1991	64.331	52.770	11.428	82,0
1996	71.932	60.378	11.554	83,9
2000	77.368	66.247	11.121	85,6
2010	90.949	79.271	11.678	87,1

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

Essa correlação campo-cidade, de acordo com Quadros (2009, p. 138), permitiu a convivência entre os aspectos “ligados aos viveres rurais com as novidades que anunciavam a inserção da urbe nos trilhos do progresso”, de modo que se processou “o imbricamento de valores rurais e urbanos, num momento em que Santo Antônio de Jesus era, ao mesmo tempo, campo e cidade”. Dessa forma, a cidade vivenciava a tensão rural-urbano, assim como dualidade tradição-modernidade.

As modificações socioeconômicas, de modo acelerado, a partir de 1970, na cidade santantonienne, promoveram impactos positivos, como já apontado aqui, mas também negativos. Sobre os aspectos negativos, Santos (1999, p. 78) pontua “a falta de infraestrutura para atender o contingente de pessoas que residem ou circulam nesse espaço, aliado ao crescimento da violência e o constante aparecimento da pobreza [...]”. Ademais, a distribuição dos benefícios vivenciados pela cidade não se deu de modo igualitário para todos, o que resulta em tensões e contradições no cenário socioeconômico atual de SAJ e contribui, de certo modo, para a diferenciação entre as zonas urbanas e rurais do município.

A sede do município comporta a maior parte do comércio e a maioria dos serviços públicos e privados, como a participação dos serviços bancários, das instituições de ensino superior, rede de grandes e pequenas lojas e um *shopping center*. Dentre as atividades que dinamizam essa parte do município, destaca-se ainda a forte atuação das feiras livres – uma das primeiras atividades comerciais do município – em que se processa o trânsito de falantes de outras localidades, inclusive da capital, e onde se podem adquirir os mais variados produtos.

As zonas rurais, antes bastante povoadas, comportam, atualmente, conforme observado na Tabela 04, um número menor de habitantes, que praticam, sobretudo, a agricultura de subsistência, especialmente o cultivo da laranja e do limão. As regiões rurais de SAJ carecem ainda de infraestrutura e dos serviços de saúde e educação, o que continua a favorecer a migração de pessoas para a sede do município, em busca de melhores condições de vida.

1.3.2.2 A comunidade de Poções

O município de Poções pertence ao Território de Identidade Vitória da Conquista e está localizado na região sudoeste baiano, a 444 Km da capital Salvador. De acordo com os dados do Censo de 2010, o município com 937, 269 Km², possui uma população de

aproximadamente 44.701 habitantes e estabelece limites com quatro municípios do sudoeste baiano: Boa Nova, Canaã, Iguai e Bom Jesus da Serra. Na Figura 03, apresentamos a localização do município de Poções:

Figura 03 – Localização do município de Poções no sudoeste baiano



Fonte: <http://www.ferias.tur.br/fotogr/40244/mapadelocalizacao/pocoas/>

De acordo com Santos (2014, p. 6), O Território de Identidade de Vitória da Conquista³, entre as décadas de 1940 e 1960, comportava poucas cidades, que “possuíam dinâmicas centradas na produção agrícola, mormente de subsistência, o que fazia da feira livre algo seminal para as relações urbanas”. A partir de 1970, quando ocorre a criação do Distrito Industrial dos Imborés, as atividades industriais são intensificadas na região. Nesse processo, o Território de Identidade de Conquista passa a ser remodelado em consequência dos processos de industrialização e urbanização. Nas palavras de Meira et al. (2010, p. 04):

³Além de Poções, mais 23 municípios pertencem ao Território de Identidade Vitória da Conquista, a saber: Aracatu, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanós, Cândido Sales, Caraibas, Condeúba, Encruzilhada, Cordeiros, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Pripá, Presidente Jânio Quadros, Planalto, Ribeirão do Largo, Tremedal e Vitória da Conquista.

a implantação das rodovias federais e estaduais, enquanto um produto dessa nova dinâmica econômica, alterou profundamente as relações tecidas no seio das áreas urbanas. Por um lado, fez eclodir inúmeros núcleos urbanos em regiões mais estratégicas, próximas às suas margens, e declinar tantas outras áreas mais consolidadas, como fortalecer o papel das cidades cujo porte era relativamente maior, como o caso de Vitória da Conquista. (MEIRA et al., 2010, p.4).

Nesse sentido, enquanto Santo Antônio de Jesus – comunidade do interior também em análise nesta tese – despontava no Recôncavo Baiano como um importante centro financeiro, nas décadas pós 60, na região do sudoeste baiano, esse papel não coube ao município de Poções, mas à cidade de Vitória da Conquista. Ademais, Poções, apesar da construção de rodovias, não assume uma posição estratégica como a de SAJ e não estabelece, através das suas rodovias um contato mais direto com os centros mais urbanizados como Feira de Santana e Salvador. Situado às margens da BR 116 e, através da BA-262, estabelece ligação com os municípios de Nova Canaã, Iguai e Ibicuí, regiões próximas, portanto. O contato mais constante do município com cidades de maior porte se faz através do diálogo com Vitória da Conquista pela rodovia BA-263.

A partir da década de 70, o município de Poções também absorve a população egressa das zonas rurais. No entanto, a migração campo-cidade não se dá na mesma proporção do que aquela observada para Santo Antônio de Jesus (cf. Tabela 04). Na Tabela 05, observamos que, nas décadas de 70 e 80, Poções exhibe, respectivamente, taxas de urbanização de 28,3% e 44,7%, quando SAJ, na mesma época, exibiu taxas acima de 50%. O município de Poções passa a exibir taxas de urbanização superiores a 50% somente a partir da década de 90 e, mesmo em 2010, não atinge o valor de 80%.

Tabela 05 – Taxa de urbanização de Poções entre os anos de 1970 e 2010

Ano	População			Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	%
1970	39.448	11.180	28.268	28,3
1980	45.316	16.924	28.392	44,7
1991	37.839	24.872	12.967	65,7
1996	39.332	28.752	10.580	73,1
2000	44.152	31.753	12.399	71,9
2010	44.760	34.698	10.062	77,5

Fonte: Censos Demográficos.

A diferença entre as zonas urbanas e rurais, em Poções, não é atestada somente pelo contingente populacional, mas também por aspectos voltados às atividades socioeconômicas, culturais e à saúde e escolaridade. As zonas urbanas são, em todos esses aspectos, mais desenvolvidas do que as zonas rurais. Aquelas abrigam a maior parte das atividades comerciais, a Prefeitura, a agências dos Correios, dentre outros; enquanto estas se caracterizam pela produção das atividades agrícolas.

Em Morrinhos, por exemplo, um dos povoados da zona rural, a vida da população é um pouco mais difícil. O acesso à escolaridade, à saúde, ao lazer e às fontes de renda é ainda muito precário. Em relação à escolaridade, uma única escola de nível fundamental está disponível à população ali residente, e os que almejam continuar os estudos passam a frequentar as escolas na sede do município. O acesso à saúde é extremamente precário, pois só conta com um posto para atender todas as necessidades da população. Quanto ao lazer, destaca-se a prática do futebol, uma vez que outras formas de lazer praticamente não existem na região.

1.3.3 A comunidade de fala do interior de cidade de médio porte: Feira de Santana

Feira de Santana, atualmente, é considerada a maior cidade do interior do norte-nordeste do Brasil. Constitui, junto com cinco municípios (Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Tanquinho e São Gonçalo), a *Região Metropolitana de Feira de Santana*, sancionada pelo Governador Jacques Wagner em 2011. Pelo seu destaque entre esses municípios, Feira tornou-se um importante ponto de convergência, atraindo os moradores das regiões vizinhas, que buscam, na cidade-sede da *Região Metropolitana*, o acesso aos serviços de saúde, educação, comerciais e de lazer.

A história da cidade de Feira de Santana “se confunde com a própria história da pecuária no Estado” (GÓES FILHO, 2001, p.24). A cidade, devido à sua localização estratégica, entre o Sertão e o Recôncavo, constituía, no século XIX, um espaço adequado para o descanso de viajantes e dos vaqueiros e suas boiadas, oriundos de outras regiões do interior da Bahia. Nesse contexto, iniciaram-se as transações comerciais no município, que se transformou em uma relevante ‘feira’ do gado oriundo das fazendas do sertão para o abastecimento das áreas do litoral baiano.

De acordo com Góes Filho (2001), a concorrência por terras com a atividade pecuária fez com que a agricultura assumisse um papel secundário na região, sem uma devida articulação com outros setores da economia, sendo praticamente desenvolvida para a subsistência. Por isso, “nunca chegaram a existir em Feira de Santana, grandes e duradouras plantações de fumo, de algodão, ou de açúcar, mesmo quando esses produtos encabeçavam a economia de todo o Recôncavo.” (GÓES FILHO, 2001, p. 24).

Devido às atividades iniciadas com a feira de gado e de outros produtos (tecidos, artigos de metal, sal, etc), Feira de Santana é apontada como uma cidade que se formou e expandiu a partir do comércio. Esse fato é traduzido em algumas nomenclaturas atribuídas à cidade como “Empório do Sertão Baiano”, em 1860, e “Cidade Comercial de Feira de Santana”, em 1873, quando se desvencilha de Cachoeira. De acordo com Araújo (2006, p. 45):

A prática do comércio confere, assim, grande relevância para o crescimento da cidade, pois em finais da década de 1870, Feira de Santana passa a condição de importante entreposto comercial, o que se consolidará nas décadas subseqüentes com a convergência dos produtos agrícolas do interior, bem como os provenientes da Capital, apontando o comércio da cidade em questão como o mais importante do interior da Bahia.

Apesar do destaque no cenário comercial, Góes Filho (2001, p. 45) afirma que “não havia capital local suficientemente acumulado até a década de 50 para proporcionar a Feira de Santana um crescimento industrial baseado em unidades modernas e de maior parte”. Esse cenário começa a mudar com a implantação do Centro Industrial de Subaé (CIS) por volta de 1970, visto que as indústrias se configuravam de modo disperso e a implantação do CIS vem a promover a organização e a concentração industrial.

O CIS é constituído por dois distritos industriais, estando um localizado no Bairro do Tomba, através do qual é possível o acesso à BR 324, e o outro às margens da BR-324, em contato direto com Salvador. Conforme sinaliza Freitas (2010, p. 129), a posição privilegiada de Feira de Santana favoreceu a implantação do CIS e, dessa forma, surge “o único município que, não sendo capital, detém um centro industrial de médio porte”.

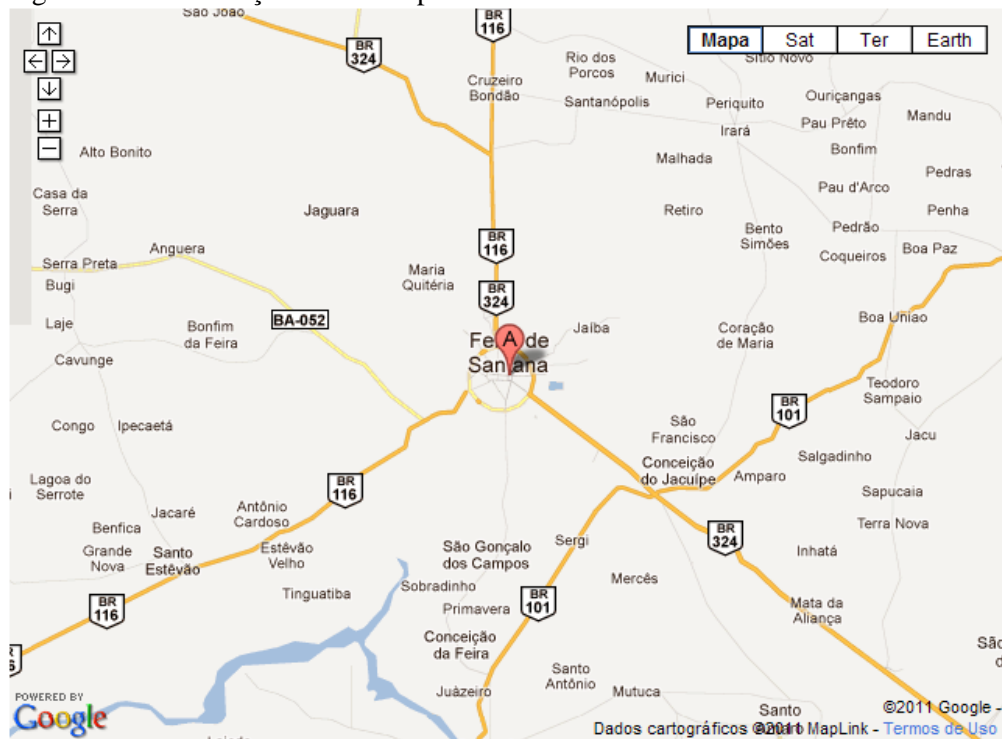
Sobre a importância do CIS para o município de Feira, Góes Filho (2001, p.78), sistematiza:

A indústria também modifica o seu perfil, a sua dimensão e a sua importância para a vida do município e de toda a região. Enquanto, as velhas

e minúsculas indústrias domésticas perdem importância, novas unidades chegam com pressa – unidades de porte maior, sediadas preferencialmente no CIS, que têm seu mercado e suas fontes de abastecimento ao nível do mercado nacional. Com o comércio – atividade largamente hegemônica do município – dá-se semelhante processo.

Além disso, a expansão da malha rodoviária e a construção de rodovias – estaduais e federais – no Estado favorecem o crescimento de Feira de Santana. O município ocupa um importante papel na rede viária, devido ao seu encontro com duas importantes rodovias federais, como as BR-116 e a BR-324, além de possuir também acesso à BR-101. Na Figura 04, ilustramos:

Figura 04 – Localização do município de Feira de Santana



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Esse posicionamento privilegiado do município de Feira de Santana no entroncamento rodoviário favorece a sua consolidação como importante centro de articulação nacional e estadual. Sobre esse aspecto, Cruz (1999, p. 259) destaca:

A posição estratégica da cidade e do município perante os sistemas estadual e nacional de rodovias, que tornam o município um autêntico entroncamento (aliás, o principal entroncamento rodoviário do nordeste), faz com que por Feira de Santana transite a quase totalidade da produção industrial da RMS escoada por rodovia, além das mercadorias cujos destinos estão na região nordeste, originários do sudeste e sul do país.

Além disso, Góes Filho (2001, p. 62), citando o Plano Diretor do CIS (1985), aponta a importância da duplicação da BR-324 para o desenvolvimento a cidade de Feira de Santana:

A duplicação da BR-324, ligação Salvador-Feira de Santana, iniciada ainda em 1970, foi finalmente concluída no primeiro trimestre de 1985. A sua necessidade mostrava-se inquestionável, em vista do volume de tráfego, inclusive de cargas pesadas, registrada nesta rodovia. Proporcionando maior segurança e rapidez ao tráfego, a duplicação da pista resulta, na prática, em maior aproximação de Feira de Santana não só com Salvador, mas também como todo o sistema viário articulado à BR-324(BR101, BR-110, BA093...), privilegiando ainda mais a posição de Feira na articulação regional do transporte por rodovias.

Feira de Santana, caracterizada por atrair pessoas de outras regiões, comporta, no século XX, uma intensa migração de pessoas das zonas rurais dos municípios circunvizinhos e de cidades de outros Estados para atuar no comércio e/ou nas suas indústrias. Esse aspecto impactou no crescimento demográfico da cidade, de modo que, em 1980, a taxa da sua população urbana correspondia a 80%, conforme demonstramos na Tabela 06:

Tabela 06 – População e taxa de urbanização em Feira de Santana entre 1970 e 2010

Ano	População			Taxa de urbanização
	Total	Urbana	Rural	%
1970	187.290	131.720	55.570	70,3
1980	291.504	233.905	57.599	80,2
1991	406.447	348.973	56.875	85,8
1996	450.487	393.943	56.544	87,4
2000	480.949	431.730	49.219	89,7
2010	556.642	510.637	46.007	91,7

Fonte: censos demográficos, IBGE.

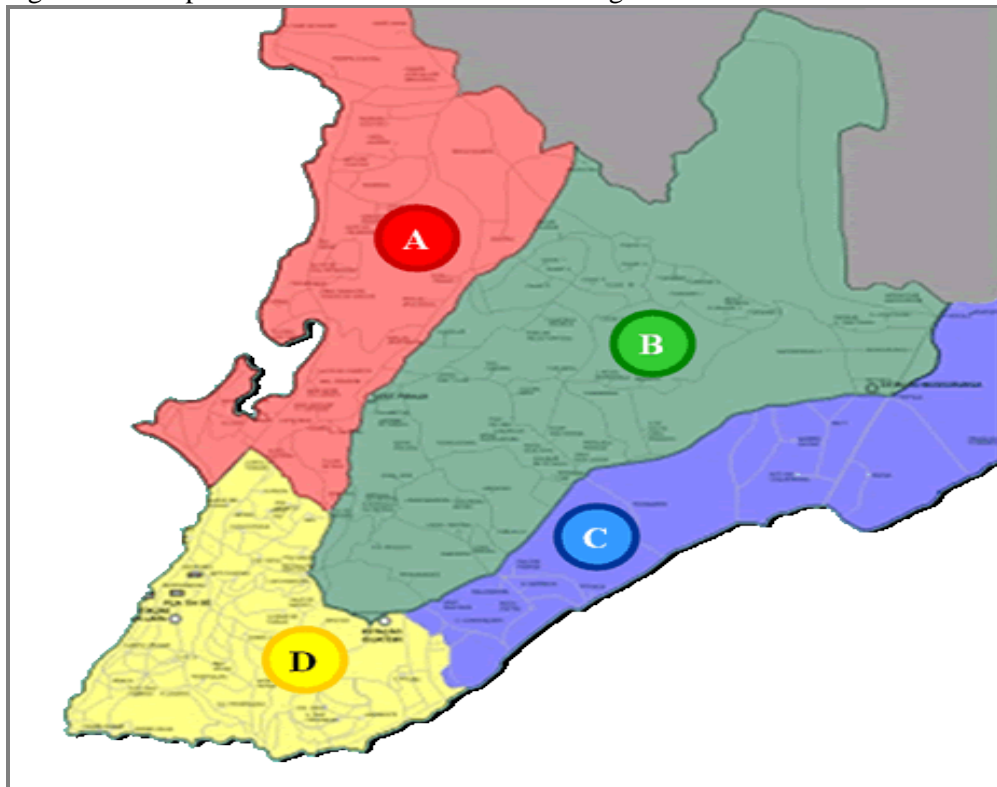
Como podemos observar na Tabela 06, entre os anos de 1970, 1980 e 1991, Feira de Santana eleva significativamente a taxa de urbanização, correspondendo, respectivamente, a 70,3%, 80, 2% e 85,8%. Nos anos posteriores, as taxas de urbanização, ainda elevadas, apresentam-se muito próximas nos anos de 1996 (87,4%), 2000 (89,7%) e 2010(91,7%). De acordo com Santos (2007), esses dados revelam que Feira de Santana, e, sobretudo, a sua sede, passou por importantes transformações, o que, certamente, impactou na diferenciação socioeconômica das zonas rurais e zonas urbanas do município.

Apesar de haver diferenças entre as zonas rurais e urbanas, no município de Feira de Santana, a integração entre esses espaços se configura de modo amplo e constante, seja pela localização da zona rural em relação à sede município, seja pelas relações econômicas estabelecidas entre essas zonas. Matinha, por exemplo, comunidade de onde foram extraídas as amostras de fala da zona rural de Feira, localizando-se a 14 km do centro do município. Nesse distrito rural, a atividade econômica está predominantemente ligada à produção agrícola de milho, feijão, amendoim e mandioca, e de frutas, como jaca, caju, manga, coco, laranja e acerola. Esses produtos, além de utilizados no próprio sustento pelos agricultores de Matinha, são comercializados, frequentemente, nas feiras livres da sede de Feira de Santana. (SAMPAIO; BARZANO, 2013).

1.3.4 As comunidades de fala urbanas: Salvador e Região Metropolitana

A amostra do português popular de Salvador é composta por bairros periféricos, que representam as quatro áreas do mapa da cidade: o subúrbio ferroviário (A), o miolo (B), a orla (C) e o centro (D). Na Figura 05, observamos a disposição geográfica dessas áreas no mapa da cidade de Salvador:

Figura 05 – Mapa da cidade de Salvador - macrorregiões de Salvador



Fonte: <http://www.transalvador.ba.gov.br>

Em nosso estudo, a região A, o Subúrbio Ferroviário, é representada pelo bairro de *Plataforma* (cf. 1.3.4.1); a região B, conhecida como o Miolo, é representada pelo bairro de *Cajazeiras* (cf. 1.3.4.2); a região D, a Orla, pelo bairro de *Itapuã* (1.3.4.3); e a região D, o Centro, aparece representada pelo bairro da *Liberdade* (1.3.4.5). Além desses quatro bairros periféricos, o *corpus* do português popular Salvador é composto por amostras de fala recolhidas em uma área representativa da Região Metropolitana da Cidade: o município de *Lauro de Freitas* (cf. 1.3.4.5).

1.3.4.1 O bairro de Plataforma

O bairro de Plataforma, cercado pela orla marítima da Baía de Todos os Santos e pelo Parque de São Bartolomeu, é um dos mais antigos do Subúrbio Ferroviário de Salvador, com origem ainda no século XIX. De acordo com Serpa (2001), em 1850, a construção da estrada de ferro Calçada-Paripe promoveu a expansão urbana em direção ao Subúrbio Ferroviário. Nesse processo, Plataforma teria sido responsável por comportar uma das estações da ferrovia: a Estação de Trem Almeida Brandão. A via férrea, no seu período auge, trouxe importantes benefícios ao local, considerado, hoje, como bairro de Plataforma, como: o abastecimento da feira local com mercadorias do interior, a chegada da iluminação elétrica, a presença do transporte público e a instalação da Fábrica de Tecidos São Brás.

A partir da instalação da Fábrica São Brás, em 1875, e o surgimento da Vila Operária, um núcleo constituído por operários da própria fábrica, começa a ser definido o início do bairro de Plataforma. Segundo Serpa (2001, p.23), “o bairro cresceu a partir da fábrica, especialmente o comércio local”, sendo difícil encontrar “alguém que não trabalhou ou tem pelo menos um parente que era empregado na indústria de tecidos”. Plataforma tem início, portanto, como um bairro fabril e operário, e até hoje a Fábrica São Brás, ilustrada na Figura 06, é considerada pela maioria dos moradores como “a alma do bairro”:

Figura 06 – Fábrica de Tecidos São Brás no bairro de Plataforma



Fonte: <http://www.gourmetgoumand.com>

Plataforma pertence, oficialmente, à Região Administrativa (RA) XVII, correspondente à área do Subúrbio Ferroviário, e possui uma população de aproximadamente 34 mil habitantes. Caracteriza-se por uma população de baixa renda, pois, 22,69% dos seus chefes de família possuem renda mensal 1 a 2 salários mínimos. Da mesma forma, também é um bairro com baixo nível de escolaridade, se considerado que 34% dos seus chefes de família têm entre 4 a 7 anos de estudo (SANTOS et. al, 2010).

Plataforma caracteriza-se como um bairro residencial. O comércio é constituído por pequenos estabelecimentos comerciais (lojas de roupa, salões de beleza, mercadinhos, etc.). No encontro do bairro com a Av. Afrânio Peixoto – principal avenida da zona suburbana –, é possível encontrar, como comércio de maior porte, uma loja de uma grande rede de supermercado e uma perfumaria de destaque no cenário nacional. Com um comércio ainda pouco desenvolvido, a alternativa para os moradores é dirigir-se ao centro comercial da cidade.

É preciso destacar, no cenário econômico do bairro, a atividade pesqueira. Em muitos relatos das nossas entrevistas, percebemos que a pesca representa para o bairro uma importante atividade econômica, pois a renda obtida com a comercialização de peixes e mariscos em regiões vizinhas ou mais distantes garante aos pescadores/moradores o sustento da família. A

pesca, para os moradores de Plataforma, é mais do que uma atividade comercial, caracterizando-se também pela tradição e por ser transmitida de geração a geração.

No âmbito educacional, Plataforma comporta escolas estaduais, municipais e particulares. Destaca-se, nesse cenário, a escola Bertholdo Cirilo dos Reis, do ensino fundamental II e do ensino médio, por ser responsável pela formação acadêmica da maior parte dos jovens do bairro, que evitam, na maioria das vezes, pelo custo com o transporte público, o deslocamento para o estudo em outras áreas da cidade. Além disso, a escola é responsável pela formação de diferentes gerações do bairro.

Na atividade turística, o bairro de Plataforma conta com o restaurante “Boca de Galinha” e a travessia marítima Plataforma-Ribeira. Esses dois pontos do bairro – de onde se tem a visão privilegiada para a Baía de Todos os Santos – é motivo de orgulho para os moradores de Plataforma.

O sistema de transporte de Plataforma ainda é motivo de muita queixa para os moradores do bairro. O bairro conta com linhas para as três principais áreas da cidade, no entanto, a quantidade de coletivos existente ainda é pouca para atender a demanda da população. As vans e mototáxis, a travessia marítima Plataforma-Ribeira e o trem (em condições precárias) constituem formas alternativas para a população de Plataforma, que ainda carece de um serviço de transporte coletivo eficiente. A insatisfação dos moradores do bairro de Plataforma não se restringe à má qualidade do sistema de transporte coletivo. De acordo com Serpa (2001), os moradores carecem de infraestrutura adequada, do mesmo modo que outros bairros da zona suburbana.

O bairro de Plataforma, para as atividades culturais – cinema, teatro, música e dança –, conta com o Centro Cultural Plataforma (CCP), localizado na Praça São Brás – “coração” do bairro. O Centro ficou fechado por quase 20 anos, retornando às suas atividades em 2007, após muitas reivindicações dos grupos artísticos do subúrbio ferroviário. O CCP comporta um teatro com capacidade para cerca de 205 pessoas e está vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Mais do que uma referência local, o Centro Cultural Plataforma passou a ser o espaço de encontro da “Arte” para os grupos culturais de toda a região do subúrbio.

As entrevistas que compõem o nosso *corpus* estiveram centradas na parte baixa do bairro de Plataforma, região mais próxima da maré. Dentre os temas de maior destaque nas conversas com os moradores, sobretudo os mais antigos, destacaram-se importantes aspectos da história do bairro, como “a família Martins Catharino”, dona da terra da região, e o “trabalho na fábrica”. Com esse segundo tópico, foi possível saber um pouco mais sobre a fábrica que deu origem ao bairro e que rendeu a muitos moradores a aposentadoria que hoje recebem. Muitos moradores lembraram as marcas em seus corpos e nos de conhecidos deixadas pelos acidentes no interior da fábrica. No entanto, independente das lembranças mais tristes, a Fábrica São Brás é retratada como uma boa recordação para os moradores de Plataforma, por ter sido o primeiro ou até mesmo o único emprego para muitos deles. Além disso, outros temas foram também produtivos, como “a vida de pescador”, “a infância no bairro”, “a falta de assistência dos políticos” e “a violência no bairro”.

Por ser um bairro antigo, em que é possível encontrar muitos moradores com mais de 80 anos, foram escolhidos, para compor a amostra moradores que tivessem nascido no local. Ademais, ao observar o contexto da comunidade, definimos para o bairro a *rede de relações local*, visto que impera um clima de amizade e um pacto de solidariedade entre os moradores, além do clima de cidade do interior com vizinhos reunidos, à noite ou durante o lazer, na porta das suas casas para um “bate-papo” ou um joguinho de dominó.

De acordo com Souza e Mendes (2010)⁴, o percurso trilhado em Plataforma permitiu aos pesquisadores do Projeto Vertentes, não somente a obtenção de dados para a constituição da pesquisa, mas, principalmente (e de maior relevância), “ouvir histórias de pessoas que lutam dia a dia para vencer a ‘vida difícil’ na zona periférica da cidade [...] e que, ainda assim, nutrem uma enorme paixão pelo local onde nasceram e foram criados”.

1.3.4.2 O bairro de Cajazeiras

Cajazeiras foi o primeiro bairro planejado de Salvador. Na década de 70, mais especificamente no ano de 1975, o governador Roberto Santos aprovou o decreto 24.922, que pretendia a desapropriação de três grandes fazendas, correspondentes à área de 16 milhões de km²: a Fazenda Boa União, a Fazenda Cajazeiras e a Fazenda Jaguaripe de cima (ou Fazenda Grande). Aprovada a criação do bairro, o projeto habitacional foi desenvolvido pela Empresa

⁴ Não há indicação de página, pois o texto foi publicado na página do Projeto Vertentes: www.vertentes.ufba.br.

de Habitação e Urbanismo da Bahia (URBIS), com a pretensão de receber 100.000 habitantes e de abrigar cerca de 8.000 unidades habitacionais.

A partir da década de 90, o bairro se expande significativamente e passa a comportar pessoas do interior do Estado e outros bairros, o que promove um “inchaço” do bairro em termos de população e moradia. Cajazeiras, atualmente, tem a sua população estimada em torno de mais de 500.000 habitantes e vivencia um desequilíbrio habitacional com a invasão de encostas e vales nos entornos dos conjuntos habitacionais.

O bairro expandiu-se de tal modo que a definição dos seus limites tornou-se imprecisa. Oficialmente, o bairro pertence a RA XIV (Cajazeiras), no entanto, conforme sinaliza Barbosa (2009, p.62) “esta RA [...] não cobre todo o território conhecido como Cajazeiras, que se espalha em áreas tidas oficialmente como responsabilidade administrativa das RA XV (Ipitanga) e RA X (Itapuã).” Para além da tentativa de delimitação do bairro pelos órgãos oficiais, Barbosa (2009, p. 62) também sinaliza que os limites de Cajazeiras não são precisos para os seus moradores:

[...] os limites de Cajazeiras não estão claros também para a população, que se confunde na difícil tarefa de demarcar essas fronteiras. Dependendo da compreensão do sujeito, Cajazeiras pode tomar a área pertencente à região de Pirajá (mais próxima do Subúrbio Ferroviário e Baía de Todos os Santos), Pau da Lima e ainda as terras da Avenida Paralela, representando a quase totalidade do centro geográfico soteropolitano (miolo urbano) [...].

O bairro de Cajazeiras, inicialmente planejado, inclusive para possuir um sistema viário, esgotamento sanitário, abastecimento de água e luz, e equipamentos comunitários, apresenta, hoje, em virtude do seu desequilíbrio habitacional e populacional, os mesmos problemas de infraestrutura e sociais de qualquer bairro periférico da cidade de Salvador. Nesse sentido, o projeto habitacional de Cajazeiras desenhou-se em sentido contrário ao inicialmente proposto.

Atualmente, o bairro

constituiu-se como uma das maiores áreas periféricas da cidade soteropolitana, por conseguinte, de pouco valor imobiliário, desarticulada do tecido urbano central, e com um péssimo serviço de transporte coletivo, seguido por grandes deficiências estruturais e urbanas (SOARES, 2006, p.26).

Cajazeiras possui comércio próprio com espaços ligados aos mais diversos setores. Cresceu demasiadamente, de modo que é difícil avaliar com propriedade o número de estabelecimentos comerciais. O comércio é bastante diversificado e é concretizado, sobretudo na Rótula da Feirinha, situada entre as Cajazeiras VIII e X. Essa região constitui o primeiro ponto do comércio local, segundo moradores, e é hoje considerado como o “centro” das Cajazeiras. Na Rótula da Feirinha, encontramos a maioria dos estabelecimentos comerciais, inclusive os de grande porte, e a movimentação do mercado informal, agências bancárias, dentre outros. Apontada como a área mais efervescente do bairro – pela dinâmica e movimentação das pessoas no local – a Rótula da Feirinha, ilustrada na Figura 07, comporta um comércio que tem satisfeito cada vez mais a população das Cajazeiras.

Figura 07 – A Rótula da Feirinha no bairro de Cajazeiras



Fonte: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias>

O bairro de Cajazeiras conta, atualmente, com cerca de vinte e seis instituições públicas de ensino das redes municipal e estadual. No entanto, de acordo com Barbosa (2009, p.65), “estas não atendem completamente a demanda existente e é muito comum a evasão escolar porque muitos alunos desistem de estudar para poderem trabalhar.” Há também muitas instituições da esfera privada, com ensino infantil, fundamental e médio, e uma instituição de nível superior. Destaca-se ainda no bairro, como principal referência de ensino, a Escola Básica e Profissional da Fundação Bradesco, implantada em 1985, que hoje atende cerca de

1.330 alunos, matriculados em seus diversos cursos profissionalizantes, como: culinária, corte e costura, confeitaria, artesanato e informática.

Na área da saúde, Cajazeiras dispõe de dois postos (localizados, respectivamente, nas Cajazeiras II e VII) e três hospitais públicos. Esse cenário, no entanto, não consegue dar conta da população do bairro, que cresceu exorbitantemente, o que se traduz em uma assistência de saúde de má qualidade e precária. A saída para a população é, muitas vezes, quando lhe é possível, recorrer às clínicas particulares do bairro que oferecem valores para consultas e exames mais acessíveis à comunidade local.

O sistema de transporte coletivo do bairro é “um marco na história de Cajazeiras, pois foi num passado recente, o grande motivo de mobilização política dos moradores” (BARBOSA, 2009, p. 29). No entanto, “mesmo com as lutas populares pelo transporte público deflagradas nas décadas de 1980 e 1990, até hoje essa área não possui sistema de transporte adequado à demanda” (BARBOSA, 2009, p. 128).

Atualmente, o bairro possui dezoito linhas de ônibus, mas o número de transportes coletivos é insuficiente para atender às demandas da população. A Estação Pirajá é a estação de transbordo mais próxima de que se serve a população de Cajazeiras. No entanto, como aponta, Barbosa (2009, p. 29), “ela visivelmente não corresponde à expectativa do transporte coletivo de qualidade. Reclama-se constantemente do número insuficiente de veículos e condições precárias em que funcionam”. Além disso, o autor destaca o constrangimento e humilhação pelos quais a população das Cajazeiras – e de outros locais da cidade – que depende da Estação Pirajá passa diariamente:

[...] Neste lugar existe um funcionário que se coloca na porta de acesso ao veículo especialmente nos horários de maior demanda (entre 6:30 e 9 horas da manhã e entre 17 e 20 horas). Sua função é a de “controlar” o número de passageiros por carro. A cena é desoladora: um homem uniformizado barrando a entrada de pessoas com métodos nem sempre gentis, pois são constantes os conflitos entre eles, envolvendo desde agressão verbal até física. Mesmo com esse funcionário, as empresas de ônibus não conseguem evitar a superlotação. Tornou-se muito comum a visão de um veículo de transporte coletivo lotado e com pessoas literalmente penduradas nas suas portas e, algumas vezes, até nas janelas [...] (BARBOSA, 2009, p. 29).

Para as regiões mais próximas, os moradores preferem fazer o deslocamento através de bicicleta ou do sistema de transporte alternativo, como vans ou micro-ônibus. Isso porque, muitas vezes, “espera-se até uma hora e vinte minutos para que o ônibus chegue e faça o trajeto que dura, por exemplo, não mais que quinze minutos”(BARBOSA, 2009, p. 129).

A falta de segurança e crescimento da violência também caracteriza o dia a dia dos moradores de Cajazeiras. Os poderes públicos – que já possuem descaso com as zonas periféricas da cidade – não consegue acompanhar a evolução do bairro, não havendo, portanto, o planejamento de estratégias para reduzir ou inibir a violência no bairro.

Nas atividades socioeducativas e culturais, destacam-se, no bairro, o CajaArte e o Cajaverde. O primeiro, resultante da criação da Associação de Moradores de Cajazeiras e patrocinado por órgãos públicos, tem o objetivo de envolver os jovens com a arte e afastá-los da criminalidade. O Cajaverde – Organização Ambiental e Cultural de Cajazeiras – é uma organização não governamental que se dedica às causas ambientais e promoção da cultura local .

De acordo com Barbosa (2009), nas Cajazeiras, as principais manifestações culturais estão relacionadas ao candomblé, a capoeira, as festas das igrejas e ao futebol. A prática do esporte futebol destaca-se entre as demais, sendo o principal modo de lazer do Complexo Cajazeiras. No entanto, “a diminuição da prática desse esporte tem sido alvo de preocupação atual porque as áreas de campos de futebol [...] estão sendo transformadas em canteiros de obras de novos condomínios, sem que novas áreas de lazer sejam construídas” (BARBOSA, 2009, p.66) A Prefeitura de Salvador, atendendo a reivindicação de moradores, revitalizou três campos do bairro, que foram entregues em agosto de 2015.

As entrevistas que compõem o *corpus* foram realizadas com moradores das diversas Cajazeiras, mostrando-se como temas produtivos “o sistema de transporte” e “a violência em algumas localidades”. Por ser um bairro de expansão recente (década de 90) e com muitos habitantes oriundos o interior do Estado, o critério *nascido no bairro* só foi aplicado aos informantes da faixa etária I; para os das faixas II e III, foi adotado o critério *tempo de moradia* no bairro. Sobre a definição de redes de relações sociais, Antonino e Tourinho

(2010)⁵ esclarecem: “[...] o perfil dos moradores das várias regiões de Cajazeiras é bastante diversificado e, por isto, não se definiu, tendo em vista as redes de relações sociais, se os informantes deveriam ter um perfil disperso ou local.[...]”.

1.3.4.3 O bairro de Itapuã

Itapuã, em meados do século XX, era uma região pouco povoada, onde só moravam as pessoas que trabalhavam lá ou em suas proximidades. De acordo com Santos et al. (2010), ainda na década de 50, mesmo com a construção da Av. Otávio Mangabeira, Itapuã era um bairro tranquilo e bucólico. A ocupação do bairro ocorre, segundo os autores, na década de 60, quando Itapuã se torna “um dos pontos de articulação entre o centro da cidade e a emergente zona industrial da Região Metropolitana de Salvador”. Nos anos 70, com a modernização da cidade e o projeto de revitalização da Orla marítima, ocorre a expansão do bairro, que passa a concentrar “pessoas que vinham de longe fixar residência, sendo ocupada por loteamentos e condomínios, tornando-se um dos bairros residenciais mais populosos e populares de Salvador” (SANTOS et al., 2010, p. 408).

Itapuã, oficialmente, faz parte da Região Administrativa X – também composta pelos bairros Jardim das Margaridas, Aeroporto, Stella Maris, Alto do Coqueirinho, Bairro da Paz, Piatã, Mussurunga e São Cristóvão – e possui uma população de cerca de 67 mil habitantes, segundo os dados do Censo 2010. De acordo com Santos et al. (2010), 18,54% dos chefes de família possuem renda mensal de 1 a 2 salários mínimos, e quanto à escolaridade, 30,79% deles possuem entre 11 a 14 anos de estudos.

Localizado na orla marítima de Salvador, o bairro de Itapuã tornou-se uma atração para os turistas. Devido a esse aspecto, em seu comércio, destacam-se as redes de hotéis, os restaurantes, bares e os tabuleiros das baianas de acarajé. Atualmente, encontra-se em fase de recuperação o Mercado de Itapuã (1951), que também é um ponto importante do comércio da cidade. O projeto de reestruturação do Mercado prevê a construção de boxes para o comércio de frutas, verduras, açougue e mercearia, produtos de artesanato e um espaço para alimentação e apresentações culturais.

⁵ Não há indicação de página, pois o texto foi publicado na página do Projeto Vertentes.

O bairro de Itapuã destaca-se, no cenário da cidade, pelas suas manifestações culturais. Dentre as mais conhecidas, estão a Lavagem de Itapuã, o bloco afro Malê Debalê, a Festa da Baleia e as Ganhadeiras de Itapuã. Nas palavras de Afonso e Serpa (2007, p.03) “a cultura exerce um papel fundamental na vida de Itapuã e dos próprios moradores, exaltando essa característica como algo positivo do bairro”. De modo semelhante, Santos et al. (2010, p. 408) destacam:

Ainda hoje Itapuã preserva uma grande singularidade entre os bairros de Salvador – pitoresco em suas paisagens naturais, sugestivo para “passar uma tarde” e plural em suas manifestações – este lugar guarda em sua história momentos significativos da vida cultural, religiosa e festiva da cidade.

No âmbito das festas, destacam-se A Lavagem de Itapuã e a Festa da Baleia. Esta é realizada na quarta-feira de cinzas à tarde quando os moradores, de certo modo, relembram a pesca da baleia, atividade muito importante para a economia de Itapuã antigamente. A Lavagem de Itapuã é uma festa centenária no bairro e ocorre em frente à Igreja Nossa Senhora da Conceição, encontrando-se, atualmente, entre a tradição e a modernidade:

A Lavagem de Itapuã é citada por alguns entrevistados como a manifestação mais alterada, isto porque sua importância como festa religiosa vai perdendo espaço para comemorações profanas, a partir da inserção do trio elétrico na festa (a única lavagem da cidade que ainda mantém o desfile de trios). [...] Outro fator apontado pelos entrevistados e que descaracteriza a festa é a presença da violência (AFONSO; SERPA, 2007, p. 04).

Nas manifestações artísticas, possuem forte representação, no bairro, os grupos Malê Debalê e As Ganhadeiras de Itapuã. O Malê Debalê é um bloco afro, criado em 1979 por um grupo de moradores do bairro e inspirado na história dos escravos participantes da Revolta dos Malês que se refugiaram no Abaeté. Atualmente, o bloco tem seu destaque no carnaval de Salvador e os seus ensaios, sediados no Abaeté, funcionam como um ponto de atração turística. O bloco atua como um importante ponto de resgate e valorização da cultura afro-brasileira e, além disso,

[...] desenvolve várias atividades, oferece cursos de formação técnica (inglês, receptivo de eventos, entre outros). É também responsável pelo projeto Malezinho, que atende ao público infantil, fortalecendo a base da tradição africana através do aprendizado de símbolos e signos da cultura afro-descendente, e englobando um trabalho de formação contínua dos professores das cerca de quarenta escolas municipais da Regional/Itapuã e o projeto de Resgate da Cultura Itapuãzeira, que já produziu livros, fitas de vídeo e registrou vários depoimentos de moradores antigos, como lavadeiras e pescadores. [...] (SANTOS et al., 2007, p.03).

As Ganhadeiras de Itapuã é um grupo de samba de roda formado por mulheres e tem como inspiração a história de mulheres que, no século XIX e início do século XX, saíam a pé, com os balaies na cabeça para comercializar peixes no centro da cidade de Salvador, a fim de garantir o sustento da família. O grupo, atualmente, participa de vários eventos no âmbito local e nacional e já foi premiado diversas vezes, destacando-se o *Prêmio Culturas Populares – Mestre Duda 100 Anos de Frevo*, concedido pelo Ministério da Cultura. Na Figura 08, apresentamos uma ilustração do grupo As Ganhadeiras de Itapuã:

Figura 08 – O grupo de samba de roda “As Ganhadeiras de Itapuã”



Fonte: [www. http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/](http://atarde.uol.com.br/cultura/noticias/)

Afonso e Serpa (2007), em estudo realizado sobre Itapuã, apontam, para além das representações culturais, o que seria considerado pelos moradores como referência identitária do bairro. Segundo os autores, os elementos que mais aparecem na fala dos moradores são, respectivamente: Lagoa do Abaeté, Farol de Itapuã, Sereia de Itapuã, Praia, Igreja Nossa Senhora da Conceição de Itapuã e Praça Dorival Caymmi. De acordo com os autores, “nota-se que os elementos marcantes mais citados são aqueles considerados pontos turísticos da cidade, ou seja, elementos marcantes não só do bairro, mas também de Salvador.” (AFONSO; SERPA; 2007, p.08). Além disso, Afonso e Serpa (2007, p. 08) destacam a forte relação do

homem com mar, sobretudo pela importância da atividade pesqueira que foi e continua sendo uma fonte de renda para muitas famílias:

O mar e a praia se destacam na relação entre os moradores e o bairro de Itapuã, marcando a sua vida cultural, na medida em que o bairro historicamente cresceu a partir de uma vila de pescadores que tinha na pesca um meio de subsistência. Atualmente, a atividade pesqueira continua sendo, para alguns, o principal meio de sobrevivência.

A imagem do bairro de Itapuã como um lugar tranquilo, romântico e de natureza exuberante tem sido desconstruída, segundo Afonso e Serpa (2007) no momento em que começam a se tornar visíveis os problemas enfrentados pelo bairro. De acordo com os autores, o bairro de Itapuã “apresenta uma população predominantemente de baixa renda, com urbanização acelerada e problemas estruturais, graves como falta de pavimentação e saneamento básico” (AFONSO; SERPA, 2007, p.12). Além disso, o índice de violência e o tráfico de drogas têm crescido muito nos últimos anos no bairro de Itapuã, que comporta, hoje, uma das áreas mais violentas da cidade.

No bairro de Itapuã, as nossas entrevistas estiveram concentradas na parte mais central do bairro – na Rua Alto da Bela Vista, Guarapes e Ladeira do Abaeté – e nas áreas periféricas – Baixa do Soronha e Nova Brasília. Por ser um bairro antigo, os moradores entrevistados precisavam atender ao critério de ser nascido no bairro. Dentre os temas abordados, apresentaram maior produtividade “os ‘causos’ de Itapuã”, “a Itapuã de antigamente” e “a violência no bairro”. As imagens romantizadas de Itapuã – cantada por Vinícius e Toquinho – e os problemas vivenciados atualmente pelos moradores do bairro, inclusive a violência, cruzam-se nas entrevistas concedidas aos membros do Projeto Vertentes. A primeira aparece como saudade, a segunda, como a dura realidade.

1.3.4.4 O bairro da Liberdade

A origem do bairro da Liberdade remonta ao século XVIII e é associada a uma trilha que estabelecia comunicação com o interior do Estado e que servia à passagem do gado bovino oriundo do interior com destino à capital. Nessa época, a trilha recebia a denominação de Estrada das Boiadas (ou Estrada dos Bois). No século XIX, em 1823, durante as lutas pela Independência do Brasil, as tropas militares, lideradas por Francisco de Lima e Silva, percorreram a Estrada das Boiadas, para a chegada até a Lapinha e tomada da cidade das

mãos dos portugueses. Devido a esse fato histórico, a Estrada das Boiadas passou a ser denominada de Estrada da Liberdade (atualmente, Liberdade) e a sua principal avenida é hoje conhecida como Avenida Lima e Silva.

Apesar de ser um dos espaços mais antigos da cidade, de acordo com Ramos (2007, p. 123), “a Liberdade é entendida como bairro a partir da década de 1940 dada pela expulsão de moradores das áreas centrais da cidade e, em maior peso, pelas sucessivas ocupações coletivas pelos migrantes vindos do interior da Bahia [...]”. Esse aspecto, associado à chegada dos trilhos e do Bonde da Linha Oito, cujo auge se deu em 1949, e a urbanização da Estrada das Boiadas, ocorrida entre 1947 e 1951, permitiram a efetiva ocupação e expansão do bairro. Atualmente, segundo Leite (2012, p. 73),

a Liberdade possui uma grande concentração populacional, a maioria de baixa renda, mas nem por isso deixa de ser dotada de uma infra-estrutura própria, podendo ser apreciada como a que tem uma vida comunitária própria e representa, pela quantidade demográfica, uma grande "cidade" dentro da Metrópole.

O bairro da Liberdade, que, oficialmente, pertence à Região Administrativa IV – junto com Pero Vaz, Caixa d'Água, Pau Miúdo e IAPI, Santa Mônica e Cidade Nova – comporta, de acordo com os dados do Censo 2010 uma população de 39.322 habitantes. Essa região apresenta um das maiores densidades demográficas da cidade, com a distribuição de 260,3 habitantes por hectare. A sua população é composta, maioritariamente, por afrodescendentes, em torno de 86%, segundo dos dados do Censo de 2010. Essa população distribui-se entre os que nasceram no local e os que são oriundos do interior do Estado.

Em virtude do crescimento da população, o bairro começa a expandir o seu comércio para atender as demandas dos seus moradores. Atualmente, são encontrados, no bairro da Liberdade, supermercados, agências bancárias, lojas de eletrodomésticos de grande e pequeno porte, de departamento, de calçados, de construção civil, etc. Além disso, o bairro conta com a presença do comércio informal e de uma importante feira livre, a Feira do Japão, em que pode ser encontrada uma série de produtos de qualidade (frutas, verduras, carnes, temperos, artigos de candomblé e da umbanda, etc.) com valores mais acessíveis do que os das feiras de outros pontos da cidade (RAMOS, 2007).

O Shopping da Liberdade, estrategicamente localizado – com a visão para a Baía de Todos os Santos – é também um ponto forte do comércio local. No Shopping, é de grande importância e atrativo para moradores do bairro e de locais vizinhos os serviços oferecidos pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que serve auxiliar e incentivar a expansão do comércio no local. Nesse sentido, podemos dizer que o bairro da Liberdade conta com um comércio próprio, capaz de atender não somente a sua população, mas também o público de várias partes da cidade, sobretudo os que transitam pela Avenida Lima e Silva, onde se concentra a maior parte do comércio do bairro.

De acordo com Leite (2012, p. 76), o bairro, por não acompanhar horizontalmente a expansão do comércio, assistiu a uma verticalização das suas construções imobiliárias: “as construções inicialmente térreas foram ganhando pavimentos à medida que a demanda de serviços foi aumentando na localidade, adaptando-se para receber, nos demais pavimentos, serviços como consultórios, escritórios, escolas, academias, salão de beleza e outros serviços. Sobre a mão de obra do bairro, a autora declara:

A Liberdade sorve grande parte da mão de obra disponível no próprio bairro, principalmente no comércio vivo da Avenida Lima e Silva. Alguns moradores também prestam serviço ou trabalham nos bairros próximos como o Comércio, Nazaré, Barbalho, Centro Histórico e circunvizinhanças. Assim, confirmei que as relações dos jovens do bairro da Liberdade são abertas, visto que os jovens que centralizam seu cotidiano no bairro também podem instituir relações socioculturais e econômicas, tanto com pessoas como com outros bairros (LEITE, 2012, p. 92).

No que se refere à educação, o bairro da Liberdade possui creches, escolas públicas e privadas. No contexto do bairro, as creches funcionam como um auxílio aos pais que precisam trabalhar, diariamente, e não tem com quem deixar os filhos. São instituições, em sua maioria, privadas, mas com valores acessíveis à população local. Dentre as escolas públicas, é de grande importância o Colégio Estadual Duque de Caxias, que, de acordo com Leite (2012, p. 45), é “a Instituição de Ensino responsável pela formação de gerações de moradores do bairro da Liberdade” e que possui “um elo sociocultural muito forte com o entorno do bairro”.

O bairro da Liberdade conta com um sistema de transporte público com linhas diretas para praticamente todas as áreas da cidade. Além disso, os transportes alternativos surgem como

uma boa opção, visto que o sistema de transporte público ainda é ineficiente para atender a demanda da população. O Plano Inclinado da Liberdade, que liga a Cidade Alta à Cidade Baixa, atua também como mais uma saída para os moradores, sobretudo para aqueles que precisam, cotidianamente, ter acesso aos bairros da Cidade Baixa e ao sistema de *ferry-boat*.

A Liberdade também possui espaços socioeducativos e culturais, como o Centro Social Urbano (CSU) e a Associação Cultural Ilê Aiyê. O CSU é um espaço cultural e educativo com a finalidade de oferecer diversos cursos (música, capoeira, dança, artesanato, etc.) aos moradores do bairro desde os mais jovens aos da terceira idade. É importante destacar que “esses cursos são ministrados pela própria comunidade, que se organiza, voluntariamente, em espaço cedido segundo critérios de avaliação da coordenação” (LEITE, 2012, p.83).

A Associação Cultural do Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, sob o pilar da conscientização e valorização do povo negro, oferece atividades socioeducativas que procuram expressar e divulgar a cultura afrodescendente para os moradores da Liberdade. É importante destacar que o Bloco Ilê Aiyê é histórico no bairro e tem importante destaque no cenário nacional e internacional. A sede do Ilê Aiyê, ou a “Senzala do Barro Preto”, ilustrada na Figura 09, representam uma fonte de atração para os turistas que visitam a cidade de Salvador:

Figura 09 – “A Senzala do Barro Preto”: a sede do bloco afro Ilê Aiyê



Fonte: <http://www.michellemarie.com.br/>

Considerando a relevância do grupo Ilê Aiyê para o bairro da Liberdade, Ramos (2007, p. 127) afirma:

Depois deste grupo, surgiram na Liberdade também o Vulcão da Liberdade, o Muzenza, o Olorum Baba Mi, entre outros. O aparecimento dos blocos e associações afro ‘funcionou’ como reflexo de destaque de uma síntese do pensamento e das práticas dos moradores da Liberdade, projetando na cidade de Salvador, na Bahia, no Brasil e no exterior, uma resistência e uma afirmação social, alterando significativamente a auto-estima da população negra.

No que diz respeito ao lazer, de acordo com Ramos (2007), a Liberdade possui poucas opções implementadas pelos órgãos públicos, como praças, parques, áreas verdes e equipamentos poliesportivos, sobretudo se considerado o tamanho da população residente no bairro. Por isso,

[...] praticamente todos os lugares podem se tornar área de lazer, a qualquer hora, durante o dia ou à noite, entre familiares, vizinhos ou conhecidos que passam pela rua. Não é necessário um lugar específico para que o ‘lazer’ aconteça e também nem sempre ele ocorre desvinculado das atividades de trabalho.[...] (RAMOS, 2007, p. 149).

[...] As ruas e calçadas dão lugar a banquinhos e cadeiras (e que às vezes dividem espaço com uma pequena churrasqueira), mesas de dominó, dama e baralhos, jogo de porrinha, jogo do bicho, o ‘baba’ das crianças, o ‘lavar carro’, o jeito de abordar o outro, as músicas que saem das casas e dos carros, o jeito de gesticular o corpo [...] (RAMOS, 2007, p. 150).

As entrevistas, no bairro da Liberdade, estiveram concentradas no Curuzu e na Pero Vaz. O acesso a muitas áreas foi evitado pelos pesquisadores dos projetos, seguindo recomendações dos próprios moradores, que apontavam locais como a Santa Mônica, a Rua do Céu e a Avenida Peixe como de alta periculosidade. Segundo Leite (2012, p. 97), “a violência está profundamente entrelaçada à vida cotidiana e à história da comunidade, devido ao extermínio e morte de gerações jovens.” Para a realização das entrevistas, considerando que a Liberdade é um bairro de ocupação antiga, buscamos moradores que atendessem, dentre outros, o critério de ter nascido no bairro; além disso, consideramos a rede de relações dos moradores como dispersa, pela localização e dinâmica do bairro.

1.3.4.5 O município de Lauro de Freitas: o representante da Região Metropolitana de Salvador

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) – ou a Grande Salvador – foi instituída pela Lei Complementar Federal de nº 14, em 08 de junho de 1973, e comporta os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. A RMS ocupa uma área de aproximadamente 3.000.000 km² e a sua população foi estimada, em 2014, em torno 3.919.864, sendo, assim, considerada a sexta região metropolitana mais populosa do Brasil e a segunda do Nordeste.

A freguesia de Santo Amaro de Ipitanga, a atual Lauro de Freitas, inicialmente, pertencia a Salvador. Em 1880, passou a Distrito de Montenegro, atual Camaçari. Em 1932, voltou a pertencer a Salvador e somente trinta anos depois, em 1962, passou a ser considerada município. Durante a sua emancipação política, a freguesia Santo Amaro de Ipitanga passa a ser denominada de Lauro de Freitas, uma homenagem ao candidato a governador do Estado Lauro Farani Pereira de Freitas. Em 1973, o município de Lauro de Freitas passa a compor a Região Metropolitana de Salvador.

Lauro de Freitas encontra-se localizado no Litoral Norte do Estado da Bahia e ocupa uma área de cerca de 60 Km². De acordo com o Censo 2010, o município possui aproximadamente 164 mil habitantes, que, em sua maioria, são oriundos do interior do Estado. Lauro de Freitas possui como distrito único a sede, as demais localidades são consideradas bairros, a saber: Areia Branca, Buraquinho Caixa D'Água, Caji, Centro, Ipitanga, Itinga, Jambeiro, Miragem, Portão, Vila Praiana, Vila Mares, Vida Nova e Vilas do Atlântico.

O município de Lauro de Freitas é o terceiro mais industrializado da Bahia e ocupa uma posição geográfica privilegiada, mantendo diálogo constante com a capital Salvador e duas das regiões mais importantes do Estado, Camaçari e Simões Filho, através da Estrada do Coco (BA 099), que atravessa o município. De acordo com Dias (2006, p. 78), essa estrada, tem sido um importante trecho comercial da região de Lauro de Freitas:

Acrescente-se que nos últimos anos, essa estrada, especialmente no trecho de Lauro de Freitas, vem sendo implantados uma série de estabelecimentos comerciais diversificados em termos de produto e clientela que pretende atender. Encontram-se supermercados, lojas de móveis e eletrodomésticos dos mais populares aos mais sofisticados, lojas de material de construção, de

artesanato, de plantas, imobiliárias, empresas de paisagismo, bancos, bares, restaurantes, delicatessens, concessionárias de veículos, shoppings, centros médicos etc, formando um corredor de serviços que atende a Lauro de Freitas, aos moradores de outros municípios (como Camaçari e Salvador) e àqueles que se transitam entre o litoral norte e capital.

Em Lauro de Freitas, o contraste social se faz bastante evidente. Há, por um lado, pessoas abastadas socioeconomicamente e que se acomodam em moradias de alto padrão; e, do outro, pessoas de baixa renda, que, na maioria das vezes, trabalham como empregados domésticos e ou prestadores de serviços gerais nas regiões mais ricas do município ou na capital Salvador, deslocando-se diariamente para o exercício das suas atividades.

A divisão social do município é retratada por Dias (2006, p. 117) a partir da comparação entre Itinga – bairro mais populoso de Lauro e uma das áreas em que se concentraram as nossas entrevistas – e a região do Atlântico Norte:

Itinga e Atlântico Norte, situados em lados opostos da Estrada do Coco, são áreas que, embora apresentem as mesmas funções e tipos de equipamentos, revelam, qualitativamente, formas e estruturas bastante diferentes, servindo de símbolo: de um lado a pobreza e de outro a riqueza. Note-se que a Estrada do Coco é considerada um símbolo da separação social, ou como generalizou a atual prefeita Moema Gramacho, uma linha de “apartheid” separando” o dormitório dos incluídos”, a porção litorânea, “do povo de Portão, Caji, Itinga que não pode freqüentar as praias de Buraquinho, Ipitanga e Vilas.

De acordo com Dias (2006, p.96), a diferença entre as duas áreas é também visível no aspecto da escolaridade. Isso porque “enquanto em Itinga predominam pessoas das classes populares, com baixa escolaridade e renda, no Atlântico Norte, prevalecem indivíduos das classes média e média alta, bastante escolarizadas”. Sobre a escolaridade da população de Itinga, a autora apresenta ainda a seguinte constatação:

dentre os moradores com mais de cinco anos de residência em Itinga e que tinham pelo menos 30 anos de idade (que seguramente chegaram adultos ao bairro e, geralmente, foram os adquirentes dos lotes ou casas), mais da metade deles tinha ensino fundamental incompleto, e quase 20% apenas sabiam ler e escrever. (DIAS, 2006, p. 96).

O município de Lauro de Freitas apresenta-se como um potencial turístico. Esse aspecto se deve às belas praias ao longo do seu litoral, como a de Buraquinho (cf. Figura 10), e aos parques concentrados na Área de Proteção Ambiental, destinados à prática do ecoturismo e

que entusiasma as pessoas amantes da natureza. Nas tradições culturais do município, destacam-se a festa de Santo Amaro de Ipitanga – maior evento religioso do município e também fonte de atração turística –, a festa de São Francisco de Assis, e as tradicionais festas de lavagem dos bairros, como as de Vilas do Atlântico, Portão e Largo do Caranguejo, em Itinga.

Figura 10 – O litoral do município de Lauro de Freitas: a praia de Buraquinho



Fonte: <http://saiunoblog.blogspot.com.br/p/conheca-lauro-de-freitas-bahia>

As entrevistas que constituem o *corpus*, inicialmente, estiveram concentradas em Itinga, e, posteriormente, se estenderam a outros bairros periféricos, como Portão e Vila Praiana. Esses bairros, segundo as autoras, possuem perfil semelhante: “[...] baixo nível socioeconômico, condições precárias de moradia e saúde, e grandes problemas, como a violência urbana e o tráfico de drogas” (MELO; FREITAS, 2010)⁶. O perfil dos moradores que compõem a amostra caracteriza-se por ser oriundos do interior, devendo possuir mais de 15 anos como moradores do local, quando das faixas 1 e 3, e mais de 10 anos, quando pertencentes à faixa 1. Além disso, pela dinâmica do município e da vida da população – sobretudo, pelo constante deslocamento para Salvador, Camaçari e Simões Filho –, os moradores entrevistados foram caracterizados, em nosso estudo, como participantes de rede de relações dispersa.

⁶ Não há indicação de página pelo fato de o texto ter sido publicado na página do Projeto Vertentes: www.vertentes.ufba.br

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, abordamos, essencialmente, o modelo da polarização sociolinguística do português brasileiro, definido para subsidiar a análise da flexão de caso dos pronomes pessoais no português brasileiro. Partimos da sistematização do cenário sócio-histórico colonial brasileiro (cf. seção 3.1), demonstrando a composição multiétnica da sua população, e a participação das línguas portuguesas, indígenas, africanas.

No percurso da seção, observamos, inicialmente, a política colonialista e estabelecimento da *língua geral* para a comunicação e catequização dos povos indígenas, que entrou em declínio por volta do século XVII, devido à oficialização do português com o decreto pombalino e, sobretudo, ao processo etnocida da população indígena – o que também impediria, segundo Mattos e Silva (2006a; 2006b) que os índios atuassem, mais tarde, como difusores do português no território brasileiro. Observamos também, na seção 1.1, que, mesmo com a chegada de cerca de milhões de africanos, entre os séculos XVI e XIX, as línguas africanas não tiveram destaque no cenário colonial, pois a seleção negativa – que pretendia a separação dos africanos coétnicos e colíngues – não permitia o uso das suas línguas nativas, sendo necessária a aquisição da língua do grupo dominante, a portuguesa, ainda que em condições precárias. Por fim, destacamos a atuação dos imigrantes europeus e asiáticos, cujas línguas permaneceriam restritas às suas colônias, pois a política de nacionalização do ensino, através de inúmeros decretos, procurou expandir o ensino do português e oficializá-lo junto às escolas étnicas dos imigrantes.

A reconstituição do cenário sócio-histórico de formação do português brasileiro torna-se necessária para avaliar, por um lado, como a língua portuguesa, sob o processo de violência cultural e linguística, tornou-se hegemônica em um contexto pluriétnico e plurilíngue; e, por outro, para compreender que o português difundido pelo território brasileiro era uma variedade resultante da influência das diferentes matrizes étnicas, sobretudo a africana, que compuseram o cenário colonial.

Na seção 1.2, apresentamos e discutimos a proposta da polarização sociolinguística do português brasileiro, defendida por Lucchesi (2001; 2002). O modelo da polarização do PB oferece subsídios para fundamentar a hipótese de que teria se desencadeado nas regiões rurais do país, devido à assimilação do português de forma precária por parte dos africanos e

afrodescendentes, a vertente popular do português brasileiro; diferentemente do que ocorria nos centros urbanos, em que havia uma tentativa, por parte da elite dominante, de aproximar a sua fala dos modelos linguísticos europeus, do que teria resultado a vertente culta do PB. Desse modo, acreditamos que, se, nas zonas rurais, iam sendo reduzidos os mecanismos flexionais em relação à língua alvo (típicos de processos de *transmissão linguística irregular*), como os de caso dos pronomes, nos espaços urbanos, os seus falantes cuidavam de mantê-los.

A esse processo histórico deve-se, então, a realização de construções do tipo “João encontrou eu”, que caracterizam atualmente a fala das variedades populares, sobretudo rurais, e que, dificilmente, serão encontradas na fala das variedades cultas. Dessa forma, assumimos a posição – sobretudo a partir da descrição da flexão de caso nas línguas crioulas (cf. capítulo 3) – de que a realização de estruturas do tipo “João viu eu”, com o uso da forma nominativa do pronome em funções de complementos verbais e adverbiais, típicas das normas populares, devem ser analisadas levando em consideração a origem do português popular nas regiões rurais do país.

Na seção 1.2, observamos também que, por volta do século XX, as reconfigurações no cenário sócio-histórico brasileiro, consequentes do processo de urbanização, possibilitaram a intersecção entre as zonas rurais e urbanas, o que se traduziu na passagem da variação linguística brasileira do plano diatópico para o diastrático, bem como no entrecruzamento das normas cultas e populares. Considerando esse aspecto, Bortoni-Ricardo (2005, 2011) apresenta a caracterização do PB como um *continuum* de urbanização, e não como uma realidade polarizada. Para a autora, nas extremidades desse *continuum*, há, de um lado, as variedades rurais mais isoladas e, do outro, as variedades urbanas cultas; nas zonas intermediárias, estariam localizadas as variedades que se distribuem ao longo do *continuum*. Diante disso, verificamos, ainda na seção 1.2, que Lucchesi (2015) reconhece o modelo do *continuum* como complementar ao da polarização do PB, redefinindo os caminhos da sua proposta.

Com a reelaboração da proposta de Lucchesi (2015), decidimos observar se o fenômeno em foco se distribui ao longo de um *continuum* no português popular da Bahia. A partir da caracterização sócio-histórica e econômica das comunidades em estudo, sistematizada na seção 1.3, consideramos que o *continuum* do português popular da Bahia pode ser definido a

partir de duas extremidades: a das variedades das comunidades rurais mais isoladas (as afro-brasileiras) e a variedade urbana da capital Salvador. Nas zonas intermediárias desse *continuum*, poderíamos situar os falantes das variedades do português popular de cidades do interior de pequeno (Santo Antônio de Jesus e Poções) e médio porte (Feira de Santana).

Por outro lado, delineamos a hipótese de que a variante padrão (o pronome flexionado), especialmente a do paradigma de primeira pessoa do singular, encontra-se distribuída ao longo do *continuum* do português popular da Bahia, aumentando a sua frequência à medida que aumenta a urbanização, o grau de letramento, e a consciência estilística do falante. Por outro lado, suspeitamos que a variante não padrão (o pronome não flexionado), encontra-se, praticamente, restrita às zonas rurais, onde se tem menor grau de letramento e, conseqüentemente, menor consciência estilística. Esse aspecto seria resultante não somente da gradação no *continuum* de urbanização, mas também dos aspectos relacionados aos *continua* de letramento e monitoração. Isso porque, conforme discutido na seção 1.2, à medida que se tem maior urbanização, há também maior letramento e maior capacidade de monitoração estilística.

O papel das redes sociais no *continuum* de urbanização (cf. 1.2.1) também pode ser correlacionado ao estudo do nosso tema. Dessa forma, suspeitamos que as comunidades de redes isoladas tendem a exibir menos flexão de caso dos pronomes e as comunidades de redes integradas, maior flexão pronominal. A hipótese definida é a de que, no *continuum* do português popular da Bahia, a extremidade ocupada pelas variedades rurais afro-brasileiras comporta falantes de redes isoladas e o outro extremo, a capital Salvador, falantes de redes integradas. Nas zonas intermediárias, estariam situados os falantes que estão migrando das redes isoladas para as redes integradas, ou seja, aqueles das comunidades de PO, SAJ e Feira, pois, de acordo com Bortoni-Ricardo (2011, p. 124):

À medida que os migrantes se integram mais ao ambiente urbano, suas redes de comunicação tendem a se ampliar e a adquirir características de redes sociais urbanas, tornando-se complexas e mais esparsas. Essa mudança tende a ser acompanhada por uma tendência a aderir à orientação das classes mais altas. Tal estado de coisas facilita o processo de difusão dialetal.

Na subseção 1.2.1.2, observamos que as taxas de escolarização não acompanharam as taxas de urbanização, sendo desencadeada, no país, uma escolarização tardia, fincada em bases

pouco sólidas. Dessa forma, o acesso das camadas mais pobres da população à escola não resultou, necessariamente, em aquisição da norma de prestígio, não sendo processado o nivelamento efetivo entre as normas cultas e populares. Por isso,

[...] quase um terço dos brasileiros ainda conservam muito nítidas em sua fala as marcas que o contato linguístico produziu no passado – como a não aplicação das regras de concordância nominal e verbal – sobre as quais se abate o preconceito, em uma dialética perversa na qual as desigualdades reproduzem as diferenças linguísticas em que recai o estigma que visa legitimar ideologicamente a exclusão social (LUCCHESI, 2015, p. 151).

A eficácia da norma padrão no nivelamento das normas cultas e populares é também pontuada na subseção 1.2.1.2. Observamos que a norma padrão que rege o ensino de português no país foi codificada no século XIX e tomou como parâmetro a modalidade escrita do português europeu. Esse processo deixou, portanto, à margem a realidade linguística brasileira, o que se torna visível no distanciamento do que prescreve a norma padrão e do que efetivamente realizam os falantes das normas cultas e populares. No capítulo 4, especialmente na subseção 3.2.1, destinado à revisão do tema em estudo, observaremos, por exemplo, que o quadro pronominal exibido (e imposto) pela tradição normativa ignora os processos de variação e mudança que atingiram o sistema pronominal do PB. Esse aspecto, a nosso ver, reforça a ideia de que se, no Brasil, coexistem as normas cultas e vernáculas, “no horizonte paira, ou pára, a norma padrão” (MATTOS e SILVA, 2006, p.230).

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa encontram-se sistematizados neste capítulo, composto por seis seções.

Na seção 2.1, apresentamos o modelo teórico adotado, o da *Sociolinguística Variacionista* (LABOV, 2008). A concepção de língua formulada por essa teoria e a definição do seu objeto de estudo correspondem aos primeiros aspectos discutidos na seção. Posteriormente, são apresentados e discutidos os principais conceitos sistematizados pela teoria Sociolinguística, como o de variabilidade linguística, o de vernáculo e o de comunidade de fala, dentre outros (cf. 2.1.1). A correlação entre a variação e a mudança linguística – e os seus problemas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) – é o objeto da discussão da subseção seguinte (cf. 2.1.2).

Na seção 2.2, dialogamos sobre a constituição da pesquisa *a flexão de caso dos pronomes pessoais* em três etapas, acompanhando a proposta delimitada pelo *Projeto Vertentes*, no qual o trabalho se encontra inserido. A seção posterior (cf. 2.3) comporta a apresentação dos *corpora* do português popular da Bahia – do interior ao urbano – analisados neste estudo. A seção 2.4 aborda o modelo de entrevista utilizado para conseguir obter as amostras de fala espontânea dos *corpora* estudados e as etapas pós-entrevistas (digitalização, transcrição, etc.).

A definição do envelope da variação é o centro da discussão da seção 2.5. A seção encontra-se subdividida em três subseções que correspondem, respectivamente, à discussão dos seguintes aspectos: (i) a variável dependente e as ocorrências descartadas; (ii) os fatores condicionadores linguísticos; (iii) e os fatores condicionadores sociais.

Na última seção (cf. 2.6), discutimos como se deu o processamento estatístico dos dados através do programa Goldvarb, pois, de acordo com Guy e Zilles (2007, p. 73), a análise quantitativa é relevante para possibilitar

o estudo da variação linguística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística. A variação linguística, entendida como alternância entre dois ou mais elementos linguísticos, por sua própria natureza, não pode ser adequadamente descrita e analisada em termos categóricos ou estritamente qualitativos.

Neste capítulo, com a descrição do passo a passo da pesquisa realizada, pretendemos demonstrar como se deu a aplicação dos conceitos e métodos da *Sociolinguística* para o desenvolvimento do estudo da *flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia*.

2.1 O MODELO TEÓRICO SOCIOLINGUÍSTICO: A CONCEPÇÃO DE UM SISTEMA LINGUÍSTICO HETEROGÊNEO E ORDENADO

A *Teoria da Variação*, ou *Sociolinguística Variacionista*, emerge na década de 60, à luz dos estudos empreendidos pelo linguista norte-americano William Labov sobre a mudança linguística na ilha de Martha's Vineyard (1963) e sobre a variação social do inglês na comunidade de fala de Nova York (1966). A Teoria da Variação busca integrar o componente *social* à descrição e análise do sistema linguístico, apoiando-se no princípio de que “não se pode compreender o desenvolvimento de uma língua fora da vida social em que ocorre.” (LABOV, 2008, p. 21). Esse modelo teórico (re)define o objeto de estudo da Linguística – “a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam inimigos” (LABOV, 2008, p. 13) – e formula uma nova concepção de língua – a de sistema heterogêneo ordenado.

A Sociolinguística, ao propor essa nova concepção de língua, impõe-se sobre os princípios teóricos estruturalistas vigentes até a primeira metade do século XX, sobretudo às ideias postuladas por Ferdinand Saussure (2006). Diferentemente dos estruturalistas que privilegiavam o estudo da *langue* (a língua) – o sistema linguístico em si mesmo – em detrimento da *parole* (a fala) – manifestação individual da língua –, o modelo teórico sociolinguístico se volta à descrição e análise dos dados concretos da fala. Para isso, propõe o estudo da língua no interior da comunidade de fala, considerando todo o arcabouço sociocultural circundante e que, por conseguinte, reflete no sistema linguístico.

Dessa forma, o pressuposto estruturalista de que o estudo da língua estava restrito ao próprio sistema não mais se sustenta, assim como a relação entre estrutura linguística e homogeneidade. Na concepção estruturalista, a variabilidade era percebida como incompatível com a sistematicidade ou, como afirmam Weinreich, Labov e Herzog (2006, p.

87), “a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente”. Nesse sentido, os processos de variação na língua, como a variação na flexão de caso dos pronomes pessoais – *João o viu ~ João viu ele* – eram percebidos como uma infração às regras do sistema linguístico, sendo rotulados de assistemáticos.

No entanto, um aspecto demonstrava a limitação dos estudos estruturalistas para compreender a heterogeneidade da língua: se os processos de variação e mudança são assistemáticos – se o sistema é dotado de regras invariantes – como explicar a passagem da língua de um estágio a outro sem o comprometimento da eficácia do ato comunicativo? Nas palavras de Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 35):

[...] se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? Em outras palavras, se pressões esmagadoras forçam uma língua à mudança e se a comunicação é menos eficiente neste ínterim (como seria forçoso deduzir da teoria), por que tais ineficiências não têm sido observadas na prática?

Os estruturalistas não apresentavam um arcabouço teórico-metodológico capaz de responder essas questões e/ou descrever os processos de variação e mudança da língua e, por isso, apontavam a incompatibilidade entre a estrutura linguística e a heterogeneidade. Os estudos sociolinguísticos advogam em sentido contrário: “numa língua que serve a uma comunidade (i.e., real), a *ausência* de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional”. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.36). Dessa maneira, ao considerar atuação do componente *social* sobre a fala, a teoria laboviana propõe a correlação entre a heterogeneidade do sistema linguístico e a heterogeneidade da estrutura social. É definida, sob esse ponto de vista, a concepção de língua como sistema heterogêneo ordenado, superando a posição estruturalista de que os processos de variação na fala constituíam ocorriam aleatoriamente e configuravam um verdadeiro “caos” linguístico.

O modelo sociolinguístico reconhece e legitima a heterogeneidade do sistema linguístico, adotando-a como objeto de estudo. A partir disso, a teoria Sociolinguística afirma ser possível o estudo dos processos de variação e mudança da língua, para o que seria necessário “romper com a identificação da estruturalidade com a homogeneidade”. Em seu lugar, o modelo teórico sociolinguístico propõe que “uma explicação razoável da mudança dependerá da

possibilidade de descrever a diferenciação ordenada dentro da língua.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.88).

A Sociolinguística compreende a heterogeneidade como inerente ao sistema linguístico, tratando-o, contudo, como “heterogeneidade ordenada”. Sob essa perspectiva, a variação/mudança linguística não é aleatória. Ao contrário, é estruturada e sistemática, porque regulada por aspectos de ordem linguística e social. O modelo teórico sociolinguístico compromete-se, dessa forma, a “[...] processar, analisar e sistematizar o universo aparentemente caótico da língua falada [...]” (TARALLO, 2005, p. 05).

2.1.1 Sobre o conceito de variação linguística

A teoria Sociolinguística, ao incorporar o componente social à descrição linguística, direciona a sua atenção ao *vernáculo* no interior de uma *comunidade de fala*. O vernáculo é definido por Labov (2008, p.244) como “[...] o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala”, ou seja, a língua falada de modo espontâneo em situações de interação social. A comunidade de fala, por sua vez, é constituída por um grupo de indivíduos que compartilham um conjunto de regras variáveis e de atitudes sociais avaliativas perante os usos linguísticos na comunidade, conforme aponta Labov (2008, p. 150):

A comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, mas sim pela participação num conjunto de normas compartilhadas; estas normas podem ser observadas em tipos de comportamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos que são invariantes no tocante a níveis particulares de uso.

O estudo do vernáculo permite a aquisição dos dados necessários para o estudo das *regras variáveis* e, ao considerar a correlação com a comunidade de fala, o linguista tem a possibilidade de avaliar a interferência do componente *social* nos usos linguísticos. As comunidades de fala são constituídas pela heterogeneidade na estrutura social – *sexo, faixa etária, classe social, escolaridade* – é natural, portanto, que a sua estrutura linguística seja também heterogênea. Isso significa dizer que as variações sociais implicam também usos linguísticos variáveis.

Ao observar as regras variáveis na comunidade de fala, o sociolinguista direciona a atenção à realização das *variantes linguísticas*, definidas como “diferentes formas de dizer a mesma

coisa em um mesmo contexto e com um mesmo valor de verdade” (TARALLO, 2005, p. 8). As variantes podem se manifestar em qualquer nível da língua: o fonético, o semântico, o lexical e o morfossintático. O conjunto de duas ou mais variantes configura um fenômeno variável. A flexão de caso dos pronomes pessoais caracteriza-se como uma regra variável em nível morfossintático, constituída por duas variantes: *o pronome flexionado (João o viu)* e *o pronome não flexionado (João viu ele)*. Na perspectiva da teoria sociolinguística, o falante possui, então, a capacidade de lidar com essa ou qualquer outra regra variável da sua língua, pois o domínio das estruturas linguísticas heterogêneas “não tem a ver com multidialetalismo nem com o ‘mero desempenho’, mas é parte da competência monolíngue” (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006).

O conceito de “variantes linguísticas”, aplicado, inicialmente, no nível fonético/fonológico, não foi aceito sem restrições para os fenômenos linguísticos morfossintáticos. Lavandera (1984), após a observação dos resultados obtidos por Labov e Weiner (1983) no estudo sobre as passivas no inglês, problematizou a ideia de “mesmo significado” em estruturas não pertencentes ao nível fonológico. Para a autora, as formas no plano morfossintático dispõem da mesma intenção comunicativa, mas não do mesmo significado referencial.

Paredes da Silva (2007, p.69), trazendo à tona a discussão promovida por Labov e Weiner (1983) sobre a variação no nível morfossintático, destaca:

Para Labov e Weiner, na passiva (e em outros fenômenos como a ordem, por exemplo) o que está em jogo é a manutenção do valor de verdade, do significado referencial, podendo haver, portanto, um tratamento variacionista dos fenômenos.

A nosso ver, ao produzir as estruturas *João o viu* ou *João viu ele*, o falante se utiliza de maneiras distintas para se referir a um mesmo significado, ou nas palavras de Labov, “ao mesmo valor de verdade”. As explicações voltadas para aceitação social das variantes ou o seu grau de formalidade (formal/informal) não se sustentam do ponto de vista cognitivo, pois a discussão se volta para questões sociais e estilísticas. Nessa linha de raciocínio, o que está sendo colocado em discussão não é o significado das variantes, “o que se diz”, mas o “como se diz” e “em que contexto se diz”. Sobre esse aspecto, no entanto, o próprio Labov (2008, p. 313) já havia se posicionado: “[...] as variantes são idênticas em seu valor de verdade ou referencial, mas se opõem em sua significação social e/ou estilística”.

Nesse sentido, acreditamos que não há restrições para que se possa analisar a flexão de caso dos pronomes pessoais, um fenômeno morfossintático, sob a perspectiva da Teoria da Variação. Em *João o viu e João viu ele*, o pronome (flexionado ou não) é empregado no mesmo contexto e mantém o mesmo valor referencial, comportando significações sociais e estilísticas.

Do mesmo modo que os falantes de uma comunidade de fala dominam um conjunto de regras variáveis, estão submetidos a um conjunto de *regras categóricas*. As regras variáveis – interesse do sociolinguista – condicionam estrutural e socialmente a escolha do falante pelas variantes linguísticas. As regras categóricas, por sua vez, constituem um conjunto de regras fixas que, se transgredidas, comprometem a eficácia da comunicação. Na língua portuguesa, por exemplo, uma sentença como *menino o é bonito** é agramatical, visto que uma regra categórica é transgredida: a posição do determinante (artigo) anterior ao núcleo do sintagma nominal. Essa regra da língua é, portanto, invariante, o que significa dizer “nem tudo na língua é variação” (FARACO, 1998, p. 116).

No entanto, havendo variação, é possível sistematizá-la. Nessa perspectiva, a realização das variantes *João o viu e João viu ele* no PB não é aleatória. As escolhas dos falantes por uma ou outra variante são reguladas por condicionantes da estrutura linguística e social.

2.1.1 Sobre a mudança linguística

O modelo teórico sociolinguístico debruçou-se também sobre o estudo da mudança linguística. Os pressupostos teóricos para o estudo da mudança foram sistematizados por Weinreich, Labov e Herzog, em 1968, no clássico *Empirical Foundations for a Theory of Language* (Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística). Os fundamentos para o estudo da mudança apresentados pelos autores articulam-se em torno de quatro aspectos: (i) o *problema do encaixamento* na estrutura linguística e social; (ii) o *problema da avaliação*; (iii) o *problema da transição*; (iv) e o *problema da implementação*.

Os processos de variação de mudança estão relacionados a aspectos de natureza linguística e social. O estudo da flexão de caso dos pronomes pessoais, por exemplo, será observado a partir da *função sintática* exercida pelo pronome e pelo *tipo de oração* em que o pronome se encontra a fim de que possamos avaliar os fatores que condicionam o fenômeno variável na

estrutura linguística. Essa investigação é proposta para observar o *encaixamento linguístico* da flexão de caso pronominal a partir de fatores condicionadores. É possível também que o(s) processo (s) de variação/mudança atuem sobre outro(s) processo(s) de variação/mudança na língua. A inserção das formas *você* e *a gente* no sistema pronominal constituem um exemplo disso. Essas formas, pela possibilidade de atuar em funções sintáticas diferenciadas, devido à sua natureza nominal, influenciaram a reorganização do sistema pronominal brasileiro (cf. capítulo 4).

Os processos de variação e mudança linguísticas devem ser associados também ao encaixamento na estrutura social. O uso de determinadas formas linguísticas está associado, muitas vezes, ao sexo, à escolaridade, à classe social, à faixa etária ou à região de origem do falante. Nesse sentido, a observação dos fatores sociais torna-se indispensável para a compreensão dos processos de variação/mudança na língua, considerando ainda que o *encaixamento na estrutura social* “representa um dos mais importantes avanços do modelo sociolinguístico, em relação aos modelos anteriores da análise da mudança linguística” (LUCCHESI, 2004, p.176).

Não se trata, no entanto, de apontar a motivação social da variação/ mudança, mas de investigar e compreender todo o arcabouço sociocultural envolvente do falante. De acordo com Lucchesi (2004, p. 176), no que diz respeito ao encaixamento na estrutura social, apresenta-se como a tarefa mais difícil: “precisar em que medida e em que grau de intensidade se dá a covariação entre as diferenças nos padrões socioculturais e ideológicos e a variabilidade”.

A significação social atribuída às variantes linguísticas constitui também objeto de interesse para o estudo da variação/mudança. Os valores sociais das variantes não são definidos por critérios linguísticos nas comunidades de fala, mas por fatores ideológicos, políticos e sociais. A partir dessa avaliação, são definidas as *variantes de prestígio*, constituintes do repertório dos falantes dos estratos sociais mais elevados, e as *variantes não prestigiadas e/ou estigmatizadas*, associadas aos usos linguísticos dos estratos menos privilegiados.

De certo modo, esse aspecto demonstra uma consciência dos falantes perante os usos linguísticos da comunidade. Conforme assinala Lucchesi (2004, p. 178): “cada um dos valores de determinado elemento variável, i.é, suas variantes, são avaliados socialmente,

adquirindo uma significação social que atua abertamente no nível da consciência do falante”. Na perspectiva sociolinguística, supera-se, dessa maneira, a percepção de um falante passivo, como concebido pelos estruturalistas, por uma concepção de falante ativo, que, ao aceitar ou rejeitar os usos de determinadas variantes em sua comunidade, pode contribuir para acelerar ou reter os processos de mudança linguística.

De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006, p. 124) “o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística que tem de ser determinada diretamente”. As questões relacionadas aos valores atribuídos às formas linguísticas em variação e o comportamento dos indivíduos em relação à mudança encontram-se sistematizadas no *problema da avaliação*.

A significação social atribuída às formas linguísticas variantes nem sempre atua no nível de consciência do falante. Observando esse aspecto, a teoria Sociolinguística estabelece a distinção entre *indicadores*, *marcadores* e *estereótipos*.

Os fenômenos *indicadores* estão abaixo do nível de consciência dos falantes. Isso significa dizer que o fenômeno pode sofrer variação social (sexo, faixa etária, escolaridade), mas não estilística, pois o falante emprega, indistintamente, em contextos de maior ou menor formalidade, as variantes linguísticas. Os *marcadores*, situados mais ou menos abaixo do nível de consciência do falante, sofrem variação social também estilística, visto que o indivíduo já consegue estabelecer uma diferença entre as variantes, considerando o traço [+/-formal]. Os *estereótipos*, diferentemente de indicadores e marcadores, estão no nível de consciência do falante e correspondem a variantes linguísticas estigmatizadas socialmente.

Em se tratando do fenômeno em estudo – *a flexão de caso dos pronomes pessoais* – a variante prestigiada é o pronome flexionado, e a variante não prestigiada é o pronome não flexionado. Os valores atribuídos às variantes com o pronome não flexionado, no entanto, são diferenciados, pois variam de acordo com a pessoa do discurso. As estruturas com os pronomes *a gente*, *você(s)* e *ele(s)* em posições de complementos verbais constituem exemplos de marcadores linguísticos no sistema pronominal do português brasileiro. As construções *João viu a gente*, *João viu você*, *João viu ele* sofrem variação social e também estilística, mas estão distribuídas pelo repertório dos falantes de qualquer estrato social e comunidade do português brasileiro. Diferentemente, as estruturas com as formas

essencialmente pronominais em funções não subjetivas, sobretudo as de primeira pessoa do singular – *João viu eu* – constituem exemplos de estereótipos no sistema pronominal do português do Brasil.

Diante disso, observamos que, do ponto de vista linguístico, temos em questão o mesmo aspecto: o uso do pronome não flexionado. Entretanto, do ponto de vista social, há uma diferença: as primeiras são exclusivas de falantes com pouco ou nenhum grau de escolaridade e das zonas rurais; e as outras utilizadas por todos os falantes, inclusive cultos, o que favorece a sua ampla circulação social. Desse modo, compreendemos que, quando há interferência do nível de consciência do falante, a aceitação e a propagação de uma variante linguística estão associadas ao valor social e ao prestígio do grupo que a utiliza.

Apesar disso, as mudanças linguísticas podem emergir em qualquer grupo social e seguir direções contrárias. Isso significa dizer que os processos de mudança podem ser orientados em direção à variedade de prestígio ou à variedade estigmatizada. No primeiro caso, as mudanças se originam nos estratos sociais mais elevados e se propagam para os outros grupos sociais. No segundo caso, as mudanças são desencadeadas nos grupos sociais menos privilegiados e se propagam pelas camadas mais elevadas. Nesse sentido, uma língua possui a possibilidade de comportar processos de mudanças vindos “de cima para baixo” ou de “baixo para cima”. De acordo com Labov (2008, p. 152),

As forças sociais exercidas sobre as formas linguísticas são de dois tipos distintos, que podemos designar como *pressões vindas de cima* e *pressões vindas de baixo*. [...] As pressões vindas de baixo operam sobre sistemas linguísticos inteiros, em respostas a motivações sociais que são relativamente obscuras e mesmo assim têm a maior importância para a evolução geral da língua. [...] As pressões vindas de cima [...] representam o processo explícito de correção social aplicado a formas linguísticas individuais.

As mudanças linguísticas, independentemente dos grupos sociais em que ocorram, não se realizam abruptamente, mas de maneira lenta e gradual. De acordo com o Labov (2008, p. 152), a mudança linguística se processa em três estágios – *a origem, a propagação e o término*:

Na sua *origem*, uma mudança é uma das inúmeras variações confinadas ao uso de algumas pessoas. Na sua *propagação*, a mudança é adotada por números tão amplos de falantes que ela passa a contrastar com a forma mais antiga ao longo de uma ampla frente de interação social. No seu *término*, a mudança alcança regularidade pela eliminação de variantes concorrentes. (LABOV, 2008, p.152).

Uma forma linguística não pode ser substituída instantaneamente por outra pelo simples fato de que os falantes precisam estabelecer a comunicação de modo permanente. O estágio intermediário entre a fase inicial e final da mudança é, portanto, imprescindível para que os falantes se acostumem com a forma inovadora, e escolha, entre as formas linguísticas alternantes, aquela que melhor atende as suas necessidades.

É necessário, no entanto, apontar que, muitas vezes, a forma *x* pode coexistir eternamente com a forma *y*, e o falante acomodar-se diante desta situação, optando ora por uma, ora por outra variante. De acordo com o pressuposto sociolinguístico, “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variação e heterogeneidade” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 126). Dessa forma, para que haja mudança, é imprescindível que os fenômenos linguísticos passem por um estágio anterior de variação, durante o qual é possível analisar, descrever e fazer previsões sobre as variantes coexistentes e concorrentes em uma comunidade de fala.

Em relação à flexão de caso dos pronomes pessoais, especialmente no português popular, observamos tanto a(s) mudança(s) configurada(s) quanto os processos de variação. Isso porque o pronome *ele/ela* em função de complementos verbais e adverbiais superou o uso do clítico, de forma que já não mais se encontram na fala popular construções como *João o viu*. Por outro lado, no paradigma de segunda pessoa do singular, a forma *você*, em funções não subjetivas, ainda não superou uso das formas canônicas *te*. Essas formas (*você e te*) podem, futuramente, configurar um processo de mudança ou permanecer em variação.

A partir dessa ideia, a teoria Sociolinguística supera a visão de estado de língua de Saussure e estabelece, através do *problema da transição*, que a mudança se processa “através de um *continuum* ininterrupto de variação e mudança” (LUCCHESI, 2004, p. 174). De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006), este problema deve levantar também a questão do percurso da mudança na estrutura social, visto que aos sociolinguistas não interessa somente a trajetória da mudança no sistema linguístico.

Por que as mudanças ocorrem em um momento e lugar determinado, e não em outro momento e/ou em outro lugar? Em se tratando do sistema pronominal, por que um conjunto de mudanças atestadas no português brasileiro não é constatado no português europeu? A resposta a essas questões, relacionadas ao *problema da implementação*, constitui um dos maiores entraves da teoria Sociolinguística, pois busca compreender a mudança através da relação de causa e efeito. No entanto, se há uma relação intrínseca entre língua e sociedade, torna-se difícil pensar a mudança linguística através da relação de causa e efeito. De acordo com Lucchesi (2004, p. 179-180), podemos pensar em *relações de determinação*, admitindo a relação entre o processo de estruturação da língua e a realidade sócio-histórica⁷.

A teoria Sociolinguística, ao incorporar o componente *social* nas análises linguísticas, veio a esclarecer muitos questionamentos acerca dos processos de variação e mudança. Esse modelo teórico demonstrou a correlação entre mudança linguística e sociedade e superou a visão estruturalista de que as mudanças só podiam ser analisadas depois de concluídas⁸. Além da delimitação de conceitos, a teoria desenvolveu todo um aparato metodológico para a realização dos estudos variacionistas. Neste estudo, nas seções 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, e 2.6 passamos a descrever o método utilizado para o estudo sociolinguístico *da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia*.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DA PESQUISA: DO PORTUGUÊS DO INTERIOR AO PORTUGUÊS DA CAPITAL

A pesquisa sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia está sendo desenvolvida no âmbito do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia* (doravante, *Projeto Vertentes*), situado na Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação do Professor Dante Lucchesi.

⁷ Coseriu (1979), ao discutir a questão da mudança linguística, afirma que não se deve falar em causas e “tentar chegar a motivos ou justificar as mudanças”, mas encontrar as razões, que são na verdade, condições ou determinações dentro das quais atua a liberdade linguística do falante. De acordo com o autor, essas determinações, que podem ser intra ou extra-sistemáticas, não *provocam*, mas apenas condicionam as mudanças, acelerando-as ou as detendo (COSERIU, 1979).

⁸ A discussão referente ao fator *tempo* na teoria sociolinguística será abordada na discussão sobre a variável *faixa etária*.

O *Projeto Vertentes* organizou-se em torno de três etapas, com a realização de pesquisas sociolinguísticas no nível morfossintático, a partir da observação de amostras de fala vernácula dos seguintes *corpora*: (i) o do português afro-brasileiro; (ii) o do português popular do interior de cidades de pequeno porte – Santo Antônio de Jesus e Poções; (iii) e o do português popular de Salvador. De acordo com Lucchesi (2015, p. 216),

As análises sociolinguísticas feitas com base nesses *corpora* objetivam, por um lado, reunir novas evidências do efeito do contato entre línguas na formação dessas variedades e, por outro, descrever o avanço do processo de nivelamento linguístico em curso no Brasil a partir da influência das grandes cidades sobre todas as regiões do país.

A nossa pesquisa, acompanhando a proposta definida pelo *Projeto Vertentes*, desenvolveu-se também em três etapas. Na primeira, observamos a flexão de caso pronominal nas comunidades rurais afro-brasileiras (MENDES; LUCCHESI, 2007, 2009), com o objetivo de reunir elementos que atestassem a participação do contato entre línguas na redução da morfologia de caso pronominal, típica dos cenários em que se desencadearam processos de transmissão linguística irregular. Na segunda etapa, tomamos como ponto de partida as variedades do interior do Estado da Bahia, mais especificamente os municípios de Santo Antônio de Jesus (SAJ) e Poções (PO), para estabelecer uma comparação entre essas variedades populares e a das comunidades afro-brasileiras (MENDES, 2009). Na terceira etapa – pensada para esta tese –, a pretensão era observar a flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares urbanas, tomando como ponto de partida amostras de falas recolhidas em bairros populares de Salvador.

Durante o desenvolvimento da terceira etapa da pesquisa, no entanto, deparamo-nos com um número insignificante de dados de pronomes não flexionados de primeira pessoa do singular para a realização de um estudo variacionista. Por um lado, o registro de poucas ocorrências com os pronomes não flexionados de primeira pessoa do singular foi positivo, pois demonstrava que, no português popular urbano, a flexão de caso desse paradigma se mostra preservada e que a não flexão é um traço característico das variedades do interior. Por outro lado, impossibilitava a descrição do encaixamento linguístico e social do fenômeno na variedade urbana isoladamente para uma posterior comparação com resultados obtidos nas duas etapas anteriores da pesquisa.

Diante desse impasse, tornou-se necessário repensar a trajetória da pesquisa. Em primeiro lugar, optamos pela ampliação da base de dados, para o que definimos a análise do *corpus* do português popular de Feira de Santana, cedido, gentilmente, ao Projeto Vertentes pelos pesquisadores do Projeto *A língua portuguesa no semiárido baiano*, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana. Em segundo lugar, decidimos pela análise quantitativa conjunta dos dados, considerando que, para uma análise sociolinguística com resultados estatísticos significativos, “é necessária uma enorme quantidade de dados” (TARALLO, 2005, p.20). As decisões tomadas levaram em consideração o caráter semelhante dos *corpora* e, além disso, a possibilidade de analisar a realização do fenômeno variável em uma cidade do interior de médio porte e de grande destaque no cenário baiano, Feira de Santana.⁹

2.3 OS *CORPORA* DO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

Para a descrição da flexão de caso pronominal, conforme sinalizado na seção 2.2, analisamos quatro *corpora* do português popular da Bahia. Nesta seção, descreveremos os *corpora* da pesquisa considerando a sua ordem de distribuição no *continuum* do português popular da Bahia, a saber: variedades afro-brasileiras (cf. 2.3.1) > variedades populares do interior (cf. 2.3.2) > variedades rurbanas (cf. 2.3.3) > variedades urbanas (cf. 2.3.4).

2.3.1 O *corpus* do português afro-brasileiro

O *corpus* do português afro-brasileiro, constituído entre os anos de 1992 e 2002, é composto por amostras de fala coletadas em quatro comunidades: Helvécia (município de Nova Viçosa), Cinzento (município de Planalto), Rio de Contas (município de Barra e Bananal) e Sapé (município de Planalto). Essas comunidades caracterizam-se como remanescentes de antigos quilombos e, devido à presença maciça de descendentes de escravos africanos, podem fornecer dados relevantes do processo de transmissão linguística irregular, desencadeado pelo contato linguístico que marcou as origens do português brasileiro (LUCCHESI et al., 2009). As entrevistas sociolinguísticas relacionadas a essas comunidades constituem o *acervo de fala vernácula do português afro-brasileiro* e correspondem à primeira etapa de constituição dos *corpora* do português popular da Bahia pelo Projeto Vertentes.

⁹ Para o desenvolvimento da análise conjunta sobre a variável em estudo, foram necessárias a revisão e recodificação dos dados relacionados às duas primeiras etapas da pesquisa: a do português afro-brasileiro e a das variedades do interior.

O *acervo de fala do português afro-brasileiro* é composto por 48 entrevistas do modelo sociolinguístico, como 12 correspondentes a cada comunidade. Essas entrevistas foram organizadas em torno das variáveis sexo (masculino/feminino) e faixa etária (faixa 1 – 20 a 40 anos; faixa 2 – 40 a 60 anos; e faixa 3 – acima de 60 anos). Além dessas variáveis, observando-se o contexto sócio-histórico das comunidades, mais duas variáveis extralinguísticas foram delimitadas: a escolaridade e a estada na comunidade. Para a variável escolaridade, foram definidos os fatores *analfabeto e semialfabetizado*; para a estada na comunidade, foram estabelecidos a *ausência da comunidade* por, no mínimo, seis meses e a *permanência na comunidade*.

Dos 48 inquéritos que constituem o acervo do português afro-brasileiro, os pesquisadores *Vertentes* selecionaram 24 para compor o *corpus* base. Para esse recorte, foram delimitados, em cada comunidade, dois informantes por faixa etária, sendo um de cada sexo. Com essa delimitação, havia a tentativa de “equilibrar a diferença geracional da amostra, guardando-se um intervalo médio de aproximadamente 20 anos entre uma faixa etária¹⁰ e outra” (LUCCHESI, 2009, p.156). Nos Quadros 01 e 02, apresentamos a configuração da amostra do *corpus* base:

Quadro 01 – *Corpus* base da amostra do português afro-brasileiro para o sexo feminino

FAIXA 1					FAIXA 2					FAIXA 3				
RC-inq04	F	37a	A	E	RC-inq13	F	47a	S	N	RC-inq24	F	75a	A	N
HV-inq01	F	29a	A	N	HV-inq07	F	42a	A	E	HV-inq13	F	85a	A	N
SP-inq01	F	24a	S	N	SP-inq05	F	53a	S	E	SP-inq09	F	76a	A	E
CZ-inq01	F	28a	S	E	CZ-inq08	F	50a	A	N	CZ-inq09	F	63a	A	N
(média: 29,5anos)					(média: 45,5anos)					(média: 74,75anos)				

Fonte: Lucchesi (2009, p.158)

Quadro 02 – *Corpus* bases da amostra do português afro-brasileiro para o sexo masculino

FAIXA 1					FAIXA 2					FAIXA 3				
RC-inq05	M	26a	S	E	RC-inq08	M	55a	A	E	RC-inq26	M	68a	S	E
HV-inq04	M	30a	S	N	HV-inq12	M	57a	A	N	HV-inq20	M	70a	A	E
SP-inq04	M	28a	A	N	SP-inq06	M	42a	S	N	SP-inq12	M	66a	A	N
CZ-inq03	M	34a	S	E	CZ-inq06	M	48a	S	E	CZ-inq11	M	64a	S	N
(média: 29,5anos)					(média: 50,5anos)					(média: 67 anos)				

Fonte: Lucchesi (2009, p.158).

¹⁰ Após a reorganização do *corpus* base, foram delimitadas as seguintes médias de idade por faixa etária: faixa 1, com 29,5 anos; faixa 2, com 49, 25 anos; faixa 3, 70, 875 anos.

De acordo com Lucchesi (2009, p. 157), mesmo com o recorte das 24 entrevistas para compor o *corpus* base, algumas assimetrias do *corpus* não foram superadas:

[...] não se conseguiu uma distribuição perfeita, em que todas as células fossem preenchidas. Não se dispunha, por exemplo, de mulheres semialfabetizadas com mais de sessenta anos. Já entre os homens, sucedeu o contrário: era difícil encontrar analfabetos completos. Tais lacunas do *corpus* constituído nada mais são do que o reflexo do universo sociocultural em que foi feita a recolha.

Posteriormente, ao *corpus* base foram acrescentadas mais quatro entrevistas, resultando em um total de 28 inquéritos. Dessa vez, foram selecionados dois informantes, um de cada sexo, com mais de 80 anos, passando a constituir o que se denominou de *faixa etária IV*. De acordo com Lucchesi, a faixa etária IV, “[...] seria focalizada com o intuito de se identificar os traços mais ligados aos efeitos do contato entre línguas que marca a origem dessas comunidades de fala.” (LUCCHESI, 2009, p.157). No Quadro 03, apresentamos a composição da faixa etária IV do *corpus* do português afro-brasileiro:

Quadro 03 – *Corpus* base do português afro-brasileiro: faixa etária IV

FAIXA 4									
HV-inq19	F	103a	A	E	HV-inq22	M	80a	A	N
CZ-inq 10	F	107a	A	N	CZ-inq22	M	82a	A	N
(média: 93 anos – 22, 125 anos de diferença da Faixa 3)									

Fonte: Lucchesi (2009, p.158).

Neste estudo, os dados relativos à flexão de caso dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro correspondem à revisão e recodificação dos dados do conjunto das 28 entrevistas que constituem o *corpus* base.

2.3.2 O *corpus* do português popular do interior de cidades de pequeno porte: Santo Antônio de Jesus e Poções

O *corpus* do português popular do interior da Bahia constitui também o acervo de fala vernácula do Projeto Vertentes. Esse *corpus*, constituído entre os anos de 2002 e 2004, comporta amostras de fala vernácula representativas de dois municípios do interior do Estado da Bahia: Santo Antônio de Jesus (SAJ), localizado no Recôncavo Baiano, e Poções (PO), localizado na região do Semiárido baiano. Para a elaboração desse *corpus*, foram coletados 48 inquéritos, sendo 24 correspondentes a cada município.

Os informantes que compõem a amostra do português popular do interior de cidades de pequeno porte foram escolhidos de acordo com as variáveis estratificadas *sexo* e *faixa etária* (faixa 1 – 25 a 35 anos; faixa 2 – 45 a 55 anos; faixa 3 – mais de 65 anos). Como objetivo de constituição do *corpus* está diretamente associado à necessidade de comparação com as comunidades afro-brasileiras, foram também estabelecidas para a constituição do *corpus* do português do interior as variáveis *estada na comunidade* e *escolaridade*, com os mesmos fatores já apresentados na subseção 2.3.1. Para a constituição do *corpus* do português do interior, foi acrescentada mais uma variável extralinguística: a *localidade*. Isso porque, nos municípios de SAJ e PO, é possível estabelecer a divisão entre os falantes da *zona urbana* e da *zona rural* dos municípios (das 24 entrevistas realizadas dos municípios, 12 correspondem a cada uma dessas localidades).

Nos Quadros 04 e 05, sistematizamos a constituição da amostra para a comunidade de Santo Antônio de Jesus e Poções, respectivamente:

Quadro 04 – Composição da amostra do português popular do município de Santo Antônio

LOCALIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
<i>Zona urbana</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6
<i>Zona rural</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 05 – Composição da amostra do português popular do município de Poções

LOCALIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
<i>Zona urbana</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6
<i>Zona rural</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6

Fonte: Elaborado pela autora.

Para esta tese, foram reanalisados e recodificados os dados correspondentes aos 48 inquéritos que constituem o *corpus* do português popular do interior.

2.3.3 O *corpus* do português popular do interior de cidades de médio porte da Bahia:

Feira de Santana

O *corpus* do português popular do interior de cidade de médio porte, utilizado nesta tese, constitui parte do acervo de amostras de fala do português da cidade de Feira de Santana. O acervo pertence ao Projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano*, vinculado ao Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana, e é coordenado pelas Professoras Doutoras Norma Lúcia Almeida, Zenaide Carneiro, Eliana Pitombo e Silvana Araújo.

De acordo com Araújo e Almeida (2014, p. 38), o projeto *A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano* apresenta como principal objetivo:

apreender as características do vernáculo popular feirense, comparando-o com o falado em outras regiões do estado da Bahia e contrastando-o com o falado por pessoas com escolarização máxima, nascidas e residentes no município. O intuito de ter sido constituída a amostragem assim bipolarizada foi o de permitir a comparação entre a norma popular e a culta, com base na visão bipolarizada da realidade sociolinguística brasileira [...].

Dessa forma, o acervo do projeto é composto por 72 entrevistas correspondentes a amostras de fala representativas da norma popular (48), da norma culta (12) e da norma semiculta (12) da comunidade de Feira de Santana. A distribuição dos informantes da amostra foi realizada pelas variáveis sociais estratificadas *sexo* e *faixa etária*, além de contar com outras variáveis como a *escolaridade*, *estada na comunidade e localidade* (zona urbana e zona rural). A variável *relação com a migração*, considerando as condições sócio-históricas da comunidade de Feira, também foi definida critério para a constituição da amostra de Feira de Santana. A partir do estabelecimento dessa variável, a amostra urbana de Feira de Santana passou a ser constituída por subamostras, considerando o fato de o informante ser *feirense filho de feirenses*, *feirense filho de migrantes* e *migrante*. A subamostra da zona rural, diferentemente da zona urbana, comportou apenas *feirenses filhos de feirenses*.

No Quadro 06, a sistematização dos critérios utilizados para a constituição da amostra de fala de Feira de Santana:

Quadro 06 – Critérios para seleção dos informantes do *corpus* de Feira de Santana

SEXO	Masculino		
	Feminino		
FAIXA ETÁRIA	Faixa 1 (25 a 35 anos)		
	Faixa 2 (35 a 45 anos)		
	Faixa 3(acima de 65 anos)		
CARACTERIZAÇÃO DA SUBAMOSTRA	Norma Popular	Norma culta	Norma semiculta (Ensino Médio)
	Feirenses filhos de feirenses		
	Feirenses filhos de migrantes		
	Migrantes		
	Feirenses da zona rural		

Fonte: Araújo; Almeida (2012, p. 238).

Para esta tese, utilizamos as entrevistas correspondentes apenas à categoria *feirense filhos de feirenses*. Dessa forma, foram analisados 24 inquiridos, sendo 12 correspondentes à norma popular urbana e 12 à norma popular da zona rural do município de Feira de Santana. A distribuição correspondente à amostra delimitada para este estudo encontra-se no Quadro 07:

Quadro 07 – Composição da amostra de fala da norma popular de Feira de Santana (feirenses de filhos de feirenses)

LOCALIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
<i>Zona urbana</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6
<i>Zona rural</i>	M	2	2	2	6
	F	2	2	2	6

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3.4 O *corpus* do português popular urbano da Bahia: Salvador

O *corpus* do português popular de Salvador corresponde à organização da terceira etapa do Projeto *Vertentes* e foi constituído entre os anos de 2008 e 2010. O *corpus* é construído por amostras de fala recolhidas em quatro bairros periféricos da cidade e uma da região metropolitana. A descrição sobre a delimitação dos bairros da pesquisa e a busca pelos informantes na capital do Estado será apresentada, respectivamente, nos tópicos 2.3.4.1 e 2.3.4.2, respectivamente¹¹.

¹¹ Neste estudo, a apresentação do *corpus* do português popular urbano apresentará mais detalhes do que aqueles descritos nas subsecções 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.4. Isso se deve ao fator de a autora da tese ter participado diretamente da construção do *corpus*, vivenciando, portanto, na prática, os impasses e os desafios impostos ao pesquisador sociolinguista.

2.3.4.1 De como se deu a delimitação dos bairros da pesquisa

Nesta seção, vamos descrever o processo de escolha dos bairros onde foram recolhidas as amostras de fala que constituem a base empírica desta análise. A seleção dos bairros para constituir as amostras de fala do português popular de Salvador considerou diversos critérios, pois o conceito de *bairro* não é facilmente delimitado.

A noção de bairro costuma ser facilmente associada ao suporte físico-administrativo. Nos dicionários de língua portuguesa, encontramos, de um modo geral, definições que remetem à seguinte compreensão: “cada uma das partes em que se costuma dividir uma cidade ou vila, para mais precisa orientação das pessoas e mais fácil controle administrativo dos serviços públicos” (HOUAISS, 2009). Entretanto, o conceito de bairro é sistematizado sob diferentes perspectivas, trazendo à tona critérios que extrapolam o seu entendimento enquanto espaço territorial demarcado por questões político-administrativas.

Um dos conceitos mais citados quando se pretende discutir a noção de bairro é o delimitado por Lefèvre (1975). Para esse autor, “o único procedimento para compreendê-lo [o bairro], para defini-lo, determinando seus limites e seu grau de realidade, é o que se baseia na cidade como totalidade [...]” (LEFÈVBRE, 1975 *apud* RAMOS, 2002, p.65). Em outras palavras, o bairro não pode ser compreendido como uma unidade independente, autônoma, mas deve ser correlacionado à dinâmica da cidade como um todo, à sua história, urbanização, industrialização, etc.

Para Sousa (1987), espaço físico e afetividade estão estreitamente relacionados quando se pensa o bairro. Nas palavras do autor,

[...] além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, “o sentimento de localidade” existente em seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas, vestindo por assim dizer o esqueleto topográfico. [...] O que é o bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: Bairro é uma naçãozinha. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando certa unidade diferente das outras. (SOUSA, 1987 *apud* BEZERRA, 2011, p.23)

Souza (1989, p. 148) afirma que, para pensar o bairro, devemos considerar a dialética entre objetividade e subjetividade: “o bairro, qualquer bairro, é simultaneamente uma realidade objetiva e subjetiva/intersubjetiva, e estas duas dimensões interpenetram-se e condicionam-se uma à outra ao longo do processo histórico” O bairro, como qualquer realidade social, não pode ser puramente objetivo, visto que a dimensão objetiva é “historicamente construída por homens” (SOUZA, 1989, p. 151). Isso porque ao bairro, enquanto espaço físico-administrativo, são atribuídos valores subjetivos em diferentes graus. Nesse sentido,

para uns, o bairro representa a casa e a rua onde se nasceu e brincou, os amigos e vizinhos, as árvores amigas, as paisagens familiares; para outros, ele apenas significa um Espaço valorizado, um lócus específico onde possuem imóveis que propiciam rendas. (SOUZA, 1989, p. 151)

O autor também propõe a relação entre espaço e afetividade para pensar o conceito de bairro:

É certo que um fragmento urbano, por mais que encerre composição material e social, se não desperta o menor afeto, a menor empatia, ou simplesmente como referencial para o dia-a-dia, não é um bairro, mas tão-somente uma parcela singularizável por este ou aquele critério. (SOUZA, 1989, p. 149)

Como podemos observar nas palavras dos autores acima, a relação do sujeito com o espaço em que vive é também um fator importante e não pode deixar de ser considerado quando se pretende estudar um bairro. Se levarmos em consideração que as relações interpessoais vestem “o esqueleto topográfico”, assim como a resposta de que “bairro é uma naçãozinha”, conforme sinaliza Sousa (1987), citado por Bezerra (2011), compreenderemos como as subjetividades atravessam a objetividade, de modo que, para pensar o bairro, é preciso também levar em conta essa dialética.

Diante do que aqui expomos, podemos, então, sistematizar o conceito de bairro sob três aspectos: (i) um espaço demarcado político-administrativamente para facilitar a intervenção dos poderes públicos; (ii) um espaço não autônomo, sempre influenciado pela dinâmica do contexto maior em que se insere – a cidade; (iii) uma dimensão objetiva revestida de subjetividades, em que se insere a relação do espaço com a simpatia e afetividade dos seus moradores.

Em nossa pesquisa, para a delimitação dos bairros em estudo, consideramos aspectos político-administrativos, sócio-históricos e afetivos, tentando contemplar, portanto, esses três aspectos.

Inicialmente, o critério espacial se sobressaiu durante o processo de delimitação dos bairros. Isso porque, a partir de encontros com docentes do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia e o estudo do mapa da cidade, decidimos por escolher os bairros de forma que a nossa amostra pudesse contemplar todas as zonas da cidade (o centro, a orla marítima, o denominado “miolo” e o subúrbio ferroviário). Assim, escolhemos os bairros da Liberdade, Itapuã, Cajazeiras e Plataforma.

Em seguida, os docentes/pesquisadores do curso de Geografia chamaram a atenção para as diferentes datas consolidação, ocupação e expansão dos bairros, o que já levava em conta critérios sócio-históricos e econômicos. Considerando esse aspecto, estabelecemos uma separação dentro do quadro dos bairros escolhidos entre os novos e mais antigos. Foram considerados como bairros antigos aqueles que, na década de 1950, já estavam consolidados e como bairros novos aqueles cuja expansão se deu a partir das décadas de 1970 e 1980. Entre os bairros antigos, estavam o da Liberdade, Plataforma e Itapuã, e entre os novos, o de Cajazeiras.

Durante esse processo de delimitação dos bairros, foi levantada também a questão da região metropolitana da cidade. Esta tem apresentado uma significativa expansão, influenciando e sendo influenciada constantemente pela capital. Decidimos, então, por também apreciá-la, para o que foi delimitada a região de Lauro de Freitas.

Por outro lado, os aspectos subjetivos, como o apego ao bairro, o sentimento de pertencimento a um bairro e não a outro (quando geograficamente próximos), dentre outros, não podiam ser deixados de fora da nossa pesquisa, sobretudo por se tratar de uma pesquisa de cunho social.

Um exemplo de manifestação dessa(s) subjetividade(s) está associado ao processo de estabelecimento de limites entre um bairro e outro quando geograficamente próximos. Na zona suburbana, por exemplo, os bairros de Plataforma e São João do Cabrito estão geograficamente próximos, compartilham praticamente o mesmo sistema de transporte público, a mesma igreja, as mesmas escolas públicas, dentre outros. Considerando esses aspectos, grande parte dos moradores do São João do Cabrito afirmam ser morador do bairro de Plataforma, assim como os moradores de Plataforma consideram o São João do Cabrito como parte integrante do bairro, e não um bairro diferente.

Outro exemplo de manifestação da subjetividade envolve o bairro da Liberdade e a rua/bairro do Curuzu. Embora o Curuzu, oficialmente, seja uma rua do bairro da Liberdade, muitos moradores consideram a região como um bairro independente em virtude do seu destaque no quadro da cidade, com o bloco afro Ilê Aiyê e projetos sociais.

2.3.4.2 De como se deu a busca pelos informantes

Uma vez delimitados os bairros para representar o perfil sociolinguístico da cidade de Salvador, iniciamos o processo de preenchimento de fichas a fim de traçar um perfil sociocultural dos moradores de cada bairro. Para esse primeiro contato, contamos com a ajuda de pessoas conhecidas dos pesquisadores que moravam na região, dos líderes comunitários e de líderes religiosos. Essas pessoas, gentilmente, foram nos apresentando aos moradores e facilitando o nosso processo de integração e interação com o bairro.

Durante esse percurso, assumimos, como propõe Tarallo (2005, p. 21) “o papel de aprendiz-interessado na comunidade de falantes e em seus problemas e peculiaridades” na tentativa de minimizar o efeito causado pela presença de uma pessoa estranha à comunidade, o que é extremamente importante para uma pesquisa que busca estudar a fala mais natural possível. Segundo Labov (2008, p. 243), “a nossa abordagem inicial da comunidade de fala é governada pela necessidade de obter grandes volumes de fala natural bem gravados” (LABOV, 2008, p. 243).

Para o delineamento do perfil dos moradores do bairro e para selecionar os informantes que compõem a nossa amostra, foram preenchidas 36 fichas em cada um dos bairros. Essas fichas comportavam informações acerca das variáveis sociais estratificadas – *sexo e faixa etária* –, assim como das não-estratificadas, como *escolaridade, profissão, rede de relações, tempo de moradia no bairro e acesso à mídia*. Finalizada essa etapa, realizamos um estudo das fichas e conseguimos delinear um perfil para os moradores dos bairros a partir das informações recolhidas. Durante esse momento, observamos que:

- (i) em Plataforma e Itapuã, os moradores possuem *rede de relações locais*, devido às atividades profissionais e à distância do centro da cidade; Liberdade e Cajazeiras apresentam-se com uma *rede dispersa*, em virtude do forte comércio e do

deslocamento dos seus moradores para as outras áreas da cidade; em Lauro de Freitas (zona metropolitana da cidade), a rede também se configura como *dispersa*, em virtude do constante deslocamento dos falantes para a capital;

- (ii) em Plataforma, Itapuã e Liberdade, bairros antigos, foi definido como critério para compor a amostra o fato de o falante ser nascido no bairro; em Cajazeiras e Lauro de Freitas, muitos entrevistados eram oriundos do interior do Estado, por isso, para esses bairros, o critério *nascido no bairro* foi delimitado apenas para os falantes mais jovens, os demais foram selecionados a partir do *tempo de moradia no bairro*;
- (iii) em todos os bairros, as informações acerca do *acesso à mídia* e da *exposição à mídia religiosa* apresentaram-se variáveis, não sendo possível delimitar um perfil nítido em cada bairro.

No Quadro 08, sistematizamos o perfil dos moradores dos bairros que compõem a amostra do português popular de Salvador:

Quadro 08 – Perfil dos moradores dos bairros da pesquisa

BAIRROS	REDE DE RELAÇÕES	TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO
Itapuã	local	todos nascidos no local.
Cajazeiras	local /dispersa	faixa 1 – nascidos no local. faixas 2 e 3 – vindos do interior do estado há, no mínimo, 15 anos.
Plataforma	local	todos nascidos no local.
Liberdade	dispersa	todos nascidos no local.
Lauro de Freitas	dispersa	faixa 1 – vindos do interior do estado há, no mínimo, 10 anos. faixas 2 e 3 – vindos do interior do estado há, no mínimo, 15 anos.

Fonte: Adaptado de Antonino (2012, p. 68).

Agregamos às informações sistematizadas no Quadro 08 outras previamente definidas pelos nossos pesquisadores, a saber: (i) sexo; (ii) faixa etária: faixa 1 (25 a 35 anos); faixa 2 (45 a 55 anos); faixa 3 (mais de 65 anos); (iii) e escolaridade (analfabetos ou semialfabetizados). A

distribuição dos informantes pelas variáveis estratificadas *sexo e faixa etária* em cada bairro encontra-se organizada no Quadro 09:

Quadro 09 – Composição da amostra do português popular de Salvador

LOCALIDADE	SEXO	FAIXA ETÁRIA			TOTAL POR LOCALIDADE
		25 a 35	45 a 55	+ de 65	
Itapuã	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Cajazeiras	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Plataforma	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Liberdade	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
Lauro de Freitas	M	2	2	2	12
	F	2	2	2	
TOTAL POR FAIXA ETÁRIA	---	20	20	20	60

Fonte: Adaptado de Antonino (2012, p.68).

Nos Quadros 08 e 09, encontra-se sistematizado o perfil do informante que buscávamos em cada bairro delimitado para o nosso estudo. A busca por esses informantes foi talvez o processo mais árduo de toda a pesquisa. Isso porque, muitas vezes, encontrávamos o informante com o perfil desejado, mas que não podia ser entrevistado por faltar-lhe apenas um dos critérios; em outras, o falante com o perfil desejado não queria participar da entrevista e/ou era difícil encontrá-lo disponível por motivos diversos (trabalho, saúde, etc.). Essas dificuldades, de certo modo, já são previstas, como demonstra Silva (2007, p. 124):

Uma vez que se sabe quantos, como e onde procurar os falantes, inicia-se a pesquisa, que precisa estar bem definida, bem planejada. Mesmo que o seja, sempre haverá imprevistos, aspectos insuspeitos que surgirão no decorrer do trabalho, dificuldades de toda sorte. É necessário ter um arcabouço firmemente delineado, mas, ao mesmo tempo, amplo “jogo de cintura”.

Para a conclusão do *corpus*, os impasses foram superados após meses de visitas aos bairros, durante dia, noite, finais de semana e feriados. Ao fim desse percurso, obtivemos o *corpus* do português popular de Salvador, composto por 60 entrevistas do tipo sociolinguístico.

2.4 A ENTREVISTA SOCIOLINGUÍSTICA: UM BATE-PAPO COM OS NOSSOS INFORMANTES

A entrevista sociolinguística deve ser conduzida pelos pesquisadores com o objetivo de coletar amostras de fala do *vernáculo*, que é a língua falada de modo espontâneo em situações de interação social. Isso se deve ao fato de, em situações espontâneas de comunicação, os falantes estarem voltados ao conteúdo da mensagem, *o que diz*, e não a sua forma, *como se diz*. As entrevistas que compõem os *corpora* desta tese – *a do Projeto Vertentes*, em suas três etapas, e a do Projeto *A língua portuguesa no semiárido baiano* – constituem amostras do vernáculo dos falantes do português popular da Bahia.

De acordo com Labov (2008, p. 63), “toda pessoa que comece a estudar a língua em seu contexto social imediatamente se depara com o clássico problema metodológico: os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados”. Um exemplo disso consiste na utilização de gravadores durante as entrevistas sociolinguísticas. A presença do gravador e de um membro estranho à comunidade tendem a inibir o falante, o que pode constituir um obstáculo para a recolha de amostras de fala espontânea. Na tentativa de minimizar os efeitos causados por esses componentes – ou do *paradoxo do observador*, como propõe Labov (2008) – durante a realização das entrevistas sociolinguística, os pesquisadores dos Projetos optaram pela seleção de temas que envolvessem emocionalmente os falantes.

Os temas previamente selecionados para as entrevistas procuraram estar relacionados ao contexto sociocultural das comunidades. Nas comunidades do interior afro-brasileiras e das cidades de pequeno porte, temas relacionados à vida na comunidade, às festas locais e a casos de doenças na família foram bastante produtivos. Nas comunidades mais urbanizadas, como Feira e Salvador, os assuntos relacionados ao transporte, à segurança, ao sistema de saúde e às atividades profissionais tiveram maior destaque. De acordo com Lucchesi (2009, p. 160),

o leque de temas numa entrevista de tipo sociolinguístico é potencialmente ilimitado, não havendo em princípio tema ruim. O fator decisivo é a sensibilidade do pesquisador em capturar o estado psicológico do informante, tendo como apoio uma boa avaliação da realidade cultural da comunidade.

As entrevistas que constituem os *corpora* da nossa pesquisa possuem cerca de 50 minutos de gravação. A duração da entrevista foi pensada na tentativa de recolher uma amostra sólida do

vernáculo que possa servir à pesquisa de qualquer fenômeno linguístico, desde os mais recorrentes àqueles menos recorrentes na fala. Com a delimitação desse tempo de entrevista, esperamos também a diminuição da tensão do informante na tentativa de captar a sua fala mais espontânea.

Apesar de as pesquisas sociolinguísticas seguirem as orientações labovianas, é importante esclarecer que não há um modelo a ser seguido para o alcance da entrevista ideal. O sucesso de uma pesquisa de campo consiste na capacidade dos pesquisadores em lidar com as diferentes situações que lhes são apresentadas durante a realização das entrevistas sociolinguísticas.

2.4.1 O tratamento dado às entrevistas sociolinguísticas: a digitalização, a transcrição e a revisão

As entrevistas sociolinguísticas, após a sua gravação, passam por quatro etapas no âmbito do Projeto *Vertentes*: a digitalização, a edição, a transcrição e a revisão.

Na primeira etapa, que corresponde à digitalização das entrevistas, o material captado em MD's é transferido para o computador com o auxílio de um programa específico para esse fim – o *transcriber*. Uma vez digitalizadas todas as entrevistas, inicia-se a segunda etapa, a edição, cujo objetivo consiste em eliminar os fatores que estejam dificultando a inteligibilidade das entrevistas, como conversas paralelas, ruídos e outras interferências.

Após a edição das entrevistas, é iniciada a etapa da transcrição, que busca retratar o mais fielmente possível a fala do informante, registrando, a princípio, todos os fenômenos linguísticos nos níveis fonológico, morfossintático e lexical que constituem características peculiares do seu dialeto. Segundo Paiva, esta etapa “não tem, no entanto, nada de trivial, pois, requer [...] uma série de decisões por parte do pesquisador” (PAIVA, 2007. p. 135). As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram transcritas com base em uma “chave de transcrição”, cujos critérios foram estabelecidos pelo coordenador do Projeto *Vertentes*¹², na

¹² Maiores informações sobre a chave de transcrição do Projeto *Vertentes* podem ser obtidas na página da internet: <http://www.vertentes.ufba.br/>

tentativa de garantir a unidade e coerência dos textos transcritos, seguindo a ideia de que “a fidelidade aos dados orais deve ser o objetivo de toda transcrição” (PAIVA, 2007, p. 136).

A etapa da revisão permite um “outro” olhar sobre a entrevista transcrita, pois não é efetuada pelo mesmo membro do projeto que realizou a transcrição. Esta etapa encontra-se subdividida em duas partes: a revisão de áudio e a revisão de leitura. Na revisão de áudio, de posse do texto transcrito e do áudio da gravação, buscamos corrigir possíveis erros de pontuação, os aspectos estabelecidos na chave de codificação e a identificação dos trechos ininteligíveis. Durante a revisão de leitura, tentamos observar se o texto transcrito pode ser compreendido sem o auxílio do áudio, avaliando, portanto, a independência do texto transcrito.

A partir do texto transcrito e revisado, são realizados os processos de levantamento e codificação dos dados, cujos critérios se encontram sistematizados na seção 2.5.

2.5 LEVANTAMENTO E CODIFICAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, serão abordados os procedimentos adotados para o levantamento e codificação dos dados. Considerando os pressupostos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008), teoria que norteia esta pesquisa, apresentaremos a delimitação da variável dependente (cf. 2.5.1) e as variáveis explanatórias linguísticas (cf. 2.5.2) e sociais (cf. 2.5.3).

2.5.1 A variável dependente: a flexão de caso dos pronomes pessoais

A flexão de caso dos pronomes pessoais foi definida como a variável dependente deste estudo. A variável é binária e apresenta-se, no português brasileiro, com a seguinte configuração: *pronome flexionado* e *pronome não flexionado*. A variante com o pronome flexionado corresponde à mudança formal dos pronomes para exercer as funções de complementos verbais e adverbiais – tradicionalmente, denominados de pronomes pessoais do caso oblíquo. A variante com o pronome não flexionado é verificada quando o pronome não se modifica formalmente para representar as funções não subjetivas, sendo tais funções representadas pelas formas tradicionalmente denominadas como pertencentes ao *caso reto*. No português brasileiro, a variante com o pronome flexionado é a forma *padrão* e *prestigiada*; em contrapartida, a variante com o pronome não flexionado é a forma *não padrão* e *desprestigiada e/ou estigmatizada* socialmente.

Quadro 10 – Distribuição da variável dependente

Pessoas do discurso		Pronome flexionado	Pronome não flexionado
Singular	1ª pessoa	João <i>me</i> viu	João viu <i>eu</i>
	2ª pessoa	João <i>te/o (a) /lhe</i> viu	João viu <i>tu/você</i>
	3ª pessoa	João <i>o (a)</i> viu	João viu <i>ele/ela</i>
Plural	1ª pessoa	João <i>nos</i> viu	João viu <i>nós/ João viu a gente</i>
	2ª pessoa	---	---
	3ª pessoa	João <i>os (as) /lhes</i> viu	João viu <i>eles/elas</i>

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez delimitada a variável dependente, iniciamos o processo de levantamento “exaustivo” dos dados nos *corpora* do português popular da Bahia. Ou seja, retiramos dos textos das entrevistas analisadas todas as formas pronominais flexionadas e não flexionadas que desempenhavam as funções de complemento verbal e/ou adjunto adverbial. Esse processo é caracterizado como “exaustivo” por implicar o levantamento de todas as ocorrências assim definidas que se encontravam no *corpus*, sem exceção. Durante essa etapa, buscamos em selecionar todos os contextos com as variantes estabelecidas, para, posteriormente, eliminarmos os dados não relevantes para a análise, pois, como afirmam Scherre e Naro (2007, p. 153) “[...] é mais fácil eliminar dados não relevantes do que voltar ao texto ou à base de dados para procurar um dado inicialmente ignorado”.

Em nosso estudo, após o levantamento exaustivo dos dados, foram descartadas as ocorrências de expressões cristalizadas, as estruturas com o redobro do clítico, as lexias verbais compostas e as ocorrências de pronomes nas funções de adjunto adnominal e complemento nominal.

As expressões cristalizadas, como em (01), (02), (03), (04), (05) e (06), são frases consagradas pelo uso frequente, construções fixas, rígidas, que, dificilmente, podem retratar aspectos da gramática de uma comunidade de fala. Na nossa pesquisa, todas as expressões cristalizadas foram realizadas com o pronome flexionado, não havendo, portanto, variação.

- (01) quando eu cheguei perto do sumitero, **me** deu assim uma dô na barriga
- (02) **me** deu vontade de estudá em Poções
- (03) eu tô com isso tudo **me** doeno
- (04) **me** deu até fome, dona Biéca

- (05) aí **me** dá um ódio
 (06) Deus **me** livre e guarde cê cai aí, a madêra parte, alguma coisa acontece

O redobro do clítico – (07), (08) e (09) é um fenômeno que consiste na co-ocorrência do pronome oblíquo átono com as formas oblíquas tônicas ou lexicais. Em nosso *corpus*, encontramos ocorrências com a primeira e a segunda pessoa do singular. Contudo, foi ínfimo o número de ocorrências encontrado, motivo pelo qual o descartamos.

- (07) a juíza praticamente **me** obrigô **eu**
 (08) eu **te** disse a **você**
 (09) eu não **lhe** dei a **você**?

As lexias verbais compostas correspondem a estruturas constituídas por um verbo leve¹³, geralmente o verbo “dar”, mais um sintagma nominal, com significado equivalente ao de um predicador verbal (*me deu um beijo = beijou-me*). Essas estruturas também foram descartadas da nossa amostra por se apresentarem categoricamente com o pronome flexionado, e, além disso, pela impossibilidade/dificuldade de avaliar a função sintática do pronome no contexto em que o verbo sofre um esvaziamento lexical. Em (10), (11) e (12) e (13) e (14), exemplificamos:

- (10) aí meu irmão **me** deu uma cacetada na testa que um galo subiu
 (11) minha mãe **me** deu indução pra sabê comé que é certo
 (12) Dona Liete **me** dá o maió valô
 (13) [...] **me** dava o maió apoio
 (14) [...] **me** dava conselho

As ocorrências de adjuntos adnominais e complementos nominais também foram eliminadas da nossa base de dados. Para o estudo dos adjuntos adnominais, seria necessário, dentre outros aspectos, considerar a análise dos pronomes possessivos, o que não estava previsto para esta análise, destinada à observação dos pronomes pessoais. Como o estudo ficou

¹³ De acordo com Mateus et al. (2003, p. 312), “os verbos dar, fazer e ter sofreram um processo de esvaziamento lexical a que alguns autores chamam de gramaticalização, que permite que o centro semântico da frase se desloque para a expressão nominal [...]. Uma das manifestações deste processo é a existência, em muitos casos, de verbos principais com um significado equivalente ao do predicado complexo formado pelo verbo leve e pela expressão nominal com que ele se combina.”

centrado na primeira pessoa do singular, as ocorrências de complementos nominais relacionados a esse paradigma foram inexpressivas, sendo, por isso, eliminadas da nossa base de dados¹⁴. Em (15), (16), e (17), exemplificamos:

- (15) igual **a mim**, igual minhas irmãs não, né
- (16) o quê que eu fiz que esses soldado tá tudo atrás **de eu**?
- (17) mulé, a esposa **dele** também é chefe do correio e tudo assim

Após a apresentação da nossa variável dependente e das ocorrências descartadas, passamos nas subseções 2.5.2 a descrever os possíveis contextos condicionados do fenômeno variável em estudo na estrutura linguística e social.

2.5.2 O encaixamento na estrutura linguística e na estrutura social

A variação linguística não é aleatória. O pesquisador precisa identificar e sistematizar, a partir do levantamento dos dados e das leituras de estudos elaborados anteriormente, o conjunto de fatores linguísticos e extralinguísticos que tendem a condicionar a realização de uma ou outra variante. Esses grupos de fatores, denominados variáveis independentes, são, na verdade, “[...] uma forma de operacionalizar hipóteses a respeito do funcionamento dos fenômenos linguísticos variáveis [...]” (SCHERRE e NARO, 2007, p. 148). Nesse sentido, nas subseções 2.5.2.1 e 2.5.2.2, descrevemos os grupos de fatores linguísticos e sociais delimitados para o estudo da nossa variável dependente, apontando as hipóteses formuladas para cada um deles.

2.5.2.1 Os fatores linguísticos condicionantes: caracterização e hipóteses

Para a observação do encaixamento do fenômeno na estrutura linguística foram definidos quatro contextos linguísticos: *pessoa gramatical*, *função sintática*, *tipo de oração*, *regência da preposição*, *presença da partícula “mesmo”* e *tipo de discurso*¹⁵.

¹⁴ É importante esclarecer que o estudo da flexão de caso dos pronomes pessoais foi proposto, em sua primeira etapa, para estabelecer um paralelo com o quadro dos pronomes pessoais das línguas crioulas, para os quais são apresentadas as formas pronominais em funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais.

¹⁵ A caracterização das variáveis linguísticas e definição das hipóteses para cada uma delas serão abordadas no capítulo 4, durante a discussão da análise dos dados. A hipótese associada ao uso da partícula enfática será discutida ainda nesta seção por ter sido excluída durante a rodada dos dados.

2.5.2.1.1 Pessoa gramatical

Durante o levantamento dos dados, selecionamos as ocorrências com os pronomes dos paradigmas de todas as pessoas do discurso. No entanto, posteriormente, observamos que a variação entre formas flexionadas e não flexionadas no português popular da Bahia estava restrita aos paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular (cf. seção 4.1). Dessa forma, a variável pessoa gramatical foi constituída apenas por dois fatores:

a) primeira pessoa do singular

(18) tu **me** larga

(19) o trabalho mata **ieu**

b) segunda pessoa do singular

(20) eu vô dizê pra **voçê**

(21) olha, eu **lhe** pedi um tempo

2.5.2.1.2 Função sintática dos pronomes

Com a variável *função sintática*, pretendemos investigar se a escolha dos pronomes flexionados e não flexionados está sendo condicionada pela função sintática desempenhada pelo pronome. Para a observação dessa variável, foram delimitados seis fatores, correspondentes às seguintes funções sintáticas:

a) objeto direto

(22) “Vem cá, pra que tu fica chamano **eu**?”

b) objeto indireto

(23) tu manda o menino merendá e manda o menino pedi dinhêro **a eu**

c) complemento oblíquo

(24) eles depende **de eu**

d) adjunto adverbial

(25) Não, ela vai **mais eu**

e) sujeito-objeto

(26) Dex' **eu** tirá essa sandália.

f) objeto direto com predicativo

(27) Aí depois quando nós tornava sair, ela ia namorá e dêxava **eu** sozinha

2.5.2.1.3 *Tipo de oração*

A variável tipo de oração foi delimitada com o intuito de observarmos se (e qual) o tipo de oração condiciona o uso das variantes. Para o estudo da variável *tipo de oração*, foram definidos seis fatores, a saber:

a) oração absoluta

(28) o ladrão **me** robô ali duas vez

b) oração principal

(29) Ele **me** disse que não vem.

c) oração completiva

(30) eu acho que **me** machuca bastante

d) oração coordenada

(31) ele telefona **pra mim, me** dá a bença / ela vinha e **me** pegava sem fazê

e) oração adverbial

(32) quande ia pa festa **mais eu**, ficava brigano mais eu direto...

f) oração relativa

(33) Isso é uma bença que Deus **me** deu

2.5.2.1.4 Regência da preposição

Com a variável regência da preposição, pretendemos investigar se são os contextos regidos por preposição ou não que interferem na realização das variantes. Do mesmo modo, pretendemos observar o comportamento das preposições, apontando qual(is) influencia(m) a escolha do falante pelo uso de uma ou outra variante. A variável *regência da preposição* é composta por seis fatores:

a) ausência da preposição

(34) Vem cá, pra que tu fica chamano **eu**?

b) preposição *a*

(35) tu manda o menino merendá e manda o menino pedi dinhêro **a eu**

c) preposição *para*

(36) eu vô dizê **pra você**

d) preposição *de*

(37) eles depende **de eu**

e) preposição *em/ni*

(38) ele confia **em você**

f) *mais* com valor preposicional

(39) quando ia pa festa **mais eu**

(40) ficava brigano **mais eu**

2.5.2.1.5 Presença da partícula “*mesmo*”

A variável é composta por dois fatores: ausência da partícula *mesmo* e presença da partícula *mesmo*. A nossa hipótese é a de que, ao utilizar o item *mesmo* como reforço ao pronome, o falante realize com maior frequência o pronome flexionado, por dispensar, durante a realização da ênfase, uma maior atenção a sua fala.

a) ausência da partícula *mesmo*

(41) **pra mim**, eles, tanto um como o ôto, nunca fez nada

b) presença de partícula *mesmo*

(42) agora, **pra mim mesmo**, nunca fiz construção grande não

2.5.2.1.6 Discurso laico ou religioso

A variável *tipo de discurso* é composta por dois fatores: discurso laico e discurso religioso. Com a delimitação dessa variável, buscamos investigar se a realização de discursos de caráter religioso ou laico influencia na escolha do falante pelas variantes linguísticas em estudo.

a) discurso laico

(43) eu num posento, porque o povo aqui **num interessa posentá eu**

b) discurso religioso

(44) Comecei ino pa igreja [Coração] Carismática, e **Deus foi me consolano**

2.5.2.2 Os fatores sociais condicionantes: caracterização e hipóteses

O encaixamento social é uma das mais importantes contribuições dadas ao entendimento dos processos de variação e mudança pelo modelo teórico da Sociolinguística Variacionista. Nesta subseção, apresentamos as variáveis sociais delimitadas para a realização do nosso trabalho, apontando as hipóteses delimitadas para cada uma delas. Dentre as variáveis selecionadas para o fenômeno em estudo, constam: as que são comuns a todas as comunidades, como *sexo*, *faixa etária*, *escolaridade e estada na comunidade*; as restritas às comunidades de interior (SAJ, PO e FS) – a variável *localidade* (zona rural ou zona urbana do município); e aquelas definidas para o estudo do português popular de Salvador – *exposição à mídia*, *rede de relações* e *bairro*. Além dessas, foi delimitada a variável *comunidade* para observar a distribuição diatópica do fenômeno e o comportamento da flexão de caso do pronome ao longo do *continuum* do português popular da Bahia.

2.5.2.2.1 *Sexo*

Os processos de mudança linguística podem ocorrer em direção a uma forma padrão e a uma forma não padrão a depender do comportamento linguístico da comunidade de fala observada. A tradição sociolinguística costuma apontar o homem como o responsável pela liderança dos processos de mudança em direção à forma não padrão e a mulher quando estes ocorrem em direção a uma forma padrão. Essa afirmação apoia-se na ideia de que as mulheres tendem a adotar posturas mais conservadoras e são mais sensíveis às normas prestigiadas socialmente, conforme assinalam Labov (1981) e Chambers (1985).

No entanto, essa ideia não pode ser adotada como universal no âmbito dos estudos sociolinguísticos. De acordo com a antropóloga Piscitelli¹⁶ (2009, p.124), os papéis desempenhados por homens e mulheres são ‘culturalmente construídos’ e precisam ser avaliados em conjunto com as circunstâncias em que os indivíduos se encontram inseridos:

[...] quando nascemos somos classificados pelo nosso corpo, de acordo com os órgãos genitais, como menina ou menino. Mas as maneiras de ser homem ou mulher não derivam desses genitais, mas de aprendizados que são *culturais*, que variam segundo o momento histórico, o lugar, a classe social. Ser mulher de classe alta no Brasil, no início do século 20, pressupunha ser delicada, ficar restrita ao espaço doméstico, ter pouca educação formal, saber bordar e costurar. [...] Hoje em dia, ser mulher pode significar algo bem diferente, e varia muito de acordo com o lugar, classe social, o momento histórico.

O comportamento de homens e mulheres estão associados a todo um contexto sócio-histórico e econômico que não pode ser desprezado quando se estuda a língua no interior de um comunidade de fala. Desse modo, as generalizações em torno do comportamento linguístico de homens e mulheres perdem espaço, uma vez que passa a ser necessário correlacionar a variável *sexo* a outras variáveis sociais, como, por exemplo, *classe social* e *escolaridade*. Além disso, é preciso considerar os papéis sociais desempenhados por esses indivíduos em suas comunidades.

Esse aspecto tem sido discutido por sociolinguistas que se detêm sobre a realidade linguística brasileira. Paiva (2007, p. 41), em discussão sobre a variável *sexo*, destaca:

a análise da correlação entre gênero/sexo e a variação lingüística tem de, necessariamente, fazer referência não só ao prestígio atribuído pela comunidade às variantes lingüísticas como também à forma de organização social de uma dada comunidade de fala.

Em perspectiva semelhante à apresentada por Paiva (2007), Lucchesi (2004, p. 191-2) enfatiza:

[...] penso que não se pode transferir mecanicamente a ação de determinado fator social sobre uma mudança em curso numa determinada realidade social para um outro processo de mudança lingüística que se desenrola em uma outra realidade social. Generalizações do tipo ‘as mulheres são mais inovadoras que os homens’[...] têm, a meu ver um valor heurístico bastante questionável, pois a ação de um determinado fator social sobre um processo

¹⁶ Piscitelli é antropóloga e pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas e desenvolve pesquisas na área de gênero e sexualidade.

particular de mudança é determinada pela maneira específica através da qual esse fator se integra no conjunto complexo de interações que constitui o processo social em que a mudança acontece

Bortoni-Ricardo (2011, p. 237), ao discutir o papel social de homens e mulheres, na comunidade urbana de Brazlândia, aponta, por exemplo, o sexo masculino como líder do processo de variação e mudança em direção ao padrão: “os migrantes do sexo masculino estão na vanguarda do processo de ajuste ao novo ambiente urbano, e, conseqüentemente, mais expostos à cultura dominante do que as mulheres”. Isso demonstra mais uma vez que a análise da variável *sexo* deve ser pensada de acordo com o contexto dos indivíduos, já que as mulheres, nessa comunidade, possuíam uma rede local, permanecendo, na maioria das vezes, “restritas à parentela e vizinhos contíguos; os homens, por outro lado, “tendiam a desenvolver uma rede de amigos fora de suas famílias nucleares e externas e dependiam menos de laços de parentesco [...]” (BORTONI-RICARDO, 2011, p.178).

A partir de estudos realizados nas comunidades afro-brasileiras, percebemos que, diferentemente do que diz a maioria dos estudos linguísticos, sobretudo aqueles centrados em grandes centros urbanos, os homens, na maioria das vezes, são os responsáveis pela liderança dos processos de variação e mudança em direção às variantes de maior prestígio social. Isso pode ser justificado pelo contexto social dessas comunidades em que os homens são responsáveis pelo sustento da família e do lar e estão mais expostos às influências dos grandes centros urbanos, por estarem sempre migrando em busca de melhores condições de vida. Em contrapartida, as mulheres costumam permanecer restritas ao ambiente doméstico e estabelecer pouco contato com outras realidades linguísticas (LUCCHESI, 2004).

No contexto de Feira de Santana e Salvador, mais especificamente nos bairros periféricos na capital baiana, as mulheres costumam ter uma participação mais ativa no mercado de trabalho, uma vez que é comum atuarem como “chefes de família” por serem, na maioria das vezes, mães solteiras. No entanto, ainda são os homens os melhores inseridos no mercado de trabalho. Enquanto as mulheres exercem atividades profissionais restritas à comunidade, como, por exemplo, manicure, cabeleireira, cozinheira, vendedora de “salgados”, entre outros de gênero semelhante, os homens exercem atividades profissionais fora das comunidades, como vigilantes, pedreiros, pintor, vendedor, etc.

De um modo geral, consideramos a hipótese de que as mulheres realizam com uma maior frequência a variante menos prestigiada – o pronome não flexionado – e que os homens empreguem com maior frequência a variante de prestígio – o pronome flexionado. Por outro lado, esperamos que os homens e mulheres das áreas mais urbanizadas – Salvador e Feira – realizem com maior frequência a variante de prestígio do que homens e mulheres do interior, na tentativa de evidenciar o papel das redes no comportamento linguístico dos indivíduos, assim como para demonstrar, o processo de difusão das variantes de prestígio das variedades urbanas às variedades rurais mais isoladas.

2.5.2.2.2 *Escolaridade*

A variável *escolaridade* tem sido utilizada nos estudos linguísticos com o intuito de avaliar a relação entre nível de escolaridade dos informantes e o uso das variantes padrão e não padrão. De um modo geral, encontramos, na literatura, referências sobre a escola como inibidora das variantes menos prestigiadas e propagadora das variantes de maior prestígio social.

Silva (1996, p. 303), ao observar o efeito da variável escolaridade sobre a alternância entre as formas “nós” e “a gente” e o das formas “seu” e “dele”, declara que “nos fenômenos de mudança, constata-se que os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão”. A autora atesta que, mesmo as formas inovadoras não sendo estigmatizadas socialmente, a escola interfere na escolha pela variante padrão, visto que as aulas e os exercícios são sempre direcionados à fixação das formas já consagradas pela tradição normativa. Silva (1996, p. 345) observa, por exemplo, em estudo sobre a alternância entre as formas *nós* e *a gente* que “nos exercícios de conjugação verbal nunca se usa a forma *a gente*”.

Desse modo, podemos pensar para a variável escolaridade a seguinte relação:

+ escolaridade → + uso da variante prestigiada socialmente (e/ou padrão)
 – escolaridade → – uso da variante prestigiada socialmente (e/ou não padrão)

Ao pretender testar o efeito da variável escolaridade, é preciso, no entanto, considerar o contexto sociocultural em que os falantes se encontram inseridos e ajustá-la ao objetivo do estudo. Como as pesquisas desenvolvidas no Projeto Vertentes, inicialmente, estiveram

centradas das variedades populares rurais mais isoladas, em que o acesso à escola é extremamente restrito, foi definido como critério para testar a variável *escolaridade* o fato de o falante ser analfabeto ou semialfabetizado. É preciso ressaltar, no entanto, que foram considerados como analfabetos os falantes que não possuem nenhum contato com a escolaridade e como semialfabetizados os indivíduos que sabiam ao menos assinar o nome. Esse critério de divisão (analfabetos e semialfabetizados) tem sido mantido nos estudos posteriores sobre as variedades populares, como Santo Antônio e Poções, realizando os ajustes necessários ao contexto das comunidades, para uma possível comparação dos resultados.

Nos *corpora* do português popular de Feira de Santana e Salvador, foi mantida a diferenciação entre analfabetos e semialfabetizados. Para o português popular de Salvador, foram considerados semialfabetizados aqueles que tinham cursado até a 4^a/5^a série ou que se encontravam na Educação de Jovens e Adultos, devido à dificuldade de encontrar pessoas com pouca escolaridade no contexto urbano, sobretudo na faixa 1. O cenário parece ser o mesmo para a comunidade de Feira de Santana. De acordo com Araújo (2014, p. 238):

A intenção era gravar apenas informantes que tivessem estudado por até quatro anos, porém, em vista da dificuldade de se encontrar informantes com essa característica (principalmente na faixa 1), foram gravadas entrevistas com informantes que estiveram na escola por mais tempo, sendo que alguns estavam concluindo o Ensino Fundamental, mas no sistema de “Aceleração”, em que se estuda duas séries em um ano. Nesse sentido, considerando a pouca qualidade do ensino que frequentaram e, principalmente, que as suas atividades profissionais não lhes proporcionam maior contato com o letramento, julga-se que a característica popular da sua norma linguística ficou preservada.

No que se refere à variável *escolaridade*, em nosso estudo, consideramos a hipótese levantada por Silva e Paiva (1996, p. 350) de que de maneira direta ou indireta, “a participação da escola acaba sendo decisiva na modificação do comportamento linguístico”. Desse modo, esperamos que os falantes semialfabetizados sejam os responsáveis pela maior realização da variante com o pronome flexionado.

2.5.2.2.3 Faixa etária

A observação do comportamento de um fenômeno variável, a partir de sua realização em sucessivas faixas etárias, em uma determinada sincronia, constitui o que a Sociolinguística denominou de estudo da mudança em *tempo aparente*, que possibilita ao linguista observar se a comunidade se encontra diante de *variação estável* ou *mudança em curso* (LABOV, 2008). A primeira está relacionada à coexistência das variantes, com uma frequência de uso equilibrada por parte dos falantes jovens e mais velhos na comunidade de fala. A segunda ocorre quando o a variante *x* suplanta o uso da variante *y*, o que corresponde a uma alta frequência de realização da variante inovadora por falantes mais jovens e, conseqüentemente, a uma preferência dos falantes mais velhos pela variante conservadora.

O estudo de fenômenos em variação também pode ser feito em *tempo real*, quando se estabelece a comparação da língua entre duas sincronias distintas, com o objetivo de traçar um perfil histórico da variável a longo ou em curto prazo de tempo.

Na primeira perspectiva, estamos diante do que se denomina de análise em *tempo real de longa duração*, que consiste em observar o percurso de uma mudança linguística através de séculos. O resgate do perfil histórico de uma variável linguística através de séculos, no entanto, não representa uma tarefa simples e o pesquisador precisará lidar com inúmeras dificuldades, como, por exemplo, a recolha do vernáculo dos falantes de outras épocas. Uma das tentativas utilizadas para solucionar tal problema, nas pesquisas sociolinguísticas, consiste em recorrer a registros não oficiais de estágios anteriores da língua, como cartas pessoais, diários e textos de peças teatrais, que, pelo caráter informal, podem apresentar características da oralidade.

A segunda perspectiva corresponde ao estudo da mudança em *tempo real de curta duração*. Essa corresponde à observação da variável em um espaço de tempo mais reduzido, através de uma nova observação do comportamento linguístico da comunidade já estudada (estudo tipo *tendência*) ou do estudo de novas amostras de fala de indivíduos já entrevistados na mesma comunidade (estudo do tipo *painel*) (LABOV, 1996).

O nosso estudo está relacionado à perspectiva do *tempo aparente*, com a distribuição dos informantes em três faixas etárias (faixa 1- 25 a 35 anos; faixa 2- 45 a 55 anos; faixa 3 –

acima de 65 anos), e temos o objetivo de investigar se o fenômeno em estudo, no português popular da Bahia, está diante de uma *mudança em curso* ou se representa um quadro de *variação estável*. A nossa hipótese está relacionada à ideia de que os falantes mais velhos utilizam com maior frequência a variante com o pronome não flexionado e que os mais jovens, mais suscetíveis às influências exógenas e do mercado de trabalho, ou ainda em função do acesso à escola, estejam liderando o processo em direção ao uso da variante de prestígio.

2.5.2.2.4 *Estada na comunidade*

A variável *estada fora da comunidade*, no Projeto Vertentes, foi delimitada para o estudo das comunidades do interior do Estado. Inicialmente, a variável foi testada nas comunidades as afro-brasileiras e, posteriormente, foi também aplicada às comunidades de Santo Antônio de Jesus e Poções. No português popular da variedade popular de Feira de Santana e do português urbano de Salvador, a variável foi também observada. É preciso pontuar, no entanto, que a delimitação dessa variável está mais diretamente correlacionada às comunidades do interior para avaliar se está ocorrendo influência “[...] de fora para dentro da comunidade em função de um processo de nivelamento linguístico que se expande a partir dos grandes centros urbanos” (LUCCHESI, 2002, p. 87).

A realidade das comunidades do interior nos motiva a observar o efeito dessa variável. Nessas comunidades, é comum o deslocamento dos seus membros para os grandes centros urbanos, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, em busca de melhores condições de vida. Essa saída pode estar condicionada a motivos variados, como: (i) a busca por emprego; (ii) a realização de tratamentos médicos; (iii) a temporada na casa de parentes e/ou amigos. Dessa forma, no contato com padrões linguísticos externos à comunidade local, os indivíduos estariam vulneráveis às influências linguísticas exógenas, sobretudo pela necessidade de integração ao contexto urbano.

Para as comunidades de Feira e Salvador, acreditamos que os efeitos dessa variável sejam menos visíveis, uma vez que os falantes dessas comunidades estão constantemente expostos às formas linguísticas prestigiadas socialmente. No entanto, decidimos pela manutenção e observação da variável também nessas comunidades.

A variável *estada na comunidade* é composta por dois fatores: a ausência da comunidade por, no mínimo seis meses, e a permanência da comunidade. A hipótese norteadora é a de que aqueles que se ausentaram das comunidades apresentam um comportamento linguístico, em relação à variável em estudo, diferenciado daqueles que sempre lá permaneceram. Esperamos, desse modo, que os ausentes da comunidade realizem com maior frequência as variantes com o pronome flexionado, como reflexo do contato com outras realidades linguísticas urbanas, em função da ampla circulação da forma prestigiada nesses ambientes. Por outro lado, postulamos a hipótese de que os que não se ausentaram mantêm mais evidentes as características linguísticas da comunidade local.

2.5.2.2.5 *Localidade*

A variável *localidade* é de grande relevância para a nossa pesquisa. A definição dessa variável está correlacionada ao fato de três das comunidades aqui estudadas – Santo Antônio de Jesus, Poções e Feira de Santana – comportarem falantes da zona rural e da zona urbana. Nesses municípios, as zonas rurais caracterizam-se pela produção agrícola, pelo trabalho na lavoura e pela rede de relações, geralmente, restrita à comunidade local e aos próprios vizinhos (relações multiplex e de baixa densidade). Em contrapartida, nas zonas urbanas desses municípios, há a maior parte dos centros comerciais, supermercados, a maioria dos serviços públicos e privados, a presença de Universidades, dentre outros. As zonas urbanas caracterizam-se, portanto, pela rede de relações dispersas, visto que os indivíduos se relacionam com um maior número e mantêm relações mais heterogêneas.

Diante disso, suspeitamos que os falantes das zonas rurais apresentam em relação aos da zona urbana algumas diferenças no seu comportamento linguístico. Levantamos a hipótese de que as primeiras mantêm os padrões linguísticos das comunidades e são menos sensíveis às influências dos grupos externos; e de que as últimas estão mais vulneráveis à aquisição dos modelos linguísticos mais próximos dos grandes centros urbanos.

Nesse sentido, esperamos que os falantes da sede do município apresentem um comportamento linguístico mais próximo das variedades cultas e semicultas urbanas, empregando com maior probabilidade a variante prestigiada (o pronome flexionado), considerando a hipótese de que o crescente processo de difusão linguística desde grandes centros urbanos que caracterizou o cenário linguístico do Brasil, em meados do século XX,

tenha afetado primeiro os falantes populares dos centros urbanos do interior antes de alcançar a zona rural.

Por outro lado, suspeitamos também que a divisão entre as zonas rurais e urbanas serão mais visíveis nas comunidades do interior de Santo Antônio e Poções. Na comunidade de Feira de Santana, o limite entre o rural e o urbano deve ser mais próximo, em virtude da própria configuração socioeconômica da cidade, que permite um diálogo maior e mais constante entre essas duas localidades. Dessa maneira, entendemos que, nas comunidades do interior de pequeno porte, haverá uma oposição mais acentuada entre sede e zona rural dos municípios do que na cidade do interior de médio porte.

2.5.2.2.6 Rede de relações

A variável foi definida para o estudo da comunidade de Salvador¹⁷. Para a observação dessa variável, foram definidos dois fatores: *rede local* e *rede dispersa*. Dizemos que o falante possui uma rede *local* quando o seu convívio é praticamente restrito ao bairro onde mora e aos seus vizinhos; e definimos um falante como possuidor de rede *dispersa* quando mantém relações que extrapolam os limites do seu bairro. Adotamos a hipótese de que os informantes com rede de relações *local* tendem a ser mais conservadores, mantendo, portanto, as peculiaridades características da sua fala local; em contrapartida, aqueles pertencentes a uma rede *dispersa* estão mais expostos às influências linguísticas exógenas.

2.5.2.2.7 Exposição à mídia

A variável *exposição à mídia* foi adicionada à chave de codificação para a observação do fenômeno da flexão casual dos pronomes no português popular urbano de Salvador, na tentativa de aferir a interferência dos meios de comunicação sobre as variantes em estudo.

Para a análise dessa variável, procuramos obter dos entrevistados informações sobre o tempo de exposição à mídia, tipo de mídia preferencial (rádio, televisão, etc.) e o tipo de programa também preferido pelos informantes. Após a recolha dessas informações, sistematizamos a variável em dois valores: *exposição baixa à mídia* e *exposição alta à mídia*. No entanto,

¹⁷ As redes de relações, nas comunidades do interior, estão relacionadas (e podem ser aferidas), de certa forma, através da observação das variáveis *estada na comunidade* e *localidade*.

percebemos também, durante a realização das entrevistas, que alguns entrevistados tinham bastante acesso a programas de cunho religioso. Por esse motivo, aos dois valores acima mencionados, foi acrescido o fator *exposição à mídia religiosa*.

Consideramos a hipótese de que os falantes com *exposição à mídia religiosa* utilizem com maior frequência a variante com o pronome flexionado, visto que os programas de cunho religioso costumam apresentar uma linguagem mais formal com uso recorrente de variantes padrão. Depois desses falantes, estariam situados aqueles com *exposição alta à mídia*, por ser a televisão, por exemplo, uma grande divulgadora das formas padrão; e por fim, os falantes com *exposição baixa à mídia*, que estariam menos suscetíveis à influência dos modelos externos à comunidade.

2.5.2.2.8 Bairro

A variável *bairro* pode fornecer dados significativos para uma análise diatópica, pois busca demonstrar o comportamento da flexão casual dos pronomes em espaços distintos da cidade de Salvador. Foram definidos para o estudo do português popular urbano de Salvador quatro bairros (Cajazeiras, Liberdade, Plataforma e Itapuã) e uma região da zona metropolitana da cidade, Lauro de Freitas. Com essa variável, buscamos investigar quais as zonas da cidade empregam com maior ou menor probabilidade as variantes padrão e não padrão.

2.5.2.2.9 Comunidade

Para a análise da flexão de caso dos pronomes pessoais, conforme já apontado no capítulo 1, foi delimitado um conjunto de comunidades que representassem o português popular da Bahia em um *continuum de* urbanização. A distribuição das comunidades, para a representação do português popular da Bahia, encontra-se organizada do seguinte modo: (i) comunidades afro-brasileiras (Helmécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé); (ii) comunidades do interior de pequeno porte (Santo Antônio de Jesus e Poções); (iii) comunidades do interior de médio porte (Feira de Santana); (iv) comunidade do grande centro urbano da Bahia (Salvador).

2.6 O SUPORTE ESTATÍSTICO PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A variação, conforme discussão estabelecida da seção 2.1, é sistemática e determinada por fatores condicionadores linguísticos e sociais. A atuação desses fatores sobre a variável dependente pode ser mensurada probabilisticamente, o que constitui o objetivo da análise estatística dos dados. Os resultados apresentados pela a análise estatística busca medir e avaliar isoladamente a interferência de um fator sobre uma ou outra variante, mesmo “[...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados [...]” (NARO, 2007, p. 17).

Para a realização deste estudo, foi utilizado, como ferramenta estatística, o programa de regra variável GoldVarb, versão mais recente do programa Varbrul (SANKOFF, 1988; PINTZUK, 1988). Esse programa é constituído por “um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação linguística” (GUY: ZILLES, 2007. p. 105) e tem como objetivo” [...] separar, quantificar e testar a significação dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística” (GUY: ZILLES, 2007. p. 34).

O suporte de programas estatísticos Goldvarb, utilizados em estudos variacionistas, fornece, desse modo, ao pesquisador resultados sobre a atuação dos fatores individuais de cada variável explanatória sobre a variável dependente. Com o auxílio desse programa, o pesquisador consegue obter: (i) a frequência de realização das variantes; (ii) o peso relativo de cada um dos fatores que compõem as variáveis explanatórias; (iii) a seleção das variáveis explanatórias consideradas como estatisticamente relevantes; (iv) o nível de significância dos resultados quantificados.

A análise quantitativa foi realizada posteriormente à codificação dos dados das quatro comunidades estudadas. Os dados codificados foram inseridos no programa através do comando *tokens*, que comporta a opção *generate fator specifications*, responsável pela criação do arquivo de especificação com os fatores definidos para a análise da variável dependente. Após a criação desse arquivo, com a opção *show fator specification*, foi possível verificar se, de fato, todos os fatores haviam sido inseridos corretamente.

Com essas informações, procedemos à verificação das ocorrências com a opção *check token*. A correção dos dados foi possível ainda no comando *token*, na opção *find and replace*,

responsável pela identificação de cada um dos erros da codificação. Posterior à correção das ocorrências, a opção *no recode*, no comando *tokens*, possibilitou a criação do arquivo de condições, em que podemos realizar processos de amálgama e/ou eliminação de fatores na análise a depender das necessidades do pesquisador. A partir do arquivo de condições, no comando *cells*, através da opção *load cells to memory*, obtivemos o arquivo de células. Nesse arquivo, foi gerado o resultado geral da análise em termos percentuais.

Com o arquivo de células gerado, submetemos os dados à análise estatística. Antes, no entanto, com o retorno ao arquivo de condições, eliminamos *os knockouts*, resultantes da ocorrência categórica de uma das variantes em um determinado fator, e juntamos os grupos de fatores que julgamos necessários (cf. seção 4.3). Após a criação de um novo arquivo de células, sem a presença de *knockouts* e com as amálgamas necessárias realizadas, os dados foram submetidos à análise probabilística, para o que utilizamos, no arquivo de condições, as opções *cells > binomial, up and down*.

Desse modo, foi gerado o arquivo com os resultados estatísticos que serão apresentados na seção 4.3. Nesse arquivo, o programa atribui a cada fator um valor entre 0 e 1. Os valores apresentados, denominados de *pesos relativos*, os quais indicam a probabilidade de emprego das variantes no conjunto dos grupos de fatores controlados. Os resultados devem ser interpretados tomando-se como parâmetro o valor 0,50. Quando o valor apresentado é superior a 0,50, significa que o fator é um contexto favorável a aplicação da regra variável; quando inferior a 0,50, significa que o fator não se mostra como um contexto favorecedor. À medida que o valor se aproxima de 1, o contexto apresenta-se como mais favorável à aplicação da regra; e quanto mais próximo do valor zero, menor a probabilidade de influência do fator. Os fatores com valor igual a 0,50 são considerados como contextos neutros, ou seja, são fatores que não interferem na escolha por uma das variantes.

Os grupos de fatores são selecionados como estatisticamente relevantes considerando-se o *nível de significância* e o teste da verossimilhança (*log likelihood*). O nível de significância é o modo de conferir a análise uma confiabilidade estatística. Para que os dados sejam tidos como confiáveis, estabeleceu-se como parâmetro que o nível de significância seja igual ou inferior a 0,05. Desse modo, quanto menor o valor obtido, maior a probabilidade de os fatores selecionados apresentarem confiabilidade estatística para esclarecer o fenômeno variável e de a hipótese nula – que aponta a variação como aleatória – ser rejeitada.

Nas palavras de Scherre e Naro (2007, p. 165),

selecionar uma dada variável independente significa, portanto, inferir que, do ponto de vista estatístico, aquela variável dá conta de parte da variação que está sendo estudada. Em outras palavras, significa que a variação existente nos dados não é aleatória.

A análise estatística tem a sua relevância nos estudos variacionistas, no entanto, é preciso destacar o papel do linguista na interpretação dos resultados fornecidos pelo programa. Então, devemos sempre considerar que “os resultados numéricos obtidos pelos programas só tem valor estatístico”, pois “o seu valor lingüístico é atribuído e interpretado pelo linguista”, que poderá “refutar ou não as hipóteses estabelecidas quando da análise dos dados lingüísticos” (SCHERRE; NARO, 2007, p. 162).

2.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo foi traçado com o objetivo de apresentar os princípios teóricos e metodológicos que nortearam a nossa pesquisa, centrada na observação da flexão de caso pronominal no *continuum* do português popular da Bahia. Na primeira parte do capítulo – seção 2.1 – apresentamos a concepção de língua e os principais conceitos definidos pela teoria Sociolinguística – os de vernáculo, variação, comunidade de fala, regra variável e mudança. Com isso, procuramos demonstrar a importância de estudo do vernáculo para a observação das regras variáveis em uma comunidade de fala, a sistematicidade da variação e a correlação entre variação e mudança linguística.

Na segunda parte do capítulo – da seção 2.2 a 2.6 – descrevemos o passo a passo da pesquisa. Primeiramente, partimos da caracterização dos *corpora* analisados, e, em seguida, abordamos o tratamento dado às entrevistas sociolinguísticas recolhidas. Os critérios para o levantamento e codificação dos dados foram sistematizados posteriormente, quando apresentamos a variável dependente e o envelope da variação definidos para a sua observação no português popular da Bahia. A parte do método é encerrada com a descrição de como se deu o processamento quantitativo dos dados.

Após a exposição dos fundamentos teóricos e metodológicos que norteiam a pesquisa, explicitamos, no capítulo 3, a revisão teórica do tema em estudo.

CAPÍTULO 3 – A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS: DO LATIM ÀS VARIEDADES DO PORTUGUÊS DO BRASIL

Este capítulo destinado à apresentação e discussão do fenômeno em estudo – a flexão de caso dos pronomes pessoais – encontra-se subdividido em cinco seções. Na seção 3.1, procuramos compreender o fenômeno da flexão casual na estrutura da gramática da língua latina. Na seção 3.2, apresentamos a flexão de caso dos pronomes pessoais na língua portuguesa, contrastando a descrição tradicional àquela desenvolvida pelos estudos (socio)linguísticos. Na seção 3.3, discutimos a descrição da flexão de caso dos pronomes pessoais nas línguas crioulas de base lexical portuguesa. Na seção 3.4, centramos a discussão na flexão de caso dos pronomes pessoais no português brasileiro. Por fim, na seção 3.5, apresentamos uma sistematização da discussão estabelecida no capítulo, destacando os pontos necessários para investigar a flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia – objetivo central desta tese.

3.1 A FLEXÃO DE CASO EM LATIM

A flexão dos nomes em latim clássico era articulada em torno de seis casos: o nominativo, o acusativo, o dativo, o genitivo, o vocativo e o ablativo. O caso nominativo correspondia às funções sintáticas subjetivas – sujeito e predicativo do sujeito. Os complementos verbais eram representados pelos casos acusativo (objeto direto) e dativo (objeto indireto). O genitivo era o caso destinado à representação do adjunto adnominal restritivo. O caso ablativo comportava os adjuntos adverbiais, termos responsáveis por acrescentar à sentença informações adicionais de *tempo*, *causa*, *modo*, *lugar*, etc. E, por fim, o caso vocativo, termo independente da estrutura básica da oração e que se caracteriza por uma evocação.

A marcação morfológica dos casos latinos era representada pelo uso de morfemas específicos acrescentados ao final da palavra. Esses morfemas permitiam a identificação dos valores sintáticos (sujeito, objeto direto, objeto indireto, etc.) de substantivos e adjetivos independentemente da sua posição na sentença. Em (45), os nomes estão declinados em nominativo e acusativo através das desinências *-us* e *-m*, atribuindo-lhes, respectivamente, as funções sintáticas de sujeito e objeto direto. A mudança de posição dos termos na sentença

não implica em mudança de função sintática, como em (46) e (47), pois a marcação de caso através das desinências possibilita um ordenamento sintático livre.

(45) *Paulus amat Rosam*

Paulo ama Rosa

(46) *Rosam amat Paulus*

Paulo ama Rosa.

(47) *Paulus Rosam amat*

Paulo ama Rosa

No latim vulgar, a flexão casual dos nomes latinos tendeu a uma simplificação. De acordo com Ilari (2006, p. 90), nas fases iniciais, “o latim vulgar deve ter compartilhado os casos morfológicos com o latim clássico”. No entanto, “enquanto o latim clássico os conservou inalterados durante toda a sua história, o latim vulgar os fez passar por simplificações radicais”. É preciso destacar que, apesar de inalterados, os casos latinos, em alguns contextos, confundiam-se entre eles. Isso porque a mesma desinência podia representar a declinação de um nome ora para um caso, ora para outro. Esse processo de neutralização dos casos, ainda em latim clássico, parece estar na base das explicações para a redução da flexão casual latina:

De fato, muitas formas casuais apresentavam já desde época antiga o inconveniente de serem inteiramente iguais entre si, apesar das funções diferentes que exerciam, como por exemplo: o dativo e o genitivo singular nos nomes da 1ª e 5ª declinação; o dativo e o ablativo no plural de todas e no singular da 2ª; o nominativo e o acusativo das três últimas. (MAURER, 1962, p. 86)

A redução da declinação latina é o resultado da ação de diversos fatores. A tendência a reduzir o número dos casos caracteriza o latim desde o começo da tradição literária: no singular, o instrumental e, um pouco mais tarde, o locativo se confundiu com outros casos (ablativo e genitivo), e a parte final do vocativo (nos nomes masc. em *-us*) tendia a ser absorvido pelo nominativo; no plural, uma única forma servia para o dativo e o ablativo, para o instrumental e o locativo¹⁸ (VÄÄNÄNEN, 1968, p. 180, tradução nossa).

¹⁸ El deterioro de la declinación latina es el resultado de la acción de diversos factores. La tendencia a reducir el número de los casos caracteriza al latín desde el comienzo de la tradición literaria: en el sing., el instrumental y, algo más tarde, el locativo se han confundido con otros casos (ablativo y genitivo), y el residuo del vocativo (en los nombres masc. en *-us*) tendía a ser absorbido por el nominativo; en el plural, una única forma servía para el dativo y el ablativo, para el instrumental y el locativo. (VÄÄNÄNEN, 1968, p. 180).

Contribui para isso a confusão que reinava no próprio latim clássico, onde alguns substantivos da quinta podiam também ser declinados pela primeira: *avarities, ei*, ou *avaritia, ae*; *luxuries, ei* ou *luxuria, ae*; *materies, ei* ou *materia, ae*. Com os nomes da quarta e segunda, o mesmo se verificava, como é fácil ver dos exemplos: *domus, us* ou *domus, i*; *colus, us* ou *colus, i*; *fructus, us* ou *fructus, i*. (COUTINHO, 1978, p. 264).

Na realidade, o sistema de casos não teve esse caráter exato nem mesmo em latim clássico: é sabido que as terminações casuais do latim clássico eram frequentemente ambíguas, por exemplo, *-ae* aparecia na primeira declinação como dativo singular, genitivo singular e nominativo plural; *-o* aparecia na 2ª declinação como dativo e ablativo singular; em *-um* terminavam o acusativo singular da 2ª declinação e o genitivo plural da 3ª, para citar algumas das incongruências mais importantes.[...] (ILARI, 2006, p.90).

Como podemos observar, Maurer (1962), Coutinho (1978), Väänänen (1968) e Ilari (2006) reproduzem a ideia de que, se, no latim clássico, já era detectada a “confusão” entre os casos latinos, seria natural, portanto, que, em latim vulgar, o processo de redução da flexão casual se iniciasse pelos casos que se confundiam entre si. Nesse sentido, o vocativo parece ter sido facilmente absorvido pelo nominativo, visto que a diferenciação se dava somente nos nomes masculinos da 2ª declinação (*dominus* (nom.) e *domine* (voc.)). O dativo, que “em época bastante antiga começou a assumir a função de possessivo”, absorveu o genitivo a partir da função mais comum deste caso, a de adjunto adnominal restritivo (MAURER, 1962 p. 91). O caso ablativo foi absorvido pelo acusativo, devido à queda do *-m* final deste caso, o que tornava as formas acusativas iguais às ablativas na 1ª, 3ª, 4ª e 5ª declinação, “enquanto na 2ª ficava uma diferença mínima entre *-o* e *-u*, que cedo tendeu a obliterar-se.” (MAURER, 1962, p. 88). Além disso, o acusativo e o ablativo eram os únicos casos regidos por preposição e, segundo Maurer, na “confusão casual dos nomes regidos de preposição”, era o acusativo que se empregava em detrimento do ablativo (MAURER, 1962 p. 88).

Sob essa perspectiva, teria sido processada, então, na passagem latim clássico ao vulgar, a redução da flexão casual latina de seis para três casos: o nominativo, o acusativo e o dativo. As funções sintáticas foram redistribuídas, de acordo com esses três casos, conforme demonstramos no Quadro 11:

Quadro 11 – A flexão de caso dos nomes em latim vulgar

Nominativo	Acusativo	Dativo
Sujeito Vocativo	Objeto Direto Predicativo do Objeto Complementos de duração, medida, tempo, etc.	Complemento de atribuição, interesse e fim Complemento de posse

Fonte: Elaborado pela autora.

O processo de simplificação dos casos latinos, iniciado na classe dos nomes, foi estendido também a outra classe gramatical: a dos pronomes. Em latim clássico, a classe dos pronomes articulava-se em torno de duas pessoas do discurso, *a que fala* e *a que ouve*. As formas *ego* e *nos* representavam a primeira pessoa do singular e plural, respectivamente; as formas *tu* e *vos* cumpriam o papel de representação da segunda pessoa do singular e plural, também respectivamente. Esses pronomes, mediante mudança formal, distribuíam-se entre os seis casos latinos (cf. Quadro 12).

Quadro 12 – A flexão de caso dos pronomes em latim clássico

Os pronomes em latim clássico							
Pessoas do discurso		Casos retos		Casos oblíquos			
		Nom	Voc	Gen	Dat	Abl	Acus
Singular	1 ^a	ego	----	mei	mihi	me	me
	2 ^a	tu	tu	tui	tibi	te	te
Plural	1 ^a	nos	----	nostrum ou nostri	nobis	nobis	nos
	2 ^a	vos	vos	vestrum ou vestri	vobis	vobis	vos

Fonte: Adaptado de Almeida (1995, p. 13).

Na passagem para o latim vulgar, a flexão de caso dos pronomes será também reduzida para três casos – nominativo, acusativo e dativo – (cf. Quadro 12). O quadro pronominal do latim vulgar diferencia-se daquele apresentado para o latim clássico não somente pela redução da flexão casual, mas também pela criação do paradigma de terceira pessoa do discurso, cuja criação ocorre a partir das formas demonstrativas – *ipse e ille*¹⁹. Uma vez originadas de formas nominais demonstrativas, esses pronomes apresentarão comportamento distinto daqueles exibidos para os paradigmas de primeira e segunda pessoa (constituídos por formas essencialmente pronominais), inclusive no que se refere à propriedade da flexão casual. No Quadro 13, podemos observar, por exemplo, que, enquanto, para as formas de primeira e segunda pessoa, ocorre mudança formal para a representação dos diferentes casos/funções

¹⁹ Apenas a forma *ille* consagra-se como forma de representação da terceira pessoa

sintáticas, para a terceira, a representação ocorre mediante o acréscimo de morfemas específicos, semelhante ao que se configurava para os nomes.

Quadro 13 – A flexão de caso dos pronomes em latim vulgar

Os pronomes em latim vulgar				
Pessoas do discurso		Casos retos	Casos oblíquos	
		Nominativo	Dativo	Acusativo
Singular	1 ^a	eo	mi (e mihi?)	me
	2 ^a	tu	ti (e tibi)	te
	3 ^a	ille/illa	(il) liu e (il)li	(il)lum
Plural	1 ^a	nos	nos (e nobis)	nos
	2 ^a	vos	vos (e vobis)	vos
	3 ^a	illi/illae	(il) lis e (il) lorum	(il) los

Fonte: Adaptado de Maurer (1962, p.106).

A mudança formal dos pronomes pessoais mediante a mudança de função sintática mantém-se na diferenciação do latim vulgar em línguas românicas. Em português, por exemplo, a forma nominativa de primeira pessoa do singular *eu* modifica-se estruturalmente para *me* para representar o caso acusativo ou dativo. De modo semelhante, observamos: *yo* > *me* em espanhol; *je/jo* > *me* em francês e *io* > *me* em italiano. Considerando esse aspecto, a classe dos pronomes tem sido apontada por alguns autores como a representante dos vestígios do sistema de flexão casual latina. Nas palavras de Väänänen (1968, p. 163), “instrumentos gramaticais muito frequentes, os pronomes têm conservado no romance diversas formas flexionais que já haviam perdido os substantivos e adjetivos”. Em perspectiva semelhante, destaca-se a afirmação de Coutinho (1978, p. 297): “[...] de todas as classes de palavras são os pronomes pessoais que mais fielmente guardam os vestígios da declinação latina”.

Embora a flexão de caso dos pronomes pessoais, nas línguas românicas, seja considerada herança do sistema pronominal latino, nas línguas românicas, as funções desempenhadas por algumas formas pronominais nessas línguas não correspondem àquelas da língua latina. As formas objetivas átonas, na primeira e segunda pessoa do singular, por exemplo, podem representar, em português, assim como em outras línguas românicas, tanto as funções acusativas quanto dativas. Nesse aspecto, diferenciam-se do latim vulgar, cujas formas claramente distintas, *me* e *mihi*, *te* e *tibi*, marcavam a representação dos casos acusativos e dativos, respectivamente. Nas palavras de Maurer (1962, p.106), “A distinção entre o dativo e o acusativo não é muito clara na România, exceto no rumeno e no sardo [...] cremos que, em geral, o latim vulgar distinguia os dois casos”.

A neutralização dos casos acusativo e dativo ocorre também, conforme os sistemas pronominais das línguas românicas, com a primeira e a segunda pessoa do plural (MIRET, 2001). Esse processo parece ter sido iniciado já em latim vulgar se considerarmos o quadro pronominal estabelecido por Maurer (cf. Quadro 03), em que se retratam as formas *nos* e *vos* tanto para o acusativo quanto para o dativo. As formas *nobis* e *vobis* apresentam-se em parênteses no quadro sistematizado pelo autor devido à constatação de ocorrências de tais formas em latim vulgar. No entanto, Maurer (1962, p.106) assinala que “os restos românicos” dessas formas são poucos.

Ainda discutindo os vestígios das flexões casuais latinas para os pronomes, podemos observar o funcionamento dos pronomes tônicos em português. Isso porque algumas formas do nominativo, se regidas por preposição, podem atuar como dativo (*a ele/ a nós*). É necessário também apontar que as formas tônicas *mim* e *ti* só são realizadas, em português, mediante a regência da preposição, distanciando-se, portanto, do uso das formas pronominais dativas do latim das quais se originaram.

As formas pronominais tônicas *comigo*, *contigo*, *consigo*, *conosco* e *convosco* parecem ser empregadas em português em função semelhante à do latim: a ablativa. No entanto, é preciso ressaltar que são originadas das formas *mecum*, *tecum*, *secum*, *noscum*, *voscum*, em que a partícula *cum*, que regia o ablativo, aparecia somente após a forma pronominal. Em português arcaico, ainda há registros de *migo*, *tigo*, etc., com o *-go* ainda exibindo o valor prepositivo. Esse aspecto, no entanto, não se mantém no português moderno, tornando-se necessário explicitar a função adverbial mediante o uso da preposição *com* antes dessas formas pronominais.

A redução da flexão casual latina, conforme discutido nesta seção, iniciou-se na classe dos nomes e atingiu a classe dos pronomes na passagem durante a formação do latim vulgar e se estendeu às línguas românicas. Essa redução na morfologia flexional de caso do latim é percebida pelos autores como uma evolução natural da língua, acelerada por aspectos inerentes ao sistema linguístico, como, por exemplo, as mudanças fonéticas. Contudo, a nosso ver, a redução da morfologia flexional de caso latina não pode ser reduzida a explicações intralinguísticas, visto que a formação do latim vulgar e a sua diferenciação em línguas românicas se processou através de contatos linguísticos durante todo o processo de romanização.

Nesse sentido, julgamos importante considerar a posição adotada por Mattos e Silva, para quem o contato estabelecido entre o latim vulgar e as línguas de substrato, superestrato e adstrato é um “argumento forte” para compreender a perda de morfologia flexional. A autora, para fundamentar a sua proposta, sistematiza os contatos linguísticos estabelecidos na Romênia e os aspectos linguísticos apontados por Baxter e Lucchesi (1997) para definir uma língua crioula. Adotando essa linha de raciocínio, Mattos e Silva (2011, p. 10) assume sobre as línguas românicas – e também sobre o inglês moderno – a seguinte posição:

Do ponto de vista sociolinguístico, tanto as línguas românicas como a língua inglesa são o resultado do contacto de várias línguas, como antes visto; do ponto de vista linguístico, tanto as românicas como a inglesa sofreram significativas perdas morfológicas, assim é de admitir-se uma formação do “tipo crioulo”, tanto para as línguas românicas como para o inglês.

Lucchesi e Baxter (2009, p.124), sem se referir às línguas românicas, mas aos crioulos pós-quinzentos, assumem, de fato, a posição de que em situações de contato entre línguas há sempre, em maior ou menor intensidade, perda de morfologia flexional. Mattos e Silva (2011) apoia-se justamente nesse aspecto para admitir uma formação do “tipo crioulo” para as línguas românicas como observamos na citação acima. A autora não parece ser pioneira na afirmação de um “tipo crioulo” para as línguas românicas, pois em seu próprio estudo, menciona que “[...] dois romanistas, Wright²⁰ e Verstheg²¹, apontam para a origem do tipo crioulo das línguas românicas” (MATTOS e SILVA, 2011, p.6). Além disso, essa ideia parece ter sido já apontada por Glissant (1996) e Dewulf (2005), para os quais “[...] todas as línguas, sejam elas o português, o neerlandês, o papiamento ou o japonês, poderiam ser consideradas

²⁰ Mattos e Silva (2011, p. 6) destaca a posição de Roger Wright, citada por Castro (1991, p. 158): “o romance do século VIII(...) continha uma quantidade de traços depois presentes nos romances modernos: as frases tinham o verbo seguido do objeto, contra a ordem do latim OV; a flexão nominal muito simplificada, tendo os substantivos e adjetivos uma forma singular e outra plural (ainda que em certas regiões da França subsistissem dois casos, reto e oblíquo); tinha-se perdido a distinção morfológica de substantivos neutros e de uma voz sintética, ao mesmo tempo que crescera o uso de formas analíticas (com verbo auxiliar) para os tempos do perfeito e futuro (...) estes e outros traços (...) encontrar-se-iam no séc. VIII presentes na linguagem ora de todas as pessoas, cultas ou não, constituindo uma base comum e um ponto de partida para a evolução de cada uma das línguas românicas.”

²¹ Mattos e Silva (2011, p. 6) destaca a posição de Verstegh, sistematiza no estudo *Vestígios do romance moçárabico em Portugal*, de Manuela de Barros (1992, p. 218): “quanto mais incipiente é o contacto entre duas línguas, mais diferenciação existe, porque, no início, cada interlocutor (...) apenas aprender do outro aquilo que lhe é indispensável (...) nessa fase de simplificações extremas. É a fase *pidgin*, instável com um número reduzido de regras, mais um acumular de vocabulário que construção de estruturas (...). Se o tempo e as circunstâncias permitem que os *pidgins* passem de pais para filhos, então eles vão criando suas próprias estruturas e evoluem para *crioulos*.”

crioulas, já que cada uma delas é, no fundo, o resultado de um processo secular de contacto e mistura” (DEWULF, 2005, p. 307).

É importante esclarecer que, ao trazer a explicação sistematizada por Mattos e Silva (2011), não pretendemos discutir o carácter crioulo (ou não) das línguas românicas, mas admitir a correlação entre o contato entre línguas e a perda de morfologia de caso no processo de formação do latim vulgar e das línguas românicas como uma explicação mais plausível do que a estabelecida por Maurer (1962), Väänänen (1968), Coutinho (1978) e Ilari (2006): a de que a perda da flexão de caso dos nomes latinos já estava prefigurada no sistema da língua latina.

Do mesmo modo, neste estudo que se destina à análise da flexão casual dos pronomes pessoais no português popular, definimos como elemento central da discussão a correlação entre o fenômeno em estudo e o contato linguístico que se processou nas origens do português brasileiro (PB), dando forma ao seu cenário polarizado. Por isso, antes de promover a discussão sobre o fenômeno variável no português popular brasileiro, especialmente na variedade baiana, abordaremos a flexão de caso dos pronomes pessoais na língua portuguesa na perspectiva da norma padrão (cf. seção 3.2) e, posteriormente, nas línguas crioulas de base lexical portuguesa (cf. seção 3.3).

Dessa forma, pretendemos, por um lado, demonstrar que a flexão de caso dos pronomes pessoais exibida na tradição normativa não compreende os processos de variação e mudança que caracterizam o PB de um modo geral; e, por outro, esperamos demonstrar que “a descrição de como as mudanças desencadeadas pelo contato linguístico massivo, radical e abrupto afetaram a flexão de caso dos pronomes nos crioulos de base portuguesa” (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 476) seja um importante alicerce para compreender a configuração do fenômeno linguístico em estudo no português popular do Brasil.

3.2 A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NA LÍNGUA PORTUGUESA: DA PRESCRIÇÃO AOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Nesta seção, discutiremos a flexão de caso dos pronomes na língua portuguesa, buscando contrapor a visão dos estudos tradicionalistas à dos estudos (socio)linguísticos. Na subseção 3.2.1, será abordada a categoria de “pessoa” atribuída aos pronomes, a partir da discussão

estabelecida por Benveniste (2005), de que o quadro pronominal do português comporta formas de naturezas distintas: as de primeira e segunda pessoa, de um lado, e as de terceira (a ‘não-pessoa’) do outro. Na seção 3.2.2, a discussão centra-se na categoria de “caso” dos pronomes, em que é apresentada a problematização em torno da “flexão de caso” para a classe dos pronomes em português. Finalizadas essas discussões, voltamo-nos à sistematização do quadro pronominal do português fixado pela tradição normativa.

3.2.1 Sobre a noção de “pessoa”

A organização do quadro pronominal latino em torno de três *personas do discurso* (cf. seção 3.1) estende-se ao português e é o modelo para o ensino dos pronomes pessoais nas gramáticas normativas e livros didáticos. A definição e configuração das *personas do discurso*, em suas abordagens, são estabelecidas, quase sempre, da mesma maneira: (i) a primeira pessoa (*eu/nós*) – *a que fala*; (ii) a segunda pessoa (*tu/vós*) – *a quem se fala*; (iii) a terceira pessoa (*ele*) – *de quem se fala*. (CUNHA e CINTRA, 2001). Dentre os tradicionalistas, Bechara (2009) destaca-se por apresentar uma observação incomum à perspectiva tradicional no que diz respeito à definição das *personas do discurso*: “São duas as pessoas determinadas do discurso: 1ª *eu* (a pessoa correspondente ao falante) e 2ª *tu* (correspondente ao ouvinte). A 3ª pessoa, indeterminada, aponta para outra pessoa em relação aos participantes da relação comunicativa.” Essa discussão acerca da categoria de pessoa, no entanto, é estabelecida por Benveniste (2005) quando se propõe a investigar a “natureza dos pronomes”.

Benveniste aponta a existência de naturezas distintas para os pronomes, estabelecendo a oposição entre as formas de primeira e segunda pessoa e a ‘não pessoa’ – tradicionalmente, *a terceira pessoa*. A instância comunicativa, segundo o autor, é concretizada no eixo falante-ouvinte, em que um *eu/nós* dirige-se a um *tu/vós* com determinada intenção e finalidade. A forma tradicionalmente designada por “terceira pessoa” é utilizada para referir-se a elementos situados fora do contexto interacional, possuindo natureza distinta das formas de primeira e segunda pessoa. Benveniste defende, então, a existência de duas pessoas do discurso e considera que “a referência de pessoa é uma referência zero fora da relação eu/tu” (BENVENISTE, 2005, p. 283).

A atualização dos papéis de falante e ouvinte à medida que a interação se processa é também citada por Benveniste para exibir a natureza distinta dos pronomes. As formas de primeira e

segunda pessoa podem se revezar nos papéis de falante e ouvinte durante a interação, propriedade inexistente para a ‘não pessoa’. Nas palavras do autor: “[...] o que ‘eu’ define como ‘tu’ se pensa e pode inverter-se em ‘eu’, e ‘eu’ se torna um ‘tu’. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e ‘ele’, uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém” (BENVENISTE, 2005, p. 282).

Esses aspectos condicionam Benveniste à ideia de que “‘a terceira pessoa’ representa de fato o membro não marcado da correlação de pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 282). O autor, em seu texto, procede à discussão, reportando-se à forma *ele* como a ‘não pessoa’, e dessa forma, sistematiza a discussão para contestar um paradigma pronominal constituído por três pessoas do discurso.

Para Câmara Jr. (2001, p. 117), devem ser caracterizadas como *pessoas do discurso* aquelas que participam diretamente da interação verbal e “todos os seres que ficam fora do eixo falante-ouvinte constituem a terceira pessoa [...]”. Explicações pautadas em critérios estruturais são também apontadas pelo autor para opor as formas de primeira e segunda pessoa às de terceira. A primeira está relacionada aos mecanismos flexionais de gênero e número: “[...] nota-se uma diferença entre as formas primeira e segunda pessoa do singular e plural (P1, 2, 4, 5) e as formas de terceira (P3, 6), providas de feminino e plural à maneira dos nomes, e enquadráveis no tema nominal em –e. [...]” (CAMARA JR., 2001, p. 118). A segunda pauta-se nas formas pronominais oblíquas dos paradigmas de primeira e segunda pessoa e da não pessoa. De acordo com o autor, o paradigma de primeira e segunda pessoa apresenta a mesma forma para representar o acusativo e dativo (*me* e *te*, respectivamente). A denominada terceira pessoa apresenta um quadro assimétrico, visto que o seu paradigma exhibe formas distintas para cumprir tais funções: *o(s) /a(s)*, para o acusativo; e *lhe(s)*, para o dativo.

Monteiro (1994, p. 33) posiciona-se em perspectiva semelhante à dos autores acima ao afirmar: “[...] qualquer raciocínio, por elementar que seja, pode demonstrar que só existem de fato duas pessoas no ato comunicativo: a que fala e a que ouve [...]”. A denominada terceira pessoa, nas palavras do autor, “rompe com a simetria do sistema pronominal e se refere a objetos situados fora da enunciação (a relação mediante a qual eu e tu se especificam)”.

Castilho (2010) não menciona o quadro dos pronomes como bipartido, em que se deve opor a primeira e segunda pessoa às de terceira. O autor, mesmo sem desdobrar a discussão, reconhece a diferença da denominada terceira pessoa em relação às formas pronominais e tem o cuidado de retomar as ideias propostas por Benveniste (2005). Castilho (2010, p. 476), afirma que o pronome de terceira pessoa somente acrescentou propriedades àquelas já existentes para o quadro dos pronomes pessoais: “a terceira pessoa não acarretou aos pronomes uma perda de propriedades, e sim um acréscimo [...]”. Para exemplificar, o autor declara: “[...] os pronomes são fundamentalmente dêiticos. Mas aí surge o pronome pessoal da terceira pessoa, que traz para dentro do quadro outra propriedade, a de retomar conteúdos já mencionados”. (CASTILHO, 2010, p. 476).

As formas de terceira pessoa, conforme observamos na seção 3.1 não existiam em latim clássico e somente são inseridas no sistema pronominal a partir do latim vulgar. Os aspectos apontados por Benveniste (2005), Câmara Jr. (2001) e Monteiro (1994) para contrapor os pronomes de primeira e segunda pessoa aos da terceira pessoa levam em conta as características que estão na base da sua formação. As formas de terceira pessoa são originadas dos demonstrativos latinos e comportam em sua essência propriedades de natureza nominal, como, por exemplo, a flexão de gênero e número e o caráter anafórico. Na subseção 3.4.5, em que discutiremos o paradigma de terceira pessoa, a partir reorganização do quadro pronominal do português brasileiro, observaremos que a natureza distinta dos pronomes pessoais de terceira pessoa implicará em um comportamento também distinto em relação aos dos pronomes de primeira e segunda pessoa, visto que as formas flexionadas do paradigma de terceira pessoa estão praticamente extintas do PB.

3.2.2 Sobre a noção “de caso”

A classe dos pronomes, conforme discutido na subseção 3.1, é retratada, tradicionalmente, como aquela que mantém os resquícios do sistema de casos da língua latina. Para Câmara Jr.(1979), contudo, apontar a classe dos pronomes, em português, como a portadora de vestígios dos casos latinos é “uma afirmação inexata e confunde sistemas de formas inteiramente diversos” (CÂMARA JR., 1979, p. 96). A distribuição dos pronomes pessoais em ‘caso’, segundo o autor, é muito diferente “formal, funcional e semanticamente” daquela prevista para os casos latinos. As formas *eu* e *tu*, derivadas de *ego* e *tu* – sem mudança

funcional – representam a exceção do sistema pronominal do português criado “[...] à custa de formas latinas retiradas de suas verdadeiras funções casuais” (CÂMARA JR., 1979, p. 97).

Ao sistematizar a sua posição sobre a flexão de caso dos pronomes, Câmara Jr.(1979) declara ainda: “[...] em relação aos nomes e pronomes, as noções gramaticais que se expressam por flexão são apenas as do gênero masculino e feminino e as de número e singular e plural. E tanto para os pronomes quanto para os nomes, o mecanismo flexional é aí o mesmo”. (CAMARA JR., 2001, p. 85). Contrário à ideia de uma flexão casual para os pronomes, o autor estabelece a proposta de distribuição dos pronomes pessoais em três categorias: (i) a das formas empregadas isoladamente; (ii) a das formas de complementos adverbiais; (iii) e a das formas regidas por preposição.

Monteiro (1994), em perspectiva semelhante à de Câmara Jr. (2001), declara que “[...] falar em flexão casual não nos parece razoável”, uma vez que “os vestígios de casos no sistema pronominal português não são marcados por mecanismos flexionais”. Para Monteiro(1994), deve-se pensar no processo de heteronímia, considerando a mudança de forma a cada mudança de função. Apesar de pontuar a correspondência entre forma e função no sistema dos pronomes pessoais, no estudo desenvolvido pelo autor, com dados da norma culta brasileira, é constatado que

o sistema de caso dos pronomes pessoais no português brasileiro [...] se encontra num processo de desestruturação, com uma forte tendência para a extinção. E, como indícios mais claros dessa tendência, é importante insistir na introdução de novos pronomes, cujas formas tanto servem para expressar o sujeito como qualquer outra função. (MONTEIRO, 1994, p. 72)

Castilho (2010, p.474), ao tratar do sistema pronominal, afirma que “embora o português seja uma língua de caso abstrato”²², é possível constatar a herança da tradição latina na classe dos pronomes pessoais que estabelece a distinção entre os casos mediante lexemas: “É o caso dos itens nominativos (*eu, tu ele, nós*), o acusativo (*o*), os acusativos-dativos (*me, te, se e nos*) e o dativo (*mim, ti, si, lhe*). Essa marcação de caso particulariza os pronomes pessoais sobre os demais”. Apesar de falar em “preservação” dos casos latinos para os pronomes pessoais, o autor demonstra a reorganização do quadro pronominal do português do Brasil, conforme observaremos na subseção 3.2.3, e sinaliza: “os pronomes pessoais são bastante suscetíveis a

²² Caso abstrato: marcação de caso ocorre mediante condições estruturais, como, por exemplo, a posição do elemento na sentença, e não mediante mecanismos flexionais (caso morfológico).

mudanças. Estudos recentes têm apontado para a sua reorganização no PB, sobretudo em sua modalidade falada, com fortes consequências na estrutura sintática da língua” (CASTILHO, 2010, p. 477).

Diante dos aspectos problematizados acerca das noções de “pessoa” e “caso” consagradas pela tradição, é preciso ponderar: “[...] ou se reorganiza tudo à luz de critérios mais lúcidos ou se busca aproveitar o que já está feito, chamando a atenção para as falhas de interpretação” (MONTEIRO, 1994, p.32).

Neste estudo, compartilharemos da segunda opção, aproveitando, a discussão estabelecida acerca das noções de “pessoa” e “caso” para analisar o fenômeno variável em estudo. Na subseção 3.2.3, intitulada *O quadro pronominal do português: da norma padrão às normas do português do Brasil*, observaremos, por exemplo, que as alterações no quadro pronominal do português brasileiro não ocorrem de modo semelhante para todas as pessoas do discurso, sobretudo pela natureza diferenciada, aqui já discutida, dos pronomes de terceira pessoa. Por outro lado, apesar de mantida a designação “flexão de caso” para os pronomes pessoais, o nosso estudo pretende demonstrar que, no português falado brasileiro, a mudança de função não implica necessariamente mudança formal dos pronomes.

3.2.3 Sobre o quadro pronominal do português: da norma padrão às variedades do português do Brasil

A flexão de caso dos pronomes pessoais, na perspectiva da tradição normativa, corresponde à modificação formal dos pronomes para representar funções sintáticas distintas. O *caso reto* comporta as formas pronominais que atuam nas funções de sujeito e predicativo, e o *caso oblíquo*, as que atuam como argumentos do verbo ou adjuntos. Para o *caso oblíquo*, é ainda apresentada a subdivisão das formas quanto à tonicidade. São denominadas como formas *átonas* aquelas que aparecem na oração ligada ao verbo sem o auxílio de preposição e como *tônicas* aquelas que se associam ao verbo com o auxílio da preposição (CUNHA; CINTRA, 2001; BECHARA, 2009). No Quadro 14, apresentamos o quadro dos pronomes pessoais na abordagem tradicional:

Quadro 14 – A flexão de caso dos pronomes pessoais na língua portuguesa sob a perspectiva da abordagem tradicional

Os pronomes pessoais na língua portuguesa				
Pessoa		Caso reto	Caso oblíquo	
			Átono	Tônico
Singular	1 ^a	eu	me	mim, comigo
	2 ^a	tu	te	ti, contigo
	3 ^a	ele, ela	o, a, lhe	ele, ela
Plural	1 ^a	nós	nos	nós, conosco
	2 ^a	vós	vos	convosco
	3 ^a	eles, elas	os, as, lhes	eles, elas

Fonte: Cunha e Cintra (2001, p. 292).

A distribuição biunívoca entre as formas dos pronomes pessoais e o *caso* não corresponde, no entanto, ao quadro pronominal configurado para as variedades do português do Brasil, seja em sua modalidade culta, seja em sua modalidade popular. Nessas variedades, as formas do *caso reto* apresentam-se distribuídas por todas as funções sintáticas, co-ocorrendo com as formas do *caso oblíquo* ou, em alguns casos, substituindo-as. Os rearranjos, decorrentes dos processos de variação e mudança no sistema pronominal brasileiro, têm sido sistematizados em quadros por diversos autores, a exemplo de Carvalho (2008) e Castilho (2010).

O estudo de Carvalho (2008) tem como objetivo descrever a estrutura interna dos pronomes pessoais a partir da subespecificação de traços. A proposta do autor reside em compreender os traços inerentes aos pronomes pessoais que justifiquem a flutuação desses pronomes pelos diferentes casos, bem como a restrição de alguns pronomes a determinados casos. O ponto de partida do autor para o cumprimento da proposta estabelecida passa pela elaboração de um quadro (Quadro 15) para demonstrar o estado atual do sistema pronominal do PB:

Quadro 15 – O quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro por Carvalho (2008)

	Pronomes pessoais no português brasileiro				
	Nom	Ac	Dat	Abl	Gen
1sg	eu	me/eu	me/mim/eu	comigo/eu	meu(s) /minha(s) / deu/ de mim
2sg	você/tu	você/tu/te/lhe	lhe/você/te/ti	contigo/você	seu(s) /sua(s) / teu(s) / tua(s)
3sg	ele/ela	ele/ela/se	ele/ela/lhe	ele/ela	dele/dela
1pl	nós/ a gente	nos/nós/ a gente	nos/nós/ a gente	conosco/nós/ a gente	de nós / da gente
2pl	vocês	vocês	vocês	vocês	de vocês
3pl	eles/elas	eles/elas/se	eles/elas/lhe	eles/elas	deles/delas

Fonte: Carvalho (2008, p.29).

O Quadro 15, apresentado por Carvalho (2008), comporta, como podemos observar, aspectos não contemplados pelas gramáticas tradicionais do português brasileiro, como, por exemplo, a introdução de novas formas para representar as funções nominativas, a exemplo de *você* e *a gente*, e a alteração na propriedade da flexão casual para todas as pessoas do discurso. Ao observar essas reconfigurações no quadro pronominal do PB, sobretudo a redução na morfologia flexional de caso dos pronomes, Carvalho declara: “[...] os pronomes pessoais apresentam comportamento peculiar em PB. Um sincretismo generalizado aparece no paradigma pronominal desta língua: a forma nominativa é a forma predominante em todas as pessoas” (CARVALHO, 2008, p. 125). Ou seja, os pronomes do caso nominativo podem aparecer em todas as funções casuais no paradigma de todas as pessoas do discurso.

Para o autor, no que diz respeito à flutuação (ou não) dos pronomes pessoais pelos diversos casos, o quadro pronominal do PB comporta: (i) formas atuantes em todas as funções casuais, a exemplo das nominativas (*você, a gente, ele*); (ii) formas atuantes em mais de um caso, mas não em todos (*me, te, mim, lhe*); (iii) formas restritas a determinados casos (*comigo, contigo, conosco*). (CARVALHO, 2008, p. 125). Compreender essa organização e/ou hierarquia é a proposta central do estudo do autor, que não se compromete, portanto, com a correlação com os fatores externos que podem auxiliar a compreender os processos de variação e mudança do quadro pronominal.

Castilho (2010) também sistematizou um quadro dos pronomes pessoais para o português do Brasil, conforme podemos observar no Quadro 16:

Quadro 16 – O quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro por Castilho (2010)

	PB FORMAL		PB INFORMAL	
	Sujeito	Complemento	Sujeito	Complemento
1sg	eu	me, mim, comigo	eu, a gente	eu, me, mim, prep +eu, mim
2sg	tu, você, o (a) senhor (a),	te, ti, contigo, prep./o (a) senhor (a)	você/ocê/ tu	você/ocê/te, ti, Prep. + você/ ocê (=docê, cocê)
3sg	ele, ela	o/a/lhe, se, si, consigo	ele/ ei, ela	ele, ela, lhe, prep +ele, ela
1pl	nós	nos, conosco	a gente	a gente, prep+a gente
2pl	vós, os senhores (as)	vos, convoco, prep+os (as) senhores (as)	vocês/ ocês/cês	vocês/ ocês/ cês, prep + vocês/ocês
3pl	eles, elas	os, as, lhes, se, si, consigo	eles/ eis, elas	eles/ eis/ elas, prep + eles/ eis/ elas

Fonte: Castilho (2010, p.477).

O quadro pronominal sistematizado por Castilho (2010) coloca em evidência a oposição entre o português brasileiro formal (padrão) e o português brasileiro informal (falado). Observando a descrição proposta para o PB informal e, comparando-a àquela estabelecida no Quadro 15, observamos, sobretudo, o uso das formas subjetivas nas funções de complemento para o paradigma de todas as pessoas do discurso. Semelhante à proposta estabelecida por Carvalho (2008), o quadro elaborado por Castilho (2010) sinaliza a concorrência entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes para os paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular.

No entanto, diferentemente da descrição apresentada no Quadro 15, Castilho (2010) aponta o pronome de primeira pessoa do plural *a gente* como categórico em todas as funções sintáticas, o que nos leva a concluir, que, para o autor, as formas flexionadas correspondentes *nos* e *conosco* estão restritas ao português brasileiro formal.

As descrições sistematizadas nos Quadros 15 e 16 apresentam um quadro atualizado do português brasileiro e são significativas na medida em que demonstram a necessidade de redefinição do paradigma pronominal exibido nas práticas tradicionais de ensino. É preciso pontuar, no entanto, que os quadros elaborados por Carvalho (2008) e Castilho (2010) comportam processos de variação e mudança de três tipos: (i) aspectos comuns a todos os falantes do português brasileiro; (ii) aspectos restritos aos falantes das variedades cultas; (iii) aspectos restritos aos falantes do português popular. Da maneira como tais quadros são exibidos (retrato do português brasileiro de um modo geral), a configuração desses aspectos não fica clara e pode haver uma interpretação de que os processos de variação e mudança operados no sistema pronominal brasileiro, sobretudo a alteração na flexão casual, foram processados da mesma maneira tanto nas variedades cultas quanto populares.

Uma sistematização do quadro pronominal do PB com foco em sua realidade polarizada nos parece, portanto, muito mais elucidativa. Sob essa perspectiva, será possível compreender, por exemplo, por que nas variedades cultas a redução da flexão casual se restringe às formas de natureza nominal – *você, a gente e ele* –, enquanto nas variedades populares, a redução se configura de maneira mais radical, atingindo também as formas essencialmente pronominais – *eu, tu e nós*. Assumimos, então, a posição de que se, em determinados aspectos, as (re)configurações do sistema pronominal do português, inclusive a variação na flexão casual,

distinguem as normas cultas e populares, é porque o processo sócio-histórico de formação dessas normas também se configurou de maneira distinta (cf. capítulo 1).

Nesse sentido, a simplificação morfológica do sistema de flexão casual dos pronomes pessoais, que se configura de modo mais radical nas variedades populares constitui, a nosso ver, “resquícios de sua origem plurilíngue” e pode ser explicada

[...] como resultado de processos de variação e mudança induzidos pelo contato entre línguas, semelhantes aos que concorreram para a formação das línguas crioulas de base lexical portuguesa da África e Ásia, não obstante tenham operado em um nível de radicalidade menor do que estes [...] (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 476).

Na seção, 3.3, apresentamos, então, uma caracterização do comportamento da flexão de caso dos pronomes pessoais nas línguas crioulas. Esperamos, desse modo, reunir elementos para compreender o fenômeno variável em estudo nas variedades populares do português brasileiro e reforçar o argumento de que o contato entre línguas está diretamente associado à simplificação morfológica de caso do sistema pronominal.

3.3 A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NOS CRIoulos DE BASE LEXICAL PORTUGUESA

A morfologia flexional, de acordo com Lucchesi e Baxter (2009), é afetada em situações de *transmissão linguística irregular*, resultante do contato entre línguas. Ainda de acordo com os autores, a morfologia flexional pode ser afetada em maior ou menor intensidade a depender da caracterização do processo de TLI. Nos processos de transmissão linguística irregular do tipo mais leve, costuma haver redução da morfologia flexional – com apresentação de um quadro variável. Nos processos de TLI mais intensos, a redução tende a ser mais radical, registrando-se uma perda total de morfologia flexional – de gênero, número ou caso pronominal (LUCCHESI; BAXTER, 2009, p. 124). Nesta seção, trataremos, especialmente, da perda de morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais nas línguas crioulas.

Os quadros dos pronomes pessoais registrados para diferentes crioulos no *Atlas de Estruturas de Línguas Pidgins e Crioulas*²³ (MICHAELIS et al., 2013) demonstra uma perda total da morfologia flexional de caso. Nessas línguas, não há atribuição de caso morfológico aos

²³ *The Atlas of Pidgin and Creole Language Structure (APiCS)* [tradução nossa].

pronomes pessoais para representação das funções de sujeito e objetos no paradigma de todas as pessoas do discurso. Ou seja, a mudança formal dos pronomes que caracteriza a diferença entre os casos nominativo e acusativo não é atestada nas línguas crioulas. Para essas línguas, resultantes de um processo intenso de contato entre línguas, são exibidos quadros dos pronomes pessoais com eliminação total da flexão casual. Abaixo exemplificamos através dos Quadros 17 e 18, referentes aos crioulos de base lexical inglesa e espanhola, respectivamente:

Quadro 17 – Os pronomes pessoais no crioulo jamaicano

		Sujeito (dependente)	Complementos Verbais (independente)
Singular	1ª pessoa	mi	mi
	2ª pessoa	yu	yu
	3ª pessoa	ihn[ĩ]	im
Plural	1ª pessoa	wi	wi
	2ª pessoa	unu	unu
	3ª pessoa	dehn[dê]	dem

Fonte: Adaptado de Michaelis et al. (2013, p. 65).

Quadro 18 – Os pronomes pessoais no crioulo de Palenquero

		Sujeito (dependente)	Complementos Verbais (independente)
Singular	1ª pessoa	i	yo
	2ª pessoa	(b)o	bo
	3ª pessoa	e	ele
Plural	1ª pessoa	(s)uto	(s)uto
	2ª pessoa	utere	utere
	3ª pessoa	ané	ané

Adaptado de Michaelis et al. (2013, p. 65).

Como podemos observar, nos Quadros 17 e 18, extraídos do *APiCs*, os pronomes pessoais não estão organizados em função de casos morfológicos (nominativo e acusativo/dativo), mas em função da posição dos pronomes na sentença. Além disso, de um modo geral, os quadros pronominais dos crioulos abordados no *APiCs* se referem às formas pronominais como “dependentes” e “independentes”, considerando o critério fonológico da tonicidade e a sua relação com o predicador verbal.

A descrição dos quadros dos pronomes pessoais nos crioulos de base lexical portuguesa – objeto desta seção – constitui-se como mais um exemplo da eliminação da morfologia

flexional de caso dos pronomes pessoais. Nas línguas crioulas de base lexical portuguesa na África, “a flexão de caso dos pronomes pessoais presentes na língua-alvo foi, no geral, eliminada, independentemente da radicalidade do processo de crioulização em causa [...]” (MENDES; LUCCHESI, 2009, p.477). Isso porque tanto nos crioulos mais próximos da língua alvo, como os de Cabo Verde, quanto nos mais distantes, como os de São Tomé e Príncipe, as formas pronominais para as funções de sujeito e complementos verbais e adverbiais são as mesmas.

O sistema pronominal do crioulo cabo-verdiano foi, inicialmente, observado por Almada (1961) e Lopes da Silva (1984), cujos dados se encontram sistematizados no Quadro 19:

Quadro 19 – Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano

		Sujeito	Complementos Verbais
Singular	1ª pessoa	mi ~ n	me ~ mi ~ ‘m
	2ª pessoa	bô ~ bó ~ bu	Bô ~ bu ~ b’
	3ª pessoa	êl ~ ê	l ~ êl
Plural	1ª pessoa	no~ nu ~ nos	nos ~ nus ~ n’
	2ª pessoa	bosês ~ osês ~ sés	bô
	3ª pessoa	ês	ês ~ ‘z

Fonte: Adaptado de Almada (1961) e Lopes da Silva (1984).

A partir da leitura do Quadro 19, podemos observar que as formas pronominais subjetivas e objetivas, sem exibir flexão casual, diferenciam-se apenas por reduções fonológicas, decorrentes do processo de cliticização ao verbo, que ocorre em todas as pessoas do discurso.

Pratas (2002) e Lang (2011) também sistematizam quadros pronominais do crioulo cabo-verdiano, a partir da observação de uma variante específica: a da ilha de Santiago. O critério fonológico é claramente utilizado pelos autores para discutir e sistematizar os dados do sistema pronominal do crioulo cabo-verdiano. Pratas (2002), por exemplo, organiza a distribuição dos pronomes em *pronomes fortes*, *pronomes fracos/ clíticos tônicos*, e *clíticos átonos*, como podemos observar no Quadro 20:

Quadro 20 – Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano da Ilha de Santiago

		Pronomes fortes	Pronomes fracos/clíticos Tônicos	Clíticos átonos
Singular	1ª pessoa	ami	mi	N/-m
	2ª pessoa	abo	bo	bu/-u
	3ª pessoa	ael	el	e/-l
Plural	1ª pessoa	anos	nos	nu
	2ª pessoa	anhos	nhos	nhos
	3ª pessoa	aes	es	-s

Fonte: Adaptado de Pratas (2002, p.42.)

Sob essa perspectiva, os pronomes fortes são formas independentes (cf. (48a)²⁴ e (48b)) e/ou enfáticas – quando regidos pela preposição e em função de sujeito tópico – (48c) e (48d). Os pronomes fracos/clíticos tônicos são formas que não apresentam redução fonológica e podem atuar, segundo a autora, como sujeito – (49a) e (49b) – e, quando o verbo se encontra no pretérito imperfeito, como objetos direto – (50a) e (50b) – e indireto – (50c) e (50d). As formas pronominais clíticas átonas são resultantes de redução fonológica e podem atuar como sujeito (cf. (51a) e (51b)) ou complementos verbais (cf. (52a) a (52d)), quando o verbo se encontra no pretérito perfeito²⁵.

- (48) a. *Ami* kanta. (Eu cantei)
 b. *Anos* canta (nos cantamos cantaste)
 c. *Ami, N* kanta. (Eu, eu cantei)
 d. *Anos, nu* kanta (nós, nós cantaste)

- (49) a. *Mi* kanta (eu cantei)
 b. *Nu* kanta (nós cantamos)

- (50) a. El odjaba *mi* (ele via-me)
 b. El odjaba *nos* (ele via-nos)
 c. El flaba *mi* (ele dizia-me)
 d. El flaba *nos* (ele dizia-nos)

²⁴ Os exemplos de (07a) a (11d) foram extraídos do estudo de Pratas (2002, p. 43 - 44).

²⁵ De acordo com Pratas (2002, p. 43), “o caso estrutural (acusativo ou dativo) atribuído pelo verbo à posição de objeto não determina diferenças nas formas selecionadas”, como nos exemplos de (09a) a (09d), as diferenças entre as formas de complementos verbais “devem-se à presença, ou ausência, do marcador de TMA –ba [...] realizado em posição pós-verbal”, como nos exemplos de (11a) a (11d).

- (51) a. *N kanta* (eu cantei)
 b. *Nu kanta* (nós cantamos)

- (52) a. *El odja-m* (ele viu-me)
 b. *El odja-nu* (ele viu-nos)
 c. *El fla-m* (ele disse-me)
 d. *El fla-nu* (ele disse-nos)

Lang (2012), também apoiando-se na distinção entre pronomes tônicos e átonos, reforça os dados apontados por Prata (2002). Para o autor, o sistema pronominal do crioulo cabo-verdiano da ilha de Santiago,

[...] distingue entre pronomes pessoais tônicos, também chamados de 'independentes' e, quando funcionam como tópicos, de modo facultativo precedidos de *a-*, e pronomes pessoais átonos. Para as formas átonas, distingue entre formas proclíticas, geralmente com função de sujeito, e formas enclíticas, geralmente com função de complemento, e não dispõe de formas diferentes para as funções de complemento direto e complemento indireto (LANG, 2012, p.22).

A partir da leitura dos estudos de Pratas (2002) e Lang (2012), propomos no Quadro 21 a seguinte sistematização do quadro dos pronomes pessoais para o crioulo cabo-verdiano da Ilha de Santiago:

Quadro 21 – Os pronomes pessoais no crioulo cabo-verdiano da ilha de Santiago

		Sujeito		Complementos Verbais	
		Tônicos	Átonos	Tônicos	Átonos
Singular	1ª pessoa	(a)mi	N	mi	-m
	2ª pessoa	(a)bo	bu	bo	-u
	3ª pessoa	(a)el	e	el	-l
Plural	1ª pessoa	(a)nos	nu	nos	-nu
	2ª pessoa	(a)nhos		nhos	
	3ª pessoa	(a)ês	es	es	-s

Fonte: Adaptado de Pratas (2002) e Lang (2012).

No crioulo guineense, é também registrada a perda de morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais entre as formas subjetivas e objetivas – diretas e indiretas. Essas funções são representadas pelos mesmos pronomes pessoais, visto que eles não se modificam formalmente para exibir a marcação de caso, diferenciando-se apenas por reduções

fonológicas (*bu > u*), como também visto no crioulo cabo-verdiano. Além disso, as formas de objeto preposicionadas – as oblíquas – diferenciam-se das demais formas objetivas quanto à tonicidade. No Quadro 22, apresentamos a proposta de distribuição dos pronomes pessoais no crioulo da Guiné-Bissau a partir de dados extraídos de Kihm (1994) e Intumbo (2007):

Quadro 22 – Os pronomes pessoais no crioulo da Guiné-Bissau

		Sujeito		Complementos Verbais	
		Tônicos	Átonos	Tônicos	Átonos
Singular	1ª pessoa	(a)mi	ɨ	mi	ɨ
	2ª pessoa	(a)bo	bu	o	u
	3ª pessoa	(a)el	i	el	l
Plural	1ª pessoa	(a)nos	no	nos	nu
	2ª pessoa	(a)bos	bo	bos	bos
	3ª pessoa	(a)elis	e	elis	elis

Fonte: Adaptado de Kihm(1994) e Intumbo (2007).

A flexão de caso dos pronomes pessoais no crioulo de São Tomé, o mais radical dentre os três crioulos de base lexical portuguesa aqui apresentados, segue o mesmo percurso dos crioulos anteriormente aqui mencionados: o cabo-verdiano e o guineense. Para o crioulo de São Tomé, a distinção entre as formas pronominais subjetivas e objetivas pelo critério fonológico está basicamente restrita ao paradigma de primeira pessoa do singular (cf. Quadro 23). Nos paradigmas das demais pessoas do discurso, as formas pronominais são invariáveis na representação de qualquer função sintática. No Quadro 23, extraído do estudo de Ferraz (1979), sistematizamos:

Quadro 23 – Os pronomes pessoais no crioulo de São Tomé

		Sujeito		Complementos Verbais	
Singular	1ª pessoa	n ~ i ^N		mu ⁿ ~ mu ~m	
	2ª pessoa	bo		Bo	
	3ª pessoa	e ~ ele		e ~ ele	
Plural	1ª pessoa	nõ		Nõ	
	2ª pessoa	nãse		Nãse	
	3ª pessoa	iné ^N ~ né ^N ~ inê		iné ⁿ ~né ⁿ ~inê	

Fonte: Ferraz (1979, p. 62).

Diante dos quadros dos pronomes pessoais dos crioulos de base lexical portuguesa exibidos nesta seção, observamos que

A erosão da flexão de caso é uma mudança característica das situações de contato entre línguas de que resulta uma variedade lingüística historicamente original (*pidgin* ou crioulo). Os crioulos de base lexical portuguesa da África não fogem a essa regra, exibindo um quadro muito reduzido de flexão pronominal de caso, muitas vezes restrita a alterações fônicas decorrentes de cliticização dos pronomes pessoais (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 486).

Embora a constituição sócio-histórica das variedades populares do português brasileiro tenha se configurado de modo semelhante ao das línguas crioulas, o processo de *transmissão lingüística irregular* se processou de modo mais leve, e a simplificação da morfologia pronominal não se deu do mesmo modo do que o dos crioulos de base lexical portuguesa. Nas variedades populares do português do Brasil, não há uma eliminação da flexão casual dos pronomes pessoais, mas um quadro variável entre formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes nas funções de complementos verbais e adverbiais nos paradigmas de todas as pessoas do discurso (cf. capítulo 4).

Por outro lado, a simplificação morfológica da flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares brasileiras exhibe também uma gradação no *continuum* rural-urbano. É registrada, com maior frequência e intensidade, a redução da flexão de caso dos pronomes pessoais com as formas essencialmente pronominais nas variedades do interior do país (cf. seção 4.1). Nas variedades populares urbanas (cf. seção 3.4), devido ao contato frequente com os padrões lingüísticos urbanos cultos, as formas estranhas ao uso culto são realizadas com menor frequência (ou praticamente não são realizadas). Para demonstrar esse aspecto, na seção 3.4, organizamos a discussão do comportamento da flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades urbanas, considerando a sua distribuição nas normas cultas e populares do PB.

A discussão sobre o comportamento do fenômeno nas variedades populares do interior será abordada, especialmente, no capítulo 4. Nesse capítulo, a discussão organiza-se em torno da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia – objeto de estudo desta tese – contrapondo os dados que caracterizam as variedades do interior às variedades urbanas do Estado.

3.4 A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NAS VARIEDADES URBANAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DAS NORMAS CULTAS ÀS NORMAS POPULARES²⁶

Nesta seção, será discutida a reorganização do quadro pronominal do português brasileiro e as mudanças processadas no paradigma de cada pessoa do discurso, apontando os reflexos desse processo na propriedade da flexão casual. Essa descrição será realizada levando em consideração a polarização sociolinguística do português do Brasil em duas grandes vertentes: a culta e a popular (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015). A abordagem será desenvolvida a partir da discussão sobre o português urbano, para o que selecionamos estudos realizados com dados recolhidos nas capitais brasileiras. Nas subseções 3.4.1 e 3.4.2, discutiremos a flexão casual do paradigma de primeira pessoa do singular e plural, respectivamente. Nas subseções 3.4.3 e 3.4.4, será abordada a flexão de caso nos paradigmas de segunda pessoa do singular e plural. Por fim, na subseção 3.4.5, será discutida as alterações na flexão casual no paradigma de terceira pessoa.

3.4.1 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular

O paradigma de primeira pessoa do singular, conforme os Quadros 15 e 16 contemplados na subseção 3.2.3, apresenta uma redução na morfologia flexional de caso. A forma *eu* é registrada não somente em função nominativa, mas em funções acusativas, dativas e ablativas em co-ocorrência com as formas canônicas destas funções (*me*, *mim*, *comigo*). Essa (re)configuração, no entanto, não tem sido verificada no português urbano, culto e popular, do português brasileiro.

A primeira pessoa do singular apresenta uma propriedade da flexão casual extremamente preservada na variedade urbana culta, conforme aponta Monteiro (1994), em estudo realizado em amostras de fala do Projeto da Norma Urbana Culta, o NURC. De acordo com o autor, os

²⁶ Nesta seção, apesar de abordarmos flexão de caso do português nas variedades urbanas, não apontaremos os dados encontrados em nossa análise sobre o português popular de Salvador. Os dados sobre essa variedade urbana serão apresentados e discutidos no capítulo 4, destinado à flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia, para uma possível comparação com os dados do português do interior do Estado da mesma localidade.

processos de variação e mudança no quadro dos pronomes pessoais reorganizaram o paradigma de praticamente todas as pessoas do discurso e somente “a primeira pessoa do singular não teria sido abalada” (MONTEIRO, 1994, p. 152). Nas variedades cultas, a forma pronominal *eu* apresenta-se como exclusiva para a função de sujeito e as formas flexionadas do seu paradigma (*me, mim, comigo*) continuam a representar as funções de complementos verbais e adverbiais, como demonstram os exemplos (53), (54) e (55).

(53) João *me* viu no cinema (OD)

(54) João *me* entregou uma encomenda (OI)

(55) João saiu *comigo* (ADV)

Arruda (2006), a partir de dados também extraídos do *corpus* do projeto NURC, investiga as estratégias de realização do objeto (*pronomes lexical, clítico e objeto nulo*) para as três pessoas do discurso. Segundo o autor, no paradigma de primeira pessoa do singular, dentre as três estratégias, o clítico *me* é a forma predominante, e, além disso, é o representante exclusivo da função de objeto, quando preenchida. O *objeto nulo*, por sua vez, com poucas ocorrências, aparece como a segunda opção para os falantes das variedades cultas.

De acordo com Arruda (2006, p. 78), a forma pronominal *eu* foi constatada na posição de objeto, nas variedades cultas, apenas em “estrutura sintática complexa”²⁷:

[...] verifica-se, em todas as variedades pesquisadas, que, em se tratando da primeira pessoa do singular, a forma predominante é o clítico **me**, havendo apenas em Salvador e Recife casos em que se dá o preenchimento com a forma tônica **eu**. Ressalta-se, no entanto, que a presença desta forma pronominal está condicionada ao contexto em que se tem uma estrutura sintática complexa – verbo + objeto direto + infinitivo verbal.²⁸

Em se tratando do paradigma de primeira pessoa do singular nas variedades urbanas cultas, podemos sistematizar, portanto, que o uso da forma *eu* permanece restrito às funções nominativas. Nessa perspectiva, de modo semelhante a Monteiro (1994), Arruda (2006, p.78)

²⁷ Exemplos do estudo do autor (ARRUDA, 2006, p. 78): [...] *deixa EU ver mais* (NURC – Recife / DID-108); *Eh deixe EU olhar uma coisinha* [...] (NURC – Salvador / DID-277)

²⁸ A realização de construções do tipo *deixa eu fazer* contraria o que postula a tradição normativa. Para essas estruturas, é prescrito o uso do clítico: *deixa-me fazer*. No entanto, o uso das formas nominativas em estruturas *sujeito-objeto* cresce significativamente a partir da década de 80, conforme dados sistematizados por Scherre (2007) sobre o uso do imperativo no PB, a partir da análise de histórias em quadrinhos da *Turma da Mônica* da década de 70 e da primeira década do século XX.

(re)afirma “a resistência das formas pronominais de primeira pessoa à reestruturação e reorganização sofridas pelo sistema pronominal do português”.

O paradigma pronominal de primeira e segunda pessoas nas variedades urbanas não cultas (com pouco ou nenhum grau de escolaridade) foi observado por Dalto (2002) a partir de dados do Projeto de Variação Linguística do Sul (VARISUL)²⁹. O estudo apresenta como objetivo a investigação das estratégias de realização do objeto para o paradigma dessas pessoas do discurso (*pronomes-sujeito, pronomes-objeto e objeto nulo*). Para a autora, as formas flexionadas dos pronomes de primeira e segunda pessoa, na língua oral, poderiam estar “perdendo terreno” para os pronomes sujeitos e objeto nulo.

Em relação ao paradigma de primeira pessoa, os dados da autora demonstram que as formas flexionadas do pronome (*me, mim, comigo*) continuam atuando fortemente nas variedades em estudo, com 963 ocorrências, de um total de 969. Nessas variedades, a forma não flexionada do pronome (*eu*) em posição de objeto foi constatada apenas em 6 ocorrências. A primeira foi registrada em Curitiba (cf. (56)) e as demais em Porto Alegre (cf. (57)).

(56) eu entro lá dentro do meu quarto lá e ajoelho lá e rezo, rezo, rezo, peço pra Deus e choro e faço tudo e Deus escuta **eu**.

(57) Ela diz assim: "Isso aí tudo, ela diz assim, isso tudo é o amor, foi o amor, ela diz, porque ele escolheu **eu** e não escolheu a batina é porque decerto ele amou **eu** mais."

Sobre o exemplo (56), encontrado em Curitiba, Dalto (2002, p.93) declara: “[...] do ponto de vista da variação dialetal, que nos interessa, uma única ocorrência não nos diz muito, pois pode ser resultado de idiosincrasia do falante que a produziu”. Quanto aos exemplos em (57), extraídos da amostra de fala de Porto Alegre, a autora destaca: “[...] todos os cinco casos foram encontrados em entrevistas de informantes da faixa etária mais jovem”. (DALTO, 2002, p.93).

²⁹ O Projeto VARISUL é destinado ao estudo das variedades de três capitais da região Sul – Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. O *corpus* da pesquisa é heterogêneo e reúne falantes do português popular (escolaridade primária) e falantes do português “semiculto” (ensino médio). Os informantes são distribuídos pelas variáveis *sexo* (masculino e feminino) e *faixa etária* (25-50 e acima da 50 anos).

De acordo com Dalto (2002, p.120), “[...] nos *corpora* da pesquisa os *pronomes-objeto* de primeira e de segunda pessoas do singular permanecem sendo formas bastante produtivas na língua oral, ainda que sob ameaça do objeto nulo, o mais expressivo concorrente.” Embora o estudo sobre as variedades urbanas não cultas aponte uma ou outra ocorrência do pronome não flexionado em posição de complemento verbal, o grande número de ocorrências com o pronome flexionado demonstra que a flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular permanece preservada, semelhante ao que se observa para as variedades urbanas cultas. Dessa forma, o paradigma pronominal de primeira pessoa do singular, no português urbano, pode ser sistematizado como no Quadro 24:

Quadro 24 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular nas variedades urbanas cultas e populares do PB

Os pronomes de primeira pessoa do singular nas variedades urbanas do PB	
Sujeito	Complementos verbais e adverbiais
eu	me, mim, comigo

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4.2 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do plural

A reorganização do paradigma de primeira pessoa do plural foi apontada nos quadros sobre o sistema atual dos pronomes pessoais no português brasileiro (cf. seção 3.2.3). As modificações começam a ser delineadas no século XIX, com a figuração da forma *a gente* ao lado da forma canônica *nós* em função subjetiva, conforme exemplos (58) e (59). A inserção da forma pronominal *a gente* no paradigma de primeira pessoa do plural e os reflexos sobre a flexão casual parece, no entanto, não ter se configurado do mesmo modo para as variedades urbanas cultas e não cultas do português brasileiro.

(58) *Nós* compramos um livro ontem.

(59) *A gente* comprou um livro ontem.

Nas variedades urbanas cultas, a forma *a gente* parece ter encontrado alguma resistência da forma canônica *nós* para a representação das funções nominativas. De acordo com estudo realizado por Monteiro (1994), o plano diatópico configura-se com a preferência das cinco capitais brasileiras pelo uso da forma padrão. Os percentuais de realização exibidos para forma *nós* pelas capitais apresentam-se, inclusive, muito próximos: Porto Alegre (66%);

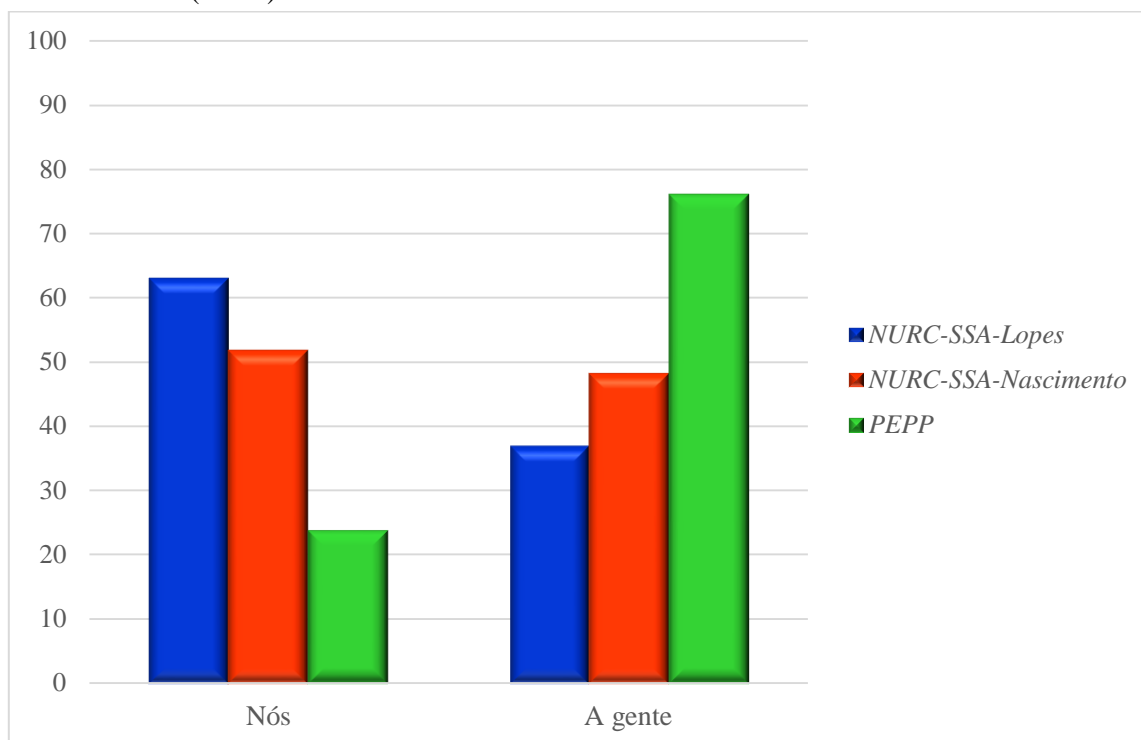
Salvador (65%), São Paulo (64%), Recife (63%) e Rio de Janeiro (54%). Em relação à forma pronominal *a gente*, Monteiro sinaliza que o maior percentual de realização é encontrado na capital do Rio de Janeiro (46%).

Lopes (1998) apresenta uma análise da variação *nós* e *a gente* também sobre o português culto, a partir da distribuição das variantes por três capitais – Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. Em seu estudo, os dados apontam para a preferência dos falantes pela variante *nós* nas capitais de Porto Alegre (72%) e Salvador (63%). No Rio de Janeiro, diferentemente, a forma *nós* apresenta menor percentual de realização (41%).

Nascimento (2013) avaliou a distribuição das variantes *nós* e *a gente* na fala culta de Salvador também a partir de dados do projeto NURC, no entanto, diferentemente de Lopes (1998), observou os dados da capital isoladamente. Em um total de 554 dados, 287 (51,80%) corresponderam à forma *nós* e 267 (48,20%) eram de realização da forma *a gente*. Esses resultados apontam para uma forte concorrência entre as variantes. No entanto, Nascimento (2013), observando a variável *faixa etária*, afirma: “os dados apontam indícios de encaminhamento para **mudança em curso**, de substituição da variante canônica *nós* pela variante *a gente* na amostra do Projeto NURC/SSA” (NASCIMENTO, 2013, p.66). Por outro lado, a autora traz ainda o confronto entre as décadas de 70 e 90. Os dados apontam que, na década de 70, houve maior realização da *forma nós*, com 72%; e na década de 90, a predominância é da forma *a gente*, visto que o *nós* apresenta apenas 31%, de realização.

Os dados obtidos para a variação *nós* e *a gente* no português popular de Salvador diferem bastante daqueles apresentados para o português culto (LOPES, 1998; NASCIMENTO, 2013). No estudo realizado por Santana (2014), com os dados do português popular de Salvador, foi constatada uma alta produtividade da variante *a gente*, com 76% de realização, *versus* 24% da variante *nós*. Em gráfico (cf. Gráfico 01), o autor sistematiza a comparação entre os seus dados com aqueles obtidos para o português culto de Salvador (LOPES, 1998; NASCIMENTO, 2013):

Gráfico 01 – Distribuição das variantes *nós e a gente* no português culto (NURC) e popular (PEPP) de Salvador

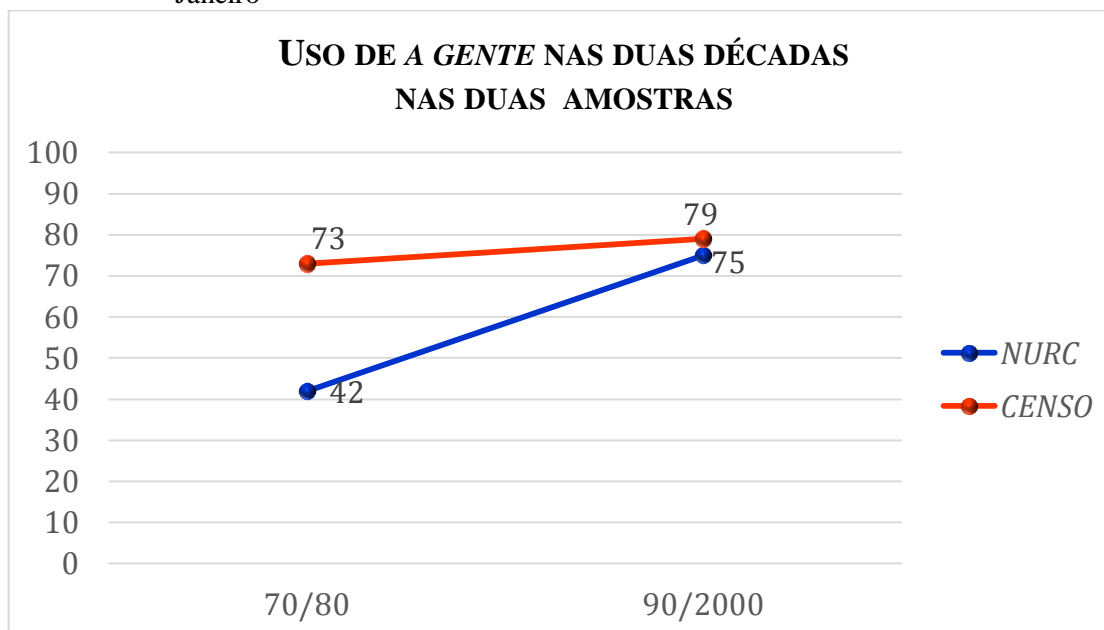


Fonte: Santana (2014, p.65).

Avaliando a inserção do *a gente* no paradigma pronominal do português urbano de um modo geral, a partir dos estudos aqui reunidos, é possível perceber que a forma *a gente* tem penetrado mais lentamente nas variedades urbanas cultas do que nas populares.

Em outro estudo, com o objetivo de traçar um “panorama geral do estágio atual da mudança” das formas de referência à primeira pessoa do plural, Lopes (2004) sintetiza os resultados obtidos no estudo de Lopes (2003) e Omena (2003), desenvolvidos, respectivamente, sobre o português culto (amostras do NURC) e o português não culto (ensino médio/amostras do PEUL-Censo). Para o desdobramento do estudo, foi estabelecido o confronto entre as amostras coletadas em duas décadas: 70 e 90 (NURC) e 80 e 2000 (PEUL), cuja síntese dos resultados aparece representada no Gráfico 02:

Gráfico 02 – A distribuição da variante *a gente* entre falantes cultos e não cultos do Rio de Janeiro



Fonte: Lopes (2004, p. 69).

A leitura do Gráfico 02 demonstra que a forma *a gente* sempre obteve maior percentual de realização entre os falantes não cultos nas duas décadas, demonstrando a estabilidade do padrão linguístico da comunidade, visto que as taxas de frequência apresentam-se muito próximas (75% e 79%). Por outro lado, observamos que, para os falantes cultos, o percurso trilhado para a referenciação à primeira pessoa do plural configurou-se de modo distinto ao dos falantes não cultos. Nos anos 70, a variante preferida era o *nós* (apenas 42% de *a gente*), e nos anos 90, a taxa de realização do *a gente* (75%) supera a do uso da forma padrão, igualando-se, praticamente, à frequência obtida para os falantes não cultos. Nesse sentido, podemos afirmar que a forma *a gente* representa uma mudança implementada de “baixo para cima” no quadro dos pronomes pessoais no português brasileiro.

Sobre esse aspecto, Lopes (2004, p. 69), declara:

O comportamento linguístico configurado para os falantes com escolaridade média, na verdade, evidenciava um prenúncio do que se observaria mais tarde entre os falantes cultos, tanto que os índices percentuais nos anos 90 e nos anos 2000 tornaram-se praticamente os mesmos (entre 75 e 80%). A gradativa implementação da forma inovadora se disseminou pela comunidade, pelo que tudo indica, propagando-se de baixo para cima, ou seja, das classes menos escolarizadas para as mais escolarizadas.

Os estudos mencionados nesta seção trazem um panorama da configuração do quadro de *nós* e *a gente* em variedades urbanas cultas e não cultas e analisam a inserção da forma inovadora *a gente* em função de sujeito. É preciso apontar, no entanto, que a forma *a gente*, ao adentrar no quadro pronominal, não se desvincilhou de algumas propriedades da classe dos nomes, como, por exemplo, a possibilidade de atuar em todas as funções sintáticas. Esse aspecto reflete sobre a flexão casual de todo o paradigma de primeira pessoa do plural das variedades urbanas cultas e não cultas, visto que, ao lado dos pronomes flexionados *nos* e *conosco* – como em (60a), (61a) e (62a), respectivamente, passa a figurar também a forma inovadora *a gente*, como observamos nos exemplos (60b) (61b) e 62).

(60) a. João *nos* viu.

b. João viu *a gente*.

(61) a. João *nos* deu um presente.

b. João deu um presente *pra gente*

(62) a. João saiu *conosco*

b. João saiu com *a gente*

Sobre a atuação da forma *a gente* em todas as funções sintáticas, além das subjetivas, Vianna e Lopes (2012) elaboraram um estudo recente, a partir de dados recolhidos na capital do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu³⁰, no qual observam a variação entre as formas do paradigma de *nós* (*nós*, *nos* e *conosco*) e a forma *a gente* no interior dos sintagmas nominais e oracionais. De acordo com as autoras, foram obtidos 225 dados, sendo 151 correspondentes ao paradigma de *nós* e 74 à forma *a gente*. A frequência da forma *a gente* é maior quando se trata do nível oracional (cf. Tabela 07). De acordo com as autoras, “os resultados gerais parecem indicar que a porta de entrada do *a gente* pronominal no sistema ocorre em nível oracional, mesmo que não se leve em consideração a função de sujeito” (VIANNA E LOPES, 2012, p.3).

³⁰ Vianna e Lopes (2012) levantaram dados de *nós* e *a gente* nas funções sintáticas diferentes de sujeito, a partir de duas amostras do Projeto Bilateral “Estudo comparado dos Padrões de Concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias”, em um corpus composto por 36 entrevistas. Os dados correspondem às variedades brasileiras do português dos Municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu (RJ) e encontram-se organizados a partir de três variáveis sociais: sexo (homens e mulheres), faixa etária (de 18 a 35 anos, de 36 a 55 anos, e de 56 a 75 anos) e escolaridade (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

Tabela 07 – Distribuição da forma *a gente* em nível oracional e sub-oracional

	Ocorrências	Frequência	PR
Núcleo Nominal	20/145	14%	0.22
Núcleo Verbal	54/80	68%	0.90

Fonte: Vianna; Lopes (2012, p.147).

Particularizando a análise, Vianna e Lopes (2012) buscam demonstrar através de quais funções sintáticas, no nível oracional, a forma *a gente* tem adentrado o quadro pronominal. Para isso, foi observada a distribuição da variante pelas funções sintáticas de *acusativo*, *dativo*, *oblíquo complemento* e *oblíquo adjunto* (cf. Tabela 08).

Tabela 08 – Distribuição da forma *a gente* no nível oracional em funções sintáticas não subjetivas

Funções Sintáticas	Ocorrências	Frequência	PR
Acusativo	24/37	65%	0.40
Dativo	7/12	58%	0.33
(Oblíquo) Complemento	11/12	92%	0.98
(Oblíquo) Adjunto	12/19	63%	0.41

Fonte: Vianna; Lopes (2012, p.145).

Observando a Tabela 08, é possível perceber que, no nível oracional, “ao que tudo indica, não é apenas na função de sujeito que o processo de implementação do *a gente* se encontra a pleno vapor no PB” (VIANNA; LOPES 2012, p.21). A função de oblíquo complemento apresenta-se como um contexto altamente favorecedor da realização da forma *a gente*, com 92% de realização e P.R 0.98, configurando-se, desse modo, como a porta de entrada da forma *a gente* no sintagma oracional para além da função subjetiva. As demais funções, apesar de apresentarem uma alta taxa de frequência, mostraram-se como contextos não favorecedores ao uso do *a gente*, se considerarmos os pesos relativos: acusativo, com PR 0.40, dativo, com PR 0.33, adjunto, com PR 0.41.

A partir da sistematização dos dados da Tabela 08, a análise de Vianna e Lopes (2012) aponta como vai se configurando a entrada da forma *a gente* no sistema linguístico em funções não subjetivas. Além disso, as autoras observam o quadro social do fenômeno variável com as variáveis *sexo*, *faixa etária* e *escolaridade*. Destacaremos aqui os resultados obtidos com a variável *escolaridade* na tentativa de compreender a distribuição da variante *a gente*, nas

funções de oblíquo complemento (verbo e nome)³¹, pelas variedades urbanas cultas e não cultas do PB.

Tabela 09 – Distribuição da forma *a gente* em funções de complemento (nomes e verbos) de acordo com a variável *escolaridade*

Escolaridade	Ocorrências	Frequência	PR
Ensino fundamental	27/93	29%	0.53
Ensino médio	23/42	54%	0.72
Ensino superior	26/94	27%	0.36

Fonte: Vianna; Lopes (2012, p.145).

Os resultados da Tabela 09 demonstram que a resistência para a disseminação das formas *a gente* em funções não subjetivas se dá por parte dos falantes culto (PR 0.36), semelhante ao que observamos para as funções subjetivas. Os estudos de Arruda (2006) – dados do português culto – e Pinho (2012) – dados de falantes com diferentes níveis de escolaridade – reforçam essa afirmação e apontam para uma polarização sociolinguística no que diz respeito à distribuição das variantes do paradigma de *nós* e a variante *a gente* se consideradas funções sintáticas além das subjetivas.

O estudo de Arruda (2006) demonstra, por exemplo, que a forma flexionada do pronome *nos* predomina na função de objeto direto na norma culta, com 78% de realização *versus* 22% da forma *a gente*. Pinho (2012), por sua vez, em estudo sobre a variação das formas *conosco*, *com nós* e *com a gente*, utilizando dados do Projeto ALib nas capitais brasileiras, também aponta a preferência dos falantes cultos pela forma flexionada do pronome, conforme já observado no Gráfico 02. Nas palavras de Pinho (2012, p. 271):

O nível de escolaridade se apresentou como um fator externo importante no condicionamento da variação. [...] Os informantes de nível superior apresentaram um percentual da variante *conosco* bem mais elevado do que os informantes menos escolarizados. Enquanto estes tiveram 38%, aqueles apresentaram 57,9% do pronome *conosco*. O que significa uma considerável diferença de quase 20% [...].

Diante do exposto, sistematizamos o paradigma da flexão casual dos pronomes pessoais nas variedades urbanas cultas no Quadro 25:

³¹ Vianna e Lopes (2012), quando discute as variáveis sociais, observam apenas as funções de oblíquo complemento (de verbo e nome), contexto mais favoráveis ao uso do *a gente*.

Quadro 25 – A flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas cultas

Os pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas cultas do PB			
Sujeito		Complementos verbais e adverbiais	
Variante padrão	Variante não padrão	Variante padrão	Variante não padrão
Nós	a gente	nos, conosco	a gente

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas variedades urbanas semicultas e populares, Dalto (2002) atesta a variação entre o *a gente* e o *nos* para as funções de complementos verbais. Para a forma flexionada *nos*, foram detectadas 70 ocorrências, considerando as três capitais do Sul (Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis); para a forma *a gente*, foram computadas 109 ocorrências, sendo 55 não preposicionadas (*a gente*) e 54 preposicionadas (*pra gente/ na gente*). Quanto à forma não flexionada *nós*, não detectada na posição de complemento verbal na norma urbana culta, foram detectadas, nas variedades populares e semicultas urbanas do estudo de Dalto (2002), 45 ocorrências, sendo 10 em funções não preposicionadas e 35 em funções preposicionadas (com as preposições “pra” e “em”). Para exemplificar, observemos as ocorrências extraídas do estudo da autora (cf. exemplos (63) e (64)).

(63) O meu pai colocava **nós** [OD], que éramos em oito filhos, ele botava *nós* [OD] tudo dentro desta carroça...

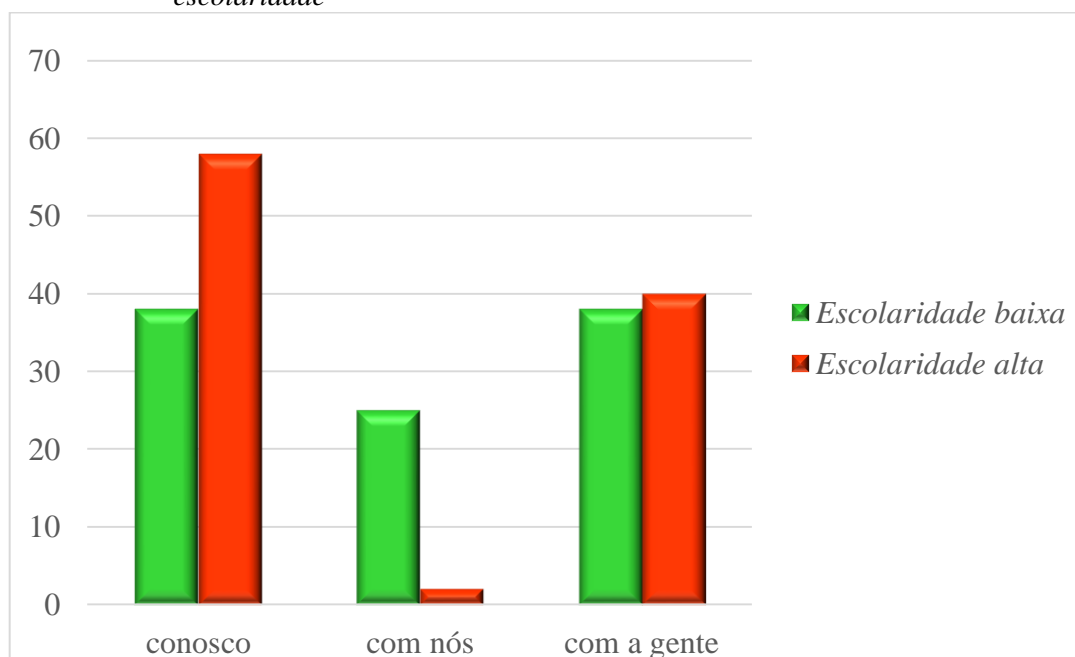
(64) Quando chegava lá, a gente dizia: "Não precisa cuida de **nós**, não. Pudemo í sozinha." "Não, eu vou cuidá Ø, depois a Sinhá Rosa vai sabê e vai brigá comigo."

Em relação à atuação da forma *nós* em contexto regido pela preposição “com” nas variedades urbanas não cultas, Pinho (2012, p. 272) aponta uma relação direta entre a realização da variante *com nós* e o baixo índice de escolaridade do falante:

Uma diferença maior ainda é vista na presença da variante *com nós* quando o nível de escolaridade é levado em conta. Entre os informantes com nível universitário quase não houve a presença da variante *com nós*. Houve somente duas ocorrências dessa variante entre os mais escolarizados, o que totaliza apenas 2,1%. Por outro lado, entre os menos escolarizados houve um considerável aumento dessa variante, obtendo 25% do total.

É preciso pontuar, no entanto, que, dentre as variantes observadas no estudo do autor (*conosco*, *com a gente*, *com nós*), a variante *com nós* é a que apresenta menor índice de realização entre os falantes não escolarizados no contexto urbano, conforme observamos no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Distribuição das variantes *conosco*, *com nós* e *com a gente* segundo a variável *escolaridade*



Fonte: Pinho (2012, p.271).

Em síntese, diferentemente do que observamos nas variedades urbanas cultas, nas variedades populares, o uso do *a gente* tem sido predominante nas funções de complemento verbal, demonstrando uma significativa alteração na flexão casual no paradigma de primeira pessoa do plural. Nessa esteira desse raciocínio, seria a variedade urbana culta, a responsável pela produtividade da forma flexionada *nos* no português brasileiro, o que pode também se estender ao uso da forma *conosco*. Além disso, o uso da forma *nós* em funções de complementos verbais e adverbiais parece também figurar ao lado do *a gente* e das formas *nos* e *conosco*. Apresentamos, então, no Quadro 26, a seguinte proposta para o paradigma de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas não cultas no que diz respeito à flexão casual:

Quadro 26 – A flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas não cultas

Os pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas não cultas do PB				
Sujeito		Complementos verbais e adverbiais		
Variante padrão	Variante não padrão	Variante padrão	Variantes não padrão	
nós	a gente	nos, conosco	nós	a gente

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com a discussão estabelecida nas subseções 3.3.1 e 3.3.2, as formas flexionadas do pronome para a primeira pessoa do singular ainda guardam uma grande vitalidade nas variedades urbanas do português brasileiro. De acordo com Galves (2001, p. 130), “a forma *eu* em posição de objeto, possível em certos dialetos, é extremamente estigmatizada na norma culta”. Esse aspecto parece influenciar as variedades semicultas e populares urbanas, se considerarmos que, no português urbano não culto, o paradigma de primeira pessoa do singular permanece preservado.

Para a flexão de caso do paradigma de primeira pessoa do plural, é preciso considerar aspectos distintos para as variedades urbanas. Nas variedades cultas, as formas flexionadas *nos* e *conosco* ainda apresentam vitalidade, enquanto nas variedades urbanas não cultas, o uso do *a gente* em função de complementos verbais e adverbiais apresenta-se como predominante. Quanto ao uso do *nós* em posição de complemento verbal e/ou adverbial, a norma culta tem demonstrado resistência, enquanto, nas variedades urbanas semicultas e populares, é possível observar a realização de algumas ocorrências. Esses aspectos reforçam as evidências para caracterizar o português brasileiro como polarizado, como proposto por Lucchesi (2001, 2002, 2015).

3.4.3 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do singular

A representação do paradigma de segunda pessoa do discurso singular e plural, nas variedades do português brasileiro, sofreu modificações decorrentes da entrada da forma *você*, derivada da expressão nominal *Vossa Mercê*. Essa forma adentra o quadro dos pronomes pessoais como forma de representação da segunda pessoa do discurso plural, o *vós*, e passa a ser

também utilizada como forma de referência à segunda pessoa do singular ao lado da forma canônica *tu*.

No português urbano, a distribuição das variantes de segunda pessoa do singular não ocorre equitativamente. De acordo com a configuração diatópica, sistematizada a partir de dados extraídos do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), a variante *você* apresenta maior percentual de realização em praticamente todas as capitais do país, com exceção de Porto Alegre e Florianópolis. Essa configuração demonstra não somente a distribuição diatópica da forma *você*, mas também a aceitabilidade social dessa variante no português urbano.

Figura 11 – Configuração diatópica das variantes *tu* e *você* nas capitais brasileiras a partir de dados do Projeto ALiB – Carta M02



Fonte: Cardoso et al. (2014, p. 349).

Embora o percentual de realização da variante *você* esteja superando o da variante *tu* no português urbano de um modo geral, o uso da variante inovadora tem tido maior representação entre os falantes das variedades cultas da sociedade. Esse aspecto tem sido demonstrado em estudos realizados sobre a norma culta isoladamente (MONTEIRO, 1996; BABILÔNIA; MARTINS, 2011) ou sobre a norma popular e culta simultaneamente (SANTOS, 2012; NOGUEIRA, 2013; MODESTO, 2006.)

Monteiro (1996) afirma que o processo de generalização da forma *você* “trata-se de um fato provavelmente determinado pela conjugação verbal”. A variante *tu* no PB de um modo geral é empregada com o verbo sem a desinência de segunda pessoa do singular (*tu saiu cedo ontem*), contrariando o uso prescrito pela tradição gramatical. A esse tipo de realização linguística é atribuída uma conotação negativa por parte dos falantes cultos, que cobram (e são cobrados) socialmente o emprego da conjugação verbal tradicional. Não é de estranhar, portanto, que o maior percentual de realização da variante canônica *tu* seja atribuído à fala dos menos escolarizados. Os falantes cultos têm optado pelo emprego do *você* com o verbo na terceira pessoa do singular.

Babilônia e Martins (2011) observaram a variação *tu* e *você* na fala urbana de Manaus a partir de dados do Projeto Fala Manauara Culta (FAMAC). Foram analisados 40 informantes, distribuídos sobre as variáveis *sexo*, *modalidade de gravação* (diálogo entre informantes, diálogo entre informante e documentador e elocuições formais) e *faixa etária*. O resultado geral obtido pelos autores demonstra que, na fala culta manauara, em se tratando da referência à segunda pessoa do discurso, a forma *você*, com 65% de realização, apresenta uma taxa de frequência muito superior ao da forma *tu*, com 35%. Além disso, no estudo realizado na fala culta de Manaus, devemos estar atentos aos resultados obtidos para a variável *modalidade de gravação*, visto que os contextos de maior realização da variante *você* são aqueles de maior formalidade: diálogo entre informante e documentador (96%) e elocuições formais (90,7%). Em contrapartida, o maior percentual de uso do *tu* aparece em contexto de menor formalidade (70,5%).

Na capital Salvador, Nogueira (2013) observa a variação entre as formas *tu* e *você* para os falantes do português culto e popular, a partir de dados do NURC e do PEPP, respectivamente. O resultado obtido para a realização das variantes na capital demonstra um uso equilibrado da variante *você* para essas duas vertentes do português, com uma ligeira predominância no português culto. O maior percentual de uso do *tu* é registrado na fala dos falantes do português popular. Na tabela 04, apresentamos os dados obtidos sobre o *tu* e o *você* na capital Salvador:

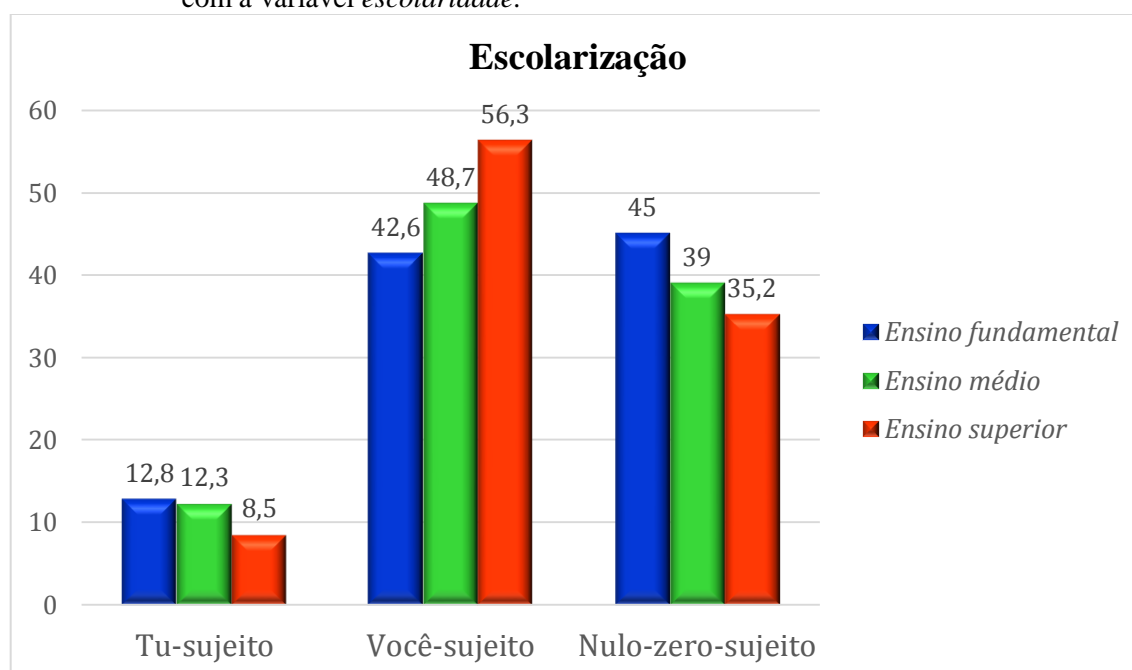
Tabela 10 – Distribuição das variantes *tu* e *você* no português de Salvador

	VOCÊ	TU
Português Culto	1033/1079 = 95,7%	46/1079 = 4,3%
Português Popular	597/634 = 94,2%	37/634 = 8,8%

Fonte: Nogueira (2013, p. 100).

Em estudo realizado na capital do Rio de Janeiro, Santos (2012) observa a variação entre *tu*, *você* e o *objeto nulo*. O resultado geral obtido pelo autor é apresentado levando em consideração os três níveis de escolaridade dos falantes da amostra analisada: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Os dados sistematizados pelo autor aparecem no Gráfico 04:

Gráfico 04 – Distribuição das variantes *tu* e *você* na capital do Rio de Janeiro de acordo com a variável *escolaridade*:



Fonte: Santos (2012, p. 93).

De acordo com o Gráfico 04, a variante *você-sujeito* é a mais utilizada pelos falantes dos três níveis de escolaridade. Observamos, no entanto, que a taxa de frequência de uso dessa variante cresce correlacionado ao nível de escolaridade. Os falantes com ensino fundamental apresentaram um percentual de 42,60% da variante *você*, os do ensino médio, 48,70% e aqueles do ensino superior apresentaram o maior percentual de realização da variante, com 56,30%. De acordo com Santos (2012), em seu estudo, “o *Tu-sujeito* é sempre empregado

com o verbo sem marca de pessoa”, e por isso, “a variante ainda apresenta uma avaliação social negativa entre os mais escolarizados”. Além disso, a autora esclarece:

O fato de ter havido diferença de 4 pontos percentuais produtividade da variante entre os falantes do *corpus* (falantes de nível fundamental e médio com 12% de uso do *Tu*-sujeito contra 8% de uso desta variante entre os falantes de nível superior) talvez possa ser explicado pelo fato de as gravações terem sido realizadas em situações informais, em que o grau de monitoramento do discurso pelos falantes é baixo. (SANTOS, 2012, p. 93)

Modesto (2006) analisa a variação *tu e você* na cidade de Santos³², a partir de 20 inquéritos realizados com informantes do ensino médio e superior. Na Tabela 11, os seus dados também apontam para a predominância da variante *você* entre os falantes com nível superior:

Tabela 11 – Distribuição das variantes *tu* e *você* em Santos de acordo com o nível de escolaridade

Pronomes	Ensino Médio		Ensino Superior	
	Quantidade	Frequência	Quantidade	Frequência
<i>Você</i>	121	59%	355	70%
<i>Tu</i>	82	40%	150	29%
Total	203	99%	505	99%

Fonte: Modesto (2006, p. 85).

Os estudos aqui apresentados sistematizam a variação entre as formas de representação de segunda pessoa em posição de sujeito no português brasileiro urbano. É enorme a quantidade de pesquisas que se debruçam sobre a análise dessa variável linguística, reunimos aqui, no entanto, aquelas que nos permitem observar o fenômeno sob o prisma da polarização do português brasileiro. Diante dos resultados sistematizados, observamos que a variação entre os pronomes *tu e você* em função subjetiva pode reforçar a hipótese da polarização do português brasileiro. Analisando o efeito da variável *escolaridade*, que utilizamos para diferenciar o português culto do popular, observamos que o uso do *você* é generalizado pelas camadas cultas e populares, mas que o uso do *tu* é mais expressivo na fala das camadas populares, sobretudo pelo fato de se apresentar, na maioria das vezes, sem a marca morfológica de segunda pessoa.

³² Santos não é capital, mas foi incluída em nosso estudo por se destacar como uma importante cidade paulista.

Em relação à flexão de caso do paradigma de segunda pessoa, a inserção da forma *você* no quadro dos pronomes pessoais não promoveu o desaparecimento da forma canônica *tu e* nem o das suas formas oblíquas correspondentes – *te, ti e contigo*. É desencadeada, no entanto, uma reorganização do quadro dos pronomes pessoais de um modo geral e no paradigma de segunda pessoa, em particular. No plano dessas reconfigurações em relação à segunda pessoa do discurso, três aspectos merecem destaque:

- (i) a combinação da forma *você* com as formas flexionadas do paradigma de segunda pessoa *te, ti e contigo* (65), (66) e (67);

(65) *Você* me deu um presente e eu *te* agradeci.

(66) *Você* me pediu um presente e eu comprei *para ti*.

(67) *Você* me convidou para sair e eu aceitei sair *contigo*.

- (ii) a concorrência da forma *você* com os pronomes flexionados de segunda pessoa em funções de complementos verbais e adverbiais (68), (69) e (70);

(68) João *te* viu no cinema ontem.

(69) João *lhe* viu no cinema ontem.

(70) João viu *você* no cinema ontem.

- (iii) a correlação da forma *você* com formas oblíquas do paradigma de terceira pessoa *o(s), a(s)* (71) e *lhe(s)* (72).

(71) *Você* me viu na praia, mas eu não *o/a* vi.

(72) *Você* me viu na praia, mas eu não *lhe* vi.

Embora esta tese tenha como objeto de estudo o texto falado, trazemos à tona também dados de estudos diacrônicos para a discussão sobre o paradigma de segunda pessoa do discurso. Esses estudos, realizados a partir de cartas pessoais, destacam-se por abordar diretamente o comportamento das formas flexionadas do paradigma de segunda pessoa após a entrada da forma pronominal *você*.

Dentre esses estudos, destacamos, primeiramente, o de Lopes e Cavalcante (2011), desenvolvido sobre cartas pessoais escritas entre o final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro. As autoras buscam investigar, de um modo geral, se no referido período era possível identificar “vestígios” das diferenças sistematizadas atualmente sobre o quadro pronominal brasileiro. E, dentre as questões particulares, buscam responder “*Que formas alternantes de 2ª pessoa com função acusativa, dativa e oblíqua conviviam em fins do século XIX e no início do XX?*” (LOPES; CAVALCANTE, 2011, p.32).

A resposta a essa questão traz, de certo modo, um panorama de como a regularidade do paradigma flexional de caso da segunda pessoa, em que apenas formas oblíquas atuavam na função de complementos verbais, foi sendo atingida. Isso porque foi encontrada, nos textos estudados, para as funções de acusativo, dativo e oblíquo, além das formas flexionadas, a nova forma pronominal *você* (com ou sem preposição), as formas flexionadas de terceira pessoa (*lhe, o/a*) e a estratégia com o *objeto nulo*. No Quadro 17, apresentamos a sistematização das autoras:

Quadro 27 – Estratégias de realização do complemento verbal em cartas escritas no final do século XIX e início do século XX no Rio de Janeiro

Acusativo	Dativo	Oblíquo
te ~ você ~ Ø ~ o/a	te ~ prep.+ você ~ Ø ~ lhe	prep. + você ~ prep. + ti ~ contigo

Fonte: Adaptado de Lopes e Cavalcante (2011, p.35).

Uma vez delimitadas as variantes para análise de referenciação à segunda pessoa nas funções de complementos verbais e adverbiais, as autoras procedem à análise dos dados. No total, foram computadas 360 ocorrências. Aparece como estratégia predominante a forma flexionada *te*, com 209 ocorrências, correspondente à frequência de 58%. Essa forma ocorre predominantemente tanto na função de objeto direto (89%) quanto na de indireto (56%). Segundo as autoras, a segunda estratégia com maior frequência é o *objeto nulo*, correspondendo a 12%, sobretudo na função de dativo (43 dados – 21%). Para as funções de complemento oblíquo, destaca-se a forma pronominal *você* acompanhada de preposição, em detrimento das formas flexionadas canônicas *ti* e *contigo*.

Souza e Oliveira (2013), também analisando cartas dos séculos XIX e XX de famílias do Rio de Janeiro, observaram as formas de realização da segunda pessoa do singular nas funções

acusativas e dativas. Em ambas as funções, ocorre a predominância da forma clítica *te*. Para a função acusativa, foram computados, de um modo geral, 181 dados, dos quais 160 (88%) correspondem ao pronome flexionado *te*; as outras estratégias (*você* ~ *lhe/ o/a* e \emptyset) apresentaram frequência inferior a 5%. (*lhe* – 2,2%, *você* – 3,9%, \emptyset – 1,7% e *o/a* – 3,9%). Para a função dativa, de 221 dados, a forma flexionada *te* (182) correspondeu a 82% dos dados; as demais estratégias (*lhe*, *prep.+ti*, *prep.+você*, *dativo nulo*) “individualmente, não ultrapassam a marca dos 10% e totalizam, juntas, 18%” (SOUZA; OLIVEIRA. 2013, p. 114).

Como o nosso objetivo é avaliar a variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes, abaixo sistematizamos, a partir desses estudos em perspectiva diacrônica, alguns aspectos comuns aos dois estudos diretamente relacionados à flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular entre o final do século XIX e início do século XX: (i) a forma canônica *te*, tanto na função acusativa quanto dativa, manteve-se com alta taxa de realização durante o período em que a forma *você* vai sendo implementada no paradigma de segunda pessoa do discurso; (ii) as formas *ti* e *contigo*, nos *corpora* estudados, não apresentam frequência significativa; (iii) em relação à forma flexionada inovadora *lhe*, também foram constatados poucos dados.

Em estudos de caráter sincrônico sobre o paradigma de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas cultas e não cultas, observamos que, apesar da concorrência com o pronome *você*, a forma *te* mantém a produtividade alta, de modo semelhante ao que observamos para os estudos diacrônicos aqui discutidos. A diferença parece estar relacionada ao avanço da forma flexionada *lhe*, que, nos estudos sobre *corpus* dos séculos XIX e XX, apresenta poucos dados.

Arruda (2006), em estudo sobre as variedades urbanas cultas, a partir de dados do Projeto NURC, aponta quatro estratégias utilizadas pelos falantes para a referência à segunda pessoa do discurso em função de objeto: *te*, *lhe*, *você* e *a senhora*. No *corpus* analisado, foi encontrado um total de 20 ocorrências, cuja distribuição se encontra na Tabela 12:

Tabela 12 – Estratégias de realização do objeto direto de segunda pessoa nas variedades cultas urbanas

Estratégias de referência à segunda pessoa	Nº de Ocorrências
te	4
lhe	10
você	4
a senhora	2
TOTAL	20

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda com a constatação de poucas ocorrências, para o paradigma de segunda pessoa do discurso, os dados trazidos pelo autor demonstram que as formas flexionadas (*te* e *lhe*) apresentam número superior ao das outras formas (*você* e *a senhora*), totalizando 14 ocorrências. Esses dados podem, ainda que timidamente, demonstrar a preferência dos falantes urbanos cultos pelas formas flexionadas do paradigma de segunda pessoa do discurso, pois, conforme assinala Monteiro, “[...] as alterações sofridas no esquema do chamado caso reto se refletem no caso oblíquo[...]. Mas são ainda os clíticos que, na norma culta, continuam a aparecer mais em função de complemento verbal.” (MONTEIRO, 1996, p. 24).

Em estudo sobre o paradigma pronominal de segunda pessoa nas variedades cultas e não cultas (ensino médio) da cidade de Santos, em São Paulo, Modesto constatou a supremacia da forma *você* em função subjetiva: 476 ocorrências da forma *você* (67%) e 232 da forma *tu* (32%). Particularizando a análise, o autor contrapõe a frequência das variantes em funções subjetivas e objetivas, obtendo os resultados exibidos na Tabela 13:

Tabela 13 – Distribuição das variantes *tu* e *você* na cidade de Santos em funções subjetivas e objetivas

Pronomes	Função Subjetiva		Função objetiva	
	Ocorrências	Frequência	Ocorrências	Frequência
Você	440	71%	36	39%
Tu	177	28%	55	60%
Total	617	99%	91	99%

Fonte: Adaptado de Modesto (2006, p.85).

É possível observar, a partir da leitura da Tabela 13, que, nas variedades urbanas em estudo, em funções objetivas, decresce o uso da forma pronominal *você* e amplia-se a preferência pelo uso das formas flexionadas do paradigma de *tu*. No estudo de Modesto (2006), os dados

apontados para a função objetiva são referentes apenas à forma flexionada *te* (60%)³³. Para o autor, “a alta probabilidade da forma *te* na cidade de Santos evidencia uma situação que ocorre em outras regiões do Brasil: a sobrevivência da forma objetiva de segunda pessoa do singular”. (MODESTO, 2006, p. 99).

De igual modo, a variante pronominal *te*, com 314 ocorrências, apresenta-se como bastante produtividade nas variedades urbanas não cultas (ensino médio e primário) de três capitais da região Sul (Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre), conforme dados sistematizados por Dalto (2002) em estudo sobre os pronomes-objetos de primeira e segunda pessoa (cf. Tabela 14):

Tabela 14 – Estratégias de realização do objeto de segunda pessoa do singular em três capitais da região Sul

Pronome-objeto de 2ª pessoa	Localidade		
	FLP	CTB	POA
<i>te</i>	77	121	116
<i>você</i>	-	3	-
<i>vocês</i>	-	-	4
<i>a senhora</i>	1	-	1
<i>lhe</i>	12	4	6
<i>pra ti</i>	29	-	10
<i>a vocês</i>	-	1	-
<i>pra você</i>	5	38	-
<i>pra vocês</i>	3	4	4
<i>pra senhora</i>	1	1	-
Ø (2ª p)	29	24	23
Total	157	196	164

Fonte: Dalto (2002, p.95)

Observamos também, na Tabela 14, que, nas variedades urbanas estudadas, as formas flexionadas dos pronomes apresentam-se em número bastante superior às demais estratégias – as formas lexicais (*você* e *a senhora*) e o *objeto nulo*. O conjunto das formas flexionadas do paradigma de segunda pessoa (*te*, *lhe*, *ti*) totalizam 375 ocorrências, enquanto o uso da forma *você* corresponde a 46 ocorrências, entre formas preposicionadas e não preposicionadas.

³³ De acordo com Modesto (2006, p.98), houve apenas uma ocorrência com a forma *ti*: “[...] então eu vou disponibilizar... a minha apostila... pra ti... [...]”. Em relação à forma pronominal *contigo*, o autor não tece consideração.

Almeida (2009) analisa as formas de referenciação à segunda pessoa no português culto e popular de Salvador, considerando as seguintes variantes: *te*, *lhe*, *você* e *o objeto nulo*. Os resultados obtidos pela a autora podem ser visualizados na Tabela 15:

Tabela 15 – Estratégias de realização do objeto de segunda pessoa na capital Salvador

Variantes	Ocorrências	%
lhe	251	37
te	247	36
objeto nulo	141	21
você	43	6
Total	682	100

Fonte: Almeida (2009, p.128).

Os resultados listados na Tabela 09 demonstram que a capital Salvador segue a tendência apontada pelos estudos sobre o português urbano, no que se refere ao paradigma de segunda pessoa do singular. Na fala soteropolitana, é constatada também uma supremacia das formas flexionadas *te* e *lhe* sobre as demais variantes. De um total de 682 dados para as formas de representação de segunda pessoa em posição de complemento verbal, 251 correspondem à forma *lhe* e 247 representam a forma *te*. O estudo demonstra, portanto, a expressiva concorrência das formas flexionadas do paradigma de segunda pessoa na fala da capital Salvador.

Além de uma expressiva atuação na capital baiana, as formas flexionadas *te* e *lhe* exibem uma distribuição equilibrada tanto no português culto quanto no popular (ALMEIDA, 2009). De um total de 251 ocorrências do pronome *te*, 129 correspondem ao português culto e 118 ao popular. Em relação ao *lhe*, de um total de 247 ocorrências, 139 foram registradas nas amostras dos falantes cultos e 112 nas amostras dos falantes do português popular. Sobre esse aspecto, Almeida (2009, p. 168) declara: “Não é possível dizer [...] que haja influência da escolarização sobre o uso de *lhe*, visto que essa variante está presente entre os falantes dos dois níveis de escolaridade com índices bem próximos em todas as faixas de idade”.

Diante do exposto nesta subseção, compreendemos que a propriedade da flexão casual da segunda pessoa do singular foi alterada com a entrada da forma *você* nas variedades urbanas de um modo geral. No entanto, conforme demonstram os estudos selecionados para esta subseção, as formas flexionadas do pronome (*te* e *lhe*) apresentam os maiores percentuais de

uso para os falantes das variedades urbanas. Desse modo, para a flexão de caso de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas, podemos formular um quadro único (cf. Quadro 28):

Quadro 28 – A flexão de caso dos pronomes de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas do PB

Os pronomes de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas do PB				
Sujeito		Complementos verbais e adverbiais		
Variante padrão	Variante não padrão	Variante padrão	Variantes não padrão	
tu	você	te, ti, contigo	lhe	você

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4.4 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do plural

A forma *você* repercutiu tanto sobre o paradigma de segunda pessoa do singular quanto do plural. Essa repercussão deu-se de maneira distinta. Conforme observamos na subseção 3.3.3, a entrada da forma *você* no paradigma de segunda pessoa do singular não promoveu o desaparecimento da forma do caso reto – o *tu* – e das formas do caso oblíquo – *te*, *ti* e *contigo*. No entanto, ocorre no paradigma de segunda pessoa do plural uma modificação muito mais intensa: o desaparecimento do pronome *vós* e o das suas formas flexionadas correspondentes – *vos* e *convosco*. Dessa forma, o paradigma de segunda pessoa do plural (cf. (73a), (74a), (75a) e (76a)) passou a ser constituído categoricamente pelo uso da forma pronominal *vocês* em todas as vertentes do português brasileiro (cf. (73b), (74b), (75b) e (76b)).

(73) a. Ides [*vós*] ao teatro?

b. *Vocês* vão ao teatro?

(74) a. Eu vi-*vos* no teatro.

b. Eu vi *vocês* no teatro.

(75) a. João disse-*vos* a verdade.

b. João disse a verdade a *vocês*.

- (76) a. Quero sair *convosco*
 b. Quero sair com *vocês*.

No Quadro 29, sistematizamos o paradigma de segunda pessoa do singular nas variedades urbanas:

Quadro 29 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do plural nas variedades urbanas

Os pronomes de primeira pessoa do plural nas variedades urbanas do PB	
Sujeito	Complementos verbais e adverbiais
vocês	vocês

Fonte: Elaborado pela autora.

3.4.5 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de terceira pessoa do singular e plural

Os processos de variação e mudança no sistema pronominal brasileiro atingiram também o paradigma dos pronomes de terceira pessoa. Diferentemente dos paradigmas de primeira e segunda pessoa, os de terceira não compartilham com nenhuma outra forma a representação das funções subjetivas. Esse aspecto, no entanto, não impediu que as formas flexionadas desse paradigma fossem afetadas pelo processo de reestruturação do sistema pronominal, com a redução da morfologia flexional de caso.

Essa redução da propriedade da flexão casual no paradigma inicia-se com o uso, cada vez mais raro das formas destinadas à representação do caso acusativo – *o(s)/a(s)* (cf. (77)). A representação do acusativo tem sido realizada através de outras estratégias, tais como: o *pronome lexical (ele)*, o *SN anafórico* e o *objeto nulo* (DUARTE, 1989), conforme os exemplos (78), (79) e (80), respectivamente:

- (77) João procurou Maria, mas não **a** viu.
 (78) João procurou Maria, mas não viu **ela**.
 (79) João procurou Maria, mas não viu **a sua amiga**.
 (80) João procurou Maria, mas não viu \emptyset .

Duarte (1989) desenvolveu um estudo sobre o objeto direto anafórico de terceira pessoa, a partir da recolha de amostras de fala de 50 paulistanos e de falas gravadas para programas televisivos. O resultado obtido pela autora configurou-se da seguinte forma: 62,6% de categoria vazia; 17,1% de SN anafórico; 15,4% de pronome lexical e 4,9% de clíticos acusativos. Diante desses resultados, Duarte aponta para a extinção das formas flexionadas acusativas de terceira pessoa. De acordo com a autora, na fala dos jovens de 15 a 17 anos, há ausência dessas formas. No entanto, nas faixas etárias em que foi registrada a sua realização, parece haver uma associação direta entre o uso das formas flexionadas acusativas (*o, a*) e o nível de escolaridade do falante – quanto maior o nível de escolaridade, maior a possibilidade de realização do clítico. Em relação ao uso da estratégia com pronome lexical, Duarte aponta o caminho inverso: maior frequência na fala dos jovens (23,5%) e inversamente proporcional à escolaridade e à faixa etária.

Em seu estudo, Duarte (1989) aponta para a preferência do clítico em todas as faixas etárias, o que, segundo a autora, sugere a implementação dessa variante no sistema linguístico. A preferência pela categoria vazia, de acordo com a autora, é uma estratégia de fuga ao emprego do clítico, que pode denotar certo pedantismo por parte do falante, e da variante com o pronome lexical, cujo uso é condenado pela tradição gramatical e estigmatizado socialmente.

Monteiro (1994), com dados do *Projeto NURC*, atesta que, na norma urbana culta, é possível verificar o que já havia sinalizado Duarte (1989): queda do clítico e subida da categoria vazia. Em relação ao uso do pronome lexical, o autor sinaliza que “o fato se generalizou não apenas na fala popular do Brasil, mas também na norma culta oral, o que tem tornado inoperante neste ponto todo o esforço do ensino escolar de língua materna.” (MONTEIRO, 1994, p.67).

Monteiro aponta uma relação direta entre as estratégias de realização do objeto direto anafórico e os condicionamentos das variáveis sociais e/ou estilísticas. Segundo o autor,

As investigações sobre as formas de atualização do objeto direto anafórico não se restringem aos aspectos linguísticos que o problema envolve. Elas se voltam igualmente para a análise dos condicionamentos sociais, que nesse caso devem ter uma importância decisiva, sobretudo porque o uso de *ele* em função acusativa é acoimado de erro pelas gramáticas normativas. Uma hipótese plausível é, pois, a de que esta prática seja menor em certos níveis ou situações sociais, quando então deve crescer a incidência do objeto nulo (MONTEIRO, 1994, p. 31).

Em seu estudo, essa hipótese é confirmada pelos resultados obtidos com a variável *tipo de registro* (formal ou informal), conforme Tabela 16:

Tabela 16 – Estratégias de realização do objeto direto anafórico de terceira pessoa de acordo com a variável *registro*.

Registro	Objeto direto	Clítico acusativo	Pronome <i>ele</i>	Objeto nulo
Formal (EF)		29	1	70
Informal (DID)		8	3	89
TOTAL		11	3	86

Fonte: Monteiro (1994, p. 33).

De acordo com esses resultados, para as variedades urbanas cultas estudadas, podemos sistematizar três aspectos: (i) a preferência pelo objeto nulo tanto no registro formal quanto no informal; (ii) a baixa ocorrência da variante com o pronome lexical na modalidade culta; (iv) o contexto formal como provável favorecedor do uso (restrito) do clítico acusativo. Sobre esse resultado, Monteiro (1994, p. 33) declara:

Julgamos fácil apontar uma justificativa. É que, à medida que cresce o grau de tensão na linguagem culta, mais intensa deve ser a preocupação com o uso dos clíticos, em consonância com as prescrições da gramática. Ou, de outro modo, o registro formal tende a respeitar o conservadorismo nas estruturas lingüísticas muito mais do que a fala espontânea. Ou, se quisermos, o intuito de maior clareza se dá preferencialmente numa linguagem mais cuidada.

Em estudo realizado recentemente sobre a variedade urbana culta de Salvador, a partir de dados do *Projeto NURC*, Neiva (2007) obteve resultados semelhantes àqueles apontados por Duarte, no que diz respeito ao uso do clítico acusativo (4,2%), que corresponde a 21 ocorrências de um total de 487. As demais estratégias apresentaram os seguintes percentuais: *categoria vazia* (59%), *SN anafórico* (34,4%); *pronome lexical* (4,2%). Desse modo, Neiva (2007), reforçando as ideias de Duarte e Monteiro, conclui que, na norma urbana culta de Salvador, “os falantes desviam-se da opção entre o clítico e pronome lexical, adotando a categoria vazia e os SNs anafóricos como estratégias de esquiva” (NEIVA, 2007, p. 74).

Em relação à variável tipo de registro, os dados obtidos por Neiva (2007) assemelham-se aos de Monteiro (1994), no que se refere ao uso do clítico. Quanto maior o grau de formalidade do discurso, maior probabilidade de uso do clítico. Em seu estudo, a autora observa ainda a

relação entre as décadas de 70 e 90 e o resultado torna-se importante na medida em que aponta a queda do clítico e a subida da categoria vazia na norma urbana culta. Esses dados reforçam o que já havia sinalizado Duarte (1989, p. 19):

[...] o português falado no Brasil tende, com frequência cada vez maior, a substituir o clítico acusativo de 3ª pessoa por um pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), por SNs anafóricos (forma plena do SN conferente com outro SN previamente mencionado) ou por uma categoria vazia (objeto nulo).

Uma análise sobre as estratégias de realização do objeto direto levando em consideração a comparação entre o português culto e popular de Salvador foi realizada recentemente por Luz (2009). Em seus resultados, observamos que os dados relacionados aos falantes cultos de Salvador seguem a tendência dos estudos aqui apontados: a preferência pela estratégia com o objeto nulo (64%). Em relação aos dados do português urbano não culto, observamos dados semelhantes aos encontrados por Duarte (1989): quanto menor o grau de escolaridade do falante, maior percentual de realização da estratégia com o pronome lexical. Os dados do estudo de Luz (2009) podem ser confirmados na Tabela 17:

Tabela 17 – Estratégias de realização do objeto direto de terceira pessoa na variedade urbana de Salvador de acordo com a variável *escolaridade*

	Nível Superior	Ensino Médio	Ensino Fundamental
Objeto Nulo	371/584 64%	443/640 69%	404/778 52%
Pronome Lexical	25/584 4%	91/640 14%	214/778 28%
SN anafórico	178/584 30%	101/640 16%	154/778 20%
Clítico	10/584 2%	05/640 1%	06/778 1%

Fonte: Luz (2009, p.99).

A reestruturação do paradigma de terceira pessoa atingiu também as formas dativas. Isso porque o *lhe* como representante do dativo de terceira pessoa, praticamente desapareceu da língua oral, mantendo-se restrito, com essa função, à modalidade escrita e/ou a situações muito formais. No português brasileiro falado, o *lhe* costuma ser empregado, conforme sinalizado na subseção 3.3.3, com referência à segunda pessoa do discurso tanto na função acusativa quanto dativa.

Berlinck (1996), a partir de observação da norma urbana culta, com dados de fala de jovens curitibanos universitários, observou o uso das formas flexionadas dativas de primeira, segunda e terceira pessoa. Os resultados apontaram para a seguinte distribuição: 83% para a primeira pessoa, 78% de segunda e 3% de terceira pessoa. De acordo com esses dados, é possível observar, portanto, que as formas flexionadas dativas de terceira pessoa são as menos produtivas no português brasileiro, o que leva a autora a concluir que “se há uma tendência ao desaparecimento do clítico dativo, esse processo parece afetar essencialmente a referência de 3ª pessoa” (BERLINCK, 1996, p.2). O clítico dativo de terceira pessoa (cf. (81)), assim como os clíticos acusativos, tem sido representado por outras estratégias, como o *sintagma preposicionado* (*prep. + pronome lexical*) e o *apagamento do objeto indireto*, conforme observamos nos exemplos (82) e (83):

(81) João encontrou Maria e **lhe** deu um livro

(82) João encontrou Maria e deu um livro a/para **ela**.

(83) João encontrou Maria e deu um livro **∅**.

Berlinck (1997), em estudo posterior, com base na mesma amostra, observando as três estratégias descritas acima, obteve: 71% de dativo nulo; 28% de SP e 1º de *lhe* (apenas 1 ocorrência para esta variante). Berlinck (1999), contrapondo dados do século XIX (peças teatrais de Martins Pena e Simões Lopes Neto) e XX (entrevistas de jovens curitibanos e amostras de fala do PEUL), observou que o dativo anafórico apresentou um alto índice de realização no século XIX, diferentemente do que se observou para o século XX, quando é registrado o alto índice de realização do objeto nulo.

Em estudo mais recente sobre o objeto indireto no português culto, destacamos o trabalho de Dantas (2007), realizado sobre o português culto de Fortaleza. Observando as três estratégias para a realização do objeto indireto de terceira pessoa, foram obtidos os seguintes resultados: 90,8% de objeto nulo, 8,97% de anafórico, 0,23% de clítico *lhe*. Os resultados de Dantas reforçam, portanto, os aspectos sinalizados por Berlinck em estudos anteriores (1996, 1997, 1999): o alto índice percentual do objeto indireto nulo e os vestígios da forma flexionada dativa de terceira pessoa.

Silveira (2000), em estudo sobre o objeto indireto na variedade de Florianópolis, a partir do *corpus* do VARSUL, português urbano não culto, avalia a variação entre o uso do clítico e do

pronome tônico de todas as pessoas do discurso. A autora observa que os clíticos de terceira pessoa praticamente não são usados (PR.09), diferentemente do que ocorre com os de primeira (PR.80) e segunda pessoa (PR.95). Sobre esse aspecto, a autora declara:

[...] quando o dativo se realiza na forma de clítico, verifica-se que tal realização privilegia a primeira e segunda pessoas do discurso. Quanto à terceira pessoa, o dativo se realiza, quase categoricamente, na forma tônica, evidenciando assim o desaparecimento dos clíticos de terceira pessoa no sistema dessa língua. (SILVEIRA, 2000, p. 193)

A partir da discussão estabelecida nesta seção, sistematizamos os Quadros 30 e 31 para o paradigma de terceira pessoa do singular e plural nas variedades urbanas cultas e não cultas:

Quadro 30 – A flexão casual dos pronomes de terceira pessoa nas variedades urbanas cultas

Os pronomes de terceira pessoa do singular e plural nas variedades urbanas cultas do PB		
Sujeito	Complementos verbais e adverbiais	
Variante padrão	Variante padrão	Variante não padrão
ele (as)	o(s), a(s), lhe(s)	ele(as)

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 31 – A flexão casual dos pronomes de terceira pessoa nas variedades urbanas não cultas

Os pronomes de terceira pessoa do singular e plural nas variedades urbanas cultas do PB		
Sujeito	Complementos verbais e adverbiais	
Variante padrão	Variante padrão	Variante não padrão
ele (as)	ele(as)	ele(as)

Fonte: Elaborado pela autora.

Após a abordagem do fenômeno da flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades urbanas cultas, considerando a realidade linguística polarizada do português brasileiro, na seção 3.5, apresentamos uma síntese dos principais aspectos aqui discutidos.

3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo comportou uma revisão teórica sobre o fenômeno variável em estudo – a flexão de caso dos pronomes pessoais. Iniciamos a revisão com a abordagem do fenômeno na língua latina (cf. seção 3.1), que apresentava, no período clássico, seis casos morfológicos: o nominativo, o acusativo, o dativo, o vocativo e o ablativo. Observamos que, na passagem do

latim clássico ao vulgar, ocorreu uma redução do sistema da morfologia flexional de caso de nomes e pronomes, restando apenas três dos seis casos latinos: o nominativo, o acusativo e o dativo. Essa redução é percebida por alguns autores, a exemplo de Maurer (1962), Väänänen (1968), Coutinho (1978) e Ilari (2006), como resultante de processos inerentes ao sistema linguístico, como a neutralização de alguns casos existentes desde o latim clássico e mudanças fonéticas processadas durante a passagem para o latim vulgar, conformes observamos na seção 3.1. Em outro polo, no entanto, apresentamos a posição de Mattos e Silva (2011), para quem a redução da flexão casual no latim vulgar e a sua diferenciação em línguas românicas é resultante dos contatos linguísticos que se estabeleceram durante a romanização. Compartilhamos da segunda posição.

Na seção 3.2, confrontamos a abordagem tradicional àquelas desenvolvidas por estudos linguísticos. A tradição apresenta um quadro pronominal ainda pautado nos modelos herdados da tradição latina, com a divisão em três pessoas do discurso e a distribuição por casos: o caso reto e o caso oblíquo. Considerando as discussões sistematizadas por Benveniste (2005), Câmara Jr. (2001), Monteiro (1994), constatamos que as formas *ele(ela)*, consideradas como terceira pessoa pela tradição, possuem natureza distinta daquela apresentada pelos pronomes de primeira e segunda pessoa. Discutimos também na seção 3.2 a noção de “caso” atribuída aos pronomes pessoais. Nessa discussão, percebemos que alguns autores, a exemplo de Câmara Jr. (2004) e Monteiro (1994) não admitem falar em “flexão casual” para a classe dos pronomes, visto que não se contempla a marcação de caso mediante desinências morfológicas.

Para além das discussões estabelecidas para as noções de “pessoa” e “caso”, na seção 3.2, discutimos o quadro pronominal veiculado nas gramáticas tradicionais. Ao comparar o quadro estabelecido pela tradição aos sistematizados para o sistema pronominal do PB em estudos linguísticos recentes (CARVALHO, 2008; CASTILHO, 2010), observamos que a tradição apresenta um quadro pronominal distante da realidade linguística brasileira por não comportar os processos de variação e mudança que têm afetado o paradigma pronominal e por não refletir, sobretudo, “a perda da diferenciação casual sistemática dos pronomes” (GALVES, 2001). Dessa maneira, permanece, nas gramáticas normativas, um quadro pronominal com uma flexão casual extremamente preservada, diferentemente do que observamos na descrição dos quadros pronominais estabelecidos para o português falado no Brasil.

Ainda na seção 3.2, observamos que os quadros pronominais apresentados para o PB, a exemplo do de Castilho (2010) e Carvalho (2008), apesar de refletirem os processos de variação e mudança que atingem o sistema pronominal, não consideram o cenário de polarização sociolinguística que caracteriza o português brasileiro (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), o que pode gerar a interpretação de que tais mudanças se distribuem de modo semelhante pelas variedades desse português.

Considerando que as normas cultas e populares do português brasileiro constituíram-se através de condições sócio-históricas distintas, chamamos atenção para o fato de que a alteração na flexão casual dos pronomes pessoais no português popular está diretamente associada ao contato entre línguas que processou nas origens do PB. Nesse sentido, antes de promover a discussão sobre o fenômeno em estudo no PB, estabelecemos uma pausa para apreciar o fenômeno nas línguas crioulas de base lexical portuguesa. Nessas línguas, originadas em contextos semelhantes ao das variedades populares do PB, a flexão de caso dos pronomes pessoais foi totalmente eliminada, de modo que as funções subjetivas e objetivas são representadas pelas mesmas formas pronominais. Essa correlação é importante para demonstrar que a redução da flexão casual com as formas essencialmente pronominais nas variedades populares (cf. seção 4.1) “coloca de forma irrefutável a necessidade de se pensar em um processo de mudança lingüística com determinações sociais muito mais amplas e profundas.” (MENDES; LUCCHESI, 2009. p. 486).

Na seção 3.4, estabelecemos a discussão sobre a flexão casual das variedades do português brasileiro, sob a perspectiva da polarização sociolinguística, e buscamos demonstrar o comportamento da flexão casual nos paradigmas de todas as pessoas do discurso, a partir da comparação de dados das variedades urbanas cultas e não cultas (semicultas e populares). Nesta seção, buscamos reunir os dados necessários para compreender o comportamento da flexão casual no português brasileiro nas variedades urbanas e avaliar a interferência do fator urbanização no fenômeno em estudo para as variedades populares.

De acordo com os dados sistematizados na seção 3.4, destacamos os seguintes aspectos:

a) Flexão de caso para o paradigma de primeira pessoa do singular e plural

- (i) **1ª pessoa do singular:** a flexão de caso do paradigma de primeira pessoa do singular mantém-se praticamente inalterada tanto para as variedades urbanas cultas quanto para as não cultas. Apenas foram observadas, no estudo de Dalto (2002), ocorrências isoladas (6 ocorrências) da forma *eu* em posição de complemento verbal;
- (ii) **1ª pessoa do plural:** a flexão de caso do paradigma de primeira pessoa do plural foi afetada pela entrada da forma pronominal *a gente*. Essa forma, tanto na norma culta quanto nas semi-cultas e populares urbanas, atua na posição de sujeito e complementos verbais e adverbiais. No entanto, na norma urbana culta, as formas flexionadas *nos* e *conosco* mantém-se com produtivas (ARRUDA, 2006; PINHO 2012), diferentemente do que ocorre nas normas populares urbanas, nas quais a forma *a gente* predomina nas funções não subjetivas (DALTO, 2002). Nas variedades urbanas populares, são registradas também ocorrências com a forma não flexionada *nós* em função de complemento verbal e adverbial (DALTO, 2002; PINHO 2012);

b) Flexão de caso para o paradigma de segunda pessoa do singular e plural

- (i) **2ª pessoa do singular:** a flexão de caso do paradigma de segunda pessoa do singular foi bastante afetada com a entrada da forma *você* na pauta dos pronomes pessoais, inclusive na modalidade escrita da língua, conforme pudemos observar através dos dados sistematizados em estudos diacrônicos (LOPES; CAVALCANTE, 2011; SOUZA; OLIVEIRA, 2013). No singular, a forma *você* co-ocorre, nas funções de complementos e adjuntos adverbiais, com as formas flexionadas *te* e *lhe* de um modo geral. No entanto, conforme observamos na subseção 3.4.3, as formas flexionadas *te* e *lhe* apresentam alta produtividade tanto no português urbano culto (ARRUDA, 2006; MODESTO, 2006; ALMEIDA, 2009) quanto no português urbano popular (DALTO, 2002; ALMEIDA, 2009).
- (ii) **2ª pessoa do plural:** a flexão de caso foi eliminada com a substituição plena do antigo pronome *vós* pela forma atual *vocês*, que é usada categoricamente nas funções de sujeito, complementos e adjuntos adverbiais.

c) **Flexão de caso para o paradigma de terceira pessoa do singular e plural**

- (i) **3ª pessoa do singular e plural:** as formas flexionadas de terceira pessoa *o(s)*, *a(s)* e *lhe(s)*, apresentam baixos percentuais de realização nas variedades urbanas cultas e têm sido utilizadas em contextos de maior formalidade. Dentre as estratégias utilizadas pelos falantes cultos para evitar o uso das formas flexionadas (objeto nulo, SN/SP anafórico, pronome lexical), tem predominado a *categoria vazia* (DUARTE, 1989; MONTEIRO, 1994; NEIVA, 2007; LUZ, 2009), seguida da estratégia com o SN e/ou SP anafórico. Os falantes não cultos também têm optado, preferencialmente, pelo apagamento do objeto de terceira pessoa. No entanto, para as variedades não cultas, as formas flexionadas praticamente não são usadas, sendo registrado o percentual em torno de 1%, e aumentam os índices de realização da estratégia com o pronome lexical (cf. subseção 3.3.5), diferentemente do português culto.

A partir das ressalvas aqui apontadas sobre a flexão casual para do paradigma de cada pessoa do discurso nas variedades urbanas, sistematizamos o Quadro 32, considerando a realidade linguística polarizada do PB:

Quadro 32 – A flexão de caso dos pronomes pessoais nas variedades urbanas do português brasileiro sob a perspectiva da polarização sociolinguística – uma proposta

Normas cultas urbanas		Normas populares (e semi-cultas) urbanas	
Sujeito	Complementos verbais e adverbiais	Sujeito	Complementos verbais e adverbiais
eu	me, mim, comigo	eu	me, mim, comigo
eu, você	você, te, lhe, ti, contigo ³⁴	tu, você	você, te, lhe, ti, contigo ³⁵
ele(as)	ele (a) o, a, lhe	ele(as)	ele, ela
vocês	vocês	vocês	vocês
nós, a gente	a gente, nos, conosco	nós, a gente	nós, a gente, nos, conosco
ele(as)	ele(as), os, as, lhes	ele(as)	ele(as)

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁴ O uso do *ti e contigo* foi registrado no quadro para o português urbano culto, neste estudo, considerando os dados do quadro estabelecido por Monteiro em seu estudo sobre o português culto (MONTEIRO, 1994). Os estudos selecionados, nesta tese, para a discussão sobre o português culto falado, não estabelecem a discussão sobre as formas *ti e contigo*, mas somente sobre as formas flexionadas *te e lhe*.

³⁵ O uso do *contigo* não foi atestado para o português urbano não culto nos estudos aqui selecionados, mas suspeitamos do seu uso em variedades urbanas em que predominam o uso da forma *tu*.

A partir da proposta sistematizada no Quadro 32, observamos que a flexão casual, nas variedades urbanas cultas é especialmente atingida nos paradigmas em que foram inseridas as formas de natureza nominal *você e a gente*. Essas formas, inicialmente, integraram-se ao quadro dos pronomes pessoais para representar as funções subjetivas e, posteriormente, passaram a coexistir e concorrer com as formas flexionadas *te e lhe (você)* e *nos e conosco (a gente)* nas funções de complementos verbais e adverbiais. Por outro lado, observamos também a redução da flexão casual no paradigma de terceira pessoa. O pronome *ele(a)(s)*, cuja criação se deu também a partir de formas de natureza nominal – os demonstrativos latinos (cf. subseção 3.1.2) – tem sido empregado em todas as funções sintáticas nas variedades urbanas do PB.

Enquanto nas variedades cultas, apenas as formas de natureza nominal distribuem-se por todas as funções sintáticas, nas variedades populares, essa distribuição compreende até as formas essencialmente pronominais. No Quadro 32, constatamos, por exemplo, o uso da forma *nós* em todas as funções sintáticas, coexistindo ao lado das formas flexionadas *nos* e *conosco*. Nas variedades populares do interior do país, além da forma *nós*, são constatadas também realizações com as formas *eu* e *tu* em funções não subjetivas, configurando uma redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais muito mais intensa (cf. capítulo 4). Nesse sentido, compreendemos que a redução da flexão casual dos pronomes pessoais nas variedades populares não pode ser explicada apenas por elementos de natureza intralinguística, como a entrada das formas nominais *você, a gente* e *ele* na pauta dos pronomes pessoais.

Uma intersecção entre elementos de natureza linguística e social nos parece muito mais elucidativa para a compreensão do fenômeno variável em estudo. Adotamos a hipótese de que a drástica redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais nas variedades populares é resultante de uma polarização sociolinguística, cuja origem se deu durante o processo de constituição sócio-histórica do português brasileiro (cf. capítulo 1). Dessa forma, nesta tese, pretendemos observar: (i) a presença de marcas mais salientes do processo de formação do português popular brasileiro, resultante do contato entre línguas, nas variedades do interior do país; (ii) o comportamento do fenômeno em variedades populares urbanas de médio porte; (iii) e o comportamento do fenômeno em variedades populares urbanas da capital.

Essa discussão será realizada no capítulo 4, a partir de dados recolhidos em amostras de fala do português popular da Bahia. Além disso, no próximo capítulo, pretendemos demonstrar como o fator urbanização é indispensável para diminuir o abismo entre as normas cultas e populares. Isso porque, nas variedades populares urbanas da Bahia, à semelhança das descritas neste capítulo, a redução da propriedade da flexão casual configura-se de modo menos intenso do que nas variedades populares do interior do país, que ainda guardam reflexos mais notáveis do contato entre línguas presente na sua formação histórica (LUCCHESI, 2001, 2009).

CAPÍTULO 4 – A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA: DADOS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS

Neste capítulo, delinearemos o perfil sociolinguístico da flexão casual dos pronomes pessoais no português popular nas variedades populares da Bahia. O capítulo encontra-se subdividido em quatro seções. A seção 4.1 comporta uma análise descritiva do fenômeno nas variedades populares estudadas – a afro-brasileira, as de Santo Antônio de Jesus e Poções, Feira de Santana e de Salvador. Na seção 4.2, a atenção se volta aos resultados quantitativos gerais fornecidos pelo programa de análise estatística Goldvarb. Na seção 4.3, discutimos a flexão de caso dos pronomes pessoais para o paradigma de primeira pessoa do discurso, com a apresentação e discussão das variáveis linguísticas e sociais selecionadas e não selecionadas pelo Goldvarb. Na seção 4.4, procedemos à sistematização dos resultados discutidos no decorrer do capítulo.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DA FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

Esta seção apresenta uma descrição do comportamento da flexão casual dos pronomes pessoais no português popular da Bahia a partir do paradigma de cada pessoa do discurso. A abordagem, para cada pessoa do discurso, tentará demonstrar o desdobramento do fenômeno desde as variedades populares do interior mais isoladas – as comunidades afro-brasileiras – às variedades populares urbanas da capital.

Para isso, em cada subseção, a abordagem é sempre realizada a partir da descrição do fenômeno no português afro-brasileiro, no qual acreditamos ser mais visível a redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais, devido aos reflexos do contato entre línguas que marcou as origens dessas comunidades (cf. capítulo 1). Posterior à descrição da variável em estudo no português afro-brasileiro, estão sistematizados os dados sobre o português popular do interior de cidades de pequeno porte, como Santo Antônio de Jesus e Poções, a fim de observarmos o comportamento do fenômeno em comunidades interioranas não marcadas etnicamente. Os dados referentes ao português urbano de Feira de Santana aparecem posteriormente, apontando o comportamento do fenômeno em uma zona de transição entre a capital Salvador e as variedades do interior. Por fim, os dados referentes à

capital Salvador, a qual supomos ser o centro difusor dos padrões linguísticos urbanos cultos para as variedades do interior do Estado, amenizando as marcas mais salientes do contato que marcou as origens do português popular brasileiro.

A descrição da flexão casual dos pronomes pessoais nas variedades afro-brasileiras e variedades do interior de SAJ e PO será realizada a partir dos dados reunidos nos estudos de Mendes e Lucchesi (2007; 2009) e Mendes (2009), respectivamente. As ideias presentes nesses estudos serão aqui revisitadas e sistematizadas levando também em consideração a reanálise das amostras de fala do português afro-brasileiro e do português do interior para a elaboração desta tese. A análise descritiva da variável em estudo no português popular da comunidade de Feira de Santana e na variedade popular de Salvador, de modo diferente, foi elaborada, exclusivamente, para compor este trabalho.

Esta seção encontra-se organizada em quatro subseções. Na subseção 4.1.1 e 4.1.2 discutimos a flexão no paradigma de primeira pessoa do singular e plural, respectivamente. Na subseção 4.1.3, a discussão se volta para os paradigmas de segunda pessoa do singular e plural. Na subseção 4.1.4, observamos os paradigmas de terceira pessoa do singular e plural. À medida que a discussão for estabelecida, além da observação do comportamento do fenômeno do português popular da Bahia, resgataremos os aspectos discutidos sobre o fenômeno no português brasileiro de um modo geral.

4.1.1 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular

A flexão de caso dos pronomes pessoais do paradigma de primeira pessoa do singular no português urbano culto e popular, conforme discussão estabelecida na seção 3.4.1, tem se mantido preservada, mesmo com todos os processos de variação e mudança que afetaram o quadro pronominal do português brasileiro. No português popular da Bahia, o comportamento da flexão casual do paradigma de primeira pessoa do discurso não é uniforme. No português afro-brasileiro (PAF) e no português popular do interior (PPI), observamos uma redução da flexão casual nesse paradigma. Diferentemente, no português popular de Feira de Santana (PPF) e no português popular de Salvador (PPS), o paradigma se mostra mais resistente à redução da flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do singular.

Os pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no PAF, segundo Mendes e Lucchesi (2007; 2009), apresentam uma significativa redução da flexão casual. Nesse paradigma, a forma pronominal *eu* – tradicionalmente subjetiva – encontra-se em variação com as formas oblíquas nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. Na função de objeto direto (OD), a variação se dá entre a forma *eu* e o clítico *me*, como demonstram os exemplos (84a), (84b), (84c) e (84d). Nas funções de complemento oblíquo (OBL), a forma do caso reto, regida pelas preposições *de*, *ni*, e *com*, co-ocorre com as formas flexionadas *mim* e *comigo*, como em (85a), (85b), (85c), (85d) e (85e)). Na função de adjunto adverbial (ADV), a forma *eu*, acompanhada pela preposição *com* e o item *mais* com valor prepositivo, também varia com as formas flexionadas *mim* e *comigo* (cf. (86a), (86b), (86c) e (86d)).

- (84) a. ele **me** viu na missa (OD)
 b. o povo **me** conhece (OD)
 c. levô **eu** na missa (OD)
 d. ele escuiambô **eu** na vista de todo mundo (OD)
- (85) a. dependeno **de mim** (OBL)
 b. gosta muito **de eu**. (OBL)
 c. ele ficava mais grosso, ficava discutino **com eu** (OBL)
 d. ela num tem valô, aí ele vem botá isso **ni eu**, só que nunca pega. (OBL)
 e. Pegô namorá **mais eu** e depois... (OBL)
- (86) a. ficô morano **comigo** (ADV)
 b. tava lá **comigo** (ADV)
 c. ele trabaia aqui **mais eu** (ADV)
 d. Agora tem um sobrim meu que mora **mais eu** (ADV)

Na amostra do PAF analisada, para a função de OI, não foi constatada a variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma não flexionada do paradigma de primeira pessoa do singular *eu*. No entanto, “apesar de não ter se constatado na amostra de fala analisada, pode-se afirmar que uma frase como *ela entregou pra eu* é possível, tanto na fala afro-brasileira, quanto na fala popular rural” (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 481).

As variedades do interior do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus e Poções, apresentam também a redução da flexão de caso no paradigma de primeira pessoa do singular, de acordo com o levantamento realizado em amostras de fala de moradores das sedes e zonas rurais desses municípios, conforme atesta Mendes (2009). A variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma subjetiva *eu*, nessas variedades, foi constatada nas funções sintáticas de objeto direto (cf. (87a) e (87b)), objeto indireto (cf. (88a) e (88b)), complemento oblíquo (cf. (89a), (89) e (89c)) e adjunto adverbial (cf. (90a), (90b) e (90c)). Se a variação na função de OI não tinha sido atestada nas amostras de fala das comunidades afro-brasileiras, pôde ser encontrada nas variedades do PPI, ratificando, portanto, a afirmação de Mendes e Lucchesi – apontada acima – sobre a variação nessa função sintática.

- (87) a. Minha mãe **me** levô po hospital (OD)
 b. Ela indicô **eu** (OD)
- (88) a. Se eles **me** preguntá, eu falo tudo (OI)
 b. Pode pergunta a **eu** também (OI)
- (89) a. Todo mundo gosta de **mim** (OBL)
 b. Nem ele ciuma d'**eu**, nem eu ciúmo dele. (OBL)
 c. ficava brigano **mais eu** direto (OBL)
- (90) a. Vai **comigo** pra roça (ADV)
 b. Ele veio **com eu** e meu irmão nos braço (ADV)
 c. Tu fica **mais eu** de noite/ ele foi em casa **mais eu** (ADV)

A morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do singular na variedade popular de Feira de Santana, cidade do interior de médio porte e bastante próxima à capital Salvador, apresenta comportamento semelhante ao do português urbano culto e popular, se considerada a sistematização exibida na seção 3.4.1. Nessa variedade popular da Bahia, não foi constatada, tanto em amostras de fala da zona rural quanto nas da sede do município, a variação entre as formas flexionadas *me*, *mim* e *comigo* e a forma não flexionada *eu* nas funções de OD, OI e OBL. Nas amostras de fala analisadas do PPF, houve apenas 03 ocorrências isoladas da forma nominativa *eu* em função de OD, como podemos observar nos exemplos (91a), (91b) e (91c).

- (91) a. a mãe dela falou que não queria **eu** lá não (OD)
 b. Quem é que chamou **eu** aí? (OD)
 c. pra num botar **eu** na escola (OD)

Esse comportamento do PPF difere, portanto, do que observamos para as comunidades afro-brasileiras e as comunidades do interior de pequeno porte, Santo Antônio de Jesus e Poções, em que a variação entre o pronome flexionado e o não flexionado é constatada em todas as funções sintáticas não subjetivas.

A variação no paradigma de primeira pessoa do singular, no português popular de Feira de Santana, parece estar relacionada à forma flexionada *comigo* e a forma subjetiva *eu* em contextos em que a partícula *mais* assume o valor prepositivo – *mais eu*. Nas amostras estudadas, foram encontradas 06 ocorrências desse tipo na função de ADV, conforme ilustram os exemplos de (92a) a (92f).

- (92) a. ela dorme **mais eu** lá em casa
 b. Ói, tá aqui oh, o direito de você vim ver tem, mas pra levar lá pa passear, passar doi nem fêria de escola, não, a fêria **mais eu**
 c. não tinha pessoa certa pra ir **mais eu**
 d. ela vei passar a semana **mais eu**
 e. Zé? Você sabe que você vai embora agora **mais eu**?
 f. mãe, Cimélia tava **mais eu**

O comportamento da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular de Feira de Santana encontra-se mais próximo do português popular de Salvador, cujo paradigma de primeira pessoa do singular praticamente não exhibe variação. O uso da forma nominativa, nas amostras de fala estudadas, semelhante ao que observamos em Feira de Santana, foi detectado somente na função de adjunto adverbial, correspondendo a um total de 12 ocorrências. Nas amostras dos bairros do PPS, foram registradas 04 dessas ocorrências, as demais (08) são representativas da região metropolitana de Lauro de Freitas. Os exemplos de (93a) a (93k) ilustram a variação do paradigma de primeira pessoa do singular no contexto sintático de adjunto adverbial:

- (93) a. Ela ia **mais eu**
- b. Ele foi, tomô a cerveja e veio pra casa **mais eu**
- c. “OU vai me dá um cochonete pra minha mulhé deitá aqui ou ela vai deitá na cama **mais eu** aqui”.
- d. Quero mais sabê de ninguém, criei meu filho só e Deus, tô com meu pai, tomo conta dele, ele mora **mais eu**. #
- e. Eu tinha um amigo que viajava **mais eu**, um primo
- f. Aí Dal ia pa Feira **mais eu**, no São Joaquim
- g. Que essas menina minha, que eu t... que tá aí **mais eu**, ia percurá manguêra, coquêro, cajuêro, tudo lá na Vila do Atlântico
- h. tenho esse daqui, esse menino que mora **mais eu**
- i. minha mãe foi e mandô minha fia vim ficá **mais eu**
- j. Aí havia uma prima minha... prima minha foi morá **mais eu**
- k. minha mãe mandô a menina pa vim ficá **mais eu**
- l. Aí como eu num tinha advogado, pa ficá indo lá **mais eu**, num tinha, aí eu disse a juiza: “Eu num vô voltá mais aqui não, dôtora”

Enquanto no português popular de Feira e Salvador, a estrutura *mais eu* é atestada somente na função de ADV, nas variedades do interior do Estado mais afastadas da capital, marcadas e não marcadas etnicamente, o uso dessa estrutura não se restringe a essa função sintática, ocupando também a função de argumento do verbo – no caso, a de complemento oblíquo – conforme assinalamos nos exemplos (85e) e (89c). É importante destacar também que a preposição *com* na função de ADV, nas variedades rurbanas e urbanas, é sempre usada com o pronome flexionado. Desse modo, variação na função de ADV nas variedades urbanas parece se dá somente entre o pronome flexionado *comigo* e a estrutura *mais eu*, diferentemente do observado nas variedades do interior, em que a forma nominativa é também empregada com a preposição *com*, resultando na estrutura *com eu* nas funções complemento oblíquo e adjunto adverbial, conforme demonstrado nos exemplos (85c) e (90b), respectivamente.

Para além da variação na função de adjunto adverbial, nas variedades populares de Feira de Santana e Salvador, a forma não flexionada do pronome de primeira pessoa do singular pode ser encontrada, de maneira recorrente, somente nas construções em que o pronome atua, simultaneamente, como complemento do verbo da oração principal e sujeito do verbo da oração encaixada, como em (94a), (94b), (94c), (94d). Essas ocorrências são também encontradas no português afro-brasileiro e no português popular do interior.

- (94) a. ele **mandô eu volta**
 b. depois do almoço, **mandaram eu vim** pa casa com ela
 c. **dêxa eu tomá** minha cachacinha até o dia de eu... do... morrê.
 d. **Dêxe eu falá** aqui com essa menina.

O uso da forma pronominal *eu* nas estruturas *sujeito-objeto* não constitui, no entanto, um traço exclusivo do português popular. Esse tipo de estrutura, conforme apontado na seção 3.4.1, é também recorrente no português urbano culto. Scherre (2007), observando dados do imperativo em histórias em quadrinhos, demonstra que o uso das formas nominativas em função de *sujeito-objeto* cresce a partir da década de 80, atingindo o percentual de 100% na primeira metade do século XXI, de acordo com a Tabela 01:

Tabela 18 – O uso do imperativo associado à forma indicativa em revistas em quadrinhos da *Turma da Mônica* entre a década de 70 e a primeira década do século XXI em função do tipo e da posição do pronome com relação ao verbo

Ano ou período	<i>Me depois do verbo</i>	<i>Me antes do verbo</i>	<i>Eu/ele/nos depois do verbo</i>
	DEIXE-me ver!! DEIXA-me ver	Me DEIXE, Mônica! Me DEIXA falar!	Hum... DEIXA eu ver... Bem... DEIXE eu ver...
1970 e 1971	0/20 = 0%	0/5 = 0%	Não há
1983	Não há	1/10 = 10%	0/1 = 0%
1985 a 1988	0/5 = 0%	12/25 = 48%	13/15 = 87%
1998 e 1999	0/6 = 0%	23/39 = 59%	22/23 = 96%
2001, 2002, 2004 e 2005	3/21 = 14%	70/116 = 60%	83/83 = 100%
Total	3/52 = 6%	106/195 = 54%	118/122 = 97%

Fonte: Scherre (2007, p. 212).

A partir dos dados expostos na Tabela 01, compreendemos que se o uso de formas nominativas, inclusive de primeira pessoa, nas estruturas *sujeito-objeto* é retratado de forma crescente nas histórias em quadrinhos, é porque tal uso já se fazia presente no português culto. Nesse sentido, as estruturas *sujeito-objeto* com a forma nominativa de primeira pessoa do singular, encontradas de forma recorrente nas amostras de Salvador e Feira, como também nas variedades afro-brasileiras e do interior de SAJ e PO, não constituem um ponto de afastamento em relação às variedades urbanas do PB de um modo geral.

O paradigma de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia, a partir do exposto nesta subseção, pode ser sistematizado do seguinte modo (Cf. Quadro 33):

Quadro 33 – A flexão casual dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia

A flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia			
	Sujeito	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
PAF	eu	eu ~ me/ mim/ comigo	eu ~ mim/comigo
PPI	eu	eu ~ me/ mim/ comigo	eu ~ mim/ comigo
PPF	eu	me - mim - comigo	eu ~ mim/ comigo
PPS	eu	me - mim - comigo	eu ~ mim/ comigo

Fonte: Elaborado pela autora.

A leitura do Quadro 33 nos permite afirmar que, em relação à flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do singular, há, no português popular da Bahia, uma clivagem, constituída pelas variedades do PAF e PPI, de um lado, e as variedades do PPF e PPS, do outro. Naquelas, a variação entre formas flexionadas e não flexionadas atravessa todas as funções sintáticas; nestas, a variação encontra-se restrita ao contexto de adjunto adverbial, com um número pouco significativo de ocorrências – 06 em Feira e 12 em Salvador. No caso de Salvador, a variação está praticamente restrita à região de Lauro de Freitas, que abriga também falantes da zona rural do Estado. Desse modo, as variedades da capital Salvador ou aquelas que lhe são mais próximas, como Feira de Santana, parecem se aproximar do panorama descrito para as variedades urbanas cultas e populares de outras regiões do Brasil, com uma flexão casual para a o paradigma de primeira pessoa do singular ainda preservada.

4.1.2 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de primeira pessoa do plural

A flexão de caso para o paradigma de primeira pessoa do plural, diferentemente do de primeira pessoa do singular, apresenta redução no português popular da Bahia. Nessa variedade, as formas flexionadas *nos* e *conosco* não têm se mantido produtivas, como no português urbano culto (cf. seção 3.4.2), sendo detectadas ocorrências em casos isolados com essas formas pronominais. A representação de complementos verbais e adjuntos adverbiais, no português popular da Bahia, tem se dado, predominantemente, pela forma pronominal *a gente*, à semelhança do que observamos para as variedades urbanas populares na seção 3.4.2.

Bandeira (2010), em estudo sobre o uso das formas *nós* e *a gente* e os seus correlatos por diferentes funções sintáticas no português afro-brasileiro, atesta a predominância da forma de primeira pessoa do plural *a gente* (60%) no resultado geral. Considerando a distribuição quantitativa das formas *nós* e *a gente* por diferentes funções sintáticas no estudo – *sujeito, objeto direto, objeto indireto, adjunto adverbial, adjunto adnominal tópico e constituinte solto* – a autora, a partir dos resultados quantitativos, constata

[...] um ligeiro favorecimento da forma *a gente* nas posições argumentais da oração. Pode-se perceber que a posição de objeto direto (doravante OD), com a frequência de 73% e peso relativo .56, favorece um pouco mais o *a gente* do que o sujeito (doravante SU), com 68% e peso relativo .53, e o objeto indireto (doravante OI), com 65% e peso relativo .53 (BANDEIRA, 2010, p.38).

O estudo da autora aponta ainda um quadro de *mudança em curso* no paradigma de primeira pessoa do plural no português afro-brasileiro, uma vez que o uso da forma *a gente* é liderado pelos falantes da faixa etária I e decresce à medida que aumenta faixa etária do falante, como podemos observar na Tabela 19:

Tabela 19 – A distribuição das formas *nós* e *a gente* no português afro-brasileiro de acordo com a variável *faixa etária*

Pronome Faixa etária	<i>a gente</i>			<i>nós</i>		
	Oc. / Total	Freq.	P.R.	Oc. / Total	Freq.	P.R.
Faixa 1- 20 a 40	1043/1412	73%	.64	369/1412	27%	.36
Faixa 2- 41 a 60	609/951	64%	.49	342/951	36%	.51
Faixa 3- 61 a 80	602/1315	45%	.39	713/1315	55%	.61
Faixa4 (+ de 80)	47/176	26%	.21	129/176	74%	.79
TOTAL	2301/3855	60%	----	1554/3855	40%	----

Fonte: (Bandeira, 2010, p. 50).

O uso predominante da forma *a gente* nas funções de complementos verbais no PAF está, certamente, associado à ausência do clítico *nos*. Nas variedades afro-brasileiras, de acordo com Mendes e Lucchesi (2007; 2009), em funções de complementos adverbiais e adjuntos adverbiais, a variação ocorre entre as formas *a gente* e o pronome canônico de primeira pessoa do plural *nós*. Para exemplificar, apontamos as ocorrências com a forma do caso reto *nós* nas funções de objeto direto (cf. 95) a (95c)), objeto indireto (cf. (96a) e (96b)) e adjunto adverbial (cf. (97a) e (97b)), em variação com a forma *a gente* (cf. (95d), (13c) e (14c)) nessas mesmas posições sintáticas.

- (95) a. cê tá ajudano **nós** (OD)
 b. o padre Joselito levô **nós** (OD)
 c. ela só pegava **nós** de noite, [só] quando tava de noite (OD)
 d. uma que vai levá **a gente** po hotel (OD)
- (96) a. Porque é uma coisa que Deus deixô, Deus deu **nós**, né? (OI)
 b. vendêro **nós** esta terra bruta e deu um recibo (OI)
- (97) a. na labuta aqui **mais nós** (ADV)
 b. ele é nascido e criado **mais nós** aí no Cinzento (ADV)
 c. é difícil ele ir **mais a gente** (ADV)

No PAF, a forma *nós* atua ainda na função de adjunto adnominal ao lado da forma canônica *nosso/nossa* e da forma inovadora *da gente*, como demonstram os exemplos (98a), (98b) e (98c):

- (98) a. tipo **de nós** preto, assim, quande ‘cê está num lugá mais gente [de cidade]...
 b. Verdadêra terra **de nós** é esse lá... aucalipto, não
 c. se [papai]**de nós**, governo, num dé esse dinhêro, nós num... num come

No português popular do interior da Bahia, a forma *a gente* também tem superado o uso do *nós*. Na comunidade de Santo Antônio de Jesus, o uso da forma *a gente*, em funções subjetivas, atinge 93%, de acordo com os resultados obtidos por Mendes (2007). Na comunidade de Poções, o percentual da forma inovadora é de 60%, segundo estudo realizado por Bandeira (2010). Em Poções, o uso da forma *a gente* se encontra mais avançado na sede do município, visto que apresenta 61%; nas comunidades rurais do município, a variante *a gente*, com 46%, apresenta um comportamento mais equilibrado em relação ao pronome canônico de primeira pessoa do plural.

De acordo com Mendes (2009), a perda da flexão casual também atingiu o paradigma de primeira pessoa do plural no PPI. As formas flexionadas *nos* e *conosco* foram substituídas, em suas funções, predominantemente pela forma *a gente*, como em (99a), (100a), (101a) e

(102a). O uso da forma *nós* em funções de complementos verbais – (99b), (100b), (101b) – e adverbiais – (102b) – também se faz presente nessas variedades, de modo semelhante ao que observamos nas amostras de fala das comunidades afro-brasileiras.

(99) a. quando entra na casa da gente, num acha nada, qué matá **a gente** (OD)
b. ‘cê largô **nós** (OD)

(100) a. elas num dava trabaio **pra gente** não (OI)
b. nós dizia: “foi Nana que deu **a nós**”, (OI)

(101) a. ele gostava **da gente** (OBL)
b. mãe batia ni **nós** (OBL)

(102) a. pode ficá junto com **a gente** (ADV)
b. cê zôa aqui **mais nós** (ADV)

Ainda em relação ao paradigma de primeira pessoa do plural, nas amostras de fala das variedades populares de Santo Antônio de Jesus e Poções, foram encontradas três ocorrências da forma flexionada *nos* em contextos muito específicos, como as expressões cristalizadas e/ou de caráter religioso – conforme (103a), (103b) e (103c). Nas variedades afro-brasileiras, conforme seção 4.1.1, nem mesmo nesses contextos a forma *nos* se faz presente.

(103) a. Que a palavra de Deus **nos** diz que... né... mas muitos num qué obedecê.
b. Deus **nos** dá força pra poder aguentar, né, a luta do dia a dia
c. Isso que dá a graça, né? Que Deus **nos** dá a saúde pra...

Em relação ao paradigma de primeira pessoa do plural, no português popular de Feira de Santana, é recorrente o uso da forma *a gente* para representar as funções de complementos verbais e adverbiais, conforme atestamos nos exemplos (104a), (104b), (104c) e (104d). A forma nominativa *nós* não foi detectada em funções não subjetivas nas amostras de fala analisadas. Destacamos o uso do pronome *nós* apenas em 03 construções do tipo *sujeito/objeto*, como demonstram os exemplos (105a), (105b), (105c):

(104) a. os mais véi levava **a gente** (OD)

- b. deu o terreno **pra gente** (OI)
- c. Pai num brigava **com a gente** não (OBL)
- d. tava três pessoa da empresa **com a gente** (ADV)

- (105) a. E viu **nós** tudo crescê,
 b. Viu **nós** tudo crescê
 c. vendo **nós** crescê

Em relação às formas flexionadas do paradigma de *nós*, o clítico *conosco* não se fez presente na amostra analisada de Feira de Santana; e o clítico *nos* foi detectado em apenas 03 ocorrências. Os exemplos encontrados com o clítico *nos* não aparecem restritos aos contextos de expressões cristalizadas ou religiosos, como aqueles encontrados no português popular de de SAJ e PO. Os exemplos com o clítico *nos* encontrados no PPF são retratados em (106a), (106b) e (106c):

- (106) a. estudo técnico **nos** prepara pa uma, desempenhar uma função
 b. os animais pode **nos** causar medo, realmente, né, com certeza é...
 c. uma onça, um leão ou outro animal feroz assim realmente **nos** causa medo.

No português popular de Salvador, conforme discutido na subseção 3.4.2, há também uma forte presença da forma *a gente* (SANTANA, 2014), com 76% de realização em funções de sujeito. Em relação ao paradigma flexional de caso de primeira pessoa do plural, nas amostras de fala dos bairros populares de Salvador, é recorrente o uso da forma *a gente* para representar também as funções complementos verbais e adverbiais, conforme atestamos no levantamento dos nossos dados. Os exemplos (107a), (107b), (107c) e (107d) ilustram:

- (107) a. Ai escarrerava **a gente** [...]
 b. nunca dero nada **pra gente**.
 c. batê **na gente**
 d. sempre gostava de ir **com a gente** pa praia

Os clíticos de primeira pessoa do plural *nos* e *conosco* no português popular de Salvador apresentaram baixa produtividade. O clítico *nos* se fez presente em duas ocorrências (cf. (108a) e (108b)), sendo uma delas de caráter religioso. A forma *conosco* foi detectada em apenas uma ocorrência (cf. (108)).

(108) a. A gente conhecê... ao... a gente conhecê a Palavra, entendeu? Conhecê esse Deus maravilhoso que a gente... é que **nos** fortifica todos os dia.

b. vem **nos** pergunta

(109) o grupo tá aqui com... **conosco**

Em relação à atuação da forma nominativa *nós* em funções antes destinadas aos pronomes oblíquos, observamos resultados distintos no português popular de Salvador. Nas amostras dos quatro bairros populares de Salvador, foi observada apenas uma ocorrência em construção do tipo *sujeito/objeto* (cf.(110)). Na amostra de Lauro de Freitas, situada na região metropolitana da cidade, já foi possível observar a realização do pronome *nós* em posição de complementos verbais – (111a) a (113b) – e adverbiais – (cf. (114a), (114b), (114c) e (114d): em 15 ocorrências:

(110) mandava **nós** chamá minha mãe

(111) a. Trata **nós** melhor do que a diretoria (OD)

b. só num bota **nós** pa rua, mesmo, porque num pode botá, entendeu? (OD)

c. Veio a Base, veio o Exército, tudo pra jogá **nós** pra fora (OD)

(112) a. mãe num explicava **a nós** nada (OI)

b. Mãe num ensinô **a nós** nada! (OI)

c. Final de ano, mesmo, eles dá presente **pa nós**, os sócios (OI)

d. parava mei' dia naqueles restorante, minha fia, dava comida **a nós** (OI)

e. Minha mãe saía pedino. Dava comida **a nós** (OI)

(113) a. nunca gostô **de nós**... (OBL)

b. mas graças a Deus eles num buliro **com nós** não. (OBL)

(114) a. porque talvez se minha mãe não tivesse agido assim **com nós** (ADV)

b. É tanto que esse colégio já fechô quato evento **com nós** (ADV)

c. meu pai morreu, minha mãe ficô **com nós**

d. Os sócio daqui mesmo, **com nós**, super legal, **com nós**, aqui. (ADV)

A partir dos dados aqui descritos, sistematizamos no Quadro 34 os dados para a flexão casual do paradigma de primeira pessoa do plural no português popular de Salvador:

Quadro 34 – A flexão de caso dos pronomes pessoais para o paradigma de primeira pessoa do plural no português popular da Bahia

A flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do plural no português popular da Bahia			
	Sujeito	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
PAF	nós ~ a gente	nós ~ a gente	nós ~ a gente
PPI	nós ~ a gente	nós ~ a gente	nós ~ a gente
PPF	nós ~ a gente	a gente	a gente
PPS	nós ~ a gente	nós ~ a gente	nós ~ a gente

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 34, observamos que, no português popular da Bahia, as formas flexionadas *nos* e *conosco* não têm demonstrado produtividade, sendo detectadas ocorrências isoladas e/ou restritas a contextos específicos, como as expressões cristalizadas e/ou de cunho religioso. Nesse aspecto, o português popular da Bahia distancia-se tanto das variedades urbanas populares quanto cultas. De acordo com a seção 3.4.2, nas variedades urbanas populares analisadas, apesar da predominância do *a gente* em funções de complementos verbais e adverbiais, os clíticos *nos* e *conosco* ainda são registrados e não estão restritos a contextos específicos. Nas variedades cultas urbanas, também apesar da predominância do pronome *a gente*, é atestada uma produtividade das formas oblíquas *nos* e *conosco* (cf. seção 3.4.2).

Por outro lado, a partir do Quadro 34, observamos que, no português popular da Bahia, de um modo geral, a variação no paradigma de primeira pessoa do plural encontra-se restrito às formas *nós* e *a gente*. É preciso, no entanto, lembrar, conforme discutido nesta seção, que o uso da forma *nós* em posição de complemento verbal e adverbial é característico dos falantes do português afro-brasileiro e do português popular de cidades do interior de pequeno porte—Santo Antônio e Poções. No português popular de Feira de Santana, essa variação não foi constatada, sendo categórico o uso da forma *a gente* em funções não subjetivas. No português popular de Salvador, o uso da forma *nós* apareceu restrito aos falantes da zona metropolitana da cidade, Lauro de Freitas, num contexto que pode ser definido como rurbano (BORTONIRICARDO, 2005).

Diante disso, entendemos que, no português popular da Bahia, o uso do pronome *nós* em funções de complemento verbal e adjunto adverbial, opõe as variedades populares afro-brasileiras e do interior do Estado às variedades mais urbanizadas. Acreditamos que um número significativo de ocorrências de formas nominativas do pronome de primeira pessoa do plural – *nós* – em funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais poderia ainda compor a amostra do PAF e do PPI, caso a forma *a gente* não estivesse sendo implementada nessas comunidades, conforme apontam os estudos de Bandeira (2010) e Mendes (2007).

4.1.3 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de segunda pessoa do singular e plural

O paradigma de segunda pessoa do singular no português urbano (cf. seção 3.43) foi reorganizado a partir da entrada da forma *você*. Os processos de variação e mudança observados para as variedades urbanas no paradigma de segunda pessoa do singular são também detectadas no português popular da Bahia de um modo geral, como: (i) o emprego da forma *você* ao lado da forma *tu* na posição de sujeito, como em (115a) e (115b); (ii) a concorrência entre *te* e *lhe* nas funções de complementos verbais (cf. (116a), (116b), (117a) e (117b)); (iii) e o uso da forma *você* em funções de complementos verbais, como em (118a), (118b), (118c), e adjuntos adverbiais, em (118d). Conforme observado na seção 3.4.3, apesar da entrada do *você*, as formas flexionadas de segunda pessoa do singular – *te* e *lhe* – tem apresentado ainda muita produtividade tanto no português urbano culto quanto no popular.

- (115) a. **você** tem que ficá olhando
 b. se tivé um colega na confusão, **tu** vai e tira

- (116) a. tem uma colega minha que tá quereno **te** vê aí (OD)
 b. Ela **lhe** conheceu quando ela chegô (OD)

- (117) a. Aí ‘tá uma coisa que eu num **te** informo (OI)
 b. ele **lhe** diz um bocado de palavrão. (OI)

- (118) a. “bora tomá café pra depois eu ir levá **você** pro hospital”. (OD)
 b. Eu falo a verdade **pra você** (OI)
 c. gostei muito **de você** (OBL)
 d. Óia, dona Zilda, vim passá o dia **mai ocê**, comê fêjão **mais ocê**, bebê, dormir e passá o domingo aqui sossegado” (ADV)

No português popular afro-brasileiro, para além dos processos de variação e mudança acima descritos, é constatada a forma *tu*, essencialmente pronominal, nas funções de objeto direto, complemento oblíquo e adjunto adverbial, como em (119a), (119b), (119c) e (119d) respectivamente. As formas flexionadas *ti e contigo* nas variedades afro-brasileiras não foram detectadas.

- (119) a. só num já matei **tu** (OD)
 b. eu num falei com **tu** (OBL)
 c. Se tu botá um n’eu, eu boto ôto ni **tu** (OBL)
 d. tu vem aqui que eu vô financiá o... o arame pra **tu** (ADV)

O emprego da forma *tu* – essencialmente pronominal – em funções não subjetivas não foi apontado nos estudos sobre o português urbano discutidos na seção 3.4.3. A realização de estruturas como as apresentadas em (119a) a (119d), de acordo com Mendes e Lucchesi 2009, revela “um quadro de variação no português afro-brasileiro, e em muitas variedades populares do PB, que se relaciona com a mudança criouliizante de eliminação da flexão de caso dos pronomes pessoais.” (MENDES; LUCCHESI, 2009, p. 482).

No paradigma de segunda pessoa do singular das variedades do interior de Santo Antônio e Poções, Mendes (2009) também atesta em funções sintáticas de complementos verbais e adjuntos adverbiais o emprego do pronome *tu*. Abaixo ilustramos com os exemplos de (120a) a (120f).

- (120) a. damo trabalho **pra tu** (OI)
 b. É bom, agora eu vô dizê **a tu**, eu nunca fui num forró aqui (OI)
 c. ó, teu pai tá aqui falano que o rapaz falô que qué casá **com tu** [...] (OBL)
 d. “Ói Edézio, vô arranjá uma obra **pra tu**” (ADV)
 e. Deus traga outro **pra tu** (ADV)
 f. bota uma mulhé pelo menos pra cozinhá **pra tu** (ADV)

As formas flexionadas tônicas *ti e contigo* não apresentam produtividade no português popular de SAJ e PO. A forma flexionada tônica *ti* não apresentou nenhuma ocorrência nessas variedades. O pronome *contigo*, não encontrado na variedade afro-brasileira, foi registrado em quatro ocorrências nessas variedades (cf. (121a), (121b) e (121c)).

- (121) a. “Ah, é aquela pessoa que estudô **contigo**, ah, é aquela pessoa, né”...
 b. eu disse: É, Deus, a partir de hoje, tô fazeno uma aliança **contigo** aqui
 c. Sempre o povo me diz “parecia **contigo**, parecia **contigo**”

O português popular de Feira de Santana exhibe para o paradigma de segunda pessoa do singular a variação entre as formas flexionadas *te e lhe* e a forma nominativa *você* nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. A forma flexionada tônica *ti* não foi encontrada na amostra estudada dessa variedade e a forma *contigo* foi constatada apenas em uma ocorrência (cf. (122)). De igual modo, a forma *tu*, em função não subjetiva, foi encontrada somente em uma ocorrência, exemplificada em (123).

- (122) Depois eu quero falar **contigo**.
 (123) Como é que tu vai vim roubar e eu conheço **tu**?

Na variedade popular de Salvador, assim como nas variedades populares aqui descritas, encontramos a variação entre as formas flexionadas *te e lhe* e a forma *você* em funções não subjetivas. As formas flexionadas *ti e contigo* não foram detectadas no *corpus* do português popular de Salvador. O uso da forma canônica *tu* nas funções de complementos verbais e adverbiais também não foi registrado.

A partir da descrição aqui estabelecida, a flexão de caso dos pronomes pessoais do paradigma de segunda pessoa do discurso estrutura-se do seguinte modo:

Quadro 35 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do singular no português popular da Bahia.

A flexão de caso dos pronomes de segunda pessoa do singular no português popular da Bahia			
	Sujeito	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
PAF	tu ~ você	tu ~ você ~ te ~ lhe	tu ~ você
PPI	tu ~ você	tu ~ você ~ te ~ lhe	tu ~ você
PPF	tu ~ você	você ~ te/ lhe	você
PPS	tu ~ você	você ~ te ~ lhe	você

Fonte: Elaborado pela autora.

O paradigma de segunda pessoa do singular, conforme Quadro 35, demonstra que, em todas as variedades populares da Bahia, mantêm-se as formas flexionadas *te* e *lhe* e a forma inovadora *você* nas funções de complementos verbais. O distanciamento entre as variedades populares da Bahia está relacionado ao uso do *tu* nesses contextos sintáticos. Nas amostras do PPF e PPS, tal uso não foi registrado, enquanto se fez presente no português afro-brasileiro e no português popular de Santo Antônio de Jesus e Poções. Acreditamos que, para o PAF e o PPI, o número de ocorrências com o pronome *tu* em funções não subjetivas, poderia ter sido mais significativo se estudos como o de Figueiredo (2007) não apontassem para o predomínio do *você* (88%)³⁶ nessas variedades.

Em relação à segunda pessoa do plural, no português popular da Bahia, semelhante ao que foi observado para as variedades urbanas do PB (cf. seção 3.4.4), o uso da forma pronominal *vocês* é categórico em todas as funções sintáticas, conforme exibido no Quadro 36:

Quadro 36 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de segunda pessoa do plural no português popular da Bahia

A flexão de caso dos pronomes de terceira pessoa do singular e plural no português popular da Bahia			
	Sujeito	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
PAF	vocês	vocês	vocês
PPI	vocês	vocês	vocês
PPF	vocês	vocês	vocês
PPS	vocês	vocês	vocês

Fonte: Elaborado pela autora.

³⁶ Coincidentemente, o percentual de realização obtido para as variantes *tu* e *você* no português afro-brasileiro e no português de Santo Antônio de Jesus e Poções foi semelhante, segundo Figueiredo (2007).

No paradigma de terceira pessoa do singular e plural, também é exibida apenas uma forma pronominal para a representação das funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais no português popular da Bahia, conforme observaremos na subseção. 4.1.4.

4.1.4 A flexão de caso dos pronomes pessoais no paradigma de terceira pessoa do singular e plural

O paradigma de terceira pessoa do singular e plural, no português popular da Bahia, apresenta um comportamento uniforme. Desde a variedade afro-brasileira à variedade da capital Salvador, as funções de complementos verbais (cf. (124a), (124b) e (124c)) e adjuntos adverbiais (cf. (124d)) são preenchidas categoricamente pela forma pronominal do caso reto *ele(s)/ela(s)*. Não há registro, portanto, das formas acusativas *o(s)/(as)* – a forma flexionada acusativa *o* foi registrada em duas ocorrências em expressões cristalizadas e de cunho religioso, como em (125a) e (125b) – e da forma *lhe* com referência à terceira pessoa nas amostras analisadas.

- (124) a. eu já num queria **ele** (OD)
 b. dava dinheiro **a ele** (OI)
 c. meu filho tá tudo aí grande, num depende **deles** pra nada (OBL)
 d. eu morei **com ela** (ADV)

- (125) a. Deus **o** livre! (PPI)
 b. Deus **o** livre! (PPF)

No Quadro 37, apresentamos a organização do paradigma de terceira pessoa do plural no português popular da Bahia:

Quadro 37 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de terceira pessoa do singular e plural no português popular da Bahia.

A flexão de caso dos pronomes de terceira pessoa do singular e plural no português popular da Bahia			
	Sujeito	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
PAF	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)
PPI	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)
PPF	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)
PPS	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)

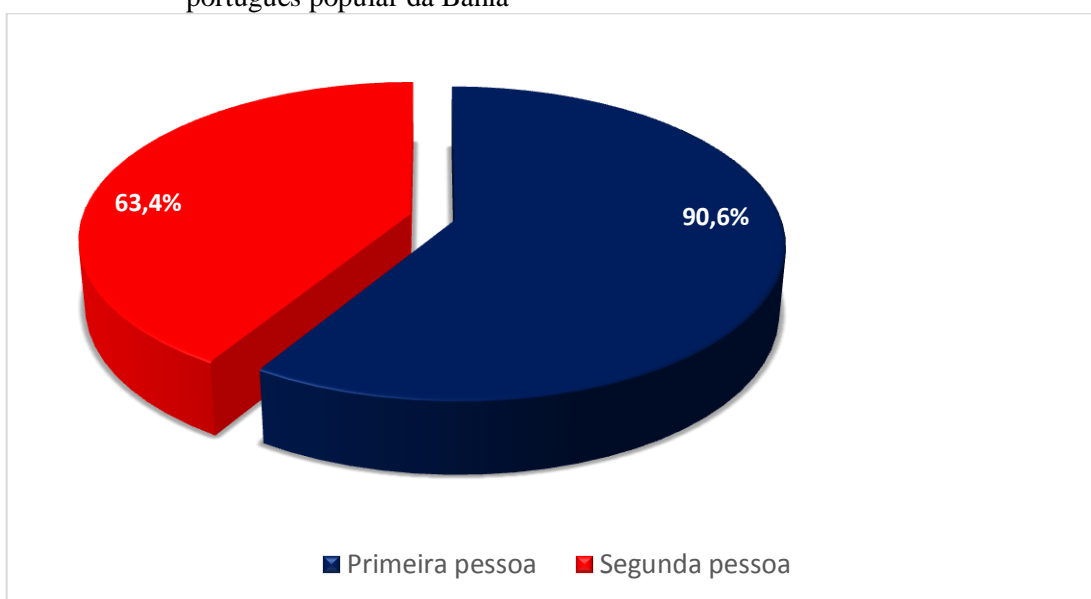
Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do exposto nesta seção, observamos que somente os paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular exibem um quadro significativo de variação entre as formas flexionadas e não flexionadas. Desse modo, procedemos à análise quantitativa sobre as formas desses paradigmas, cujos resultados serão apresentados e discutidos na seção 4.2.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DA FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

A análise quantitativa da flexão de caso dos pronomes pessoais, no português popular da Bahia, restringiu-se aos paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular, que ainda exibem um quadro de variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes nas posições de complemento verbal e adjunto adverbial (cf. seção 4.1) Nos resultados gerais obtidos, foram contabilizadas 4.806 ocorrências. Desse cômputo geral, 4.030 ocorrências são formas pronominais correspondentes ao paradigma de primeira pessoa do singular e 776 correspondem ao de segunda pessoa do singular. A frequência de realização da flexão de caso dos pronomes pessoais para cada um desses paradigmas, no conjunto de amostras do português popular da Bahia, é apresentada no Gráfico 05:

Gráfico 05 – Distribuição dos pronomes flexionados de primeira e segunda pessoa no português popular da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora.

Os pronomes pessoais, no português popular da Bahia exibem, de acordo com o Gráfico 05, 90,4% de flexão de caso dos pronomes pessoais para a primeira pessoa do singular e 63,4% para a segunda pessoa do singular em funções de complementos verbais e adverbiais. Esses paradigmas comportam nesses contextos sintáticos formas pronominais não flexionadas de naturezas distintas. Para a primeira pessoa do singular, detectamos o uso da forma *eu*, essencialmente pronominal (*não gostava d'eu.*); para a segunda pessoa do singular, é recorrente o uso da forma *você* (*ele vê você com o dinheiro*), cujo emprego em funções de complementos verbais e adverbiais é favorecido pela sua natureza nominal. Desse modo, era esperado que o paradigma de primeira pessoa do singular apresentasse menor grau de variação na flexão de caso dos pronomes pessoais do que o paradigma de segunda pessoa do singular.

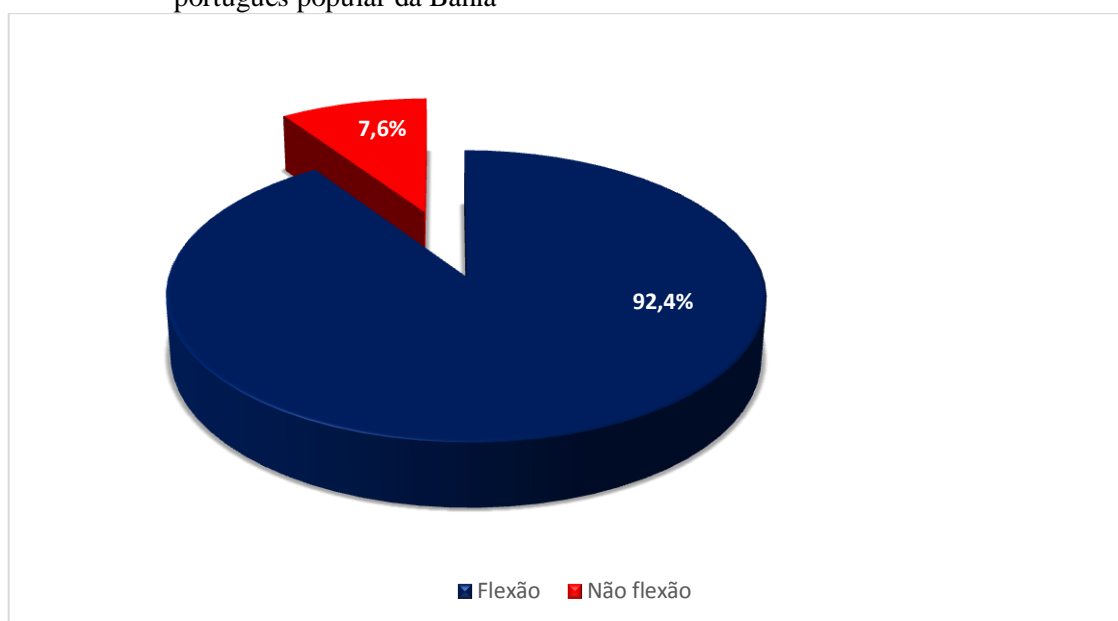
Explicações de ordem social podem ser associadas às de ordem linguística para a compreensão do maior percentual de realização do uso flexionado de pronome no paradigma de primeira pessoa do singular. No capítulo 3, observamos que as estruturas com a forma não flexionada do pronome de primeira pessoa do singular – *eu* – e aquelas com a forma não flexionada do pronome de segunda pessoa do singular – *você* – possuem avaliações sociais distintas. O uso do pronome *eu* em posições sintáticas destinadas às formas oblíquas, fenômeno característico das variedades populares, especialmente as rurais, constitui um *estereótipo* para falantes das variedades urbanas cultas e não cultas. O pronome *você* em função não subjetiva, por sua vez, não é estigmatizado socialmente, sendo recorrente o seu uso no PB de um modo geral. Isso tem uma base linguística. Não há previsão de flexão de caso para a forma *você*, em função de sua de origem nominal. Já para a forma *eu*, essencialmente pronominal, há uma forte tradição de flexão de caso, consagrada pelo uso e exigida pela normatização da língua.

Dessa forma, acreditamos que o estudo do paradigma de primeira pessoa do singular isoladamente pode fornecer dados mais significativos para a compreensão da polarização sociolinguística do PB, de um modo geral, e para o conhecimento das variedades populares da Bahia, mais especificamente. Decidimos proceder, então, à análise quantitativa somente com as formas pronominais do paradigma de primeira pessoa do singular, cuja frequência e pesos relativos em função da variante definida para a aplicação da regra se encontram sistematizados na seção 4.3.

4.3 A FLEXÃO DE CASO DOS PRONOMES PESSOAIS NO PARADIGMA DE PRIMEIRA PESSOA DO SINGULAR NO PORTUGUÊS POPULAR DA BAHIA

A análise quantitativa com o paradigma de primeira pessoa do singular foi realizada, inicialmente, com os 15 grupos de fatores condicionantes estabelecidos para o fenômeno variável em estudo. De um total de 4.030 ocorrências de pronomes pessoais de primeira pessoa do singular, 3.651 correspondem à variante padrão – o pronome flexionado – e 379 representam a variante não padrão – o pronome não flexionado. Posteriormente, a rodada foi realizada com a eliminação do grupo de fatores a *presença/ausência da partícula “mesmo”* e da exclusão de um fator do grupo regência da preposição (o *mais com valor prepositivo*). A partir dessas modificações na base de dados, obtivemos 3952 ocorrências, sendo 3651 de pronomes flexionados e 301 de pronomes não flexionados. O resultado percentual obtido para a última rodada é apresentado no Gráfico 06:

Gráfico 06 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia



Fonte: Elaborado pela autora.

Os valores percentuais apresentados para a variante com o pronome flexionado (92, 4%) em oposição à variante com o pronome não flexionado (7,6%) para o paradigma de primeira pessoa do singular reforçam a hipótese da polarização sociolinguística do português brasileiro (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015), discutida no capítulo 1. Embora seja constatada, no

português popular da Bahia em estudo, uma alta taxa de frequência de realização da variante de prestígio, um percentual de 7,6% de formas não flexionadas do pronome de primeira pessoa do singular é significativo, se considerarmos a ausência de realização de estruturas como *manda o menino pedi dinhêro a eu* nas variedades urbanas cultas do português brasileiro, conforme verificamos no capítulo 3.

A partir da análise quantitativa, que estabelece os índices percentuais para a realização da variável dependente e para cada uma das variáveis explanatórias delimitadas, procedemos à análise estatística dos dados, sendo possível obter a seleção dos grupos de fatores condicionadores linguísticos e sociais para a nossa variável dependente: a flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular nas posições de complemento verbal e adjunto adverbial.

De acordo com Guy e Zilles (2007, p.211), analisar os dados gerados pelo programa estatístico é uma “tarefa complexa”, pois

[...] depende não só dos princípios estatísticos, mas principalmente das teorias sociais e linguísticas que serviram de base para a concepção do trabalho, definição das hipóteses, das variantes da variável dependente, dos grupos de fatores etc.

Desse modo, em nosso estudo, serão resgatadas as discussões e hipóteses constituídas ao longo do trabalho para a análise dos resultados probabilísticos obtidos. Por isso, a nossa análise não será (e nem deverá ser) meramente quantitativa, mas também qualitativa sobre a flexão casual dos pronomes de primeira pessoa nas variedades populares do estado da Bahia.

Esta seção encontra-se subdividida em duas subseções. Na subseção 4.3.1, apresentaremos e discutiremos as variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb. Na seção 4.3.2, as variáveis não selecionadas pelo programa serão o objeto da discussão.

4.3.1 As Variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb

A rodada de Goldvarb com o paradigma de primeira pessoa do singular, a ser discutida nesta seção, apresentou nível de significância 0.024. Foram selecionados como estatisticamente relevantes seis grupos de fatores, dentre os quais, três correspondem a variáveis de natureza linguísticas/discursivas e três, a variáveis sociais, a saber:

- (1) função sintática;
- (2) regência da preposição;
- (3) discurso laico/religioso;
- (4) sexo;
- (5) comunidade;
- (6) localidade (sede e rural);

Esta seção é destinada à discussão dos percentuais e pesos relativos relacionados a cada uma das variáveis selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb. A discussão foi estabelecida em função da flexão de caso dos pronomes pessoais, variante definida como valor de aplicação da regra variável. Inicialmente, serão discutidas as variáveis linguísticas/discursivas selecionadas – *função sintática, regência da preposição, discurso laico/religioso* – e, posteriormente, as variáveis sociais – *sexo, comunidade e localidade ordem*.

4.3.1.1 Função sintática do pronome

As funções sintáticas delimitadas para a observação da flexão de caso dos pronomes pessoais, a partir do levantamento dos dados da amostra, foram: (i) *objeto direto*; (ii) *objeto indireto*; (iii) *complemento oblíquo*; (iv) *complemento locativo*; (v) *adjunto adverbial*; (vi) *estrutura sujeito-objeto*; (vii) *objeto direto com predicativo*. A caracterização de cada uma dessas funções será realizada, neste estudo, a partir da noção de *predicador*, sistematizado pela teoria gerativa (MATEUS et al. 2003, p. 183). Nesse sentido, estaremos compartilhando da posição de Duarte (2007, p.187), para quem “[...] é mais razoável olhar para o elemento nuclear que

dá origem à oração, o ‘predicador’”, quando se tem como objetivo descrever e compreender os mecanismos de funcionamento da estrutura da oração.

Na estrutura sintática, os verbos são os predicadores por excelência. Em *João deu um presente a Maria*. O verbo *dar* atua como predicador e seleciona três argumentos – *João, um presente e Maria* – para compor a sua grade temática [___ V ___ ___]. Esses argumentos são itens lexicais que contemplam as informações exigidas pelo predicador, como *o ser que praticou o ato de dar, o objeto dado e o ser beneficiado pela a ação*. Dizemos, então que os *argumentos* são itens lexicais que cumprem, necessariamente, as restrições semânticas, e também sintáticas, exigidas pelo predicador verbal. O argumento correspondente ao *objeto dado*, por exemplo, semanticamente deve possuir o traço [-animado] e, sintaticamente, não poderá ser regido por preposição (**João deu de um presente a Maria*); o argumento com papel temático de *beneficiário*, por sua vez, deverá ser regido pela preposição *a* (ou *para*) e possuir o traço semântico [+ animado].

A depender da relação estabelecida com o predicador, os argumentos são classificados como *externos* ou *internos*. Os argumentos ditos internos – os complementos verbais – possuem uma relação mais estreita com o predicador verbal, associando-se a ele, primeiramente, na hierarquia sintática. A seleção do argumento externo – sujeito – é, portanto, realizada posteriormente à combinação entre predicador verbal e os argumentos internos. De acordo com Mateus et al. (2003, p. 201):

O comportamento singular do argumento sujeito relativamente aos restantes argumentos encontra a sua explicação na estrutura sintáctica que alberga o verbo [...] o argumento sujeito ocupa um posição sintáctica menos local relativamente ao verbo do que os restantes argumentos. Sendo a atribuição de papéis temáticos uma relação eminentemente local, espera-se que o verbo marque diretamente os argumentos que ocorrem como complemento, uma vez que o verbo e estes argumentos se encontram em posições sintáticas “irmãs”. Pelo contrário, uma vez que entre o verbo e o argumento que se projecta como sujeito não existe uma relação de “irmandade”, é possível que o verbo marque indirectamente (i.e. possa marcá-lo composicionalmente) através da regra de predicação.

Para exemplificar, observemos as estruturas *João partiu a lenha e João partiu a perna*³⁷. Nessas estruturas, percebemos que, diante do mesmo predicador *partir*, os argumentos externos assumem papéis temáticos distintos. No exemplo *João partiu a lenha*, o papel é de

³⁷ Exemplos extraídos de Mateus et al. (2003, p. 200).

agente, revelando, inclusive a intencionalidade de João em praticar a ação. Em *João partiu a perna*, o sujeito possui, por sua vez, o papel temático de *paciente*. Dessa maneira, a definição dos papéis temáticos para o argumento externo é realizada não somente pelo predicador verbal *partir*, mas pela composição do predicador verbal e argumento interno selecionado (*lenha* ou *perna*), como podemos observar na seguinte representação:

$$\begin{array}{l} \text{_____ AGENTE [V PARTIU SN A LENHA]} \\ \text{_____ PACIENTE [V PARTIU SN A PERNA]} \end{array}$$

Os argumentos internos, apesar da relação mais próxima com o predicador verbal, não apresentam comportamento uniforme, distinguindo-se, por exemplo, pela regência ou não da preposição. Os argumentos internos não preposicionados tem a atribuição de caso e papel temático realizada somente pelo predicador verbal – são denominados de *objeto direto*. Os argumentos internos preposicionados, por sua vez, podem ter a marcação de caso e papel temático atribuída pela combinação do predicador verbal com a preposição – como os *complementos oblíquos e locativos* – ou a marcação de caso pela preposição e o papel temático pelo verbo – *com os objetos indiretos*.

Para além dessa distinção mais geral, há um conjunto de traços específicos para caracterizar cada um dos argumentos do verbo. Mateus et al. (2003, p. 284), por exemplo, definem o *objeto direto* como o argumento interno de predicadores verbais de dois [____ V ____ OD] ou três lugares [____ V ____ OD ____], realizado tipicamente sem preposição, com papel semântico de *tema* ou *paciente*. Dentre o conjunto de propriedades sistematizados por Mateus et al. (2003) e Castilho (2010) para definir o *objeto direto*, podemos destacar:

- a) a possibilidade de ser preenchido por sintagma nominal (cf. (126)) ou por sentença objetiva direta (cf. (127));

(126) João comprou [*um livro*] _{OD}

(127) João disse [*que compraria um livro*] _{OD}

- b) a possibilidade de ser cliticizado – comutável pelos clíticos *o(s)/a(s)* (sintagma nominal com núcleo pronominal (cf. (128) e (129));

(128) João comprou [*um livro*] _{OD}.

(129) João [*o*] _{OD} comprou.

c) quanto à posição, os complementos diretos costumam posicionar-se como primeiro argumento imediatamente à direita do verbo (cf. (130));

(130) João encontrou [*o amigo*] _{OD}.

d) a possibilidade de não ser realizado fonologicamente (cf. (131));

(131) João comprou [\emptyset] _{OD} durante o evento.

O *objeto indireto* é definido por Mateus et al. (2003) como “o argumento interno do verbo de dois ou três lugares com o papel semântico de Alvo ou Fonte”. As propriedades apresentadas para a caracterização do objeto indireto são (MATEUS et al. 2003; CASTILHO, 2010):

a) traço [+animado] e papel temático de *beneficiário* – como em (132a) e (132b);

(132) a. João emprestou um livro [*à Maria*] _{OI}.

b. João emprestou um livro [*para Maria*] _{OI}.

b) são introduzidos pelas preposições *a* ou *para* (cf. (132a) e (132b));

c) pode ser cliticizado – substituído pelo clítico *lhe*, por exemplo (cf. (133));

(133) João emprestou-*[lhe]* _{OI} um livro.

De acordo com Mateus et al. (2003), os argumentos internos preposicionados que não correspondem a tais critérios estabelecem com o predicador verbal uma relação oblíqua e devem ser denominados de *complementos oblíquos*, e não *objetos indiretos*. No entanto, “as coisas se complicam bastante quando ingressamos no campo do objeto indireto e do oblíquo”, pois “[...] essas criaturas são sempre preposicionadas, e aí precisaremos decidir sobre se tais complementos foram selecionados pelo verbo, ou se foram selecionados pela preposição ela mesma” (CASTILHO, 2010, p.304).

Embora nem sempre sejam de fácil definição, existe um conjunto de traços específicos para tentar diferenciar os *objetos indiretos* dos *complementos oblíquos*. Os traços sintático-semânticos do *objeto indireto* já foram aqui explicitados. A partir da leitura de Mateus et al. (2003) e Castilho (2010), para a caracterização do *complemento oblíquo*, podemos sistematizar os seguintes aspectos:

- a) não pode ser cliticizado, ou seja, não pode ser comutado pelo clítico *lhe* (cf. (134a)); quando substituído por pronome, apresenta-se com preposição + pronome tônico (cf. (134b));

(134) a. João necessita [*de dinheiro*]_{OBL}.

*João necessita-lhe.

b. João necessita [*dele*]_{OBL}.

- b) não possui o papel temático de *beneficiário* – como em (134a);
 c) não possui, necessariamente, o traço [+ animado] – como em (134a);
 d) pode ser introduzido por diferentes preposições (cf. (135), (136) e (137));

(135) João acredita [*em Deus*]_{OBL}.

(136) João necessita [*de dinheiro*]_{OBL}.

(137) João se casou [*com Maria*]_{OBL}.

Mateus et al. (2013) e Castilho (2010) incluem no rol dos complementos oblíquos exemplos como *João foi à praia*. É preciso, pontuar, no entanto, que apesar de compartilhar algumas características com o complemento oblíquo, o argumento interno preposicionado em *João foi à praia*, possuem determinados traços específicos, como ser regido por um verbo de movimento e possuir o papel temático de locativo. Esses argumentos são denominados de *complementos circunstanciais* e/ou *complementos locativos*.

Os *complementos locativos* são, na perspectiva tradicional, classificados como *adjuntos adverbiais*. Os adjuntos adverbiais, no entanto, diferentemente dos argumentos, não são selecionados pelo predicador verbal, não constituindo, portanto, a sua estrutura argumental. Nas palavras de Castilho (2010, p. 306), os adjuntos adverbiais “desempenham um papel periférico na sentença, visto que não são selecionados pelo verbo e, portanto, não recebendo

caso do predador, não são proporcionais a um pronome”. Nesse sentido, no exemplo (138), o termo grifado é um *complemento locativo*, mas, no exemplo (139), o termo grifado representa um *adjunto adverbial*, trazendo apenas uma informação acessória à sentença, já que o predador verbal *ver* seleciona apenas dois argumentos – *João* (argumento externo) e *Maria* (argumento interno).

(138) João chegou [*em casa*] LOC

(139) João viu Maria [*no pátio da escola*] ADJ ADV.

Além das funções até aqui caracterizadas – *objeto direto*, *objeto indireto*, *complemento oblíquo*, *complemento locativo* e *adjunto adverbial* – em nossa análise variacionista para a flexão de caso dos pronomes pessoais, foram também investigadas as *estruturas sujeito-objeto*, em que o pronome pessoal compartilha traços de argumento externo e argumento interno simultaneamente, como em (140a) e (140b):

(140) a. João viu [*[a Maria]* beijar o Pedro]³⁸

b. João viu-*a* beijar o Pedro.

Sobre as estruturas em (140a) e (140b), Mateus et al. (2003, p. 285) declaram:

[...] há construções em que a expressão com a relação gramatical de objeto directo não é objeto lógico do verbo, Assim [...] a expressão em itálico tem o seu papel temático atribuído pelo verbo beijar, ou seja, é o sujeito lógico de beijar. Contudo, tal expressão comporta-se gramaticalmente como objecto directo de ver.

Esse raciocínio também pode ser aplicado às sentenças como em (141a) e (141b):

(141) a. João considera [*Maria*] inteligente.

b. João [*a*] considera inteligente.

Em (141a) e (141b), os termos grifados têm papel temático atribuído pelo termo inteligente, mas compartilham traços do argumento interno do verbo *considerar*. Esse tipo de construção, em nossa análise, foi denominada de *objeto direto com predicativo*.

³⁸ Exemplo extraído de Mateus et al. (2003, p.285).

A partir das características apresentadas para as funções sintáticas delimitadas para o estudo da nossa variável dependente, formulamos algumas hipóteses, que podem ser confirmadas ou rejeitadas com os resultados quantitativos e estatísticos fornecidos pelo Goldvarb. Definimos como primeira hipótese a de que as funções regidas por preposições – *objeto indireto, complemento oblíquo, complemento locativo e adjunto adverbial* – são mais suscetíveis ao emprego do pronome flexionado devido à atuação da preposição como atribuidora de caso e/ou de caso e papel temático simultaneamente.

Por outro lado, considerando o comportamento diferenciado das funções sintáticas preposicionadas, definimos mais duas hipóteses: (i) a de que a função de *adjunto adverbial*, estando de fora da estrutura argumental do predicador verbal, deve ser mais favorável à flexão de caso do que as dos argumentos internos preposicionados; (ii) a de que, dentre os argumentos internos preposicionados (OI, OBL e LOC), a flexão seria favorecida pelos argumentos verbais de natureza essencialmente pronominal e não passíveis de cliticização (OBL e LOC);

Na rodada do Goldvarb destinada a contabilizar o número de ocorrências e os percentuais correspondentes, foi exibido um *knockout* para a função de *complemento locativo* (*antes deles fazê qualquer coisa, ele vem a mim.*) – correspondente a um total de 11 ocorrências – por ser categórico o uso da variante com o pronome flexionado nessa função. Considerando a natureza linguística semelhante – argumentos internos preposicionados e não cliticizáveis – decidimos por amalgamar as funções de *complemento oblíquo* e *complemento locativo*. Após essa modificação na variável *função sintática dos pronomes*, obtivemos os resultados apresentados na Tabela 20:

Tabela 20 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de acordo com a variável *função sintática*:

Função Sintática	Ocorrências/Total	%	P.R.
Objeto Indireto	1053/1060	99,3%	0.85
Adjunto Adverbial	886/894	99,1%	0.63
Complemento Oblíquo/Locativo	187/201	93,0%	0.52
Objeto Direto	1473/1538	95,8%	0.37
Objeto Direto c/Predicativo	36/45	80,0%	0.10
Sujeito-Objeto	16/214	7,5%	0.01
Total	3651/3952	92,4%	—

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

De acordo com os resultados expressos na Tabela 20, as funções preposicionadas são as mais favoráveis à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais, confirmando a primeira hipótese elaborada para a variável *função sintática* neste estudo. Por outro lado, conforme havíamos suspeitado, o comportamento diferenciado apresentado pelas funções preposicionadas implica em resultados também distintos para o emprego da variante com o pronome flexionado.

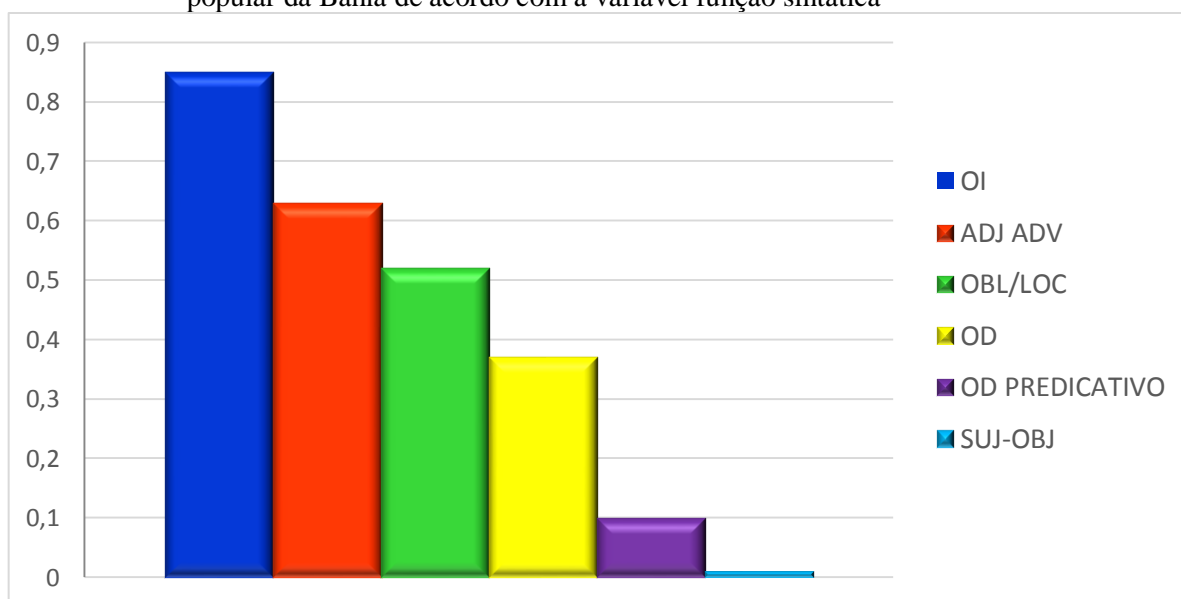
Dentre as funções preposicionadas favoráveis à flexão de caso, destaca-se a do *objeto indireto* (*ele poderia me dá um bom dinheiro*), com peso relativo 0.85. Em seguida, a função de *adjunto adverbial* (*não, ela vai comigo*), com peso relativo 0.63, apresenta-se como o segundo contexto mais favorável ao emprego da variante padrão. A função de complemento *oblíquo e/ou locativo* (*eu num sô egoísta, num penso só em mim*) apresenta-se também como contexto favorável à aplicação da regra, com peso relativo de 0.52.

Embora esses resultados refutem a hipótese de uma possível hierarquia entre as funções preposicionadas ($ADV > OBL/LOC > OI$) para a flexão de caso dos pronomes pessoais, podemos pensar que, de um lado, favorecendo amplamente a flexão pronominal de primeira pessoa do singular, está situada a função de *objeto indireto*, cliticizável e com relação mais estreita com predador verbal, e do outro, as funções de *complementos e adjuntos*, não cliticizáveis, exibindo, portanto, uma relação menos estreita em relação ao verbo.

De acordo com Tabela 01, as funções sintáticas não favoráveis ao emprego da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular são as de *objeto direto*, *objeto direto com predicativo*, *sujeito-objeto*. A função de *objeto direto* (*pra que tu fica chamano eu*) mostra-se como um contexto não favorável à aplicação da regra, exibindo o peso relativo 0.37. Os baixos pesos relativos 0.10 e 0.01 correspondentes, respectivamente, às funções de *objeto direto com predicativo* (*quando uma pessoa vê eu deitada*) e *sujeito-objeto* (*dêxa eu desligá aqui o rádio*) demonstram que esses tipos de estruturas são contextos totalmente inibidores ao emprego da variante com o pronome flexionado. Isso se deve ao fato de que, nessas posições, o pronome possui, simultaneamente, um valor acusativo e um valor nominativo.

No Gráfico 07, sistematizamos os dados obtidos para a variável função sintática:

Gráfico 07 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável função sintática

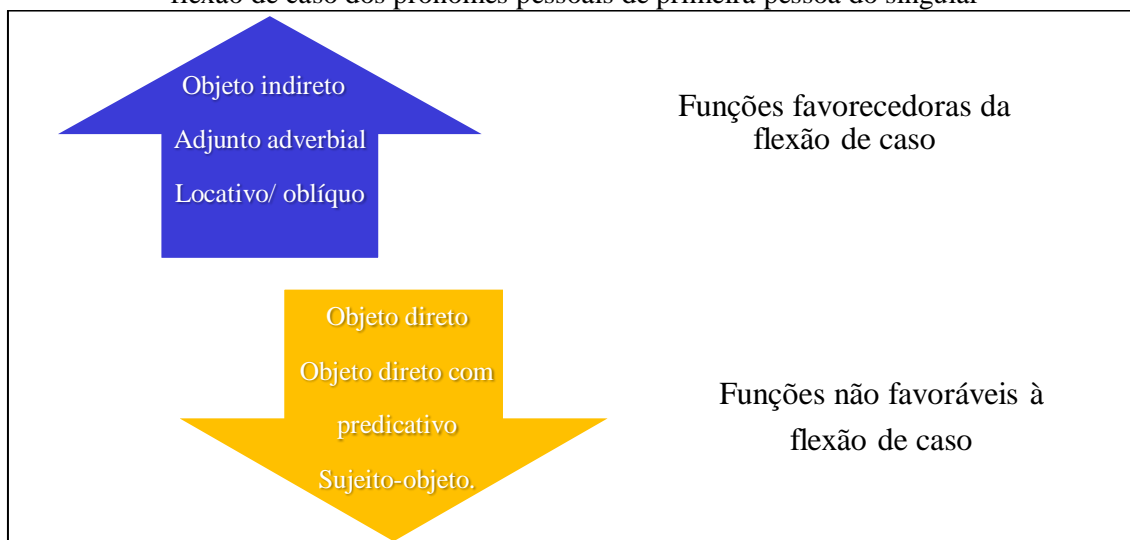


Fonte: Elaborado pela autora.

De um modo geral, podemos sistematizar, pelos resultados obtidos, que: (i) as funções não regidas por preposição são as menos sensíveis à aplicação da regra da variante com o pronome flexionado, se considerarmos que os pronomes, quando em estruturas de *objeto direto com predicativo* e estruturas *sujeito-objeto* não apresentaram preposição; (ii) as funções preposicionadas – OI/OBL/LOC/ADV – são contextos favoráveis à flexão; no entanto, a função preposicionada mais favorável à aplicação da regra da flexão de caso é a que

possui a relação mais estreita com o predicador verbal – o *objeto indireto*. Para uma melhor visualização, sistematizamos a Figura 12:

Figura 12 – As funções sintáticas favoráveis e não favoráveis à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular



Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.1.2 Regência da preposição

A variável regência da preposição é composta por sete fatores:

- a) Pronomes *não regidos por preposição*;
- b) Pronomes regidos pelas preposições *para/por*;
- c) Pronomes regidos pela preposição *a*;
- d) Pronomes regidos pela preposição *com*;
- e) Pronomes regidos pela preposição *de*;
- f) Pronomes regidos pela preposição *em/ni*;
- g) Pronomes regidos pela partícula *mais* com valor prepositivo;

Ao estabelecer essa variável, pensamos na correlação com a variável *função sintática*. Dessa forma, se suspeitávamos do favorecimento da flexão casual pelas funções preposicionadas, era necessário avaliar qual (is) o(s) perfil(s) da(s) preposição(s) que regem tais funções. É preciso compreender, no entanto, o comportamento distinto das preposições antes de avaliar a sua interferência (ou não) na aplicação da regra da flexão casual.

De acordo com Mateus et al, (2003, p. 398), podemos distinguir, no português, três grandes classes de preposições: (i) as que atribuem papel temático ao argumento selecionado por um

predicador verbal; (ii) as que selecionam um argumento, atribuindo-lhe caso e papel temático; (iii) as que atribuem somente caso ao argumento selecionado por um predicador verbal. No grupo (i), estariam as preposições que regem os *complementos oblíquos e locativos*; no grupo (ii), as preposições introdutórias dos *adjuntos adverbiais*; e no grupo (iii), as preposições regentes do *objeto indireto*.

Em uma proposta mais recente, sob a perspectiva gerativista, Cançado (2009) distribui as preposições entre as que regem argumentos verbais, *as funcionais*, e aquela que regem os adjuntos, *as predadoras*. As preposições predadoras selecionam um argumento, atribuindo-lhe caso e papel temático, apresentando, dessa forma, função sintática e semântica. As preposições funcionais, por sua vez, não são predadoras, pois não selecionam argumentos. Essas preposições introduzem os argumentos selecionados por um predicador verbal, atribuindo-lhe caso, mas não papel temático. São preposições com função sintática, mas não com função semântica, portanto.

Castilho (2010), em perspectiva semelhante à de Cançado (2009), também aborda o comportamento distinto das preposições. Ao tratar do sintagma preposicional, sinaliza que a predicação das preposições pode ser de “primeira ordem” ou de “segunda ordem”. A predicação de “primeira ordem” corresponde às preposições predadoras; e as de “segunda ordem”, às preposições funcionais, conforme aponta o autor:

A predicação preposicional pode ser de primeira ordem (= predicação de um referente), [...] em que o sintagma preposicional predica o núcleo do sintagma nominal, ou de segunda ordem (= predicação de outro predicado), em que o sintagma preposicional predica o núcleo do sintagma verbal (CASTILHO, 2010, p. 584).

Em comum, as propostas de Mateus et al. (2003), Cançado (2009) e Castilho (2010) posicionam, de um lado, as preposições introdutórias dos argumentos verbais e, de outro, as preposições que predicam os adjuntos. Considerando esse aspecto, propomos, neste estudo, as seguintes questões: (i) se as funções preposicionadas atuam, de fato, como contextos favorecedores ao emprego do pronome flexionado, qual o comportamento da(s) preposição(es) favorecedoras à flexão de caso dos pronomes – as preposições introdutórias dos argumentos verbais ou predadoras dos adjuntos? Levantamos a hipótese de que as preposições dos adjuntos são mais favoráveis à flexão de caso dos pronomes de primeira

peessoa do singular, por atuarem como predicadores plenos, com atribuição de caso e papel temático simultaneamente.

Em nosso estudo, a distribuição das preposições não é uniforme. Atestamos, de um lado, preposições que atuaram em uma função sintática específica e de outro, preposições de caráter híbrido, ora introduzindo os argumentos verbais, ora predicando adjuntos. Cançado (2009, p.49), em seu estudo, também menciona “a natureza híbrida de todas as preposições”, as quais “ora podem ser itens gramaticais, ora itens lexicais”. A leitura dos exemplos de (142a) a (147d) pode ratificar o que aqui afirmamos:

a) pronomes regidos pelas preposições *para/por*;

- (142) a. tomô o cinquenta no... na mão de compade Jacó e deu **pra mim** (OI)
 b. ieu paguei compade Pedo aí pa mode ele tirá uma lenha **pra mim** (ADV)
 c. tá uma tempestada forte **pra eu** (ADV)
 d. mas depois ela foi chegano **pra mim**, foi, foi, a gente ficô amigo. (LOC)

b) pronomes regidos pela preposição *a*;

- (143) a. você num dá nada **a mim** (OI)
 b. Porque tudo que eles faz ele vem **a mim** pri... (LOC)

c) pronomes regidos pela preposição *com*;

- (144) a. Num tá veno que ele cismô **comigo**. (OBL)
 b. Ele ficava mais grosso, ficava discutino **com eu** (OBL)
 c. Ela veio **com eu** e meu irmão nos braço (ADV)

d) pronomes regidos pela preposição *de* ;

- (145) a. compade meu, que batizô meu menino e gosta muito **de eu** (OBL)
 b. eles depende **de eu** (OBL)

e) pronomes regidos pela preposição *em/ni*;

(146) a. Poque esse pessoal já me {conhece-me}, confia mais **em mim** (OBL)

b. Só ele casô comigo mermo que interessô **ni eu** (OBL)

f) *mais* com valor prepositivo.

(147) a. ficava brigano **mais eu** direto... (OBL)

b. Domingo mesmo ele ligô, conversô um bocado **mais eu**, (OBL)

c. Ela carregô a menina mais véia e os ôto ficô **mais eu**. (ADV)

d. a companhêra num quis entrá **mais eu**... (ADV)

Diante disso, podemos observar, no Quadro 38, como estão distribuídas as preposições de acordo com as funções sintáticas em nosso estudo:

Quadro 38 – Distribuição das preposições por função sintática no português popular da Bahia

PREPOSIÇÕES ESPECÍFICAS			PREPOSIÇÕES HÍBRIDAS		
Introduzem argumentos verbais			Introduzem argumentos verbais e predicam adjuntos		
de	em	a	para	com	mais
c. oblíquo	c. oblíquo	obj. indireto c. locativo	obj. indireto adj. adverbial	c.oblíquo adj. adverbial	c. oblíquo adj. adverbial

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do Quadro 04, em que sistematizamos o comportamento das preposições encontradas na base de dados do português popular da Bahia, elaboramos as seguintes questões:

- (i) as preposições canônicas que predicam os ADV – *com* e *para* – são favoráveis à flexão pronominal, por atuarem como predadoras selecionando o argumento e atribuindo-lhe caso e papel temático?
- (ii) as preposições que regem os OBL – *de*, *em* e *com* – são mais favoráveis à flexão pronominal do que aquelas que regem os OI – *a* e *para*?

- (iii) qual o papel do item *mais* com valor prepositivo em variação com a preposição *com* nas funções de OBL e ADV?

Na rodada de Goldvarb para a variável *regência da preposição*, obtivemos os resultados expressos na Tabela 21. Esses resultados foram computados após a retirada do fator *mais* com valor prepositivo, visto que é categórico o uso desse item com o pronome não flexionado³⁹.

Tabela 21 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *regência da preposição*:

Regência da Preposição	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Preposição <i>para/por</i>	685/696	98,4%	0.76
Preposição <i>com</i>	364/369	98,6%	0.52
Sem preposição	2453/2718	90,2%	0.45
Preposição <i>de</i>	67/78	85,9%	0.13
Preposição <i>em/ni</i>	39/45	86,7%	0.07
Preposição <i>a</i>	43/46	93%	0.04
Total	3651/3952	92,4%	----

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora.

A preposição *para*, com peso relativo 0.76, apresenta-se como o contexto que mais favorece a variante com o pronome flexionado de primeira pessoa do singular. Os pronomes regidos pela preposição *com* também exibem um alto índice percentual de realização da variante padrão, 98,6%, correspondente ao peso relativo 0.52. Os dados obtidos para as preposições *para* e *com* reforçam aqueles apresentados para as funções sintáticas dos pronomes. Em nossa amostra, a preposição *para* aparece, em sua maioria, regendo os pronomes pessoais de primeira pessoa nas funções de *adjunto adverbial* (cf. (142b) e (142c)) e *objeto indireto* (cf. (142a)); e a preposição *com* como regente dos pronomes nas funções de complemento *oblíquo* (cf. (144a) e (144b)) e *adjunto adverbial* (cf.(144c)).

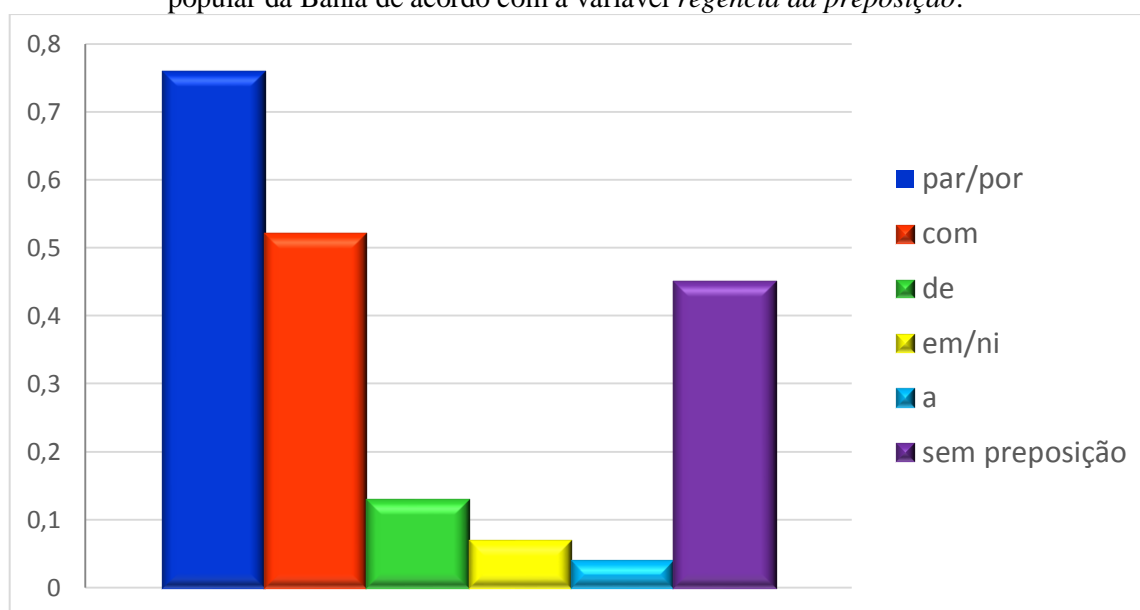
Os pronomes, quando regidos pelas preposições *de*, *em* e *a*, cujos pesos relativos são, respectivamente, 0.13, 0.07, e 0.04, apresentam-se como não favoráveis à flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular. Os contextos *sem regência da preposição* também aparecem como não favorecedores à aplicação da regra, com peso relativo 0.45. Esse contexto

³⁹ A discussão sobre o *mais* com valor prepositivo será estabelecida posteriormente nesta seção.

demonstra, no entanto, uma possibilidade maior de realização da variante com o pronome flexionado do que os contextos regidos pelas preposições *de*, *em* e *a*, que, pela baixa probabilidade estatística – pesos relativos 0.13, 0.07 e 0.04, respectivamente – parecem inibir o uso da variante padrão.

Para melhor visualização dos resultados para a variável regência da preposição, sistematizamos os dados no Gráfico 08:

Gráfico 08 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável *regência da preposição*:



Fonte: Elaborado pela autora.

Além de avaliar o comportamento das preposições canônicas, foi preciso também investigar o uso do advérbio *mais* com valor prepositivo. No entanto, conforme já sinalizado, não foi possível uma análise quantitativa/estatística desse item em função da nossa variável dependente, pois é categórico o uso do *mais* prepositivo com o pronome não flexionado, seja na função de *complemento oblíquo* como exemplificada em (147a) e (147b), seja na função de *adjunto adverbial*, como em (147c) e (147d). Esse tipo de estrutura correspondeu a 78 ocorrências em nossa base de dados.

O emprego do *mais* com valor prepositivo merece destaque em nosso estudo por ser um aspecto que reforça a polarização sociolinguística do português brasileiro. Esse tipo de realização constitui-se como reflexo de um processo anterior de transmissão linguística

irregular, que atingiu as variedades populares rurais nas origens do português brasileiro. Tal afirmação encontra respaldo nos crioulos de base lexical portuguesa (com total dos mecanismos flexionais dos pronomes), para os quais observamos que a marcação do caso ablativo é representada mediante o uso do *mais* com o pronome não flexionado, resultando na estrutura *mais mi* (ALMADA, 1961).

Na esteira desse raciocínio, destacamos o estudo realizado por Gomes e Lucchesi (2014) sobre a variação entre o *mais* prepositivo – variante não padrão – e a preposição *com* – variante padrão – nas comunidades afro-brasileiras. Embora não esteja relacionado à flexão casual dos pronomes, o estudo dos autores fornecem dados relevantes sobre o item *mais* com valor de preposição a partir da análise da variável *faixa etária*. Os dados da análise encontram-se na Tabela 22:

Tabela 22 – Distribuição das variantes *mais/com* segundo a *faixa etária*

	MAIS			COM			TOTAL
	Oc.	%	P. R.	Oc.	%	P. R.	
Faixa 1	34	29	.37	84	71	.63	118
Faixa 2	75	35	.52	137	65	.48	212
Faixa 3	79	42	.57	109	58	.43	188
TOTAL	188	36	-	330	64	-	518

Nível de significância: .015

Fonte: Gomes; Lucchesi (2014)

Como podemos observar na tabela 03, os resultados demonstram um quadro de *mudança em curso*, com os mais velhos mantendo o padrão linguístico da comunidade – o uso do *mais* com valor prepositivo – e os mais jovens liderando o processo de mudança linguística com a aquisição da forma inovadora – a variante padrão *com*. Considerando que a faixa 3, nas comunidades afro-brasileiras, é a que guarda os vestígios dos processos de criouliização nas regiões rurais do país, encontramos elementos para reforçar a ideia aqui apresentada de que as estruturas do *mais prepositivo* com o pronome não flexionado – *mais eu* – é de natureza criouliizante. Por outro lado, compreendemos que se tais estruturas se originaram nas regiões rurais mais isoladas do país, o contato dos falantes mais jovens com os padrões linguísticos dos centros urbanos tem permitido a implantação da variante inovadora – *comigo* – no seio dessas comunidades, amenizando as marcas mais salientes do processo de *transmissão linguística irregular*.

4.3.1.3 Discurso laico ou religioso

Ao selecionar essa variável, buscamos verificar se a realização das variantes linguísticas em estudo está associada ao tipo de discurso *laico ou religioso* produzido pelo falante. Consideramos os contextos que fazem evocações ou referência direta a Deus, demonstrando a influência de textos bíblicos e pregações religiosas, como *discurso religioso* (cf. (148a) e (148b)). Os contextos em que não se faz nenhuma menção à figura divina e/ou expressões de cunho religioso, mas a assuntos cotidianos das comunidades – a relação com a comunidade, as festas tradicionais, etc. – foram então denominados de *discurso laico* (cf. (149a) e (149b)).

- (148) a. Quanto Deus **me** ajudá que eu baté com a pestana, eu vô vê se eu consigo dá o que eu posso, né?
 b. Graças a Deus que Deus **me** botô aqui, foi uma benção!
- (149) a. minha mãe viajô, e dexô **eu** e esse irmão meu aqui dento de casa
 b. ela indicô **eu**, ela é... já foi presidente por duas vez

A nossa hipótese relaciona-se com a ideia de que o *discurso religioso* é favorável ao uso da variante com o pronome flexionado. Quando o falante produz expressões ou textos de cunho religioso, encontra-se sob a influência da tradição religiosa, em que figuram, predominantemente, as variantes padrão. Essa hipótese passou a ser considerada, sobretudo, pelo fato de o clítico *nos*, raramente encontrado na amostra de fala do português popular da Bahia para este estudo, ser atestado em contextos de caráter religioso, como demonstrado nos exemplos (103a), (103b), (103c) e (108a), exibidos na subseção 4.1.2.

Os resultados obtidos com essa variável encontram-se sistematizados na Tabela 23:

Tabela 23 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *discurso laico/religioso*:

Tipo de discurso	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Religioso	154/158	97,5%	0.83
Laico	3497/3794	92,1%	0.48
Total	3651/3952	92,4%	----

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

A análise probabilística obtida para a variável *tipo de discurso* demonstra que o *discurso religioso*, com peso relativo 0.83, apresenta-se como extremamente favorável à aplicação da regra da variante com o pronome flexionado. O *discurso laico*, com peso relativo 0.48, apresenta-se como não favorável ao uso do pronome flexionado. Esses resultados confirmam, portanto, a nossa hipótese de que o *discurso religioso* tende a favorecer o emprego do pronome flexionado, variante prestigiada e propagada pela tradição normativa.

4.3.1.4 Comunidade

A variável *comunidade* foi estabelecida para observar se no português popular da Bahia, em relação à flexão de caso dos pronomes pessoais, podemos delinear um *continuum* linguístico, que se estenderia das variedades do interior mais isoladas às variedades populares urbanas, conforme proposta de Bortoni-Ricardo (2005, 2011). Para isso, observamos o comportamento do fenômeno em amostras de falas recolhidas nas comunidades de Salvador, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Poções e comunidades afro-brasileiras (Helvécia, Cinzento, Sapé e Rio de Contas).

Para a análise da variável, conjugamos algumas hipóteses, como: (i) as variedades do português popular mais afetadas pelo contato entre línguas e que se mantiveram em um situação de relativo isolamento em relação aos grandes centros urbanos – nesse caso, as comunidades afro-brasileiras – exibem um quadro mais amplo e profundo de variação em relação à flexão de caso dos pronomes pessoais; (ii) nas variedades rurbanas de pequenas cidades do interior do Estado – SAJ e PO – o quadro de variação da flexão de caso pronominal é mais perceptível do que o das variedades populares de cidades de médio porte – Feira de Santana; (iii) a variedade popular de Salvador atua como um centro difusor dos padrões linguísticos urbanos cultos para as variedades populares do interior do Estado,

Na Tabela 24, encontramos os resultados obtidos para a variável comunidade:

Tabela 24 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *comunidade*:

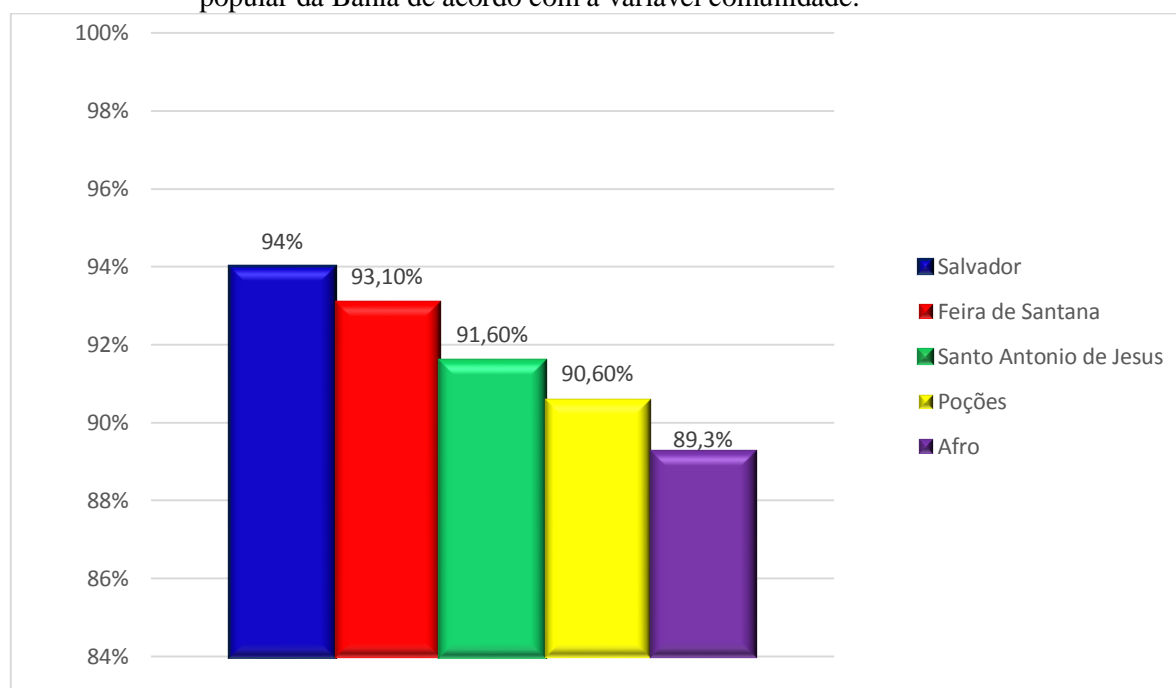
Comunidade	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Salvador	1697/1804	94%	0.67
Feira de Santana	436/468	93,1%	0.64
Santo Antônio	468/514	91,1%	0.27
Poções	601/663	90,6%	0.28
Afro	449/503	89,3%	0.29
Total	3651/3952	92,4%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

Os resultados apresentados na Tabela 05 demonstram, em relação ao fenômeno da flexão casual dos pronomes pessoais, o predomínio de uso das formas flexionadas no português popular de Salvador, com peso relativo 0.67. Em seguida, aparece o português popular da cidade de médio porte do interior, Feira de Santana, como favorecedora à flexão de caso, exibindo peso 0.64. As variedades populares das cidades do interior de pequeno porte, Santo Antônio de Jesus (0.28) e Poções (0.27), e as afro-brasileiras (0.29), com pesos relativos bastante próximos, apresentam-se como contextos desfavorecedores da flexão casual. No Gráfico 09, sistematizamos os resultados obtidos em termos percentuais para a variável comunidade:

Gráfico 09 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável comunidade:



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dos resultados expostos, observamos que, no português popular da Bahia, a flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular é um aspecto que contrapõe variedades populares mais urbanizadas a variedades populares menos urbanizadas. De um lado, como favorecedoras da aplicação da regra, estão situadas as comunidades de Salvador e Feira de Santana, cidades baianas de grande e médio porte, respectivamente; do outro, as comunidades de cidades de interior de pequeno porte, SAJ e PO, e as variedades do interior mais isoladas, as afro-brasileiras. Nesse sentido, compreendemos que a urbanização se impõe com um fator extremamente relevante para a compreensão da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia. Isso porque a probabilidade de aplicação da regra da flexão é proporcional ao crescimento do fator urbanização, conforme proposto na Figura 13:

Figura 13 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia por comunidade considerando o fator *urbanização*:

	Salvador	Feira de Santana	Santo Antônio de Jesus	Poções	Afro-brasileiras	
+ flexão	94%	93,1%	91,6%	90,6%	89,3%	- flexão
	+ urbanização					- urbanização

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com proposta da Figura 13, o português popular de Salvador estaria em um polo mais próximo dos padrões urbanos cultos, atuando com centro difusor da variante prestigiada socialmente – o pronome flexionado –, confirmando uma das hipóteses levantadas neste estudo. Ademais, Feira de Santana estaria atuando, de acordo com a Figura 13, como uma zona de transição entre a capital e as variedades populares do interior de cidades de pequeno porte (SAJ e PO). Estas, por sua vez, assumiriam uma posição entre as cidades do interior de médio porte (FS) e as variedades do interior mais isoladas geograficamente, como as comunidades afro-brasileiras.

Esses resultados correspondem, por um lado, às configurações socioeconômicas de cada comunidade, sistematizadas no capítulo 1. Isso porque as comunidades mais desenvolvidas socioeconomicamente, como Salvador e Feira, aplicam com maior probabilidade a variante prestigiada socialmente – o pronome flexionado de primeira pessoa do singular. Esse aspecto se torna evidente não somente pelos dados quantitativos, mas também pelos dados descritivos

exibidos nas seções 4.1.1. Os dados sistematizados na seção 4.1.1 demonstram que, nas variedades populares de Feira de Santana e Salvador, a variação entre as formas flexionadas e não flexionadas do pronome de primeira pessoa do singular encontra-se restrita às funções de *adjunto adverbial*, estruturas *sujeito-objeto* e *objeto direto com predicativo*. Nesses contextos, o emprego do pronome não flexionado, entretanto, parece não ser estigmatizado socialmente pelas camadas cultas da sociedade.

Por outro lado, a proposta da Figura 13 reúne elementos sobre a flexão casual dos pronomes de primeira pessoa no português popular da Bahia para reforçar a hipótese da polarização sociolinguística do português brasileiro (LUCCHESI, 2001, 2002, 2015). Essa hipótese, conforme discussão estabelecida no capítulo 1, apoia-se na ideia de que são nas comunidades do interior do país onde podemos atestar as marcas mais salientes do contato entre línguas nas origens do PB. O português popular da Bahia segue essa tendência, portanto. Isso porque são nas comunidades do interior da Bahia de menor porte, SAJ e PO e, sobretudo nas comunidades afro-brasileiras (que se mantiveram, por um bom tempo, isoladas geograficamente e com antecedentes de um processo histórico de criouliização), em que é atestada com maior intensidade a redução da flexão de caso pronominal – fenômeno característico de processos de contato entre línguas (cf. seção 3.1).

É preciso lembrar, no entanto, que, em virtude de inúmeras mudanças no cenário socioeconômico do Brasil, para além da urbanização, como escolarização, rede de relações sociais, exposição à mídia, dentre outros, processou-se um nivelamento linguístico, que resultou na aquisição das variantes de maior prestígio social, como, por exemplo, o pronome flexionado, pelas camadas populares. Nesse sentido, à medida que as variedades populares do interior se aproximam dos modelos linguísticos urbanos cultos, “os reflexos dos processos de variação de mudança induzidos pelo contato tendem a se tornar menos nítidos” (LUCCHESI, 2015, p. 218).

4.3.1.5 Sexo

A maioria dos estudos sociolinguísticos apresentam as mulheres como as responsáveis pela manutenção dos padrões linguísticos da comunidade de fala e os homens com os líderes dos processos de variação e mudança. No entanto, conforme discussão estabelecida no capítulo 2, o comportamento linguístico de homens e mulheres nem sempre segue esse tendência e

precisa ser descrito e avaliado diante da conjuntura socioeconômica e cultural em que os falantes estejam inseridos.

Em nosso estudo, a partir das configurações socioeconômicas sistematizadas para as comunidades, levantamos a hipótese de que os homens estão mais propensos ao uso da variante padrão do que as mulheres. Nas comunidades afro-brasileiras e em SAJ e PO, os homens costumam ter maior contato com padrões exógenos à comunidades devido à saída para os grandes centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Nas comunidades urbanas de grande e médio porte – Salvador e Feira de Santana, respectivamente – apesar de as mulheres atuarem também como provedoras do lar, ocupam posições em subempregos e, às vezes, dentro da própria comunidade local; os homens, por sua vez, atuam em profissões que exigem um comportamento mais formal e, por conseguinte, o uso da variante de maior prestígio social.

A atuação da variável *sexo*, observada, conjuntamente, no português popular da Bahia, demonstrou-se relevante para a análise da flexão de caso dos pronomes pessoais, visto que foi selecionada estatisticamente pelo programa de análise quantitativa Goldvarb. Na Tabela 25, informamos os valores percentuais e os pesos relativos correspondentes à atuação da variável *sexo* em relação à aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular:

Tabela 25 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *sexo*:

Sexo	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Masculino	1566/1671	93,7%	0.57
Feminino	2085/2281	91,4%	0.44
Total	3651/3952	92,4%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

Na Tabela 25, o peso relativo 0.57 exibido para o fator *sexo masculino* demonstra que os homens se mostram mais receptivos à influência da variante padrão, empregando com maior frequência a flexão de caso pronominal no paradigma de primeira pessoa do singular (93,7%). Embora o valor percentual apresentado para o sexo feminino (91,4%) esteja muito próximo do valor total de aplicação da regra (92,4%), o resultado probabilístico 0.44 para a flexão de caso pronominal demonstra que as mulheres mostram-se menos sensíveis à influência do padrão.

Esse resultado geral, com os homens aplicando com maior probabilidade o uso da variante padrão, apresenta-se, portanto, na contramão do que aponta a maioria dos estudos sociolinguísticos, conforme sinalizamos no início desta subseção.

4.3.1.6 Localidade

A variável *localidade* foi delimitada apenas para o estudo da variável *a flexão de caso dos pronomes pessoais* nas comunidades de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Poções. Esses municípios apresentam em sua configuração a divisão entre zona rural e zona urbana, as quais se distinguem, dentre outros aspectos, pelas atividades socioeconômicas desenvolvidas e *rede de relações* estabelecidas, conforme discussão estabelecida no capítulo 2.

A hipótese relacionada à variável *localidade* envolve a proximidade com os grandes centros urbanos, difusor dos padrões linguísticos prestigiados, a exemplo de Salvador, e as redes de relações desenvolvidas nessas localidades. Dessa forma, sugerimos que os falantes da zona rural dos municípios, menos expostos à influência dos grandes centros urbanos e com rede de relações de *alta densidade* e *multiplex*, sejam mais resistentes ao emprego da variante padrão. Os falantes da zona urbana, por sua vez, situados nas regiões mais desenvolvidas socioeconomicamente dos municípios e com rede de relações de *baixa densidade* e *uniplex*, estariam mais expostos aos padrões linguísticos dos grandes centros urbanos e empregariam com maior frequência, por conseguinte, a variante com o pronome flexionado – a variante padrão.

Na Tabela 26, apresentamos os resultados obtidos para a variável localidade:

Tabela 26 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *localidade*:

Localidade	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Sede	745/789	94,4%	0.65
Rural	760/856	88,8%	0.35
Total	1505/1645	91,5%	---

Nível de significância: 0.024

Fonte: Dados produzidos pela autora

O resultado sistematizado na Tabela 26 confirma a hipótese levantada neste estudo acerca da variável *localidade*. Os falantes das zonas urbanas dos municípios empregam com maior

probabilidade – peso relativo .65 – a variante com o pronome flexionado, e os falantes das zonas rurais estão menos suscetíveis ao emprego dessa variante, o que se traduz no peso relativo 0.35. Como podemos observar, os falantes das sedes dos municípios apresentam, em relação à variável dependente em estudo, um comportamento linguístico muito mais próximo ao das variedades urbanas. Esse comportamento das zonas urbanas dos municípios pode ter se configurado a partir do século XX, com o nivelamento linguístico que caracterizou o cenário brasileiro, devido a mudanças no cenário socioeconômico, como os processos de urbanização e acesso à escolaridade.

Por outro lado, os resultados expressos na Tabela 26 demonstram a relevância e/ou impacto das redes de relações sociais no comportamento linguístico dos indivíduos das zonas urbanas e rurais dos municípios. Nas zonas urbanas, em que as redes de relações não costumam fortalecer os laços entre os indivíduos das comunidades nem manter os padrões do grupo, ocorre uma maior suscetibilidade à influência linguística e cultural externas à comunidade, sobretudo aquelas advindas da capital Salvador. Em sentido contrário, nas zonas rurais, em que se apresentam relações interpessoais mais estreitas, há um alto grau de coesão interna, o que se reflete na resistência às influências externas à comunidade local.

Se os falantes das zonas urbanas dos municípios de FS, SAJ e PO estão condicionando o uso da variante de maior prestígio social, é importante avaliar o comportamento desses falantes considerando o contexto específico de cada comunidade. Para isso, estabelecemos o cruzamento entre as variáveis *localidade* e *comunidade* (cf. Tabela 27):

Tabela 27 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com o cruzamento das variáveis *localidade* e *comunidade*

Comunidade	Localidade	Nº de Ocorrências/Total	%	P.R.
Feira de Santana	Zona urbana	182/198	91,9%	0.74
	Zona rural	254/270	94,1%	0.71
Santo Antônio	Zona urbana	281/299	94%	0.51
	Zona rural	187/215	87%	0.26
Poções	Zona urbana	282/292	96,6%	0.65
	Zona rural	319/371	86%	0.23
TOTAL		1505/1645	91,5%	---

Nível de significância 0.030

Fonte: Dados produzidos pela autora.

O fator que merece destaque, após o cruzamento da variável comunidade com localidade, é a acentuada diferença entre os falantes da zona urbana e zona rural dos municípios de Santo Antônio e Poções e o comportamento homogêneo dos falantes de sede e zona rural em Feira de Santana. Nas comunidades interioranas de pequeno porte, SAJ e PO, os pesos relativos exibidos para os falantes da sede 0.65 (PO) e 0.51 (SAJ) praticamente dobram em relação àqueles exibidos para os falantes da zona rural dos municípios, 0.23 (PO) e 0.26 (SAJ). Diferentemente, na comunidade de Feira de Santana, tanto os falantes da sede (.74) quanto da zona rural (.71) favorecem amplamente a flexão de caso pronominal, não sendo notada uma diferença significativa no comportamento deles.

O comportamento bastante próximo da zona rural e zona urbana de Feira de Santana pode refletir uma maior integração da zona rural nesse município, o que é observado por Almeida (2012, p. 08)

[...] na zona rural do município, bastante integralizada com a zona urbana, encontra-se, além, claro, de marcas da vida urbana, como eletrodomésticos sofisticados quando a condição financeira o permite, culto às festas da cidade, por parte dos jovens, como a micareta e o carnaval, toda uma atitude urbana (por parte dos jovens e meia idade) que se percebe através das roupas, do jeito de falar e se portar [...] Além disso, também por parte dos jovens, parece existir uma atitude mais cuidadosa com a fala como se quisessem, intuitivamente, tê-la legitimada como urbana, fazendo um esforço que resulta em um número menor de características que são conhecidas como próprias de falares do campo.

Desse modo, podemos pensar que a constante interação dos falantes de Matinha, zona rural estudada, com os falantes da sede de Feira de Santana, tem promovido o contato com as formas linguísticas padrão e inibido os usos linguísticos rurais menos prestigiados ou estigmatizados socialmente, como, por exemplo, o emprego do pronome de primeira pessoa do singular *eu* nas funções de complementos verbais e adjuntos adverbiais. Diferentemente, os falantes das zonas rurais dos municípios de cidades do interior de menor porte parecem exibir menor integração com os falantes da sede, o que se reflete, dentre outros aspectos, na manutenção dos falares linguísticos típicos das zonas rurais.

4.3.2 As variáveis não selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb

Em relação aos resultados das variáveis não selecionadas, como devemos proceder? Devemos “apresentá-los, ou abandoná-los como um fracasso que não merece mais atenção?” (GUY; ZILLES, 2007, p. 214).

Adotamos a posição de Guy e Zilles (2007) de que as variáveis não selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa de análise quantitativa – em nosso caso, o Goldvarb – também merecem atenção por parte do linguista. Os resultados não selecionados podem, muitas vezes, fornecer dados significativos para a compreensão do fenômeno variável em estudo ou oferecer subsídios para a realização de estudos vindouros. É importante, portanto, não dispensar ou menosprezar os resultados sem significância estatística, e descrevê-los e analisá-los. Caso contrário, como bem aponta Guy e Zilles (2007, p.214), as perguntas e hipóteses levantadas no decorrer do estudo permanecerão sem respostas ou não haverá registros de que determinadas questões já foram investigadas. Por isso, “a prática de não apresentar resultados negativos tem um efeito negativo para o progresso da ciência” (GUY; ZILLES, 2007, p. 214).

Desse modo,

a abordagem que o pesquisador deve adotar em relação às questões de significância não é mecânica, jogando automaticamente no lixo os resultados não significativos e falando somente dos significativos; ao contrário, o pesquisador deve avaliar inteligentemente os resultados, e apresentá-los de maneira a fornecer o máximo de informação e iluminar mais o fenômeno. (GUY; ZILLES, 2007, p. 215).

Nas subseções seguintes, apresentamos os resultados obtidos para as variáveis não selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb. Dentre essas variáveis, estão quatro que são comuns a todas as comunidades – *tipo de oração, faixa etária, escolaridade, estada na comunidade* – e aquelas aplicadas somente à comunidade de Salvador – *bairros, rede de relações e exposição à mídia*.

4.3.2.1 Tipo de oração

A variável *tipo de oração* foi estabelecida levando em consideração os processos de encaixamento sintático e encadeamento lógico-semântico (MATEUS et. al, 2003). O encaixamento sintático corresponde ao processo em que uma oração se encaixa na estrutura sintática de outra oração – dita *principal* – para funcionar como: (i) argumento do verbo, predicativo do sujeito ou aposto (*orações completivas*); (ii) modificador ou aposto de um SN da oração principal (*orações relativas*); (iii) adjunto adverbial do predicador da oração principal, apresentando informações de causa, consequência, finalidade, etc. (*orações adverbiais*). Exemplificamos em (150), (151) e (152) e (153):

a) oração principal

(150) Ela **me** disse que num era nada grave

b) oração completiva

(151) ah, eu queria que o senhô **me** desse seu menino

c) oração adverbial

(152) Se ela quisesse **me** levá, eu tinha ido

d) oração relativa

(153) se tivé pessoas que num tá **me** agradano

No processo de encadeamento lógico semântico, as orações se relacionam umas com as outras por aspectos de ordem semântica (*orações coordenadas*), mas não sintáticos. Essas orações não se encaixam na estrutura de outra oração, sendo, portanto, independentes estruturalmente, conforme exemplo (154):

(154) O menino num mora mais **comigo** não, foi trabalhá na ilha.

Há ainda as orações que não estão relacionadas a outras por processos de encaixamento sintático e/ou encadeamento lógico semântico. Essas orações correspondem a estruturas autônomas – oração única e com sentido completo. São as denominadas *orações absolutas* (cf. (155)).

(155) Ninguém **me** ajuda.

Para definir a variável *tipo de oração*, levamos em consideração os aspectos aqui sistematizados. A nossa variável, quando estabelecida, era composta por seis fatores: (i) *oração absoluta*; (ii) *oração coordenada*; (iii) *oração principal*; (iv) *oração completiva*; (v) *oração adverbial*; (vi) *e oração relativa*. Adotamos a hipótese de que as *completivas*, *as relativas e as adverbiais* favorecem a flexão de caso pronominal por serem estruturas encaixadas no escopo de outra oração, sendo, portanto, mais complexas e exigindo do indivíduo maior monitoramento da sua fala durante a sua produção. As orações *absolutas*, *principais e coordenadas* – orações não encaixadas – por sua vez, seriam contextos menos favoráveis ao emprego da flexão casual dos pronomes.

Para os resultados descritos na Tabela 28, foi necessário o agrupamento das orações em dois grandes grupos: os das orações *não encaixadas* e o das orações *encaixadas na estrutura sintática*. No primeiro grupo, reunimos as orações *absolutas*, *principais e coordenadas* por não se tratarem de estruturas com encaixamento sintático. No segundo grupo, foram reunidas as orações *completivas*, *adverbiais e relativas*, visto que são caracterizadas pelo encaixamento na estrutura sintática de outra oração.

Os resultados percentuais obtidos após a amalgamação dos fatores encontram-se sistematizados na Tabela 28:

Tabela 28 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *tipo de oração*:

Tipo de Oração	Nº de Ocorrências/Total	%
Não encaixadas	2790/2868	97,3%
Encaixada	787/805	97,8%
Total	3577/3673	97,4%

Fonte: Dados produzidos pela autora.

A hipótese inicial era a de que as orações encaixadas – *completivas, as relativas e as adverbiais* – favorecessem a aplicação da regra com a variante do pronome flexionado. No entanto, como podemos observar, o resultado percentual obtido para as orações encaixadas, 97,8%, é praticamente semelhante àquele das orações não encaixadas, 97,3%. Diante disso, podemos afirmar que essa variável não interfere no fenômeno da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia.

4.3.2.2 Faixa etária

Ao estabelecer a variável, definimos, inicialmente, quatro faixas etárias: faixa 1 (25-35 anos), faixa 2 (45-55 anos), faixa 3 (mais de 60 anos), faixa 4 (acima de 80 – aplicável somente às comunidades afro-brasileiras). A nossa hipótese está relacionada à ideia de que os falantes mais velhos utilizam com maior frequência a variante com o pronome não flexionado e de que os jovens, mais suscetíveis às influências exógenas, do mercado de trabalho e em função do acesso à escola, estejam implementando o uso da variante de maior prestígio social.

Os dados sistematizados na Tabela 29 apresentam os resultados obtidos para a variável *faixa etária*. Para chegarmos aos resultados aqui apresentados, juntamos os fatores *faixa etária 3 e 4*, que apresentam, em comum, falantes com idade superior a 60 anos. Os resultados são exibidos na Tabela 29:

Tabela 29 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com a variável *faixa etária*

Faixa etária	Nº de Ocorrências/Total	%
Faixa 1 (25-35 anos)	1233/1332	92,5%
Faixa 2 (45-55 anos)	1198/1307	91,6%
Faixa 3 (acima de 65 anos)	1220/1313	92,9%
Total	3651/3952	92,4%

Fonte: Dados produzidos pela autora

Os dados percentuais apresentados na Tabela 29 demonstram uma distribuição equilibrada da variante padrão pelas três faixas etárias. Como podemos observar, a diferença percentual entre as três faixas etárias gira em torno de 2%. O resultado obtido, portanto, não nos permite avaliar a interferência da variável *faixa etária* no fenômeno em estudo – a flexão de caso dos pronomes pessoais.

Diante disso, procedemos ao cruzamento da variável *faixa etária* com a *variável comunidade*. Com essa análise mais específica, pretendíamos observar se havia diferenças significativas entre as três faixas etárias nas comunidades estudadas se observadas isoladamente. Na Tabela 30, apresentamos os resultados obtidos para esse cruzamento:

Tabela 30 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular de acordo com o cruzamento com as variáveis *faixa etária* e *comunidade*

Comunidade	Faixa etária	Nº de Ocorrências/Total	%
Salvador	Faixa 1	618/650	95,1%
	Faixa 2	576/626	92,0%
	Faixa 3	503/528	95,3%
Feira de Santana	Faixa 1	168/180	93,3%
	Faixa 2	99/110	90,0%
	Faixa 3	169/178	94,9%
Santo Antônio	Faixa 1	117/137	85,4%
	Faixa 2	175/188	93,1%
	Faixa 3	176/189	93,1%
Poções	Faixa 1	272/297	91,6%
	Faixa 2	190/208	91,3%
	Faixa 3	139/158	88%
Afro-brasileiro	Faixa 1	58/68	85,3%
	Faixa 2	158/175	90,3%
	Faixa 3	233/260	89,6%
Total	---	3651/3952	92,4%

Fonte: Dados produzidos pela autora.

Nos dados expressos na Tabela 30, Salvador apresenta a faixa 1 (95,1%) e a faixa 3 (95,3%) com mais inclinadas ao uso do pronome flexionado. A faixa 2 (92%) distancia-se das demais em torno de 3%. Feira de Santana apresenta comportamento semelhante ao de Salvador ao mostrar também a faixa 1 (93,3%) e a faixa 3 (94,9%) com maior índice percentual de realização da variante com o pronome flexionado; a faixa 2 (90%) exhibe valores percentuais abaixo do total.

Em Santo Antônio de Jesus, as faixas 2 e 3, com mesmo índice percentual – 93,1% – mostram-se mais propensas ao uso do pronome flexionado do que a faixa 1, com índice percentual 85,4%.

Na comunidade de Poções e nas comunidades afro-brasileiras, mais distantes dos padrões linguísticos da capital Salvador, os faltantes de todas as faixas etárias mostram-se menos

propensos ao uso da variante com o pronome flexionado. Em Poções, as faixas 1 e 2 apresentam comportamento muito semelhante, com 91,6% e 91,3%, respectivamente; destaca-se a faixa 3 como a menos propensa ao da variante padrão, com taxa de frequência de 88%. Nas comunidades afro-brasileiras, as faixas 1 e 3, com 85,3% e 89,6%, apresentam-se como menos sensíveis ao uso da variante padrão; a faixa etária 2, com 90,3% também não se mostra inclinada ao uso da flexão casual.

4.3.2.3 Escolaridade

A escola, como no capítulo 2, tem sido apontada como a guardiã e propagadora das variantes linguísticas padrão. Nesse sentido, a escola tem atuado como forte inibidora dos processos de variação e mudança linguística, sobretudo quando se trata do uso de variantes estigmatizadas ou com pouco prestígio social, como podemos observar nas palavras de Silva (1996, p. 345): “nos fenômenos de mudança, constata-se que os falantes de maior escolarização tendem a privilegiar mudanças que implementam uma forma socialmente aceita e desfavorecem mudanças que se opõem ao padrão”.

Em relação à flexão de caso pronominal de primeira pessoa do singular, é perceptível, o estigma social atribuído à variante com o pronome não flexionado (*o irmão dele hoje teve aqui, conversô com eu*). Em vista disso, adotamos a hipótese de que os falantes em contato com a escolarização formal, ainda que mínima, apresentarão maior probabilidade de aplicação da regra da flexão de caso pronominal de primeira pessoa do singular. Por outro lado, os falantes analfabetos estariam mais inclinados ao uso da variante não padrão por não terem sido submetidos à ação coercitiva da educação formal no que diz respeito ao uso das variantes estigmatizadas socialmente.

Os resultados quantitativos obtidos para variável escolaridade, considerando os níveis de escolaridade delimitados para o nosso estudo, no português popular da Bahia – analfabetos e semianalfabetos – encontram-se expressos na Tabela 13:

Tabela 31 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *escolaridade*

Escolaridade	Nº de Ocorrências/Total	%
Semialfabetizado	2590/2780	93,1%
Analfabeto	1061/1172	90,5%
Total	3651/3952	92,4%

Fonte: Dados produzidos pela autora

De acordo com a Tabela 31, o quadro observado é o de que, em termos percentuais, os falantes semianalfabetos, com 93,1%, encontram-se, ligeiramente, mais propensos ao uso da variante padrão e de maior prestígio social – o pronome flexionado. Em contrapartida, os analfabetos, com 90,5%, apresentam menor inclinação ao uso dessa variante.

A partir da necessidade de avaliar mais especificamente a interferência da escola no comportamento da flexão de caso pronominal, procedemos ao cruzamento da variável *escolaridade* com a variável *comunidade*. Os resultados para o cruzamento proposto são apresentados na Tabela 32:

Tabela 32 – A flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia de acordo com o cruzamento das variáveis *escolaridade* e *comunidade*:

Comunidade	Escolaridade	Nº de Ocorrências./Total	%	P.R.
Salvador	Semialfabetizado	1445/1534	94,2%	0.67
	Analfabeto	252/270	93,3%	0.62
Feira de Santana	Semialfabetizado	303/326	92,9%	0.64
	Analfabeto	133/142	93,7%	0.63
Santo Antônio	Semialfabetizado	289/320	90,3%	0.19
	Analfabeto	179/194	92,3%	0.42
Poções	Semialfabetizado	410/436	94%	0.36
	Analfabeto	191/227	84,1%	0.18
Afro-brasileiro	Semialfabetizado	143/164	87,2%	0.23
	Analfabeto	306/309	90,3%	0.32
Total		3651/3952	92,4%	---

Nível de significância 0.040

Fonte: dados produzidos pela autora

A leitura da Tabela 32 demonstra que, nas comunidades mais desenvolvidas socioeconomicamente, tanto os falantes analfabetos como os semianalfabetos apresentam-se mais propensos ao uso da variante padrão, havendo um ligeiro predomínio para os semianalfabetos de Salvador e Feira, com pesos relativos 0.67 e 0.64, respectivamente. Nas comunidades do interior de SAJ e PO e nas afro-brasileiras, o resultado para a variável escolaridade não se apresenta de modo nítido, não sendo possível analisar a atuação dessa variável no perfil do fenômeno linguístico em estudo nessas comunidades.

4.3.2.4 Estada na comunidade

A variável *estada na comunidade* foi estabelecida com o intuito de averiguar se o contato com os padrões linguísticos exteriores às comunidades estudadas influenciam no comportamento linguístico dos falantes. Desse modo, foram estabelecidos dois fatores para compor essa variável: a ausência da comunidade por tempo igual ou superior a 6 meses e a permanência na comunidade. A hipótese norteadora para o estudo da variável é a de que os falantes que se ausentaram das comunidades realizem um maior número de variantes com o pronome flexionado, como reflexo do contato com outras realidades linguísticas, sobretudo a dos grandes centros urbanos, em função da ampla circulação da forma prestigiada nesses ambientes; por outro lado, postulamos a hipótese de que os que não se ausentaram mantêm mais evidentes os padrões linguísticos das comunidades locais.

Os resultados obtidos para a variável *estada na comunidade* encontram-se registrados na Tabela 33:

Tabela 33 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *estada na comunidade*

Estada na comunidade	Nº de Ocorrências/Total	%
Não saiu da comunidade	2067/2256	91,6%
Saiu da Comunidade	1584/1696	93,4%
Total	3651/3952	92,4%

Fonte: Dados produzidos pela autora

As informações contidas na Tabela 33 demonstram que os falantes ausentes das comunidades por, no mínimo, seis meses, apresentam ligeiramente, uma maior inclinação ao uso do pronome flexionado, com 93,4%, do que aqueles que nunca se ausentaram, com taxa de frequência para o uso da variante padrão de 91,6%.

4.3.2.5 Exposição à mídia

A variável exposição à mídia, conforme explicitado no capítulo 2, pretende investigar a interferência dos meios de comunicação de massa nos usos linguísticos dos falantes da comunidade de Salvador. Aventamos a hipótese de que os falantes expostos a programas de rádio ou televisão de cunho religioso estão mais propensos ao uso da variante padrão do que aqueles expostos à mídia laica. Por outro lado, esperamos que, dentre os falantes expostos à mídia laica, aqueles que passam maior tempo diante da televisão/ rádio e/ou expostos a programas com a linguagem mais formal exibam mais da variante padrão – o pronome flexionado – do que aqueles menos expostos à mídia e/ou sob a influência de programas menos formais, com uso da linguagem com menor grau de monitoramento.

Na Tabela 34 apresentamos os resultados alcançados para a variável exposição à mídia:

Tabela 34 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *exposição à mídia*

Exposição à mídia	Nº de Ocorrências/Total	%
Religiosa	114/120	95%
Alta	1065/71	93,8%
Baixa	518/548	94,5%
Total	1687/1804	94,1%

Fonte: Dados produzidos pela autora.

De acordo com a Tabela 34, a exposição à mídia religiosa apresenta o maior percentual de realização de flexão pronominal, com 95%. Os falantes expostos à mídia alta exibem 93,8% de flexão pronominal; e os falantes com baixa exposição à mídia apresentam a taxa percentual de 94,5%. Diante desses dados, observamos que, em relação ao fenômeno da flexão casual dos pronomes pessoais, a variável *exposição à mídia*, para a variedade urbana estudada, apresenta um comportamento praticamente neutro – ou seja, não apresenta resultados significativos que nos permitam avaliar a sua interferência no uso de uma ou outra variante.

4.3.2.6 Rede de relações

A variável rede de relações comporta dois fatores – *rede local* e *rede dispersa* – e foi definida para a observação da comunidade de Salvador. O falante possui uma rede de relações *local* quando o seu convívio é praticamente restrito ao bairro onde mora e ao convívio com os

moradores da comunidade. Definimos um falante como de rede *dispersa* quando este mantém relações que extrapolam os limites do seu bairro. Adotamos a hipótese de que os falantes com rede de relações *local* tendem a ser mais conservadores, mantendo, portanto, as peculiaridades características da sua fala local; em contrapartida, os falantes de rede *dispersa* estão mais expostos às influências linguísticas exógenas. Desse modo, esperamos que os falantes com rede de relações dispersa sejam mais sensíveis à influência externa, aplicando com maior frequência a variante padrão.

Tabela 35 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *rede de relações*

Rede de relações	Nº de Ocorrências/Total	%
Dispersa	967/1031	93,8%
Local	720/763	94,4%
Total	1687/1794	94%

Fonte: Dados produzidos pela autora.

De acordo com a Tabela 35, os falantes com rede de relações *local* apresentaram 94,3 % de realização com o pronome flexionado; e aqueles com rede de relações *dispersa*, 94,4%. Os resultados obtidos para a variável *rede de relações* demonstram, portanto, que não há uma diferença percentual significativa entre os falantes com rede de relações *local e dispersa*, em relação ao fenômeno em estudo, na comunidade de Salvador.

4.3.2.7 Bairros

A variável *bairro de moradia* pode fornecer dados significativos para uma análise diatópica, pois busca demonstrar o comportamento da flexão casual dos pronomes em espaços distintos da cidade de Salvador. Foram definidos para o estudo do português popular urbano de Salvador quatro bairros periféricos – *Cajazeiras, Liberdade, Plataforma e Itapuã* – e um município da região metropolitana da cidade – *Lauro de Freitas*. Com essa variável, buscamos investigar quais as zonas da cidade se mostram mais favoráveis ao emprego da variante com o pronome flexionado e se é possível estabelecer um *continuum* linguístico entre os bairros da cidade.

Na Tabela 36, apresentamos os resultados:

Tabela 36 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia de acordo com a variável *bairros*:

Bairros	Nº de Ocorrências/Total	%
Itapuã	276/28	96,5%
Plataforma	297/312	95,2%
Lauro de Freitas	3478/371	93,8%
Cajazeiras	419/451	92,9%
Liberdade	347/374	92,8%
Total	1687/1794	94%

Fonte: dados produzidos pela autora.

Os resultados expressos na Tabela 36 demonstram que os bairros de Itapuã, com 96,5% e Plataforma, com 95,2%, estão mais inclinados ao emprego da variante com o pronome flexionado. O bairro de Cajazeiras, com 92,9%, e Liberdade, com 92,8%, por sua vez, mostram-se ligeiramente menos propensos ao uso da variante padrão. A região metropolitana de Lauro de Freitas, com 93,8%, apresenta um percentual muito próximo do total de aplicação da regra. A partir desses resultados, a variável *bairro* não se mostra esclarecedora para a descrição da flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do singular. Então, não é possível avaliar em que medida a localização geográfica do bairro, a sua ocupação (antiga ou recente) e a sua rede de relações (local e dispersa) interfere na variação da flexão casual dos pronomes de primeira pessoa do singular.

4.4 SÍNTESE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos uma análise descritiva e quantitativa/qualitativa da flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia. A análise descritiva (cf. 4.1) foi desenvolvida levando em consideração a realização do fenômeno variável em cada uma das comunidades em estudo, em perspectiva comparada, e a sua distribuição pelo paradigma de todas as pessoas do discurso. Diante dos dados sistematizados na seção 4.1, no Quadro 39, reunimos as informações sobre a flexão de caso dos pronomes pessoais no *continuum* das variedades do português popular da Bahia:

Quadro 39 – A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia

A flexão de caso dos pronomes pessoais no <i>continuum</i> das variedades do português popular da Bahia				
		Sujeitos	Complementos Verbais	Adjuntos Adverbiais
1sg	PAF	eu	eu ~ me/ mim/comigo	eu ~ mim - comigo
	PPI	eu	eu ~ me/ mim/comigo	eu ~ mim - comigo
	PPF	eu	me - mim - comigo	eu ~ mim - comigo
	PPS	eu	me - mim - comigo	eu ~ mim - comigo
2sg	PAF	tu ~ você	tu ~ você ~ te ~ lhe	tu ~ você
	PPI	tu ~ você	tu ~ você ~ te ~ lhe	tu ~ você
	PPF	tu ~ você	você ~ te/ lhe	você
	PPS	tu ~ você	você ~ te/ lhe	você
3sg	PAF/PPI/PPF/PPS	ele/ela	ele/ela	ele/ela
1pl	PAF	nós ~ a gente	nós – a gente	nós ~ a gente
	PPI	nós ~ a gente	nós – a gente	nós ~ a gente
	PPF	nós ~ a gente	a gente	a gente
	PPS	nós ~ a gente	nós ~ a gente	nós ~ a gente
2pl	PAF/PPI/PPF/PPS	vocês	vocês	vocês
3pl	PAF/PPI/PPF/PPS	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)	ele(s)/ ela(s)

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da análise descritiva, que apontou a variação entre as formas flexionadas e não flexionadas dos pronomes somente nos paradigmas de primeira e segunda pessoa do singular no português popular da Bahia, procedemos à análise quantitativa, organizada em torno de duas seções. Na primeira, seção 4.2, em que apresentamos os resultados obtidos para a variação nesses paradigmas, observamos que, no português popular da Bahia, 90,6% e 63,4% correspondem, respectivamente, à flexão de caso dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa do singular. Na segunda, seção 4.3, apresentamos a análise quantitativa restrita ao paradigma de primeira pessoa do singular, cujo resultado geral demonstrou 92,4% de realização do pronome flexionado e 7,6% do não flexionado. No Quadro 40, relembramos as variáveis linguísticas e sociais selecionadas pelo programa Goldvarb como estatisticamente significativas para a aplicação da regra da flexão de caso pronominal:

Quadro 40 – Variáveis selecionadas para a aplicação da regra da flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia:

Linguísticas/Discursivas	Sociais
função sintática	sexo
regência da preposição	comunidade
discurso laico/religioso	localidade

Fonte: Elaborado pela autora.

A seção 4.3 é encerrada com a exposição das variáveis não selecionadas pelo programa Goldvarb – *tipo de oração, faixa etária, escolaridade, estada na comunidade, bairros, rede de relações e exposição à mídia* – a fim de apresentar os resultados obtidos, ainda que sem significância estatística, para a ilustração do fenômeno em estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O português brasileiro, em virtude de razões sócio-históricas, apresenta uma realidade linguística plural e polarizada. Um dos aspectos da morfossintaxe que evidencia tal polarização é a redução da morfologia flexional de caso dos pronomes pessoais. Esse fenômeno linguístico, constatado nas variedades do PB de um modo geral, comporta particularidades para as vertentes cultas e populares.

Nesta tese, a análise desenvolveu-se a partir da observação da variável dependente em estudo nas variedades populares, em que observamos uma simplificação muito mais radical da flexão de caso dos pronomes pessoais, visto que o paradigma de todas as pessoas do discurso foi afetado, independentemente de suas formas possuírem ou não natureza nominal. As explicações restritas a aspectos intralinguísticos não oferecem subsídios para compreender o comportamento do fenômeno nas variedades populares. Por isso, buscamos, neste estudo, trazer para o plano da língua os elementos da sócio-história, isto é, a redução da flexão de caso pronominal no português popular da Bahia foi analisada a partir da correlação com a formação da realidade sociolinguística brasileira.

De acordo com a exposição sistematizada no capítulo 1, observamos que as normas objetivas brasileiras – cultas e populares – foram constituídas sob condições sócio-históricas e diatópicas muito diferenciadas. Enquanto, nas zonas urbanas, os modelos linguísticos europeus eram reproduzidos por uma pequena elite, nas zonas rurais, habitada por índios, negros e mestiços, a aquisição do português sem a ação de um mecanismo normatizador e com pouco acesso à língua alvo desencadeou um processo de *transmissão linguística irregular*, que apresenta a redução da morfologia flexional – de verbos, nomes e pronomes – como uma das principais características morfossintáticas. A partir desse direcionamento, assumimos a posição de que o contato entre línguas que caracterizou as regiões rurais do país, no período colonial, influenciou a formação das normas populares do PB, assim como teve impacto significativo sobre a propriedade da flexão de caso pronominal nessas variedades.

Por outro lado, ainda no capítulo 1, observamos que o processo de urbanização, acrescido de outros fatores, em meados do século XX, propiciou a mútua influência entre as normas cultas e populares. Desse modo, as marcas mais salientes do contato entre línguas nas variedades

populares possivelmente foram minimizadas, em virtude da aquisição das formas linguísticas prestigiadas, o que ocasionou o aumento da frequência de uso das variantes padrão.

No entanto, o nivelamento entre as duas grandes vertentes do PB não se processou de modo efetivo, em virtude do acesso precário à escolarização por parte das camadas populares, somado a um ensino de língua portuguesa distante da realidade linguística brasileira. Por isso, na fala das camadas populares, é possível ainda depreender formas linguísticas desprestigiadas e estigmatizadas pelas camadas cultas, como, por exemplo, a redução da flexão de caso das formas essencialmente pronominais (*eu, tu e nós*). Essa redução varia em função da aproximação ou distanciamento das variedades populares em relação às variedades cultas no *continuum* de urbanização do PB, conforme apreciamos nas discussões estabelecidas sobre o fenômeno em foco nas variedades populares – capítulos 3 e 4.

A partir dos princípios teórico-metodológicos da Sociolinguística – exibidos no capítulo 2 –, e posteriormente à análise descritiva da flexão de caso pronominal no português popular da Bahia – que constituiu parte do capítulo 4 –, empreendemos uma análise variacionista com os pronomes de primeira e de segunda pessoa do singular, para o que obtivemos, respectivamente, 90,6% e 63,4% de realização de pronomes flexionados. Em seguida, procedemos a uma análise quantitativa apenas com as formas pronominais de primeira pessoa do singular, cujo resultado apontou 92,4% de aplicação da regra com o pronome flexionado *versus* 7,6% de pronome não flexionado.

Dentre as variáveis linguísticas e discursivas selecionadas como estatisticamente relevantes pelo programa Goldvarb, apresentam-se: *função sintática, regência da preposição e discurso laico e religioso* – discutidas no capítulo 4. De acordo com os resultados obtidos, observamos que as funções sintáticas de *objeto indireto, adjunto adverbial e complemento oblíquo/locativo*, as preposições *para e com* e o discurso *religioso* são os contextos favoráveis à flexão de caso dos pronomes de primeira pessoa do singular no português popular da Bahia.

Em se tratando do encaixamento social do fenômeno, foram selecionadas como relevantes as variáveis *sexo, comunidade e localidade (sede e rural)*. Os resultados obtidos para a primeira variável social indicaram que os homens estão empregando com maior frequência a variante padrão – o pronome flexionado. Quanto à *localidade*, os resultados apontaram, de modo geral, que os falantes da *sede* das comunidades estudadas – Feira, SAJ e PO – são os mais

propensos à aplicação da regra com o pronome flexionado. Particularizando a análise, verificamos que a diferença entre sede e zona rural, no que se refere ao fenômeno em estudo, é mais acentuada nas comunidades de SAJ e PO, pois, em Feira de Santana, os limites entre os falantes da sede e da zona rural mostraram-se muito próximos.

Os dados exibidos para as variáveis *sexo* e *localidade* confirmam, de um modo geral, uma das hipóteses levantadas neste estudo: a de que os falantes mais expostos à influência dos padrões linguísticos urbanos cultos são os responsáveis por inserir as variantes linguísticas de maior prestígio social em suas comunidades de fala.

Os resultados percentuais para a variável *comunidade de fala* demonstraram que as variedades do português popular mais afastadas dos padrões urbanos cultos de fala – comunidades afro-brasileiras e de pequenas cidades do interior (Santo Antônio de Jesus e Poções) – exibem a maior frequência de variação em relação à flexão de caso pronominal do paradigma de primeira pessoa do singular. Do mesmo modo, foi demonstrado que a variação entre os pronomes flexionados e não flexionados desse paradigma, em funções de complementos verbais e adverbiais, é mais restrita e superficial nas variedades populares das comunidades baianas mais desenvolvidas socioeconomicamente, e, por conseguinte, mais expostas aos modelos linguísticos urbanos cultos – Feira de Santana e Salvador.

Tal distribuição dos dados reforça a hipótese de que a frequência de realização da flexão de caso pronominal de primeira pessoa do singular aumenta à medida que se processa o avanço no *continuum* de urbanização do português popular da Bahia em direção à variedade popular da capital. Assim, a comunidade de Salvador estaria atuando como centro difusor dos modelos linguísticos urbanos cultos para as regiões do interior da Bahia, afetando primeiro os falantes do português popular Feira de Santana, depois os da sede e zonas rurais de SAJ e PO, e por fim, os das comunidades afro-brasileiras.

A flexão de caso dos pronomes pessoais no português popular da Bahia apresentou-se como um campo desafiador para a autora da tese, que o adotou como objeto de investigação, quando iniciou a sua formação como pesquisadora durante a graduação. Com a realização deste trabalho, novos caminhos e perspectivas se desenharam, sinalizando que a investigação acerca do tema em estudo ainda pode se desdobrar em trabalhos vindouros, sobretudo no campo relacionado ao ensino da língua portuguesa. Dessa forma, propor a união do tema em estudo

com as práticas vivenciadas na sala de aula constitui-se, a partir de agora, um dos principais objetivos da autora – apaixonada pelos desafios da Língua, da Pesquisa e do Ensino.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Leonardo; SERPA, Ângelo. Perfil socioeconômico e cultural do bairro de Itapuã em Salvador-BA. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES – NEER, 2., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.neer.com.br/anais/NEER-2>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Latina**. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- ALMEIDA, Tania Maria. **CAJAZEIRA. Planejamento, processo de ocupação e contradições: um percurso entre os discursos e as práticas que configuram o território de Cajazeiras**. 2005. 153f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- ALMEIDA, Gilce de Souza. **Quem te viu quem lhe vê: a expressão do objeto acusativo de referência à segunda pessoa na fala de Salvador**. 2009. 193f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes. 2012. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana-Bahia (século XX). **Tabuleiro de Letras**. Salvador, n. 4, p. 1-21, 2012. Disponível em: http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo012.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. Cabo Verde: contribuição para o estudo do dialecto falado no seu arquipélago. In: **Estudos de Ciências políticas e sociais**. Lisboa, n. 55, 1961.
- ANTONINO, Vivian. **Português popular de Salvador: uma análise da concordância nominal em predicativos do Sujeito e estruturas passivas**. 2012. 167f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ANTONINO, Vivian; TOURINHO, Cleber. **O bairro de Cajazeiras**. 2010. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br>>. Acesso em: 25 mar 2014.
- ARAÚJO, Alessandra Oliveira. **Redes e centralidade em Feira de Santana (Ba): o centro de abastecimento e o comércio de feijão**. 2006. 123f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias. **A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro**. 2012. 342f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- ARAÚJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes. O projeto a língua portuguesa no semiárido baiano – fase 3 – critérios de constituição e da amostragem do banco

de dados. In: FREITAG, Raquel M. K. **Metodologia de coleta e manipulação de dados em sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2014, p.27-47.

ARRUDA, Niguelme Cardoso. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico**. 2006. 201f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2006.

BABILÔNIA, Leandro; MARTINS, Silvana Andrade. A. A influência dos fatores sociais na alternância tu/você na fala manauara. **Revista Guavira Letras**. Mato Grosso do Sul, v. 13, n.1, p. 49-60, 2011.

BAHIA. **Territórios de identidade**. Secretaria do Planejamento. Disponível em<<http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade>>. Acesso em 12 maio 2014.

BANDEIRA, Manuele. **Nós e a gente nas diversas funções sintáticas no português popular do interior do Estado da Bahia**. 2010.72f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

BARBOSA, Nelma Cristina, **Um texto identitário negro: tensões e possibilidades em Cajazeiras, periferia de Salvador**. 2009. 278f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BEZERRA, José Alencar. Como definir o bairro? uma breve revisão. **Revista Geotema**. Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, p. 21-31, 2011.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **A Expressão do Objeto Indireto no Português do Brasil**. Comunicação apresentada no X Seminário do CELLIP (Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná), Londrina, 1996.

BERLINCK, Rosane de Andrade. **Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil**. In: ENCONTRO DO CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2., 1997, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1997.

BERLINCK, Rosane Andrade. **O objeto indireto no português brasileiro do século XIX**. Comunicação apresentada no II Congresso Nacional da ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística), Florianópolis, 1999.

BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. p. 277-283.

BORGES, Luiz Carlos. A língua geral: revendo margens em sua deriva. In: FREIRE, José Ribamar Bessa; ROSA, Maria Carlota (Org.). **Línguas Gerais: política linguística e catequese na América do Sul no período colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003, p. 113-131.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** 2.ed. sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Do campo para a cidade:** estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola, 2011.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa,** 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CANÇADO, Márcia. Argumentos: complementos e adjuntos. **ALFA: Revista de Linguística,** v. 53, n. 1, p.35-59, 2009.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino et al. **Atlas Linguístico do Brasil.** Londrina: Eduel, 2014, v.2.

CARVALHO, Dannel da S. **A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro.** 2008. 154f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2008.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2010.

CHAMBERS, J.K. **Sociolinguistic theory:** linguistic variation and its social significance. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

COSERIU, Eugenio. **Sincronia, diacronia e história:** o problema da mudança linguística. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença; EDUSP, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica.** 7 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1978.

CRUZ, Rossine. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e desconcentração econômica nacional.** 1999. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CUNHA, Celso. **A questão da norma culta no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo.** 17. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DALTO, Cristiane Dias de Lima. **Estudo sociolinguístico dos pronomes-objeto de primeira e segunda pessoa nas três capitais do Sul do Brasil.** 2002. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Curitiba, 2002.

DANTAS, Maria Alves Maia. **A configuração do dativo de terceira pessoa no português do Brasil e no português europeu com enfoque na fala do fortalezense culto.** 2007. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DEWULF, Jeroen. E se todas as línguas fossem consideradas crioulas? Um olhar pós-colonial sobre a linguística. In: RIO-TORTO, Graça Maria de Oliveira e Silva; FIGUEIREDO; Olívia Maria; SILVA, Fátima. **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela.** Porto: Universidade do Porto, 2005, v.1, p.305-312.

DIAS, Patrícia Chame. Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador. In: **GeoTextos**, vol. 2, n. 2, p.87-114, 2006.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. (Org.). **Fotografias sociolingüísticas.** Campinas: Pontes, 1989. p.19-34.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Termos da Oração. In: VIEIRA S.R.; BRANDÃO, S. F. (Org.). **Ensino de Gramática: descrição e uso.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 186- 204.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas.** São Paulo: Ática, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo: Parábola, 2008.

FERRAZ, Luiz Ivens. **The Creole of São Tomé.** Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FIGUEIREDO, Luanda Almeida. Tu e Você no português rural do Estado da Bahia. In: X SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL - SEMOC, 9. Salvador, 2007, **Anais...** Salvador: UCSAL, 2007.

FRANCHETTO, Bruna; LEITE, Yonne. 500 anos de línguas indígenas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p. 15-61.

FREITAS, Nacelice Barbosa. Urbanização e Modernização Industrial das Cidades Médias da Bahia: um Olhar Sobre Feira de Santana. In: LOPES, Diva Maria e HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso.** Salvador. SEI, 2010.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre a Gramática do Português.** Campinas: UNICAMP, 2001.

GERALDI, Wanderley. **Portos de Passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GLISSANT, Édouard. **Introduction à une poétique du divers**. Paris: Gallimard, 1996.

GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da industrialização em Feira de Santana (1969-1989)**. 2001.99f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GOMES, Débora Trindade; LUCCHESI, Dante. **O mais em construções comitativas no português rural afro-brasileiro**. Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Dialectologia e Sociolinguística – CIDS, Londrina, 2014.

GUY, Gregory. A questão da criouliização no português do Brasil. In: ZILLES, Ana Maria Staht. **Estudos de variação lingüística no Brasil e no Cone Sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2005.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. **Sociolinguística Quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antonio Candido. 9. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.

ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

INTUMBO, Incanha. **Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português**. 2007. 139f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

IBGE. **Censos demográficos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 out. 2015.

KIHM, Alain. **Kryol Syntax: the Portuguese-Based Creole language of Guinea Bissau**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1994.

KREUTZ, Lúcio. A educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica. 2000. p. 347-370.

LABOV, William. What can be learned about change in progress from synchrony descriptions. In: SANKOFF, David; CEDERGREN, Henrietta (Ed.). **Variation Omnibus**. Carbondale; Edmonton: Linguistic Research, 1981, p.177-199.

LABOV, William; WEINER, Judith; Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistics**, n. 19, p. 29-58, 1983.

LABOV, William. **Princípios del cambio lingüístico: factores internos**. Tradução de Pedro Martin. Madrid: GREDOS, 1996a.

LABOV, William. **Princípios del cambio lingüístico: factores sociales**. Tradução de Pedro Martin. Madrid: GREDOS, 1996b.

LABOV, William. **Padrões Sociolingüísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

LANG, Jürgen. A filiação dos pronomes pessoais do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde). In: **Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola**, v. 3, 2012, p.20-35.

LEITE, Disalda Mara. **O lazer da juventude como prática de “liberdade” no bairro da Liberdade**. 2012. 172f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

LOBO, Tânia. A questão da periodização da história lingüística do Brasil. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (Org.). **Razões e Emoção**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2003. p. 396-409.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós e a gente* no português falado culto do Brasil. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 405-422, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso: 18 jan. 2014.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de *a gente* no quadro pronominal do português**. Frankfurt/Main/Madrid: Vervuert/Iberoamericana, 2003, v.18. p.174.

LOPES, Célia. A gramaticalização de *a gente* em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. In: **Revista Fórum Lingüístico**, v.4, n.1, p.47-80, 2004.

LOPES, Célia Regina dos Santos; CAVALCANTE, Sílvia Regina de Oliveira. A cronologia do *Voceamento* no português brasileiro: expansão de *você*-sujeito e retenção do clítico-*te*. **Linguística**, v. 25, p. 30-65, jun. 2011. Disponível em: <http://www.linguisticalfal.org/25_linguistica_030_065.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

LOPES DA SILVA, Baltasar. **O dialeto crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil. **DELTA - Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2001, p. 97-132.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Lingüística da Norma**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002, p.63-90.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: RONCARATI, Claudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: Letras, 2003, p. 272-84.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, Mudança e Linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola, 2004.

LUCCHESI; Dante. A metodologia. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.155-163.

LUCCHESI; Dante; BAXTER; Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; et al. O português afro-brasileiro: as comunidades analisadas. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.75-100.

LUCCHESI, Dante. **Língua e Sociedade Partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LAVANDERA, Beatriz. **Variación y significado**. Buenos Aires: Hachette, 1984.

LUZ, Claudia Norete Novais. **Velejando sobre as águas da retomada anafórica do objeto direto: um cruzeiro na fala em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

MATEUS, Maria Helena Mira et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Uma compreensão histórica do Português Brasileiro: velhos problemas repensados. In: CARDOSO, Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade Mota; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). **Quinhentos anos de história linguística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 219-254.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Línguas pluricêntricas e a questão das línguas crioulas. In: SILVA, Augusto Soares et al. (Org.). **Línguas pluricêntricas**: variação linguística e dimensões sociolinguísticas. Braga: Faculdade de Filosofia/Universidade de Braga, 2011. p. 197-204.

MAURER Jr., Theodoro Henrique. **O problema do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1962.

MEIRA, Edlene et al. Urbanização e transformações nas cidades do território de identidade de Vitória da Conquista/Ba. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <<http://www.agb.org.br/evento/download.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015

MELO, Camila; FREITAS, Shirley. **O município de Lauro de Freitas na região metropolitana de Salvador**. 2010. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br>>. Acesso em: 25 mar 2014.

MENDES, Elisângela dos Passos; LUCCHESI, Dante. **“Beija eu, beija eu, beija eu, me beija...”**: a flexão de casos dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro. . In: X

SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA DA UCSAL - SEMOC, 9. Salvador, 2007, **Anais...** Salvador: UCSAL, 2007.

MENDES, Elisângela dos Passos. **A flexão de caso dos pronomes pessoais no Português popular do interior do estado da Bahia**. 127 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MENDES; Elisângela. LUCCHESI, Dante. A flexão de caso dos pronomes pessoais no português afro-brasileiro. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER; Alan; RIBEIRO; Ilza (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p.471-488.

MENDES, Rute Paranhos Silva. **O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus: um recorte do português popular no interior da Bahia**. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MICHAELIS, et al. **The Atlas of Pidgin and Creole Language Structures**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.

MIRET, Fernando Sánchez. **Proyecto de gramática histórica y comparada de las lenguas romances**. München/Newcastle: LINCOM EUROPA, 2001.

MODESTO, A. T. T. **Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu/você na cidade de Santos – SP**. 2006. 141f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.

MONTEIRO, José Lemos. **Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil**. Fortaleza: UFC, 1994.

MUSSA, Alberto. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NARO, Anthony. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Org.). **Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p.15-25.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 43-50.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NASCIMENTO, Carina Sampaio. **Nós e A gente em Salvador: confronto entre duas décadas**. 2013. 128f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NEIVA, Nordélia Costa. **Objeto direto anafórico de 3ª pessoa na fala culta de Salvador**. 2007. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

NOGUEIRA, Francieli Motta. **Como os falantes de Feira e Salvador tratam o seu interlocutor?** 2007.135f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OMENA, Nelize Pereira. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, M. da C. e DUARTE, M. E. L. (Org.) **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Contracapa, 2003.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Norma e Condescendência: ciência e pureza. In: **Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. n. 2, Campinas-SP, Unicamp, 1998, p. 49-68.

PAIVA, Maria da Conceição. Transcrição de dados lingüísticos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 135-146.

PAIVA, Maria da Conceição. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 33-42.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Org.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 67-72.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas Africanas no Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Org.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 17-142.

PINHO, Antônio José de. **Aspectos da história da língua: um estudo diacrônico e sincrônico dos pronomes oblíquos tônicos**. 2012. 351f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José. (Orgs.). **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertechia Editores, 2009, p.116-149.

PINTZUK, Susan. **VARBRUL programs**. Tradução Ivone Isidoro Pinto. 1988, ms.

PRATAS, Fernanda. **O sistema pronominal do crioulo caboverdiano**. 2002. 123f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

QUADROS, Edilma Oliveira Souza. **Transformações na cidade: vivências urbanas em Santo Antonio de Jesus-BA (1950-1970)**. 153 f. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

RAMOS, Aluísio Wellichan. Espaço-Tempo na cidade de São Paulo: historicidade e espacialidade do “Bairro” da Água Branca. **Revista do Departamento de Geografia**. São Paulo, n.15, p. 65-75, 2002.

RAMOS, Maria Estela Rocha. **Território afrodescendente**: leitura de cidade através do bairro da Liberdade (Salvador) Bahia. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

RODRIGUES, Aryon. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **DELTA**, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.

RODRIGUES, Aryon. As línguas gerais sul-americanas, **Papia**, 4(2), p. 6-18, 1996.

RODRIGUES, Aryon D. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (Orgs.). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006, p.143-162.

SANKOFF, David. Variable rules. In: AMMON, Ulrich et al. (Eds.). **Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society**. New York: Academic Press, 1988. p. 119-127.

SAMPAIO, Maria Cristina; BARZANO, Marco Antônio. Culturas e Escolas na Matinha dos Pretos: relações tecidas no cotidiano. In: **Revista Teias**. Rio de Janeiro, v. 14, n.31, p. 62-75, 2013.

SANTANA, Abdon Mendes. **Nós e A gente**: um retrato do português popular de Salvador. 2014. 199f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Ciências Humanas/Colegiado de Letras, Universidade Estadual da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Elisabete et al. (Orgs.) **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA, SEMA, 2010.

SANTOS, Miguel Cerqueira. **A dinâmica urbana de Santo Antônio de Jesus – Bahia**. 1999.86f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SANTOS, Viviane Maia. “**Tu vai pra onde?... Você vai pra onde?**”: manifestações da segunda pessoa na fala carioca. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

SANKOFF, David. Variable Rules. In: AMMON, Ulrich; DITTMAR, Norbert; MATTHEIR, Klaus (Ed.). **Sociolinguistics**. New York: Academic Press, 1988, p. 119-127.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Pressupostos teóricos e suporte quantitativo. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M. de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. (Orgs.) **Padrões sociolingüísticos**:

análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p 37-50.

SCHERRE, Marta; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luísa.(Orgs.) **Introdução à Sociolinguística**: O tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2007, p. 43-50.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. **Alfa**, São Paulo, 51 (1): 189-222, 2007.

SERPA, Ângelo (Org.). **Fala, periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: EDUFBA, 2001.

SILVA, Gisele Machline. Estertores da forma seu de terceira pessoa na língua oral: resultados sociais. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). **Padrões Sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 295-308

SILVA, Gisele Machline. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Gisele Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). **Padrões Sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 295-308.

SILVA, Gisele Machline. Coleta de dados. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística variacionista**. Rio de Janeiro: Cadernos Didáticos UFRJ, 2007. p. 117-134.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.

SILVEIRA, Gessilene. A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. **Revista Letras de Hoje**, v. 35, n.1, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 189-207.

SOARES, Antonio Mateus. “Territorialização” e pobreza em Salvador-BA. In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v.4, n. 2, p. 17-30, 2006.

SOUZA, Camila Duarte; OLIVEIRA, Thiago Laurentino. Apresentação da 2ª pessoa nas posições de complemento: o papel da categoria social. In: **Working Papers em Linguística**, v. 3, n, 2, p. 100-120, 2013.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira; SOUZA, Edilma Oliveira. **Modernização e vida urbana na cidade de Santo Antônio de Jesus – BA**. SIMPÓSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EN AMÉRICA Y EUROPA, 1890-1930. Barcelona, 2012.

SOUZA, Jurge; MENDES, Elisângela. **Plataforma**. 2010. Disponível em: <<http://www.vertentes.ufba.br>>. Acesso em: 09 abr 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p.139-172, 1989.

TARALLO, Fernando. Sobre a alegada origem crioula do Português Brasileiro: Mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, M. (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica – Homenagem a Fernando Tarallo**. Campinas: EDUNICAMP, 1996, p. 35-67.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al latín vulgar**, Madrid, Gredos, 1968.

VIANNA, Juliana Barbosa; LOPES; Célia Regina dos Santos. A competição entre nós e a gente nas funções de complemento e adjunto: desvendando outras portas de entrada para o pronome inovador. **Revista Caligrama**. Belo Horizonte, v. 17, n.2, p. 137-161, 2012.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.